



**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
CAMPUS DE PRESIDENTE PRUDENTE
FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA
Programa de Pós-Graduação em Geografia**

**AS ARTICULAÇÕES ESCALARES DA INDÚSTRIA DE
CONFECÇÕES EM CIANORTE - PR**

MÁRCIO TEIXEIRA GONÇALVES

PRESIDENTE PRUDENTE

2005

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.



**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
CAMPUS DE PRESIDENTE PRUDENTE
FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA
Programa de Pós-Graduação em Geografia**

MÁRCIO TEIXEIRA GONÇALVES

**AS ARTICULAÇÕES ESCALARES DA INDÚSTRIA DE
CONFECÇÕES EM CIANORTE - PR**

DISSERTAÇÃO APRESENTADA AO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA DA FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”, CAMPUS DE PRESIDENTE PRUDENTE, COM VISTAS À OBTENÇÃO DO TÍTULO DE MESTRE EM GEOGRAFIA (ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: DESENVOLVIMENTO REGIONAL E PLANEJAMENTO AMBIENTAL).

ORIENTAÇÃO: PROF. DR. RAUL BORGES GUIMARÃES

**PRESIDENTE PRUDENTE
2005**

**Catálogo na publicação elaborada pela Divisão de Processos
Técnicos da Biblioteca Central da Universidade Estadual de Londrina.**

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

G635a Gonçalves, Márcio Teixeira.
As articulações escalares da indústria de confecções em Cianorte – Pr /
Márcio Teixeira Gonçalves. – Presidente Prudente, 2005.
205f. : il.

Orientador : Raul Borges Guimarães.
Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual Pau-lista
Júlio de Mesquita Filho (Campus de Presidente Prudente), 2005.
Bibliografia : f. 200–205.

1. Geografia urbana – Cianorte (Pr) – Teses. 2. Geografia industrial –
Cianorte (Pr) – Teses. 3. Escala geográfica – Cianorte (Pr) – Teses. 4.
Vestuário – Indústria – Cianorte (Pr) – Teses. 5. Shopping Centers –
Cianorte (Pr) – Teses. I. Guimarães, Raul Borges. II. Universidade Es-
tadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Campus de Presidente Prudente). III. Título.

MÁRCIO TEIXEIRA GONÇALVES

**AS ARTICULAÇÕES ESCALARES DA INDÚSTRIA DE
CONFECÇÕES EM CIANORTE - PR**

DISSERTAÇÃO APRESENTADA AO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA DA FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA "JÚLIO DE MESQUITA FILHO", CAMPUS DE PRESIDENTE PRUDENTE, COM VISTAS À OBTENÇÃO DO TÍTULO DE MESTRE EM GEOGRAFIA (ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: DESENVOLVIMENTO REGIONAL E PLANEJAMENTO AMBIENTAL).

BANCA EXAMINADORA:

**Prof. Dr. Raul Borges Guimarães
(Orientador)**

**Prof.ª. Dr.ª. Alice Yatiyo Asari – UEL
(Membro)**

**Prof.ª. Dr.ª. Maria Encarnação Beltrão Spósito – UNESP
(Membro)**

Conceito: _____, em _____ de _____ de 2005.

*Em memória dos meus pais, Maria
Teixeira D'ávila e José Benedito
Gonçalves, que vivendo em mim nunca
serão esquecidos.*

AGRADECIMENTOS

Muitas pessoas contribuíram para que nosso projeto de pesquisa pudesse se tornar este trabalho. Aqui gostaria de registrar meu agradecimento aos colaboradores que, direta ou indiretamente, auxiliaram na elaboração desta dissertação.

Aos funcionários e representantes da Prefeitura Municipal de Cianorte; do Sindicato das Costureiras; do Sindicato dos Industriais; do SEBRAE; dos Shoppings de Atacado de Cianorte, pelos dados e informações fornecidos. Agradeço também as costureiras a domicílio e os empresários de confecções que nos receberam e forneceram informações, deixando momentaneamente de lado suas próprias preocupações.

Ao Curso de Pós-Graduação em Geografia da FCT/UNESP pela oportunidade e aos amigos que fiz durante o curso pelo convívio e amizade: Denis, Maria, Marcelo, Gisa, Lima, Silvia, Marcelino, Flávia I. e Flávia S., Cláudia, Rose, Madá, Adriana, Adriano.

Aos amigos que me acompanharam desde a UEL, Zé, Karina, Júlia, Deise e Jean.

Ao Jarbas, amigo de todos os momentos.

Aos meus familiares, pelo exemplo, incentivo e confiança. Em especial, ao meu irmão Jurandir, à minha cunhada Estelina (Tuti) e à minha irmã Ana Lúcia.

A minha dinda, D. Zulmira, minha razão de viver.

Aos professores que se dispuseram a debater os encaminhamentos da pesquisa até a defesa final pelas contribuições: Alice, Ruth, Arthur, Carminha e Tânia.

Ao Raul, pelas idéias, confiança e incentivo, e por mostrar outras “escalas” de visão para os mesmos objetos.

RESUMO

Realizamos neste trabalho um estudo centrado na análise do desenvolvimento da indústria do ramo de confecções de Cianorte, PR, tomando-o como elemento indutor da produção e articulação entre as escalas geográficas. Cianorte caracteriza-se por apresentar um forte processo de industrialização pautado no ramo de confecções, sobretudo a partir de meados da década de 1980, como saída para enfrentar a crise econômica de uma economia agrícola que predominava até então. Compreender como se deu esse processo de transformação funcional em Cianorte constitui uma das questões motivadoras deste trabalho. Neste sentido, analisamos o processo de transformação da organização industrial da área a ser pesquisada, resgatando como se deu sua inserção no sistema de acumulação flexível, além de discutir o processo de criação e articulação entre as escalas geográficas, tomando a indústria de confecções de Cianorte como elemento de articulação entre o espaço local e o global. As transformações no espaço urbano de Cianorte que se vinculam a este processo recente de especialização industrial no ramo de confecções também constitui foco de análises neste trabalho. Partindo da idéia de “síntese de múltiplas escalas”, procuramos valorizar o papel exercido pelas relações sociais de cooperação/competição entre os atores privilegiados naquela realidade local, a fim de verificar as implicações que vinculam a indústria de confecções como processo econômico e suas conseqüências espaciais em Cianorte. Neste caso, a criação do slogan “Cianorte: Capital do Vestuário”, da Expovest e dos Shopping Centers de Atacado devem ser tomados como resultantes de um jogo de interesses entre os atores locais mais privilegiados – sobretudo os industriais. Destaque especial deve ser dado ao papel exercido pelas costureiras a domicílio, pela importância que tem como grupo que se insere ativamente no contexto da divisão social e espacial do trabalho, que se criou em Cianorte em função de sua especialização na produção de roupas. As vinculações espaciais induzidas pela indústria de confecções, tanto no que se refere à estruturação do espaço intra-urbano, como no sentido das articulações espaciais externas que esta provoca, são analisadas tomando como referência os shopping centers de atacado.

Palavras-Chave: Escala Geográfica; Indústria de Confecções; Atores Sociais; Espaço Urbano; Shopping Centers de Atacado; Cianorte (PR).

ABSTRACT

We carried out in this work a study focused on the analysis of the clothing industry development in Cianorte, PR, taking it as an inductor of production and articulation among geographic scales. Cianorte has a strong industrialisation process based on the clothing field, especially since the 1980s, as a way to face the economic crises of an agricultural economy which was predominant in that time. To understand how this functional transformation process happened in Cianorte is one of the questions that motivated the development of this work. Therefore, we analysed the transformation process of the industrial organisation in the area to be researched, bringing back how its insertion in the system of flexible accumulation happened, besides discussing the creation and articulation process among the geographic scales, taking the clothing industry of Cianorte as an element of articulation between the local and the global space. The transformations in the urban space of Cianorte which have been linked to this recent process of industrial specialisation in the clothing field is also a focus for analysis in this work. From the idea of “synthesis of multiple scales”, we try to value the role taken by the social relations of co-operation/competition among the privileged actors in that local reality, so as to check the implications that link the clothing industry as an economic process and its spatial consequences in Cianorte. In this case, the creation of the slogan “Cianorte: capital of clothing”, of Expovest and wholesale shopping centres, has to be taken as a result of a struggle of interests among the most privileged local actors- especially the industrials. Special attention has to be given to the role played by the seamstresses who work at home, for the importance they have as a group that actively enters the context of social and spatial division of work, which was created in Cianorte for its specialisation in the production of clothes. The spatial relations introduced by the clothing industry, either concerning the structuring of intra-urban space as in the external spatial articulations that it can provoke, are analysed taking as a reference the wholesale shopping centres.

Key-words: Geographic Scale; Clothing Industry; Social Actors; social Space; Wholesale shopping Centres; Cianorte (PR).

SUMÁRIO

LISTA DE MAPAS.....	10
LISTA DE QUADROS, TABELAS E GRÁFICOS.....	11
	12
INTRODUÇÃO – PRESSUPOSTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS.....	
Considerações Iniciais.....	13
Alguns Caminhos Trilhados.....	18
CAPÍTULO 1. A PROPÓSITO DA ESCALA EM GEOGRAFIA.....	25
CAPÍTULO 2. NA ESCALA DO ESPAÇO URBANO... . A CIDADE ENQUANTO ESPAÇO É TEMPO.....	42
CAPÍTULO 3. A INDÚSTRIA COMO MEDIADORA NA APREENSÃO DAS ARTICULAÇÕES ESCALARES.....	54
3.1. A Reestruturação Industrial e a Busca pela Flexibilidade – a fase atual e o Brasil.....	61
3.1.1. A indústria de confecções.....	67
3.1.2. O processo reestruturação sócio-espacial no Brasil e seus desdobramentos para o Estado do Paraná.....	70
3.2. O Papel das Redes no Processo de Reestruturação Industrial e de Articulação Escalar..	77
CAPÍTULO 4. A INDÚSTRIA DE CONFECÇÕES EM CIANORTE: Gênese e Evolução. 80	
4.1. O Quadro Geral Local – as bases para o desenvolvimento da indústria de confecções local.....	91
4.2. As Transformações Recentes na Indústria de Confecções em Cianorte.....	99
CAPÍTULO 5. OS FABRICANTES DE CONFECÇÕES LOCAIS – Caracterização Geral. 104	
5.1. Entre a Modernização Tecnológica e a Organização Flexível.....	108
5.2. Localização Industrial e as Redes de Firms em Cianorte: a saída na subcontratação....	111
5.2.1. A formação de uma cadeia produtiva têxtil como saída para a agregação de valor a produção.....	124
5.3. Mão-de-Obra (Des) Qualificada e Informalidade Fabril: problema global no espaço local.....	128
5.3.1. As trabalhadoras a domicílio (faccionistas) – caracterização geral.....	131
CAPÍTULO 6. AS ARTICULAÇÕES ESCALARES DA INDÚSTRIA DE CONFECÇÕES EM CIANORTE E O ESPAÇO URBANO DA CIDADE.....	137
6.1. O Espaço Urbano Como Processo.....	140
6.2. A Produção de Roupas e a Estruturação do Espaço Urbano de Cianorte.....	147
CAPÍTULO 7. O PAPEL EXERCIDO PELA EXPOVEST E PELOS SHOPPING CENTERS DE ATACADO.....	169
7.1. A Expovest Como Meio de Reafirmação Política e Social de Um Grupo.....	171
7.2. O Processo de Reestruturação do Espaço Urbano e os Fatores de Articulação Escalar do Shopping Center.....	176
7.3. Os Shopping Centers em Cianorte.....	183

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	193
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	199

LISTA DE MAPAS

1. Localização do Município de Cianorte no Estado do Paraná.....	17
2. Cianorte – Localização das Indústrias de Confeções que Prestam Serviços de Fação.	118
3. Cianorte – Localização das Empresas Complementares ao Ramo de Confeções.....	123
4. Organização do espaço urbano de Cianorte e distribuição das indústrias de confeções.....	151
5. Cianorte – Localização dos estabelecimentos ligados ao ramo de confeções.....	159
6. Cianorte – Localização das indústrias de confeções.....	161
7. Cianorte – Localização dos Shopping Centers de Atacado.....	189

LISTA DE QUADROS, TABELAS E GRÁFICOS

Quadros:

1. Contraste entre o fordismo e a acumulação flexível..... 67

Tabelas:

1. Distribuição do PIB municipal entre os setores da economia (2003) – em %..... 89
2. Número de Estabelecimentos e Empregados por Gênero Industrial em Cianorte, 2002..... 90
3. Segmentação da Produção da Indústria do Vestuário de Cianorte, 2002..... 122
4. Número de Estabelecimentos, Empregados e Participação no Valor Adicionado da Região de Umuarama – Cianorte, segundo Segmentos Industriais Especializados – 1990/2000..... 127
5. Evolução do número de estabelecimentos e empregos no setor da indústria têxtil, do vestuário e artefatos de tecidos de Cianorte, do Paraná e do Brasil – 1990-2002..... 130

Gráficos:

1. Evolução da população de Cianorte – 1960 – 2000..... 86
2. Participação das indústrias de confecções no total de abertura de empresas industriais em Cianorte – Período 1960 – 2002..... 95

INTRODUÇÃO

PRESSUPOSTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS

Considerações Iniciais

Ao nos propormos um estudo sobre “As articulações escalares da indústria de confecções em Cianorte, PR”, nossa primeira preocupação refere-se à relevância de se desenvolver um projeto de pesquisa considerando uma abordagem teórico-conceitual que considera, ao mesmo tempo, o estudo de um processo econômico como o é a indústria (e suas necessárias implicações espaciais), e os processos sociais que levam a produção do espaço urbano.

Nossa abordagem metodológica leva em consideração a discussão sobre a importância da apreensão do particular a fim de se explicar o geral ou, como prefere Milton Santos (1996), a totalidade. Para este pesquisador, “cabe, sem dúvida, ao geógrafo propor uma visão totalizante do mundo, mas é indispensável que o faça, a partir de sua própria província do saber, isto é, de um aspecto da realidade global” (p. 92). Admite-se aqui, portanto, o quadro no qual a apreensão das particularidades que envolvem determinado objeto permite verificar aquilo que lhe imprime o caráter de singular, e a soma destas singularidades é que expressa o todo em si, isto é, a unidade que compõe a totalidade.

Poderíamos dizer, então, que o modo como se apresenta um determinado estado de coisas é que imprime o caráter de unicidade a uma dada realidade. No entanto, Milton Santos também admite que,

Cada coisa nada mais é que parte da unidade do todo, mas a totalidade não é a simples soma das partes. As partes que somam a totalidade não bastam para explicá-la, ao contrário, a totalidade é que explica as partes. (SANTOS, 1996: p. 93)

Isto significa dizer que o modo como as partes (e suas singularidades) se apresentam à percepção humana materializadas ou não, conformando aquilo que chamamos de realidade, depende das determinações do todo, do global, ao mesmo tempo em que a dinâmica que envolve o todo enquanto processo é dependente do modo como se apresenta e se organiza o conteúdo das partes em sua dinâmica histórica.

Assim, ao considerarmos a industrialização em Cianorte como um elemento da realidade atual, levamos em conta que esta mesma realidade é a expressão da acumulação histórica de realidades anteriores, submetidas a uma determinada totalidade também localizável no tempo. Ou seja, a realidade que ora caracteriza a indústria de confecções em Cianorte, ao mesmo tempo em que condiciona é condicionada pela dinâmica mais geral, global, totalizadora

que, por sua vez, faz parte de uma lógica que é a lógica do sistema capitalista de produção em sua fase atual.

Disto depreende-se que Cianorte e sua dinâmica industrial não podem ser entendidas por si mesmas, mas através das suas articulações com outros níveis da realidade, tais como o regional, o nacional e o internacional. A esse respeito, no entanto, à medida que partimos do local para o mais geral, os níveis de abstração para a apreensão das determinações que imprimem o caráter de unicidade a uma dada realidade ampliam-se na mesma proporção em que se ampliam as determinações que cumprem o papel de articular os diferentes níveis considerados.

Logo, o mais geral, ou seja, o todo em si somente pode ser apreendido através das partes que o compõem, sendo que estas mesmas partes somente podem ser apreendidas, em sua essência, através do conhecimento do todo, em sua dinâmica conjunta, que se expressa através do próprio processo histórico.

Assim, cremos que um método sob o qual nossa abordagem mais se aproxima, é o histórico, pois este parece ser o que nos proporciona mais e maiores possibilidades para o vislumbre e compreensão da realidade ora estudada. Isto é assim, uma vez que as articulações escalares da indústria de confecções em Cianorte possuem seus aspectos particulares, das quais podemos extrair a singularidade que distingue estas articulações daquelas realizadas em outros ramos industriais, ou mesmo das confecções localizadas em outros espaços expressos concretamente enquanto manifestação das determinações do universal. Daí nossa opção por um enfoque centrado em uma perspectiva histórica, que leve em conta o objeto em seu jogo contraditório, imbuído, portanto de uma dinâmica localizável no tempo.

Então, nossa proposta de estudar a indústria de confecções em suas articulações com outros níveis da realidade, perpassa pelas determinações gerais que lhe conferem o caráter de singular. Neste caso, a pertinência do estudo está justamente em considerar estas articulações em sua dinâmica, tendo numa ponta do processo a indústria em si e no outro extremo aquelas determinações gerais, sob os auspícios das quais o local, ou o espaço se submete e organiza historicamente, conforme Santos (1996).

Considerando as transformações ocorridas no desenvolvimento do sistema capitalista de produção em nível mundial, com a passagem de um sistema de acumulação e organização produtiva de base fordista para um sistema de acumulação e produção flexível, nota-se uma tendência a que este sistema passe a reproduzir-se de forma desigual nas diferentes escalas espaciais, levando a um desenvolvimento também desigual dos mais diversos lugares.

Para Smith (1988), somente a divisão do trabalho não leva a uma maior diferenciação espacial. O processo é mais amplo e tem mais a ver com processos de acumulação, centralização e concentração do capital, que geram desigualdades na espacialização. Afinal, a acumulação e concentração do capital se centralizam espacialmente através dos investimentos feitos no espaço pelo capital. Esse processo de concentração do capital amplia a divisão do trabalho, recombinando, segundo esse autor, a diferenciação e a especialização da força de trabalho para aumentar a produtividade e reduzir os custos de produção.

O Brasil tem exemplos claros do processo de desenvolvimento desigual e combinado, já bastante discutido na Geografia, que são facilmente comprovados pelo cruzamento de dados entre as regiões mais pobres e as mais ricas. Neste contexto, estamos considerando que as transformações recentes que se têm verificado na economia de Cianorte, demonstram sua inserção nessa lógica sobre a qual vem se desenvolvendo o capitalismo.

No entanto, como premissa da expansão capitalista, Smith (1988: p. 221) admite que “o desenvolvimento desigual pode ser compreendido somente por meio de análise teórica da produção capitalista da natureza e do espaço”. Disto depreende-se que o desenvolvimento desigual constitui a própria desigualdade social observada na paisagem geográfica, sendo simultaneamente a exploração desta desigualdade para certos fins sociais, como a reprodução do sistema capitalista.

Para Santos (1996: p. 100-101),

[...] os lugares reproduzem o País e o Mundo segundo uma ordem. É essa ordem unitária que cria a diversidade, pois as determinações do todo se dão de forma diferente, quantitativa e qualitativamente, para cada lugar. [...]. O desenvolvimento desigual e combinado é, pois, uma ordem, cuja inteligência é apenas possível mediante o processo de totalização, isto é, o processo de transformação de uma totalidade em outra totalidade.

A manifestação da desigualdade que acompanha este processo de transformação de uma totalidade em outra totalidade pode ser observada de forma desigual nas diferentes escalas espaciais, sendo que na escala urbana este processo é mais aparente por ser ali que ocorre e estão concentradas as principais atividades do processo produtivo em todas as suas especializações, e a conseqüente materialização dos meios para que o capital se reproduza.

A lógica que envolve esse padrão de desenvolvimento desigual está intrinsecamente relacionada ao processo de acumulação que acompanha a fase atual do capitalismo, a chamada acumulação flexível. Segundo Harvey (1993), neste novo sistema de

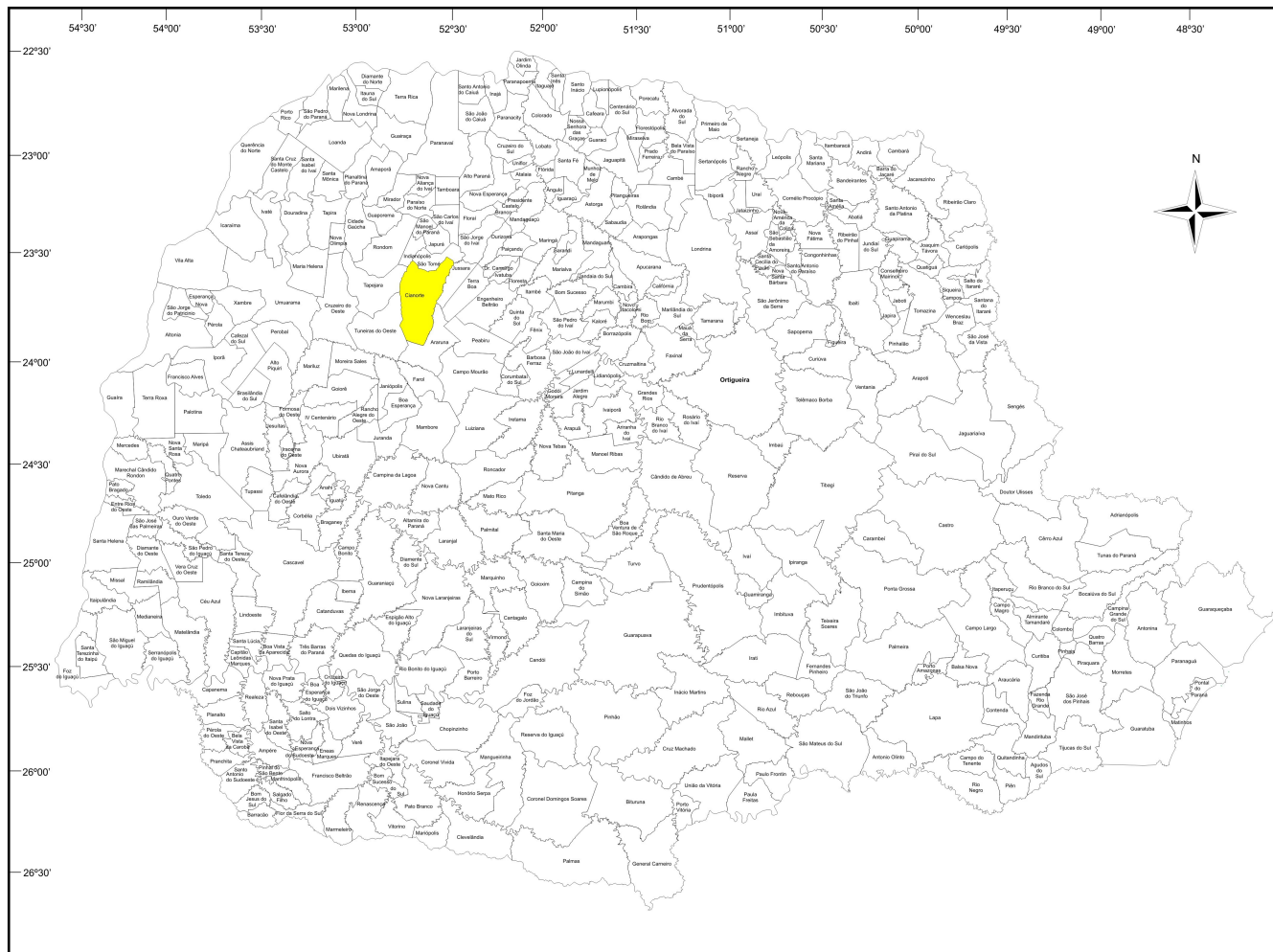
acumulação, o processo produtivo passa por profundas transformações, já que o capitalismo torna-se cada vez mais organizado através da dispersão, mobilidade geográfica e das respostas flexíveis nos mercados de trabalho, e nos próprios mercados de consumo. Ainda para esse autor, tal processo é acompanhado por um desenvolvimento científico com pesadas doses de inovação tecnológica; pelo controle da informação; pelo desenvolvimento de uma logística em torno da produção que influencia diretamente o processo de consumo e por uma esfera institucional que baliza todo esse conjunto.

Cianorte, até meados da década de 1980, sempre teve na agricultura seu principal ramo econômico. A partir deste período, vêm se verificando profundas transformações na economia e na estrutura produtiva dessa cidade, com base no desenvolvimento e manutenção de um setor industrial calçado, principalmente, no ramo da indústria de confecções, o que lhe valeu o slogan reconhecido regionalmente de “Capital do Vestuário”. A localização do município de Cianorte pode ser observada através do Mapa 1.

Concomitantemente a isso, seu espaço urbano vem passando por um processo de reestruturação no sentido de adequar-se a esta nova lógica, num processo que conjuga um jogo de poderes entre atores e agentes que atuam tanto localmente como em outras escalas, levando a estas transformações. Neste processo, destacam-se os industriais do ramo de confecções, que também atuam no comércio atacadista de roupas através das lojas de atacado e dos shoppings, as costureiras a domicílio e o poder público municipal. Não menos importante, pode-se lembrar também da atuação da CMNP (Companhia Melhoramentos Norte do Paraná), que ainda possui presença marcante na cidade como agente fundiário privilegiado.

Diante desse quadro, podemos dizer que este trabalho tem como objetivo principal realizar um estudo centrado na análise do desenvolvimento da indústria do ramo de confecções de Cianorte, tomando-o como elemento indutor da produção e articulação entre as escalas geográficas.

Mais especificamente, pretende-se analisar o processo de transformação da organização industrial da área a ser pesquisada, resgatando como se deu sua inserção no sistema de acumulação flexível, além de discutir o processo de criação e articulação entre as escalas geográficas, tomando a indústria de confecções de Cianorte como elemento de articulação entre o espaço local e o global. Vamos tratar também sobre algumas das transformações no espaço urbano de Cianorte que se vinculam a este processo recente de especialização industrial no ramo de confecções.



MAPA 01 LOCALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CIANORTE NO ESTADO DO PARANÁ

LEGENDA

MUNICÍPIO DE CIANORTE



Escala:	
Autor: MÁRCIO T. GONÇALVES	Orientador: RAUL BORGES GUIMARÃES
Fonte: IBGE - 1999	Edição Gráfica: Flora H. Sato Mapa: 01 Página: 17 Instituição: <div style="text-align: right;"></div>

Como se observa, nossas análises encontram, no desenvolvimento e manutenção da indústria de confecções de Cianorte, o suporte técnico e científico acerca de informações teóricas e metodológicas do processo de criação e articulação das escalas geográficas nos diferentes níveis, e do desenvolvimento desigual que acompanha a diferenciação espacial entre estas escalas.

Desta maneira, acreditamos que a análise da dinâmica da indústria de confecções de Cianorte, tomando como abordagem teórica conceitual a problemática que envolve as escalas geográficas, poderá contribuir para ampliar as discussões acerca do padrão de desenvolvimento desigual no qual está calcada a reprodução do sistema capitalista em sua fase atual, além de ampliar os estudos de cunho científico acerca da dinâmica econômica e realidade local não metropolitana.

Alguns Caminhos Trilhados

Dentre os procedimentos metodológicos estabelecidos para a consecução dos objetivos, iniciamos pelo levantamento bibliográfico acerca do processo de industrialização no Brasil e do desenvolvimento do capitalismo até sua fase atual, a problemática das escalas geográficas e suas aplicações nos estudos da diferenciação espacial. Vale frisar que esta fase da pesquisa estendeu-se até o momento da redação deste texto, já que o surgimento de trabalhos recentes sobre a temática estudada nos possibilitou a incorporação de novas idéias até muito recentemente.

Uma parte substancial dos dados e informações foi levantada em órgãos públicos, como a Prefeitura Municipal de Cianorte, através da Secretaria de Fazenda; a ACIC (Associação Comercial e Industrial de Cianorte); o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); o SENAI (Serviço Nacional de aprendizagem Industrial) e o SIVEPAR (Sindicato das Indústrias do Vestuário do Paraná).

Em nossas visitas junto à Prefeitura Municipal de Cianorte (e órgãos complementares), procuramos efetuar o levantamento de todos os projetos de implantação de indústrias de confecções no município, no intuito de se elaborar um inventário e perfil das empresas do ramo em Cianorte. No entanto, este órgão, talvez pela falta de um controle político efetivo sobre a implantação histórica das empresas no município, por conta da sucessão dos políticos de correntes divergentes no comando, não possuía tal material e nem qualquer coisa

semelhante. Isto, talvez também pelo próprio caráter dinâmico que envolve o ramo de confecções, pois se sabe que boa parte dos trabalhadores envolvidos na indústria do vestuário, bem como várias unidades de produção de roupas naquele município o são na informalidade.

Assim, na falta de tal inventário sobre a implantação das indústrias de confecções, conseguimos junto à Prefeitura (através da Secretaria da Fazenda Municipal) uma base de dados em que consta a data de implantação de todas as empresas que abriram firma e se cadastraram junto a este órgão, desde a década de 1960. Infelizmente, não pudemos contar com este material para traçar um perfil sobre a existência, ou melhor, sobre o número atual real das empresas do ramo de confecções em Cianorte, uma vez que, segundo informações do secretário da fazenda municipal, o ramo de confecções é muito dinâmico, o que implica em que muitas empresas deixem de existir sem, no entanto, fechar o seu cadastro junto à secretaria da fazenda, o que prejudica o levantamento do número real de empresas ligadas ao setor.

De qualquer forma, mesmo enfrentando esta dificuldade, foi através deste material que conseguimos traçar um perfil evolutivo sobre o número de empresas deste ramo abertas em Cianorte desde a implantação das primeiras indústrias na cidade. Este conjunto de dados foi importante por nos possibilitar delimitar os períodos em que houve a expansão no setor de confecções em Cianorte, bem como os momentos de crise por que este passou, sobretudo ao longo da década de 1990, quando as confecções ganharam maior expressão em Cianorte pautadas na implantação dos Shoppings de Atacado.

Visitamos ainda os Sindicatos que representam os empresários e os trabalhadores nas indústrias de confecções em Cianorte – SINVESTE (Sindicato das Indústrias do Vestuário de Cianorte) e SINDICOST (Sindicato dos Oficiais Alfaiates, Costureiras e Trabalhadores, nas Indústrias de Confecções de Roupas de Cianorte), respectivamente – locais onde também tivemos acesso a bases de dados sobre seus membros partícipes.

Ao compararmos os dados contidos nestas bases entre si e com aquela conseguida junto a Prefeitura, tivemos a certeza do quão dinâmico é o ramo de confecções, uma vez que a maioria das informações presentes, tais como endereço, telefone, cadastro no CNPJ e nome fantasia das empresas do ramo de confecções não batiam entre as bases obtidas nestes órgãos, com algumas exceções.

Uma estratégia que encontramos para verificar a existência real de um número substancial de empresas do ramo de confecções em Cianorte e suas articulações espaciais intra-urbanas correlatas foi um trabalho de campo intensivo, efetuado no mês de janeiro de 2004, quando fizemos o mapeamento de todas as empresas do ramo ou diretamente ligadas a ele,

através da utilização de um aparelho GPS, e a partir do qual pudemos criar mapas temáticos que mostram a espacialização da indústria confeccionista na malha urbana de Cianorte.

Este trabalho foi de suma importância para podermos traçar um perfil das relações intra-urbanas que se estabelecem ou podem estabelecer-se pautadas na indústria de confecção enquanto elemento condutor e/ou mediador principal. Além deste aspecto, a partir deste levantamento, pudemos cruzar os dados obtidos no campo com as informações contidas nas bases de dados adquiridas junto ao IBGE. Trata-se da Base de Informações Municipais e da Base de Informações por Setor Censitário – Cianorte, PR. Estas bases de dados reúnem informações sociais, econômicas e territoriais de grande relevância para a temática com a qual estamos tratando neste trabalho.

Nosso objetivo com este cruzamento de informações, foi traçar um perfil sócio-espacial, com base na malha urbana de Cianorte, vinculando-o à localização das indústrias de confecções, dispersas pelo espaço urbano cianortense.

A fim de verificar as possíveis imbricações entre o capital financeiro, o capital industrial e o capital comercial na cidade, atrelados ao desenvolvimento da indústria de confecções, procedemos a um levantamento de informações junto aos Cartórios de Imóveis de Cianorte, a partir da seleção de alguns imóveis que hoje congregam ou indústrias de confecções, ou shopping centers de atacado e/ou de varejo, ou ainda lojas comerciais de confecções que atuam no atacado e no varejo.

A seleção dos imóveis objetos de análise foi feita tomando-se como base duas áreas distintas da cidade, a saber, a área central da cidade, onde se observa a maior concentração e diversificação do comércio, e a extensão da Avenida Paraíba, onde se concentra a maior parte dos shoppings de atacado e das lojas de atacado, bem como algumas das maiores indústrias de confecções de Cianorte.

Quanto ao material cartográfico disponibilizado, além daquele produzido com base nas informações coletados no campo e através das comparações com as informações das bases de dados do IBGE, vale ressaltar a disponibilização, por parte da Prefeitura Municipal de Cianorte, da carta da malha urbana municipal digital. A partir deste material, pudemos ainda criar um cartograma de uso e ocupação do solo direcionado as análises sobre a localização das indústrias de confecções em Cianorte, fundamentais para elaboração e análise de informações.

No IBGE, procuramos levantar dados e informações referentes ao total de estabelecimentos industriais em geral, e de confecções especificamente, existentes no município, bem como do número de habitantes empregados no setor. Naturalmente, ao compararmos as

informações obtidas neste órgão e aqueles disponibilizados pela Prefeitura de Cianorte e pelos Sindicatos, muitas disparidades também foram identificadas.

No SENAI, SEBRAE, SIVEPAR, SINVESTE e SINDCOST, levantamos outros dados e informações que subsidiaram a elaboração de um inventário e perfil acerca das indústrias de confecções em Cianorte, e de sua organização produtiva. Esta etapa também foi importante para traçarmos um perfil sobre o sistema de complementaridades que endossam uma hipotética organização e cooperação em torno das empresas do ramo de confecções em Cianorte.

Para a avaliação do nível de inserção da indústria de confecções de Cianorte no sistema de acumulação flexível, e das possibilidades de sua inserção no processo de produção das escalas geográficas, procuramos elaborar questionários que contemplassem indicadores sócio-econômicos, infra-estrutura logística e produtiva, das empresas da amostra que havíamos estabelecido inicialmente pautada no material disponibilizado pela Prefeitura.

Ao aplicarmos os primeiros doze questionários junto aos industriais – de um total de 30 que havíamos estabelecido como amostra – nos deparamos com a falta de interesse por parte dos empresários em disponibilizar informações mais específicas, sobretudo quanto ao emprego de mão-de-obra domiciliar, quanto aos custos e lucros da produção, as relações mantidas entre si enquanto grupo econômico e social privilegiado, e quanto ao espaço físico da fábrica, uma vez que muitas empresas somente existem no papel, já que quase a totalidade de sua produção se faz por meio da subcontratação de costureiras domiciliares.

Desta forma, adotamos como metodologia nesta pesquisa a análise qualitativa dos dados e informações obtidas junto aos representantes dos órgãos acima citados, bem como as informações obtidas através destas entrevistas com os empresários.

Como as costureiras a domicílio constituem parte muito importante no processo de produção de roupas em Cianorte, constituindo elo importante quanto as determinações político-econômicas que se aplicam ao seu espaço urbano, procuramos também entrevistar algumas costureiras. A fim de localizá-las, recorreremos ao sindicato das costureiras uma vez que os industriais não haviam disponibilizado as informações acerca do seu paradeiro. É interessante frisar que o próprio sindicato admitiu não possuir controle quanto ao número e a localização das costureiras a domicílio, já elas próprias sempre foram resistentes quanto a sua sindicalização.

Mesmo com este empecilho, conseguimos localizar cinco costureiras que trabalham em domicílio e pudemos entrevistá-las. A partir das informações obtidas nestas entrevistas, traçamos um perfil sócio-econômico – mesmo que bastante generalizante – deste grupo.

Portanto, neste trabalho optamos por ressaltar a importância qualitativa das informações obtidas durante nossas visitas a Cianorte, quer tenha sido para entrevistar os empresários ou as costureiras; os sindicatos ou a Prefeitura; os organizadores da Expovest ou os administradores dos shopping centers de atacado da cidade.

Quanto ao plano de redação deste trabalho, considerando que uma das nossas preocupações refere-se à problemática das escalas geográficas, ou seja, das diferentes dimensões espaciais nas quais se expressam a existência humana e todos os mecanismos, econômicos, políticos e sócio-culturais, que envolvem a manutenção dessa existência, no primeiro capítulo passamos à delimitação do que estamos considerando como escala geográfica, pautados na discussão mais recente sobre a delimitação daquilo que se convencionou chamar de escala geográfica, bem como das possibilidades quanto à apreensão de suas fronteiras.

Aqui, faz-se necessário esclarecer que estamos considerando a questão da escala em Geografia como possibilidade teórico-metodológica para o estudo de uma dada realidade, a fim de se tentar apreender as articulações escalares da indústria de confecções em Cianorte. Desta maneira, no primeiro capítulo nosso propósito é apenas o de apontar algumas das principais abordagens que vem sendo elaboradas quanto a discussão sobre a pertinência da escala geográfica como mediadora na apreensão dos diversos padrões de produção e estruturação espacial.

Entre os autores que possuem trabalhos com enfoque direto sobre o campo de análise da Escala em Geografia, podemos citar, entre outros Y. Lacoste (1997), J. B. Racine, C. Raffestin e V. Ruffy (1983), N. Smith (1988, 1992 e 2000), M. L. Silveira (1996), R. B. Guimarães (2003), R. Haesbaert (2002). Destaque deve ser dado a Neil Smith em que, desde a publicação de seu livro “Desenvolvimento Desigual – natureza, capital e a produção do espaço”, em 1984, até os textos mais recentes (Smith, 2000), observa-se uma evolução da discussão acerca da produção e articulações entre as escalas espaciais e a incorporação de níveis escalares dos mais diversos.

Como a abordagem da escala em Geografia está contida na discussão teórica e metodológica sobre o paradigma da formação sócio-espacial enquanto categoria essencial na Geografia, outros pesquisadores abordam a questão ora estudada em suas obras, entre os quais destacamos M. Santos (1996), D. Harvey (1993 , 2003), E. W. Soja (1993), H. Lefebvre (2001). Neste caso, destacamos Milton Santos, com a obra “A Natureza do Espaço – técnica e tempo, razão e emoção”, publicada em 1996, em que este autor apresenta a sua visão sobre o paradigma da formação sócio-espacial.

A cidade constitui o principal foco de discussão do segundo capítulo. Nesta parte do trabalho, a cidade é considerada tanto em sua relação com o material, o conteúdo cristalizado historicamente, como na dinâmica que a envolve enquanto processo histórico. Acreditamos que a pertinência de se abordar a cidade, está no fato de ser esta o lócus principal da produção material e o nível escalar do espaço urbano aquele que proporciona maiores possibilidades de observação dos efeitos espaciais oriundos das determinações advindas do todo, do global. No entanto, se por um lado é na cidade que o processo de totalização pode ser mais bem apreendido em sua dinâmica temporal, também é no espaço urbano que os mecanismos contrários à dinâmica espacial totalizadora se fazem mais presentes.

No terceiro capítulo, tratamos a indústria em si, considerada enquanto processo econômico que contribui para a criação e articulação entre as diferentes escalas geográficas. Isto é assim, uma vez que a indústria constitui elemento crucial no processo de perpetuação do sistema capitalista através dos circuitos de produção e consumo.

Como a reprodução do sistema em si só pode ser alcançada com a realização de todas as fases por que passam a produção, desde a concepção até o consumo de determinada mercadoria, o sistema capitalista transforma as determinações institucionais – como as transformações observadas no âmbito da organização da produção e do trabalho no interior da fábrica, a inovação tecnológica que acompanha estas transformações, os investimentos em marketing e publicidade que delineiam novos padrões de consumo, etc. – que envolvem as fases da produção, a fim de perpetuar a manutenção histórica do sistema.

Especificamente, procuramos analisar o processo de transformação da organização industrial da área a ser pesquisada, resgatando como se deu sua inserção no sistema de acumulação flexível, tomando-o como explicitado por David Harvey (1993). Neste sentido, consideramos que a discussão sobre o processo de criação e articulação entre as escalas geográficas, tomando a indústria de confecções de Cianorte como elemento de articulação entre o espaço local e o global, perpassa pela análise do caso inserindo-o no contexto da reestruturação industrial que vem marcando os padrões de organização espacial no Brasil, sobretudo a partir da década de 1970.

Assim, o papel exercido pelos fluxos e redes que se estabelecem por meio deste processo de flexibilização na organização da produção industrial e do emprego da mão-de-obra também é analisado tomando por base o processo de desconcentração industrial da metrópole paulista.

No capítulo seguinte, apresentamos Cianorte e tratamos sobre a gênese e evolução da indústria de confecções no município. Procuramos inserir Cianorte no contexto geral

de formação sócio-espacial brasileiro, através de suas vinculações econômicas regionais e nacionais, desde a época em que o café constituía o principal produto gerador de rendas na cidade até a sua especialização no ramo de confecções, a partir de meados da década de 1980, processo esse que se acentua a partir da década de 1990.

No quinto capítulo, discutimos sobre algumas especificidades que envolvem o ramo de confecções em Cianorte, com destaque para as características que nos permitem verificar sua inserção no modelo de acumulação flexível, principalmente no sentido da formação de um distrito industrial como consequência dos novos padrões de organização espacial da indústria no Brasil.

Aqui, cabe lembrar o papel exercido pela ação direta dos industriais de confecções que juntam forças a fim de atingir seus objetivos enquanto grupo social e econômico privilegiado, dando origem a um esquema de “cooperação-competitiva” em torno do desenvolvimento e manutenção da indústria de roupas e, em outra esfera, atua no sentido de reproduzir seu próprio *status quo* de elite local. Também as costureiras a domicílio merecem destaque pela importância do seu papel para o desenvolvimento e manutenção da produção de roupas em Cianorte. Para nós, a ação deste grupo no interior do processo de produção das confecções locais deve ser entendida não como de importância secundária, ao contrário, trata-se de um grupo que se destaca justamente pela sua reinserção nos circuitos da produção e da vida social local.

No sexto capítulo tratamos sobre as articulações escalares da indústria de confecções e das suas implicações para a produção do espaço urbano de Cianorte. Neste sentido, discute-se sobre a reestruturação urbana por que vem passando Cianorte em função da produção de roupas, bem como da reinserção de novas áreas da cidade aos circuitos da produção, da distribuição e circulação pautadas na dinâmica industrial. Aqui, tenta-se fazer um paralelo entre as transformações funcionais de certas áreas da malha urbana de Cianorte, em função da produção de roupas, e o papel exercido pelos atores e/ou agentes sociais principais que atuam na cidade a fim de manter o estado d’arte da sociedade local ou transformá-la.

No sétimo e último capítulo, analisamos o papel desempenhado pela Expovest (Feira Exposição da Indústria do Vestuário de Cianorte) e pelos shoppings e lojas de atacado de Cianorte, tomando-os como elementos privilegiados no processo de criação e articulação escalar pautado na produção de roupas local. Ambos os elementos – a Expovest e os shoppings de atacado – são tomados como mais um instrumento criado pelo grupo econômico mais privilegiado a fim de ver seus interesses concretizados.

Sobre este aspecto, partindo da idéia de que a criação da Feira e dos shoppings constitui estratégias de marketing a fim de valorizar aquilo que a moda tem de mais singular – a efemeridade – os empresários do ramo de confecções de Cianorte se apóiam nestes instrumentos para valorizar sua produção e lucrar nas etapas da distribuição/circulação das mercadorias ali produzidas. Naturalmente, a compreensão destes mecanismos perpassa pelo papel exercido por tais instrumentos sobre o processo de reestruturação do espaço urbano de da cidade.

Finalmente, apresentamos as considerações finais onde procuramos mostrar a relevância do desenvolvimento deste trabalho, bem como apresentamos os resultados obtidos a partir das discussões aqui empreendidas a fim de se atingir os objetivos propostos para este trabalho.

CAPÍTULO 1

A PROPÓSITO DA ESCALA EM GEOGRAFIA

A discussão mais recorrente entre os pensadores da Geografia na atualidade respeita às forças envolvidas na produção e estruturação do espaço, tomado como principal categoria da ciência geográfica. A dinâmica que envolve a organização e reorganização espacial tem na própria dinâmica capitalista sua determinação. Basta lembrar os processos que acompanham a manutenção do sistema capitalista na atualidade, como os processos de desconcentração industrial e esgotamento regional, as transformações do espaço urbano, tanto em suas dimensões intra como inter¹, as transformações nos processos de trabalho e da produção e as novas divisões do trabalho que acompanham estas transformações, entre outros, que influem na estruturação do espaço.

Portanto, a dimensão espacial permeia as análises geográficas mesmo quando esta se organiza segundo determinações que não são fáceis de serem mensuradas e/ou representadas como ocorre, por exemplo, nos estudos que enfocam as redes (de informação, de idéias, de capital, de dinheiro, de pessoas, de mercadorias, etc.) e seu papel nas configurações espaciais.

Em parte, a dificuldade enfrentada pelos geógrafos na apreensão dos processos mais abstratos que acompanham a estruturação do espaço nas sociedades atuais, está no fato de tais processos possuírem uma dimensão social que, algumas vezes, não são alcançadas nestes estudos, valorizando-se ora os aspectos puramente econômicos envolvidos sem determinar as articulações entre suas determinações e a organização social do espaço, ora as suas determinações sem que considere as articulações destas determinações nas diferentes escalas da experiência humana, e suas influências espaciais correlatas.

Por outro lado, a histórica utilização da escala cartográfica – que indica a relação entre as medidas do real e aquelas da sua representação gráfica – como recurso para mensuração dos processos que acompanham a produção e estruturação do espaço, vem sendo apontada como ineficaz na apreensão e representação destes processos que caracterizam a realidade atual. Este é um primeiro ponto que merece ser esclarecido no debate sobre a pertinência da consideração da escala espacial no âmbito dos estudos geográficos.

Castro (1995) avalia que a abordagem geográfica do real enfrenta os problemas básicos do tamanho, que pode variar do espaço local ao planetário. Destaca ainda, que “na relação entre fenômeno e tamanho não se transferem leis de um tamanho a outro sem problemas, e isto é válido para qualquer disciplina”. (p.118).

¹ Para uma visão esclarecedora sobre as relações entre o espaço intra-urbano metropolitano e o espaço regional no Brasil, ver Villaça (1998). Para uma abordagem da realidade intra-urbana não-metropolitana e suas relações com o espaço regional, indicamos o trabalho de Whitacker (2003).

No caso da Geografia, historicamente, o empirismo envolvido no desenvolvimento de seus estudos sempre teve na escala cartográfica uma possibilidade de integração analítica, uma vez que esta respondia adequadamente às necessidades daquela. Como fruto desta associação entre escala geográfica e cartográfica, problemas independentes como diferentes níveis de análise, níveis de conceituação, níveis de intervenção e níveis de realidade eram integrados à noção de escala. Ou seja, “tudo reduzia-se e solucionava-se nas diferentes representações cartográficas, confundindo-se a escala fração com a escala extensão, tomando-se o mapa pelo terreno” (CASTRO, 1995: p. 119).

Ora, hoje se sabe que a complexidade que envolve o espaço, caracterizada por diferentes dimensões e medidas dos fenômenos – sociais, culturais, econômicos, temporais, territoriais, políticos – envolvidos em sua transformação, exigem dos pensadores do espaço um nível muito maior de abstração.

Neste contexto, Boudon (1991, apud CASTRO, 1995: p. 120) admite que a questão da escala traz à tona a necessidade de coerência entre o percebido e o concebido, afinal, “cada escala só faz indicar o campo da referência no qual existe a pertinência de um fenômeno”.

Isto significa dizer, que no estudo dos fenômenos que acompanham as transformações espaciais, a coerência na escolha deste ou daquele fenômeno está ligada à objetivação dos espaços na escala em que os mesmos podem ser apreendidos. Assim, o fenômeno objeto de estudo, mesmo em sua particularidade, deve ser encarado como articulado a uma determinada escala, isto é, a um dos diferentes níveis que acompanham a apreensão da realidade. E estes, podem ir desde o concreto percebido da cidade, até a subjetividade que envolve as determinações que se aplica e/ou são aplicadas ao próprio corpo sem, no entanto, que sejam considerados processos estanques entre si, uma vez que contribuem na criação de uma determinada realidade, historicamente passível de delimitação.

A pertinência de um dado objeto também pode estar na sua condição de elemento que, mesmo contido em determinada escala, constitui elo de ligação entre as demais escalas da realidade, tanto objetiva como subjetiva, ou ainda, em sua capacidade de transitar livremente entre as determinações que dão gênese às diferentes escalas, como ocorre no caso das determinações institucionais que partem de instâncias muitas vezes distantes da realidade local, mas que invariavelmente afetam a estruturação espacial no nível local.

Silveira (1996), discutindo sobre a abordagem da escala em Geografia, destaca a ocorrência de três premissas centrais a saber,

[...] a crítica à analogia da escala geográfica com a cartográfica e, com frequência, a ausência ou recusa à elaboração de uma proposta metodológica alternativa; a afirmação de que o valor da variável muda com a escala e, por

fim, a aceitação da escala como uma definição ‘a priori’ na pesquisa geográfica. (p. 2)

Enquadra-se na primeira premissa, as considerações teóricas e metodológicas de Lacoste (1997), acerca do papel da escala na análise espacial, reduzindo-a àquilo que chamou de “ordens de grandeza”, e associando-a aos diferentes níveis da análise espacial. Para ele,

Pode-se ordenar a descrição e o raciocínio geográfico em diferentes níveis de análise espacial que correspondem a ‘diferentes ordens de grandeza’ dos objetos geográficos, isto é, os conjuntos espaciais que é preciso levar em consideração para perceber a diversidade de combinações de fenômenos à superfície do globo. (p.88-89).

Ao estabelecer que a classificação das diferentes categorias de conjuntos espaciais deveria se fazer não em função das escalas de representação, e sim em função de suas diferenças de tamanho, ou conjunto, na realidade, não escapou da concepção de escala enquanto medida de superfície. Na verdade, o que se percebe na metodologia empregada pelo autor na análise espacial, é o estabelecimento de recortes espaciais prévios de análise e concepção, mapeáveis segundo critérios já conhecidos e aplicados nos estudos da estruturação espacial.

Quando propõe que, no estudo do espaço, as diferenças de tamanho da superfície considerada implicam em diferenças quantitativas e qualitativas dos fenômenos estudados, na mesma proporção em que a complexidade que envolve o espaço, decorre das várias interseções na maneira como os diferentes fenômenos se apresentam na realidade (LACOSTE, 1997: p. 68-69), o autor demonstra que sua concepção de escala geográfica se resume àquilo que possa ser mapeado, mensurado e delimitado através de uma carta.

Neste quadro, observa-se a impossibilidade metodológica em suas análises espaciais, em se transitar entre os diferentes níveis de análises pré-estabelecidos, pois à mudança de escala corresponderia uma mudança no nível de conceituação do objeto foco de análise.

Um avanço na concepção de escala geográfica encontra-se em Racine, Raffestin e Ruffin (1983). Para eles, a escala cartográfica exprime a representação do espaço como “forma geométrica”, e a escala geográfica deve ser pensada enquanto representação da relação que as sociedades mantêm com esta “forma geométrica”.

Disso depende-se a sua consideração de que à escala de análise escolhida submete-se tanto a natureza das observações quanto a imagem apreendida a partir destas observações, e isto tanto ao nível metodológico como no analítico. Na verdade, o problema estaria no valor atribuído às diversas variáveis e à homogeneidade ou dispersão das mesmas, de acordo com a escala considerada na análise.

Nos dizeres dos autores citados anteriormente, “a questão que se coloca então é saber se, ao passar de uma escala a outra, as modificações na natureza ou na medida da dispersão serão previsíveis” (p.125). Concordam ainda que, na maior parte dos casos, a tendência à homogeneidade das variáveis consideradas cresce na razão inversa da escala que se considera na análise. Para eles, esta concepção seria válida tanto para a escala cartográfica como para a escala geográfica “sendo esta última estruturada por abstrações sucessivas”. (p. 125).

Acreditamos que seu principal mérito está em indicar o papel da escala como mediadora da pertinência na ligação entre a unidade de observação, isto é, o objeto de estudo, e o atributo a ela associado, indo além da explicitação de Lacoste (1997), quando este concordava que todos os comportamentos estudados pelos geógrafos, isto é, todas as ocorrências observadas, medidas e correlacionadas no espaço, de acordo com o nível de análise escolhido, se manifestaria somente naquele nível escalar.

Para Racine, Raffestin e Ruffy (1983), a homogeneidade e a heterogeneidade dos fenômenos estudados resultam da perspectiva pela qual os mesmos são observados, sendo esta perspectiva fruto de uma escolha que deve ser consciente e explícita. Isto é assim, porque há variação nos atributos constituintes dos fenômenos quando se passa da grande para a pequena escala. Outra noção fundamental trazida ao debate pelos autores, no contexto da escala como estratégia de apreensão da realidade, refere-se à sua consideração sobre a escala enquanto mediadora entre intenção e ação, sobretudo em relação às decisões estatais sobre o território. Suas análises são importantes porque nos permitem avançar na compreensão dos papéis desempenhados pelos diferentes agentes envolvidos na produção do espaço – não apenas ao poder exercido pelo Estado – e, mais que isso, nos permite apreender as diferentes possibilidades de conseqüências das ações desses agentes².

Até aqui, observa-se principalmente a problemática dimensional que envolve a escala. No entanto, merece atenção também sua percepção enquanto problema fenomênico. Neste caso, Castro (1995) destaca três pressupostos que podem ser estabelecidos quanto à problemática metodológico-epistemológica que envolve o termo escala, a saber:

- 1) não há escala mais ou menos válida, a realidade está contida em todas elas;
- 2) a escala da percepção é sempre ao nível do fenômeno percebido e concebido. [...].
- 3) a escala não fragmenta o real, apenas permite a sua apreensão. (p.132).

Pautada nas concepções de Merleau-ponty (1964), Castro (1995) destaca que a aparente fragmentação do real que ocorre quando nos aproximamos da realidade é apenas perceptiva, uma vez que cada objeto percebido possui o mesmo valor, já que cada um participa

² Esta discussão, Castro (1995) atribui a autores como Isnard, Racine e Reymond (1981).

conjuntamente de uma realidade tal em que este ou aquele se destaca, apenas como uma projeção particular.

Isto significa dizer, por um lado, que não há hierarquia entre os fenômenos tanto nos níveis micro como nos níveis macro, pois estes não constituem projeções mais ou menos aumentadas de um real em si, já que o real está contido e/ou projetado em cada um deles. Por outro lado, também significa dizer que o que importa é a percepção resultante, em que o real é presente, assim “a escala é portanto o artifício analítico que dá visibilidade ao real” (CASTRO: 1995: p. 133).

Neste ponto, cabe uma reflexão sobre qual seria este “real”, pois, se a escala constitui um “artifício analítico que dá visibilidade ao real” essa visibilidade refere-se à percepção individual que produzimos do real, ou da realidade. Então, é correto afirmar que à escala, tanto conceitual como metodologicamente, corresponde uma visão particular de mundo, uma concepção própria de espaço, e dos fenômenos envolvidos em sua estruturação e reestruturação. A consequência mais direta disto é que a concepção particular de um dado fenômeno estabelecido como ponto de partida, influi na continuidade da percepção sobre tal objeto.

Isto ocorre porque a realidade constitui um complexo e sucessivo encadeamento de fatos e ações, possui um dinamismo próprio, e isso tanto no espaço como no tempo. Daí a necessidade de se considerar a pertinência deste ou daquele nível escalar sem, no entanto, imaginar tais níveis ou recortes da realidade como que hierarquizados ou independentes entre si, pois é o conjunto das determinações envolvidas na percepção e concepção destes níveis, ou recortes, que dá o caráter de unicidade à realidade.

Neste sentido, Racine, Raffestin e Ruffy (1983) chamam atenção para a questão da escala como processo de “esquecimento coerente”. Para eles, em relação à complexidade que envolve a realidade, os elementos conservados da percepção sobre determinado recorte da realidade (ou escala) e envolvidos em sua representação é extremamente pobre e elementar, o que não impede uma ação eficaz. Desta forma, a escolha de um recorte da realidade é necessária, uma vez que é impossível fazer uma descrição da sua totalidade, da mesma maneira como seria impossível memorizar tal descrição. Para eles, “a escala aparece desde então como um filtro que empobrece a realidade mas que preserva aquilo que é pertinente em relação a uma dada intenção”. (p. 128).

Aqui, merece destaque a consideração da escala enquanto mediadora da ação. Esta consideração é necessária, uma vez que os principais argumentos em torno da produção e articulação entre as escalas geográficas, indicam para uma determinada concepção de espaço, em

que a organização social e as suas representações espaciais implicam em relações de poder que se estabelecem entre os atores sociais, nas mais diversas escalas.

Para acompanhar o raciocínio dos trabalhos mais recentes que tratam da questão da escala geográfica, vamos considerar a abordagem que versa sobre as ações dos diferentes agentes sociais e seu poder na produção da escala geográfica, no conjunto de suas relações, considerando-os como peças-chave na produção e manutenção de uma sociedade inerentemente capitalista.

Consideremos a posição de Soja (1993), autor para quem, em sua reafirmação do espaço na teoria social crítica, resgata as idéias de Lefebvre em que a organização do espaço deve ser concebida como um produto social, que ao mesmo tempo condiciona e é condicionado por um modo de produção, neste caso, o modo de produção capitalista, que se pauta na relação capital x trabalho. Para ele,

O espaço socialmente produzido é uma estrutura criada, comparável a outras construções sociais resultantes da transformação de determinadas condições inerentes ao estar vivo, exatamente da mesma maneira que a história humana representa uma transformação social do tempo. (p. 101-102)

Isto significa dizer que a produção social do espaço, ao mesmo tempo em que pressupõe relações de poder entre os diferentes atores sociais envolvidos neste processo, pede uma nova percepção sobre a sua conformação, uma percepção que diferencie a concepção do espaço enquanto dado, material, de uma concepção espacial que considere a ação social sobre este espaço construído historicamente, ou seja, uma concepção de espaço criado, e pautada na própria organização e produção sociais, em que a consideração do tempo, ou da escala temporal, possui extrema relevância. Somente assim podemos chegar à idéia do espaço enquanto produto de uma prática deliberada que envolve uma dimensão política e ideológica. Voltaremos a esta discussão mais adiante, neste trabalho.

Por hora, é importante esclarecermos nossa posição em relação ao espaço, uma vez que a construção, apreensão e aplicação metodológica da teoria das escalas geográficas pressupõe uma visão da realidade, isto é, uma certa visão do processo de produção do espaço.

Para Silveira (1996: p. 6), resgatando as idéias de Milton Santos,

a escala, entendida como extensão da organização dos fenômenos ou como um dado da organização, [...] constitui, [...], uma manifestação do conjunto indissociável de sistemas e objetos de ações que forma o espaço.

E, esse conjunto de ações que forma o espaço não deve ser entendido como outra coisa, senão como práticas políticas no sentido de construção e transformação da realidade.

Lembrando as análises de Smith (1988), para quem a produção das escalas deve ser entendida no contexto das diferentes formas como o capital aparece fixado, ou materializado no espaço – daí sua relevância na compreensão da produção dos padrões de desenvolvimento desigual – podemos concluir que à concepção e produção das diferentes escalas geográficas corresponde um conjunto de determinações políticas, ideológicas, econômicas, culturais e espaciais que mediam os padrões de produção, estruturação e reestruturação do espaço, isto é, da própria realidade.

Ora, já sabemos que a realidade é uma totalidade, e que deve ser entendida como uma totalidade temporal, uma vez que esta totalidade é dinâmica porque envolve uma certa dimensão social (que é ao mesmo tempo política e ideológica), sendo passível de transformações ao longo do tempo de acordo com o sistema de ações que condiciona nossa percepção sobre a sua existência. Então, poderíamos abstrair que a escala pode ser entendida como um elemento mediador entre a intenção e a ação na produção do espaço mas, ao mesmo tempo, uma construção realizada pela concretude envolvidas nas resoluções que conjugam intenção e ação num mesmo movimento.

Esta idéia é importante porque torna mais fácil compreender os padrões de desenvolvimento desigual, tal como explicitados por Smith (1998). Conforme este pesquisador, os padrões de desenvolvimento desigual que se observa na paisagem resultam das determinações capitalistas sobre o espaço, determinações essas mediadas pelo poder de decisão dos diferentes atores sociais sobre a organização do espaço.

Para este pesquisador (1988) a lógica do desenvolvimento desigual deriva das várias tendências opostas, inerentes ao capital, para a diferenciação, mas com a simultânea igualização dos níveis e condições da produção. Segundo esta teoria, o capital é continuamente investido no ambiente construído com a finalidade de se produzir mais-valia e a expansão da base do próprio capital.

Como a tendência do capital é a de se deslocar continuamente para outros locais a fim de se beneficiar com taxas de lucros mais altas, “a imobilização espacial do capital produtivo em sua forma material não é nem menos necessária do que a perpétua circulação do capital como valor” (SMITH, 1988: p. 19). Isto significa dizer que o capital busca não um equilíbrio construído no território, mas um equilíbrio que seja viável justamente em sua capacidade de se deslocar nos territórios de maneira sistemática.

É este, pois, o movimento em vaivém do capital, que ocorre subjacente ao processo mais amplo de desenvolvimento desigual. O padrão resultante desse movimento na paisagem é o desenvolvimento de um lado e o subdesenvolvimento de outro, padrão esse que

pode ser verificado em várias escalas espaciais, dentre as quais destaca-se a internacional, a nacional e a urbana (SMITH, 1988: p. 213).

Em trabalhos mais recentes (SMITH, 1992; 2000), o autor evolui a discussão sobre a produção e articulação entre as escalas geográficas, ampliando sua análise sobre outros níveis escalares específicos, a saber, o corpo, a casa, a comunidade, a cidade, a região, a nação e o globo.

Para Guimarães (2003), resgatando as idéias de Smith, as marcas da desigualdade observadas em um espaço urbano constituem reflexo da desigualdade característica da própria sociedade que o produziu. Aqui devemos lembrar que a expressão desta desigualdade é fruto das ações políticas e ideológicas dos diversos grupos que conformam nossas sociedades, ou melhor, das relações dialéticas conflitivas entre esses diferentes grupos.

Smith (2000) concorda sobre a necessidade, entre os geógrafos, de uma linguagem tal que dê conta de explicar a diferenciação espacial, e aponta a produção da escala como uma saída para este problema. Segundo este pesquisador, ao longo do século XX, a subordinação do espaço ao tempo, significou que a diferença espacial foi ignorada ou tratada como natural: tal questão relacionava-se com a teoria social somente quando se observavam diferentes processos sociais em lugares diferentes (p. 139).

O espaço aparecia, então, como dado, auto-evidente, não problemático e sem necessidade de teorização, onde a escala geográfica era tomada apenas como uma mera questão de preferência metodológica para o pesquisador – cujo exemplo já mencionado neste texto, encontramos em Lacoste (1997) – em detrimento de sua apreensão enquanto categoria socialmente construída.

Segundo Smith (2000), a base desta contradição estaria na associação entre as concepções de espaço metafórico e absoluto, uma vez que as metáforas espaciais tendem a reforçar este caráter de inerte associado historicamente ao espaço. Isto é assim, na medida em que as metáforas espaciais supõem como dado o que os geógrafos concebem como “espaço absoluto”. Então,

Refratado no espelho de um espaço absoluto altamente rígido, o espaço metafórico abre ‘lugar para se mover’, o espaço onde se pode ser fecundo, dialético, doador de vida. É desse modo que o espaço metafórico ganha sua riqueza – à custa do espaço material, cujo empobrecimento reforça. (p. 141-142)

Pensamos que é para escapar justamente destas concepções metafóricas de espaço que Neil Smith, em sua obra, centra suas análises da diferenciação espacial, através de

uma concepção de escala geográfica socialmente construída, e onde o espaço absoluto – por constituir-se na atividade social cristalizada ao longo do tempo – possui certa relevância. Para ele, a construção da escala é um meio primário mediante o qual se dá a diferenciação espacial, sendo que a compreensão da escala geográfica é que poderia nos proporcionar uma linguagem mais clara na apreensão da diferenciação espacial (1988, 1992, 2000). Assim,

[...], a construção da escala é um processo social, isto é, a escala é produzida na sociedade e mediante a atividade da sociedade que, por sua vez, produz e é produzida por estruturas geográficas de interação social. [...], a produção da escala geográfica é um lugar de luta política potencialmente intensa. (Smith, 2000: p. 139).

Mas, o que significa dizer que a “produção da escala geográfica é um lugar de luta política potencialmente intensa”? Aqui, voltamos à discussão sobre a concepção de produção do espaço, enquanto resultado dos conflitos entre ações inerentemente políticas e ideológicas que permeiam a organização social historicamente, ou ao confronto entre a escala da ação e a escala do império, tal como explicitado por Silveira (1996).

Segundo esta pesquisadora, o espaço geográfico é expressão da funcionalização de uma totalidade (realidade construída) historicamente passível de delimitação. No entanto, trata-se de um processo que jamais se completa, uma vez que ao ser produzida uma totalidade, esta também se caracteriza como sinônimo de ação e organização, cuja base assenta-se sobre certa multiplicidade de vetores.

Poderíamos abstrair a escala das ações como sendo o conjunto das decisões políticas e normativas, expressão do poder simbólico de diferentes grupos que podem ter como base uma dimensão territorial global ou local. A escala do império corresponde a própria totalidade existente previamente, isto é, um mundo construído ou, “um arranjo de objetos e normas que, ao mesmo tempo que é transformado, obriga os vetores a uma adaptação” (SILVEIRA, 1996, p. 6). Trata-se, portanto, de um limite imposto ao processo de totalização uma vez que material e organizacional.

Desta feita, para esta pesquisadora “enquanto a escala da ação é constituída de tempo: o tempo global, o tempo nacional, o tempo local, a escala de império faz alusão ao tempo empiricizado [...]: a escala mundial hoje, a escala da formação socioespacial, a escala do lugar”. (p. 6).

A escala apresenta-se aqui ao mesmo tempo como possibilidade e como rugosidade³, processos que imprimem o caráter de singular à produção e diferenciação espacial.

³ Termo cunhado por Milton Santos em sua obra para designar aquelas formas sob as quais se apresenta a organização social e histórica humana, isto é, o espaço construído, cristalizadas na paisagem, e que podem ou não estar gozando das mesmas funções de quando foram criadas.

Desta maneira, “a ação cria instabilidade e conflitos entre os agentes [envolvidos no processo] e, portanto, novos limites; a materialidade cria inércia e resistência à mudança”. (SILVEIRA, 1996: p. 6)

Vários autores que tratam do processo atual de globalização econômica e cultural e do papel das redes e dos fluxos (de pessoas, mercadorias, dinheiro, capital, idéias, informações) que se estabelecem em sua dinâmica, e de sua influência sobre o desenvolvimento dos padrões espaciais que marcam as sociedades na atualidade, concordam que a “pedra fundamental” deste processo de globalização está no acirramento da competição⁴ econômica entre instituições (principalmente, grandes conglomerados financeiros e industriais monopolistas), que devem ser entendidas, em última instância, como relações de poder.

Isto significa dizer que são estas entidades, apoiadas no peso político dos seus países de origem, sobre as relações políticas e econômicas mantidas com os demais países, que influenciam diretamente no processo de fixação material do capital nos diferentes territórios, contribuindo para a criação de diferentes níveis de diferenciação espacial, através das resoluções políticas, isto é, do seu poder frente à escala local.

Por um lado, poderíamos admitir que estas relações de poder se submetem aos padrões de desenvolvimento espacial desigual, uma vez que a competição – cerne do desenvolvimento e reprodução do sistema capitalista de produção – acirra as disputas entre os diversos lugares, constantemente à procura do seu “lugar ao sol” no interior do sistema.

Isto pode ser entendido, segundo Santos (1996), pelo fato de que os lugares se distinguem pela capacidade de oferecer rentabilidade aos investimentos, sendo esta capacidade maior ou menor em virtude das condições locais de ordem técnica (equipamentos, infraestrutura, acessibilidade) e organizacional (leis locais, impostos, relações trabalhistas). Assim, os lugares se especializam, em função de suas virtualidades naturais, de sua realidade técnica, de suas vantagens de ordem social.

Por outro lado, mesmo considerando que a competição constitui um processo de extrema importância para a manutenção da economia capitalista, as relações de poder que se estabelecem e que endossam a reprodução do sistema devem ser entendidas num processo dialético de competição e cooperação. Isto significa dizer que também há cooperação no interior da classe capitalista a fim de proporcionar as condições para a acumulação de capital e a reprodução social, assim como a conjuntura necessária para enfrentar os desafios ao seu poder.

⁴ Para uma abordagem consistente do papel exercido pela competição sobre as determinações espaciais, e sobre a conformação de uma conjuntura que lhe impõe limites, em um mundo de economia globalizada ver Petrella (1996)

Esta é uma lógica que envolve não somente a “escala da ação” dos grandes grupos monopolistas globais, mas também, natural e necessariamente, a dos grupos locais, cujos interesses podem coincidir ou conflitar com os interesses do primeiro grupo. Concomitantemente à “escala do império” existente localmente, a escala da ação dos grupos locais é que impõe uma dinâmica em que o processo de totalização, tal qual explicitado por Santos (1996), está em constante transformação, tanto no tempo como no espaço.

Para Smith (2000), a produção da escala geográfica pode ser concebida como uma resolução geográfica de processos sociais contraditórios de competição e cooperação. Em seus dizeres,

A produção e a reprodução contínuas da escala expressa tanto a disputa social quanto a geográfica para estabelecer fronteiras entre os diferentes lugares, localizações e sítios de experiência. A construção do lugar implica a produção da escala, na medida em que os lugares são diferenciados uns dos outros; a escala é o critério de diferença, não tanto entre lugares como entre tipos diferentes de lugares. (p. 142).

É nesta perspectiva que Massey (2000) procura expressar “um sentido global do lugar”. Para ela, o lugar – que, no caso do presente trabalho estamos considerando como sendo o local – é consequência do poder exercido por alguns indivíduos sobre a criação daquilo que certos autores estão chamando de compressão de tempo-espaço. Isto significa dizer que a dinâmica do capitalismo por si só não dá conta de explicar os padrões de desenvolvimento espacial desigual que se observa em diferentes territórios, mas é justamente a luta política pelo direito de exercer o poder sobre as determinações que influenciam na diferenciação espacial que produzem o sentido global do lugar.

Assim, da mesma maneira como alguns grupos financeiros e industriais monopolistas exercem seu poder sobre as determinações espaciais locais, o que se faz através da competição e cooperações nos moldes capitalistas, também o local, por conter atividade social, utiliza um determinado sentido de cooperação que contribui para dificultar e, em alguns casos, até mesmo barrar a influência daquelas determinações globais no lugar, ou de sua efetiva totalização. E são estas relações de poder que se travam entre o local e o global que caracterizam o sentido global do lugar e produzem a escala geográfica, tal qual apresentada por Neil Smith em sua obra.

Acreditamos ser aí, no desvendamento das escalas da ação e na delimitação de uma determinada escala de império, que reside a importância da teoria das escalas geográficas no estudo da diferenciação espacial.

Também é sobre esta relação dialética de competição e cooperação, entre o local e o global que se assenta àquilo que Smith, em suas análises, chama de “saltar escalas”. A título de exemplo, tomemos o caso de um conflito recente envolvendo um decreto baixado pelo atual prefeito do município de Bocaiúva do Sul, no interior do Estado do Paraná, proibindo a fixação e a convivência de homossexuais na cidade, com a comunidade local, mesmo contrariando a opinião pública do lugar.

O evento rapidamente extrapolou as fronteiras político-administrativas do município e tornou-se notícia em todo o Estado e mesmo no país, constituindo manchete de primeira página em vários jornais. Na mesma proporção de tempo, provocou a ira e indignação de várias organizações não-governamentais que zelam pelos direitos dos homossexuais em todo o país. Em menos de 48 horas do incidente, os líderes do Grupo Dignidade⁵ no Paraná, entraram com um mandado de segurança na Justiça, pleiteando a revogação imediata do decreto por ferir a Constituição.

Mas, talvez, mais importante que isso, tenha sido o fato de que neste mesmo lapso de tempo, organizou-se, como consequência do caso, uma passeata de algumas dezenas de homossexuais e simpatizantes na cidade – que tem cerca de 9 mil habitantes –, liderada pelo Grupo Dignidade, que contou com a participação ativa de uma leva de moradores locais indignados com a incoerência da resolução do prefeito, e o apoio de sua quase totalidade.

Vejamos como o caso exposto acima pode contribuir para a compreensão da produção da escala geográfica. No momento em que o prefeito baixou o decreto, não afetou apenas os direitos de ir e vir e de cidadania dos homossexuais locais – garantidos pela Constituição –, mas de todo um grupo de indivíduos que, mesmo não participando diretamente da vida social, política e econômica local, ou constituindo-se em moradores potenciais de Bocaiúva do Sul, se viram afetados em seus direitos pela imposição deliberada de uma resolução tomada, através do poder político exercido por um único indivíduo, ainda que representando toda a sociedade local.

⁵ O Grupo Dignidade – Conscientização e Emancipação Homossexual, é uma organização não-governamental fundada em Curitiba em 1992 e atua em todo o Brasil. Tem como objetivo organizar o maior número possível de pessoas interessadas em defender a liberdade de orientação sexual e, especificamente, defender o direito a liberdades de orientação sexual e combater a AIDS e seus efeitos. Conta com a participação de várias entidades ligadas aos direitos humanos, inclusive a Anistia Internacional. Organiza e desenvolve vários projetos nas áreas de saúde, sexualidade e direitos humanos.

Ao extrapolar as fronteiras políticas e administrativas municipais através dos meios de comunicação, o caso deu lugar a uma resistência ativa por parte dos grupos que lutam pelos direitos dos homossexuais, organizados em todo o país. Sua ação se deu através de uma eficaz resistência política e simbólica, tanto através da instauração de um processo de inconstitucionalidade contra o decreto do prefeito, como por meio da ação direta desses grupos no município, através da organização de uma passeata como jamais os moradores locais poderiam sequer imaginar que um dia veriam em suas ruas.

Tratou-se, portanto, de uma intensa luta política pelos direitos de cidadania dos homossexuais, tanto de Bocaiúva do Sul como do Paraná, do Brasil e do mundo, uma vez que o caso ganhou projeção internacional em países como França e Espanha, que permitiu o “saltar escalas”, tal como proposto por Smith (1992; 2000). Foi um momento em que, Bocaiúva do Sul tornou-se “famosa”, ultrapassando a escala local e regional e atingindo a escala nacional, na mesma proporção que a escala da luta da causa homossexual reafirmou-se, ganhando um novo status junto à comunidade local, regional e mesmo nacional.

De acordo com Guimarães (2003), além da leitura dos mapas de diferentes escalas, também caberia à Geografia a compreensão das articulações entre as escalas produzidas socialmente, bem como a identificação dos grupos que exercem o controle e a mobilidade nas diferentes escalas. Então, “enquanto uma resolução geográfica de processos sociais contraditórios de competição e cooperação, a escala geográfica é produzida pelas relações sociais dos atores políticos em jogo” (p. 11).

Ao tomarmos a questão das escalas geográficas como abordagem conceitual, é importante cuidarmos, no entanto, para não cairmos na tentação de imaginar sua criação, manutenção e articulação apenas através do viés das “escalas do capital”, pois como analisa Smith (1992), a construção da escala geográfica, ao mesmo passo em que resulta, contribui para as lutas sociais baseadas e problematizadas em questões centrais tais como a classe, o gênero, a raça e outras diferenças sociais. Estas análises endossam o exemplo exposto anteriormente, sobre a luta homossexual contra sua repressão social e política.

Isto significa dizer que, se por um lado o que produz as escalas é a distinta fixação do capital no espaço e daí a sua relevância na apreensão do desenvolvimento desigual (SMITH, 1988), por outro lado, o acesso diferencial ao espaço concede um poder diferencial para as pessoas construírem suas escalas espaciais de vida (Smith, 2000). Em seus dizeres, “es la escala que delimita las paredes de la prisión de la geografía social”. (1992: p. 31).

Para Harvey (2003), ao discutir sobre a produção das escalas espaciais,

Estas escalas en las que se puede organizar la actividad humana dependen fuertemente, por supuesto, de las innovaciones técnicas (el sistema de transportes y de comunicaciones es vital) así como de las cambiantes condiciones políticas y económicas (comercio, rivalidades y alianzas geopolíticas, etc.). Son igualmente resultado de la lucha de clases y otras formas de lucha política/social, al tiempo que definen también las escalas en las que se debe librar la lucha de clases. (p. 96)

De acordo com estas considerações, a escala geográfica deve ser entendida para além da cristalização, isto é, da materialização espacial das ações e dos processos sociais que marcam a organização social do espaço. Pensar a diferenciação espacial sob o viés da produção e articulação entre as diversas escalas espaciais pode constituir uma importante ferramenta na apreensão das determinações que envolvem os mais específicos processos sociais.

A escala corresponde ao locus das disputas sociais, em toda sua plenitude de contradições. Aí reside a importância da concepção sobre as determinações que produzem as escalas geográficas, é a partir daí que poderemos começar a construir uma linguagem que torna possível uma política espacial mais substantiva e tangível, como bem analisa Smith (2000), pois “é a escala geográfica que define as fronteiras e limita as identidades em torno das quais o controle é exercido e contestado.” (p. 144).

E, como as diferentes escalas assim concebidas contêm a atividade social, devem ser pensadas como que encaixadas ao invés de hierarquizadas, uma vez que a hierarquização entre as escalas implicaria uma visão de mundo, de realidade estática. Mesmo considerando a escala geográfica enquanto hierarquicamente produzida como parte das determinações sociais e culturais, econômicas e políticas do capitalismo e do patriarcalismo contemporâneos que imprimem uma determinada forma, isto é, certo arranjo espacial à realidade, a questão é justamente,

Não ‘congelar’ um conjunto de escalas como blocos de uma política espacializada, mas compreender os meios sociais e os propósitos políticos mediante os quais e para os quais esse congelamento de escalas é todavia realizado – embora transitoriamente. (SMITH, 2000: p. 144).

Neste ponto, cabe ressaltar certa incoerência nas análises de Smith quando este discute sobre o movimento de “saltar escalas”. Mesmo admitindo que as escalas devam ser pensadas como que encaixadas ao invés de hierarquizadas, quando este autor pressupõe um “saltar escalas” demonstra implicitamente em seu discurso certa visão que dicotomiza o processo de produção e articulação entre as escalas geográficas em seu papel na produção e diferenciação social do espaço, separando a esfera da ação com a esfera do acontecer, ou seja, dos reflexos – sócio-culturais e político-econômicos – dessa ação.

Desta forma, uma saída possível para a problemática sobre as fronteiras e a articulação entre as escalas espaciais, seria sua apreensão através da idéia de *síntese de múltiplas escalas*, conforme discussões que vem sendo desenvolvidas no interior do GASPERR (Grupo Acadêmico Produção do Espaço e Redefinições Regionais), do qual fazemos parte. Assim, o caso levantado anteriormente sobre a luta política empreendida pela classe homossexual contra a repressão e pelo respeito aos seus direitos enquanto grupo e enquanto indivíduos, bem pode servir de exemplo para ilustrar essa idéia. Acreditamos que o entendimento do incidente ocorrido em Bocaiúva do Sul não deve ser entendido apenas como um processo de “saltar escalas”, e sim no contexto de uma síntese de múltiplas escalas, onde local e global, tempo e espaço estão contidos e mediados pelas determinações políticas dos atores sociais envolvidos no caso.

Isto significa dizer que determinado acontecimento, por mais que seja localizável na superfície terrestre e, portanto, passível de ser representado nos mapas – uma vez que este acontecimento pode gerar aspectos concretos e palpáveis no espaço – possui uma dimensão social que é determinada pelas relações sociais dos atores políticos envolvidos em determinada realidade (GUIMARÃES, 2003). É neste sentido que este pesquisador, ao tratar sobre a questão da síntese de múltiplas escalas, esclarece que,

Quanto mais um determinado ator político é capaz de atuar em diferentes escalas, maior o seu poder de decisão sobre a produção do espaço. Da mesma forma, a importância política de um acontecimento está relacionada à complexidade da síntese de escalas que este proporciona, potencializando a capacidade de agir de determinados atores. (p. 17).

Portanto, a produção da escala geográfica deve ser encarada como resultado de um conjunto de intenções e ações, fruto das relações de poder travadas entre os diferentes atores sociais, e que imprimem a cada lugar uma singularidade que nos permite distingui-lo dos demais. A escala geográfica é, antes de qualquer coisa, uma produção social, resultante de fenômenos delimitáveis tanto no tempo como no espaço, através da apreensão de suas fronteiras que, em última instância, constituem as fronteiras do acontecer, ou das realizações dos fenômenos no local.

Talvez, em nenhum outro recorte espacial, a produção das escalas geográficas seja tão perceptível quanto no espaço urbano. Isto se faz, por exemplo, através da observação das diferenças entre os padrões espaciais no interior da cidade. Também é aí, no espaço urbano, que as lutas entre os diversos atores sociais mostra o seu poder sobre as determinações espaciais. É na cidade que melhor podemos observar a relação entre uma determinada combinação de eventos no tempo e no espaço, e a produção da escala geográfica.

No capítulo que segue, passaremos a alguns apontamentos sobre o papel do espaço urbano na produção da escala geográfica, enfocando a estreita relação existente entre o tempo e o espaço, na configuração da escala do acontecer, isto é, da produção da realidade.

CAPÍTULO 2

NA ESCALA DO ESPAÇO URBANO... . A CIDADE ENQUANTO ESPAÇO É TEMPO

De posse das considerações desenvolvidas até o presente, passaremos a discutir sobre o papel fundamental da dimensão temporal, ou histórica, do processo de produção e reprodução dos diferentes padrões espaciais, já que esta dimensão também importa à compreensão das especificidades que revelam e traduzem as contradições inerentes à existência humana, sobretudo em sua fase atual, chamada de sociedade moderna.

Aqui, destacamos o papel fundamental da cidade, lócus da concentração da produção em todas as suas especificações (social, política, econômica, cultural), na produção e articulação entre diferentes escalas espaciais e temporais. Para fazer avançar nossas discussões, admitimos a íntima relação entre espaço e tempo.

Segundo Giddens (1991), o dinamismo da modernidade deriva, sobretudo,

[...] da separação do tempo e do espaço e de sua recombinação em formas que permitem o ‘zoneamento’ tempo-espacial previsto da vida social; do ‘desencaixe’ dos sistemas sociais (um fenômeno intimamente vinculado aos fatores envolvidos na separação tempo-espaço); e da ‘ordenação e reordenação reflexiva’ das relações sociais à luz das contínuas entradas (inputs) de conhecimento afetando as ações de indivíduos e grupos. (p. 25).

Vimos anteriormente, com base em Soja (1993), o quanto a separação entre tempo e espaço dificultou para o desenvolvimento de uma Geografia apartada de interesses individuais de certos grupos sociais. No entanto, Giddens trás à tona uma questão crucial para o entendimento da produção da escala geográfica e que nos permite fazer as conexões necessárias para a compreensão sobre a produção e articulação escalar em diferentes níveis, a concepção de síntese de múltiplas escalas e o papel atribuído ao espaço urbano neste processo.

Assim, tempo e espaço se fundem na produção da escala das relações sociais cotidianas. Mas não é só isso. Também a produção da escala do comando e do controle cada vez mais globalizados deve ser agregada à esta noção fundamental de produção da escala no local. E a cidade é o lócus que congrega todo este conjunto. Na cidade podemos verificar o poder e o dinamismo do processo de totalização, tal como exposto por Milton Santos, e o papel exercido pelo tempo e pelo espaço nesta construção totalizadora.

Lefebvre (2001), ao tratar sobre as vinculações entre os processos de urbanização e industrialização, e a luta de classes para comandar política e ideologicamente este processo, lembra que “a vida urbana pressupõe encontros, confrontos das diferenças, conhecimentos e reconhecimentos recíprocos (inclusive no confronto ideológico e político) dos modos de viver, dos ‘padrões’ que coexistem na Cidade”. (p. 15).

Disso, depreende-se que o “assalto” da cidade pelo processo de industrialização não deve ser encarado como um processo natural, sem intenções e vontades individuais ou de grupos inteiros. Para Lefebvre (2001), num tal processo,

Intervêm ativamente, voluntariamente, classes ou frações de classes dirigentes, que possuem o capital (os meios de produção) e que geram não apenas o emprego econômico do capital e os investimentos produtivos, como também a sociedade inteira, com uma parte das riquezas produzidas na ‘cultura’, na arte, no conhecimento, na ideologia. Ao lado, ou antes, diante dos grupos sociais dominantes (classes ou frações de classes), existe a classe operária: o proletariado, ele mesmo dividido em camadas, em grupos parciais, em tendências diversas, segundo os ramos da indústria, as tradições locais e nacionais. (p. 14).

Talvez por isso tenhamos nos deparado com tantas dificuldades durante o trabalho de campo – etapa crucial para o desenvolvimento de um trabalho acadêmico como este que vimos desenvolvendo – no sentido de obter informações junto aos industriais de Cianorte. Isto é assim uma vez que na atualidade, a informação pode constituir-se em instrumento de dominação ou libertação, de exclusão ou de inclusão, pode garantir a coesão ou a dispersão no interior de um dado grupo social. Acreditamos que esta questão pode ser pensada sob o viés dos encontros/confrontos inerentes aos interesses individuais e coletivos que marcam a vida social na cidade.

De qualquer maneira, vale destacar a importância da noção de divisão do trabalho neste contexto, pois a cidade moderna congrega uma parte substancial das relações de poder que comandam a divisão do trabalho nas sociedades atuais. Mesmo quando se verifica um processo de desconcentração industrial em grandes metrópoles, é principalmente nas metrópoles que ficam os centros de comando dos mecanismos de produção, isto é, os escritórios das empresas que, em última medida, comandam o processo de divisão do trabalho nacional.

Aqui, deve ser destacada uma outra questão fundamental referente à maneira como ocorre a relação entre determinados ritmos de tempo, isto é, das diferentes produções escalares, e determinadas extensões e/ou distribuições no espaço, ou seja, de acordo com as diferentes escalas geográficas. Neste sentido, partimos da concepção de que a construção do tempo e do espaço ocorre coletivamente, através da disputa de poderes entre indivíduos e grupos de indivíduos, no contexto de uma determinada realidade social, num determinado período e espaço dado.

Vimos que o processo de produção e articulação entre as diferentes escalas espaciais, deve ser pensado com base na atividade social. Cabe lembrar que a problemática da

divisão social e territorial do trabalho constitui uma das principais dimensões da atividade social, uma vez que determina sua manutenção e a produção das condições para sua reprodução.

Assim, também quando consideramos a produção e articulação entre diferentes escalas geográficas as relações entre tempo e espaço constituem uma questão que se apresenta em relevo. Isto porque, a produção da escala geográfica se dá através das atividades individuais e coletivas, que ocorrem, numa sociedade inserida em um tempo e espaço determinados. Claro é que estas relações não ocorrem, de maneira nenhuma, pacificamente, uma vez que envolve interesses tanto individuais como coletivos.

Smith (2000), ao tentar organizar um pensamento mais coerente sobre a análise da diferença espacial, através do estabelecimento de algumas escalas espaciais, ressalta que o espaço urbano representa a esfera diária do mercado de trabalho. Para ele, a cidade envolve a centralização mais elaborada dos recursos sociais e de capital devotados à produção, ao consumo e à administração sociais.

Sabe-se que o urbano estrutura-se sobre uma divisão conforme diferentes atividades e funções. No entanto, no caso das cidades na atualidade, um aspecto recorrente nos estudos do espaço urbano, refere-se aos diferentes usos da terra e sua alocação a diferentes espaços, sendo tal processo mediado pelo mercado imobiliário, através de seu próprio sistema de aluguéis. Cabe a tal processo a responsabilidade sobre a diferenciação espacial interna à cidade.

Neste contexto, Smith (2000) analisa que, no interior do espaço urbano, a estrutura de aluguéis, a política do governo e as instituições financeiras privadas criam uma diferenciação do espaço residencial, em larga medida, mas não exclusivamente, por classe e raça, uma diferenciação estrutural que é culturalmente transformada num “mosaico de enclaves”.

Para ele,

A distinção espacial mais definitiva na cidade capitalista avançada implicou a separação do trabalho da casa, precipitando uma geografia urbana marcada pelo gênero, mas com o surgimento do enobrecimento e da integração dos subúrbios em décadas recentes, junto com o ressurgimento do trabalho em casa e da porcentagem crescente de mulheres que trabalham fora de casa”. (SMITH, 2000: p. 150-51).

Sobre este aspecto, Lefebvre (2001) esclarece que estes processos reforçam a intensidade da vida urbana, e a própria cidade, uma vez que esta passa a congrega espaços diferentes e apropriados para diferentes funções. Para ele, a cidade contemporânea constitui

produto de consumo de uma alta qualidade para indivíduos e grupos de classes socialmente diferenciados. Assim, a cidade

sobrevive graças a este duplo papel: lugar de consumo e consumo do lugar. [...], os antigos centros entram de modo mais completo na troca e no valor de troca, não sem continuar a ser valor de uso em razão dos espaços oferecidos para atividades específicas. Tornam-se centros de consumo. (p. 12).

No entanto, o que se observa hoje é que o valor de troca prevalece sobre o valor de uso. Com o crescimento notável de algumas cidades – em detrimento da total estagnação de outras – refletindo o processo de centralização do capital e o desenvolvimento e dispersão dos meios de transporte que permitem uma crescente mobilidade geográfica, a cidade passa a ser o centro do “poder”.

Notamos claramente a importância da dimensão espacial neste conjunto de acepções. No entanto, uma análise que não leve em conta o aspecto temporal dos processos estudados, corre o risco de cair em desuso, uma vez que separa o espaço da dinâmica que lhe é inerente.

Desta forma, segundo Haesbaert (2002: p. 110-111), temos que,

[...] mesmo as escalas mais gerais do espaço e tempo, inseridas numa dimensão freqüentemente denominada de estrutural, abriga sempre, em diferentes níveis de interação, as escalas locais de espaço e tempo (‘lugares’ e acontecimentos’), sem as quais aquelas não existiriam.

Então, como nem todo fato histórico corresponde a uma escala territorial explicitamente determinada, não se pode impor a idéia de que ao tempo breve corresponda uma realidade restrita ao espaço local e, vice-versa, o espaço local não constitui, necessariamente, um território onde as mudanças ocorrem muito rapidamente.

Tendo em mente, com base em Giddens (1991) a relação existente entre o “lugar” e a localidade, ressalta-se que o advento da modernidade,

[...] arranca crescentemente o espaço do tempo fomentando relações entre outros ‘ausentes’, localmente distantes de qualquer situação dada ou interação face a face. Em condições de modernidade, o lugar se torna cada vez mais ‘fantasmagórico’: isto é, os locais são completamente penetrados e moldados em termos de influências sociais bem distantes deles. (p.27).

Isto significa dizer, por um lado, que aquilo que estrutura o local não é somente o que está presente na forma como este se apresenta, pois esta forma visível oculta as relações mantidas com outras escalas, e que determinam sua natureza. Por outro lado, é justamente porque o local também é social e dinâmico, e capaz de responder aos estímulos vindos “de fora”, que este possui certo sentido de global. (MASSEY, 2000).

De qualquer maneira, o que se verifica atualmente, é que com o desenvolvimento científico e, sobretudo, tecnológico, passamos por um período chamado de compressão do tempo-espaço, em que, com a velocidade do nosso tempo, o espaço local passou a condensar em si características de todo o mundo, sendo que as áreas urbanas das grandes cidades constituem os locais privilegiados em relação à multiplicidade de tempos e velocidades que representam toda a diversidade de ritmos nas transformações no nível mundial (HAESBAERT, 2002: p. 111).

Para Massey (2000), a compressão de tempo-espaço precisa de diferenciação social. Para ela, não se trata apenas de uma questão moral ou política que envolve desigualdade, mas também de uma questão conceitual. E vai além, ao admitir que por trás deste movimento está um processo que chama de “geometria do poder” da compressão de tempo-espaço, uma vez que diferentes grupos sociais e diferentes indivíduos posicionam-se de maneiras distintas em relação à mobilidade diferenciada que marca as sociedades atuais.

Para esta mesma pesquisadora, algumas pessoas ou grupos responsabilizam-se mais do que outras pela mobilidade. Enquanto algumas dão início aos fluxos e movimentos, outras não, enquanto algumas ficam mais em sua extremidade receptora, algumas são efetivamente aprisionadas por ela. Assim,

não se trata simplesmente de uma questão de distribuição desigual, de que algumas pessoas movimentem-se mais do que outras e que alguns tenham mais controle do que outros. Trata-se do fato de que a mobilidade e controle de alguns grupos podem ativamente enfraquecer outras pessoas. A mobilidade diferencial pode enfraquecer a influência dos já enfraquecidos. A compressão de tempo-espaço de alguns grupos pode solapar o poder de outros. (MASSEY, 2000: p. 180).

Aqui devemos destacar a questão existente sobre o espaço urbano, e o modo como se relaciona com as transformações e a difusão de novas tecnologias, sobretudo aquelas que envolvem a comunicação e os transportes, sendo que ambas ligam-se profundamente à aceleração dos fluxos.

Nesta perspectiva, podemos abstrair que, da mesma maneira como as novas tecnologias proporcionam uma maior fluidez e rapidez na dispersão de novas tecnologias e

novos padrões de organização da produção, também a resposta das forças contrárias a esta dispersão se dá em velocidades cada vez maiores.

Ou seja, a capacidade de organização de grupos locais, quer seja para colaborar, quer seja para se opor às determinações vindas de instituições superiores e muitas vezes distantes da realidade social local, aumenta na mesma proporção em que tais grupos ou indivíduos passam a utilizar os mesmos artificios utilizados pelos outros grupos, os que comandam as transformações. Podemos pensar, ainda, que a eficácia de sua ação frente aos grupos hegemônicos, que comandam a vida social, econômica, política e cultural global, está justamente em sua capacidade de se adequar às novas formas que se apresentam e transformam a realidade a sua volta, utilizando-as em benefício próprio ou do grupo do qual faz parte.

Acreditamos que esta realidade não deve ser pensada única e exclusivamente para o espaço urbano das grandes metrópoles, uma vez que a dinâmica política, econômica e cultural global influi sobre as transformações sociais nos espaços locais.

Como exemplo de mecanismo que pode ser pensado no contexto da criação e articulação entre diferentes escalas espaciais, tomemos o caso das telecomunicações, em que o componente espacial se apresenta em relevo. Isto é assim, à medida que elas possuem o dom de percorrer e subjugar todos os territórios e paisagens, ligando espaços até então considerados isolados aos lugares que constituem os centros de excelência em termos de modernidade científica e tecnológica, através dos fluxos que se estabelecem.

As telecomunicações e as tecnologias que as acompanham constituem importante instrumento para a institucionalização das transformações que afetam diretamente uma dada organização social local, ao mesmo tempo em que pode vir a ser importante instrumento na transformação de uma dada realidade social de acordo com as necessidades locais. Este é um fato bastante recorrente no interior do espaço urbano das cidades.

Como exemplos deste processo, podemos lembrar o surgimento de organizações não-governamentais – que visam garantir os direitos de existência e manutenção de grupos de excluídos, tanto de seres humanos como do próprio meio ambiente; organizações locais, como as associações de bairro – que lutam para garantir as condições de infra-estrutura mínima para a reprodução da comunidade local; a criação de cooperativas de pequenos comerciantes locais – como alternativa para fazer frente à concorrência dos grandes supermercados; ou ainda a organização de uma parcela de empresários de determinado ramo industrial, através de sindicatos criados exclusivamente para defender suas causas junto ao poder público e fortalecer o grupo frente à concorrência com outros locais. E tudo isso pode ser encontrado na cidade, contradição inerente ao espaço urbano.

Da mesma maneira que a difusão tecnológica, também a velocidade possui uma dimensão espacial, já que a sua própria percepção admite certa descontinuidade, que se apresenta distribuída espacialmente (GAETA, 1999).

Para Giddens (1991, p. 15), as características que nos permitem identificar as descontinuidades que separam as instituições modernas das ordens sociais tradicionais, são: *o ritmo das mudanças*, que na modernidade se acirram; *o escopo da mudança*, pois conforme diferentes áreas do globo são postas em interconexão, ondas de transformação social penetram através de virtualmente toda a superfície da Terra; *a natureza intrínseca das instituições modernas*, pois algumas formas sociais modernas não se encontram em períodos históricos anteriores, como é o caso das cidades da atualidade e do dinamismo que as acompanham.

Manuel Castells (1999) propõe a hipótese de que o espaço organiza o tempo na sociedade em rede, pois “tanto o espaço como o tempo estão sendo transformados sob o efeito combinado do paradigma da tecnologia da informação e das formas e processos sociais induzidos pelo processo atual de transformação histórica, [...]” (p. 403).

Isto nos leva a admitir que, à aceleração corresponde também um aumento e aceleração da difusão de determinadas formas, conteúdos e processos que compõem o urbano. Disso depreende-se que, da mesma maneira como a velocidade se impõe ao estático, o global se impõe ao local – não de maneira pacífica –, mesmo que isto, por enquanto, não constitua uma regra homogênea por todo o globo. Isto ocorre, na medida em que alguns espaços, ao mesmo tempo em que estão, de fato, marginalizados em relação a tal lógica – é para confirmar este fato que vários autores se debruçam sobre a problemática do desenvolvimento desigual, suas determinações e derivações – encontram-se virtualmente integrados segundo a mesma lógica que acompanha esse movimento⁶.

Gaeta (1999, p. 108), ao tratar do espaço urbano como difusão tecnológica, analisa que “um dos aspectos importantes da tecnologia na sua relação com o urbano é a criação de pré-moldados e de formas inteiras prototípicas. Isto revoluciona a construção das cidades. Revoluciona, padroniza e acelera”. O mesmo autor (p. 108) admite ainda que a tecnologia também comporta uma questão de “aumento de escala”, o que exige uma maior abstração, no sentido de “perda de detalhes”.

Observamos que a questão da dispersão das formas espaciais toma para si um novo significado, em que o local entra constantemente em uma nova dinâmica transformadora baseada na aceleração que o próprio desenvolvimento tecnológico traz. Assim,

⁶ Para uma abordagem mais esclarecedora sobre alguns processos envolvidos na dinâmica que marca as sociedades no período atual, consultar GIDDENS, Anthony. *As conseqüências da modernidade*, 1991.

Passa a ser aceitável no espaço, e mesmo desejável, a descontinuidade. A passagem abrupta de referências formais no espaço, unidas ou trombadas pela velocidade, faz parte do cotidiano. Dessa maneira, as novas formas [que se apresentam no urbano] não tem necessária continuidade com o entorno. (GAETA, 1999: p. 110).

E esta é uma lógica que extrapola as determinações sobre as formas urbanas, isto é, o construído, o estático. Influi também sobre seus conteúdos e as instituições – sobretudo políticas e econômicas – que acompanham a inter-relação forma/conteúdo. É neste contexto que a cidade aparece como uma das principais escalas geográficas, uma vez que congrega a luta de e entre diferentes grupos sociais – mesmo quando alguns deles tornam-se prisioneiros da cidade, ao passo que outros constroem sua mobilidade através do aprisionamento espacial dos primeiros.

Então, podemos dizer que essas novas formas (e suas instituições) que acompanham o processo de estruturação/reestruturação do espaço urbano, também são criadas tendo em vista este aspecto, qual seja a problemática que envolve a dissolução do tempo e das referências ao entorno.

Ora, se o local deixa de ser a referência, o que ocorre é uma certa dissolução do espaço que lhe é imediato, de modo que o indivíduo passa a enxergar certos equipamentos como um todo completo. Assim, pode estar envolvida na construção individual de sua experiência de vida, uma vasta quantidade de referências (políticas, econômicas, culturais) organizadas e instituídas muitas vezes há quilômetros de distância do seu local de vivência.

Podemos dizer que a própria dissolução do tempo também constitui fator indispensável à manutenção desta lógica de reprodução dos diferentes espaços internos a cidade. Um exemplo bem didático disso é o shopping center.

Outro exemplo é a indústria, pois uma vez que determinado ramo industrial se transforma, adequando-se à dinâmica econômica atual – através da passagem de um sistema de produção/acumulação fordista para um sistema do tipo toyotista ou flexível e todas as implicações decorrentes desta passagem – as transformações não ocorrem apenas na organização da produção no interior da fábrica, mas também e mais visivelmente na relação que este equipamento mantém com o seu entorno imediato, muitas vezes o próprio espaço urbano.

Aqui, vale lembrar as análises de Giddens (1991, p. 27), para quem, a separação entre tempo e espaço “não deve ser vista como um desenvolvimento unilinear, no qual não há reversões ou que é todo abrangente”. Ao contrário, “como todas as tendências de desenvolvimento, ela tem traços dialéticos provocando características opostas”, além do que, “o

rompimento entre tempo e espaço fornece uma base para sua recombinação em relação à atividade social⁷”.

Transportando este pressuposto para o contexto das cidades, temos que o fato urbano, ou melhor, a própria urbanização caracteriza-se como um processo social que, possuidor de certo dinamismo, revela o espaço e o tempo das cidades e a dialética inerente às relações entre o rural e o urbano, e entre diferentes locais internos ao próprio urbano, enquanto detentores de tempos e espaços diferenciados e complementares entre si. Assim, a cidade expressa cada corte temporal do seu processo de urbanização, e ao mesmo tempo a somatória desses tempos, que se consubstanciam nos padrões de desenvolvimento espacial específicos a cada uma. Disso pode-se admitir que, enquanto espaço, a cidade é tempo.

Haesbaert (2002) lembra ainda que, pela própria desigualdade social, mais acirrada, este tempo breve mundializado, inerente a cada uma das cidades, sempre aparece, porém, “imbricado numa ambígua e contraditória teia de outros espaços locais/regionais onde se delineiam sempre certas formas de resistência e constrangimentos” (p. 112).

Neste ponto, podemos retomar a discussão de Smith sobre a escala do espaço urbano, uma vez que, apesar de a maioria das áreas urbanas serem delimitadas legalmente e precisamente por fronteiras administrativas, muito raramente elas refletem claramente as relações sociais diárias que se desenvolvem em seu interior. “A extensão espacial da escala urbana é demarcada com muito mais precisão pela distância em que uma jornada diária ao trabalho é exequível”. (SMITH, 2000: p. 151).

Observa-se que central nesta discussão está a questão do trabalho e do seu valor. Vários processos ocorrem distintos ou complementares entre si, no interior do espaço urbano, influenciando sobre o valor do trabalho na cidade. Um bom exemplo é o rápido desenvolvimento urbano que rompe a coerência da escala urbana, uma vez que os valores da terra e o recuo das fronteiras espaciais da periferia forçam a classe trabalhadora a escolher entre um bairro socialmente degradado e várias horas de viagem até o trabalho.

Na opinião de Lefebvre (2001), a sociedade se orienta ideologicamente na direção de outros problemas que não aqueles da produção. Assim,

A consciência social vai deixar pouco a pouco de se referir à produção para se centralizar em torno da cotidianeidade, do consumo. Com a ‘suburbanização’

⁷ Sobre este aspecto, vale ressaltar a crítica efetuada por Edward W. Soja (1993) quanto às discussões envolvendo as categorias espaço-tempo na obra de Giddens. Assim, segundo esse autor, “a hermenêutica e o estruturalismo [contidos na obra de Giddens] abriam novas janelas pelas quais foi possível reengajar as relações espaço-tempo numa simetria mais apropriada” (p. 176). Ressalta-se ainda, que nesta obra Soja procura ir além das reflexões expostas na obra de Giddens, propondo uma reconstrução da teoria social, baseada na constituição da própria sociedade.

principia um processo que descentraliza a Cidade. Afastado da Cidade o proletariado acabará de perder o sentido da obra [cidade]. (p. 17). (grifo nosso).

Aqui, cabe uma reflexão de Smith (2000), quando este lembra que à medida que as grandes cidades incorporam concentrações cada vez maiores de gente oprimida e explorada, com frequência em comunidades distintas, e lhes proporcionam também os meios de transporte, as exigências econômicas de um mercado de trabalho ampliado criam também as condições para a organização política dos oprimidos.

Tendo como pano-de-fundo o drama da valorização do trabalho no espaço urbano, encaramos um duplo processo: ao mesmo tempo em que ocorre a expulsão, marginalização e efetiva exclusão de alguns grupos de indivíduos para a periferia das cidades, dotam-se os mesmos (ainda que de maneira muito básica) dos meios necessários à sua resistência – resistência política, econômica, social, ideológica.

Neste ponto, vale lembrar as análises de Carlos (1992), para quem o processo de urbanização característico do modo de produção e acumulação capitalista apresenta-se como uma forma de desenvolvimento da divisão social, técnica e espacial do trabalho, sendo que a cidade constitui o *locus* decisivo do enfrentamento entre o capital e o trabalho, isto é, do confronto entre as classes.

Para esta mesma pesquisadora,

Longe de ser a concentração dos meios de produção, trabalhadores e mercadoria, a cidade é *locus* da vida urbana construída no cotidiano de lutas dos cidadãos, lutas estas, produtos da contradição capital-trabalho que se estabelecem a *partir da fábrica*, do processo de produção, e se estendem às relações entre os homens. (CARLOS, 1992: p. 61).

Infelizmente, sabe-se que o principal trunfo das classes detentoras dos meios de produção, na manutenção do estado geral de coisas que marca a sociedade capitalista, está na alienação das classes trabalhadoras sobre sua própria existência e as determinações sobre os meios necessários à reprodução dessa existência, provocada pela relação capitalxtrabalho. O consumo aparece aqui como um estímulo para toda essa gente, e o consumo concentra-se na cidade. É disso que nos fala Lefebvre.

Finalmente, ressaltamos as análises de Smith (2000), para quem

as crises fiscais urbanas, periódicas ou crônicas, causam corte nos serviços (os meios de reprodução) e no emprego em torno dos quais podem surgir

organizações que envolvam toda a cidade, ao mesmo tempo em que a expansão contínua põe em perigo as próprias condições econômicas e ambientais que estimularam o crescimento, provocando o surgimento de movimentos contra o crescimento. (p. 151).

E estas acepções devem ser entendidas como uma criação que, ligadas ao dinamismo intrínseco do processo de organização e reorganização social do espaço – portanto, da própria diferenciação espacial – envolve uma escala ao mesmo tempo espacial e temporal. Isto quer dizer que, nem sempre podemos relacionar as mesmas abstrações a uma realidade pretérita, já que a maneira como a realidade se apresenta na atualidade, resulta tanto de instituições sociais, políticas, econômicas, culturais, ideológicas resultantes das lutas pelo poder próprias do nosso tempo, como daquelas que resistiram ao tempo e, renovadas ou não, permanecem desde há muito tempo.

Vemos que, a imbricação entre os conceitos de escala, quer seja espacial, quer seja histórico-temporal, se faz através da dimensão social que as envolve, sendo que estas “formas de resistência e constrangimentos” devem ser pensadas em suas relações dialéticas com aquelas determinações políticas, econômicas, sociais e culturais advindas de escalas muito distantes. A cidade aparece, neste contexto, como um espaço de infinitas possibilidades.

CAPÍTULO 3

A INDÚSTRIA COMO MEDIADORA NA APREENSÃO DAS ARTICULAÇÕES ESCALARES

Neste capítulo, trazemos para discussão alguns elementos que nos permitem verificar a pertinência da indústria como mediadora na apreensão e articulação entre diferentes escalas geográficas. Indissociável do processo de urbanização, a industrialização contribui historicamente para a diferenciação espacial intra-urbana e entre distintas regiões, através de seu poder sobre as determinações que influenciam a divisão social e territorial do trabalho.

O processo de industrialização constitui, ao mesmo tempo, reflexo e condicionante da dinâmica e heterogeneidade de formas e funções inerentes à cidade, tanto em sua dimensão intra como interurbana. A indústria encontra na cidade as principais condições necessárias para o seu desenvolvimento, pautado na própria dinâmica de reprodução do sistema capitalista de produção.

Neste caso, quando reafirmamos que a industrialização apresenta-se como traço marcante na estruturação do espaço urbano, na forma como o conhecemos hoje, estamos considerando o espaço urbano como um conjunto de diferentes usos da terra, simultaneamente fragmentado e articulado, reflexo e condicionante social (CORRÊA, 1995). Isto é assim, uma vez que a indústria condiciona uma divisão social e territorial – portanto, espacial – do trabalho que se organiza e reorganiza incessantemente de acordo as necessidades de reprodução do capitalismo, do qual esta divisão social e territorial do trabalho constitui fruto direto.

Tendo isto em mente, vamos apresentar um panorama geral no qual a indústria, enquanto ramo da esfera econômica contribui diretamente na diferenciação espacial entre os lugares, contribuindo para o processo de desenvolvimento desigual que se observa entre os territórios. Por conter atividade social, através do seu papel na organização da produção, a indústria é um elemento-chave na apreensão da luta política e ideológica entre diferentes classes ou frações de classes.

Vimos, anteriormente, que um dos principais fatores inerentes à construção ativa da escala geográfica é a dinâmica que conjuga os diferentes interesses envolvidos na reprodução social, tanto interesses individuais como de grupos sociais organizados. Aqui, a indústria será tratada como uma organização privilegiada da luta política e ideológica entre grupos sociais distintos, uma vez que esta expressa a divisão histórica entre aqueles que se tornaram os donos dos meios de produção e aqueles a quem só restou a força de trabalho.

Vamos expor também, a maneira conflitante com que ocorrem as relações entre aquelas determinações gerais, vindas de instâncias superiores e distantes, e a realidade local, muitas vezes restrita ao interior da fábrica ou, quando mais, presa de alguma forma ao processo de trabalho. Neste ponto, certo relevo é dado às relações capital x trabalho, pois é através dos

conflitos sociais, políticos e ideológicos que lhe são inerentes, que reside a força primária no sentido da construção das escalas de vida de muitos indivíduos e/ou grupos sociais.

Dito isto, vejamos de que maneira a indústria, ou melhor, o processo de industrialização se encaixa na produção da escala, e seu papel na produção dos padrões de desenvolvimento espacial desigual, observados na cidade.

Neste sentido, a questão da divisão do trabalho se apresenta em relevo. Lembrando as análises de Spósito (1994: p. 64), para quem o caráter que possui a cidade “de concentração, de densidade, viabiliza a realização com maior rapidez do ciclo do capital, ou seja, diminui o tempo entre o primeiro investimento necessário à realização de uma determinada produção e o consumo do produto”, nos remete ao fato de que a cidade – considerada enquanto cidade expressamente capitalista – ganha um novo caráter dinâmico a partir da industrialização, na medida em que as relações de produção, distribuição, circulação e consumo, fundamentais à reprodução do sistema capitalista, exigem uma constante reorganização e adaptação das formas e das funções da cidade, através dos processos sócio-espaciais.

Isto significa dizer que as funções urbanas, em especial, a industrial, passaram a influenciar no desenvolvimento desigual dos diferentes padrões espaciais (que tanto podem ser o de uma cidade, uma região, ou um país), o qual se relaciona ao modo como a sociedade ali presente passou a se organizar historicamente em classes a partir da intensificação da divisão do trabalho, e da especialização originada a partir dessa divisão, a qual também pode ser considerada como uma divisão social do trabalho.

Segundo Spósito (1994: p. 10),

A cidade é o território-suporte para a atividade industrial, por se constituir num espaço de concentração e por reunir as condições necessárias a esta forma de produção. Contudo, o desenvolvimento da urbanização não é apenas condição para o desenvolvimento industrial, mas também este mudou o caráter da cidade, ao lhe dar, de forma definitiva, um traço produtivo e transformá-lo no ‘centro’ de gestão e controle da economia capitalista, subordinando até mesmo a produção agrícola que se dá no campo.

De acordo com Sandroni (1989), genericamente pode-se admitir a divisão do trabalho como sendo “[...] a distribuição de tarefas entre os indivíduos ou agrupamentos sociais, de acordo com a posição que cada um deles ocupa na estrutura social e nas relações de propriedade” (p.314).

O que pretendemos com estas considerações é tentar reafirmar o elemento espacial – com destaque para a cidade enquanto local privilegiado da localização das indústrias –

, da divisão do trabalho. Neste sentido, “qualquer processo de trabalho, em suas etapas intelectuais ou na produção ‘strictu sensu’, implica na utilização de meios materiais, que têm uma dimensão espacial, o que leva a divisão social e técnica do trabalho a ter uma dimensão territorial.” (GOLDENSTEIN e SEABRA, 1982: p. 21).

Ocorre que, sob o capitalismo, o desenvolvimento das atividades econômicas não se dá de maneira uniforme entre os diversos ramos e seus setores, sendo que esta desigualdade consiste no resultado de certas determinações que interferem no processo de produção e, conseqüentemente, de acumulação, como a heterogeneidade que envolve a utilização das técnicas e tecnologias em cada um dos ramos de atividade econômica (BRAGUETO, 1996; CASTELLS, 1986).

Bragueto (1999), ao analisar os efeitos deste desenvolvimento desigual entre os diversos ramos de atividade econômica e seus setores, em função de aspectos técnicos e/ou econômicos e políticos, conclui que os mesmos possuem uma dimensão territorial, pois, “[...] tais ramos e setores se distribuem de forma desigual sobre o espaço, implicando conseqüentemente também num desenvolvimento desigual entre cidade-campo, interregional, internacional.” (s/p), sendo que este quadro retrata, em última instância, o que se chama de divisão internacional do trabalho.

Neste ponto, vale lembrar as análises de Smith (1988), quando este pesquisador analisa que a lógica do desenvolvimento desigual deriva das várias tendências opostas, inerentes ao capital, para a diferenciação, mas com a simultânea igualização dos níveis e condições da produção. Segundo esta teoria, o capital é continuamente investido no ambiente construído com a finalidade de se produzir mais-valia e a expansão da base do próprio capital.

Neste trabalho, estamos tomando a indústria de confecções como instrumento de análise a fim de verificar a sua contribuição para a produção e articulação entre diferentes escalas geográficas e para a produção dos padrões de desenvolvimento desigual. Este é um processo que pode ser associado, em maior ou menor grau a qualquer ramo industrial, justamente, porque as indústrias, qualquer que seja o ramo, relacionam-se diretamente com a conjuntura econômica em nível nacional, e mesmo internacional (porém, com particularidades locais quando se toma como base um corte espacial como esta ou aquela cidade em que se considera o parque industrial local), refletindo os desdobramentos tanto dos momentos de expansão como os de crise econômica.

Também o capital humano envolvido na produção deste ou daquele ramo e a sua organização em torno do processo de trabalho no interior da firma, ou fora dela, podem nos proporcionar subsídios empíricos para o estabelecimento das articulações entre as diferentes

escalas envolvidas nos processos – sociais, políticos, econômicos, ideológicos – que marcam a sua produção.

Assim, no contexto do desenvolvimento desigual do sistema capitalista, a consideração da noção de divisão do trabalho torna-se essencial nessa discussão. Isto porque, a organização do trabalho local depende das infra-estruturas localmente existentes e do processo nacional de divisão do trabalho.

Nesta perspectiva, a sociedade local comanda, sobretudo, os aspectos técnicos do trabalho local, enquanto é residual e incompleto o seu comando sobre os aspectos políticos do trabalho local, cujo controle se dá em outras instâncias, superiores e distantes (SANTOS, 1996).

Pensando no contexto brasileiro, o papel do Estado foi decisivo no processo de industrialização nacional, já que este sempre interviu na economia no sentido de manter o *status quo* e favorecer certas transformações. Nos momentos em que se processaram transformações econômicas e sociais, o Estado “aparece para equilibrar e quebrar o equilíbrio entre setores de produção, ou para decidir sobre o destino de uma parte ponderável do excedente econômico” (IANNI, 1989: p. 50).

Assim, o padrão do desenvolvimento industrial, mesmo seguindo uma lógica estipulada por instâncias superiores, dependerá de certos elementos favoráveis ao seu florescimento no nível local.

Na atualidade, observam-se uma série de transformações na organização do trabalho, baseadas na passagem de um sistema de produção fordista para um sistema de produção flexível.

Segundo Spósito (1996), tem ocorrido uma expansão da abordagem do território e de suas transformações, como sendo estas determinadas por uma “nova divisão internacional do trabalho”, e pelas novas formas de “produção flexível”, baseada em um novo padrão de localização das atividades e da mão-de-obra, em virtude do desenvolvimento de novas tecnologias e de fluxos de informação. Para este pesquisador, há que se levar em consideração uma

[...] flexibilidade real nas relações de escala quando se trata do território [...] necessariamente incorporando uma noção macroscópica de espaço e tempo, dado que uma região, a partir de sua conceituação mais simples, deve ser considerada como uma escala intermediária entre o local e o global definidos por fluxos. (p. 74).

Harvey (1993), ao tratar da passagem do sistema de acumulação e produção industrial fordista para um sistema de acumulação flexível, admite que com as crises enfrentadas pelo primeiro sistema, a mudança tecnológica, a automação, a busca de novas linhas de produto e nichos de mercado, a dispersão geográfica para zonas de controle do trabalho mais fácil, as fusões e medidas para acelerar o giro do capital passaram ao primeiro plano das estratégias corporativas. Este processo levou a uma série de novas experiências nos domínios da organização industrial e da vida social e política.

Ao mesmo tempo em que estas profundas transformações da organização do trabalho encontram-se em marcha, outros elementos também relevantes acompanham este processo de acumulação flexível.

Para Santos (1996), como no processo global da produção, a circulação prevalece sobre a produção propriamente dita, os fluxos contribuem diretamente para a explicação de uma determinada situação. Assim, temos que “o próprio padrão geográfico é definido pela circulação, já que esta, mais numerosa, mais densa, mais extensa, detém o comando das mudanças de valor no espaço”. (p. 256)

Ainda segundo esse autor, os mais diversos locais além de utilizarem as suas vantagens comparativas preexistentes, também criam novas para atrair atividades promissoras de emprego e de riqueza. Em seus dizeres,

Na batalha para permanecer atrativos, os lugares se utilizam de recursos materiais (como as estruturas e equipamentos), imateriais (como os serviços). E cada lugar busca realçar suas virtudes por meio dos seus símbolos herdados ou recentemente elaborados, [...]. (SANTOS, 1996: p. 257).

A articulação entre os três tipos ou níveis de solidariedade identificados por Santos (1996) quanto ao paradigma de organização sócio-espacial – o nível mundial, o nível dos territórios dos Estados e o nível local – ocorreriam através dos fluxos que originam as redes (redes produtivas, de comércio, de transporte, de informação). Estas seriam, para esse autor, um veículo de um movimento dialético que, de uma parte, ao mundo opõe o território e o lugar, e de outra parte, confronta o lugar ao território tomado como um todo.

Desta forma, as redes, graças ao desenvolvimento tecnológico e às formas atuais de realização da vida econômica, tornam-se cada vez mais globais (CASTELLS, 1999).

Cabe aqui uma reflexão das implicações geográficas do desenvolvimento desta nova forma de acumulação.

Para Santos (1996), os lugares se distinguem pela capacidade de oferecer rentabilidade aos investimentos, sendo esta capacidade maior ou menor em virtude das condições locais de ordem técnica (equipamentos, infra-estrutura, acessibilidade) e organizacional (leis locais, impostos, relações trabalhistas). Assim, os lugares se especializam, em função de suas virtualidades naturais, de sua realidade técnica, de suas vantagens de ordem social.

Segundo Sposito (1996), não se pode perder de vista que quando o desenvolvimento da economia na escala local se baseia na inovação tecnológica, gera uma acumulação social que se comprova pela demanda social particular, melhorando a qualidade de vida dos indivíduos ligados a esses processos de inovação, e certa concentração que acentua o crescimento urbano.

No entanto,

Se o processo apresenta-se difuso no contexto regional (as empresas escolhem do que tirar mais proveito na competitividade entre os lugares), no caso específico do território urbano, certas periferias beneficiam-se das mudanças, porque são, em graus mais especializados, periferias tecnopolitanas [...]. (SPÓSITO, 1996: p. 74).

Neste contexto, vale ressaltar as análises de Santos (1996), para quem o meio geográfico atual,

[...] graças ao seu conteúdo em técnica e ciência, condiciona os novos comportamentos humanos, e estes, por sua vez, aceleram a necessidade da utilização de recursos técnicos, que constituem a base operacional de novos automatismos sociais. (p. 256).

Além de dinamizar os fluxos de informações, o desenvolvimento científico e tecnológico beneficia também outros tipos de fluxos, como o de mercadorias, capitais, pessoas etc. O próprio padrão geográfico é determinado pela circulação, já que esta, mais numerosa, mais densa, mais extensa, detém o comando das mudanças de valor no espaço (SANTOS, 1996).

Por outro lado, pela forma como o capital fixo é distribuído no espaço, podemos discernir as articulações que se criam ou se podem criar, neste ou naquele momento, tanto a articulação interna a cada subespaço como também aquelas entre subespaços (SANTOS, 1996).

Neste contexto, Smith (1988) lembra que, da mesma forma que a integração espacial é uma necessidade da universalização do trabalho abstrato, na forma de valor, assim

também a diferenciação de espaços absolutos (ou fixos) como escalas particulares da atividade social é uma necessidade intrínseca para o capital.

Inerente à determinação do valor, a criação de um espaço-economia é integrado e organizado nessas escalas, sendo este um processo dinâmico, pois,

[...] por mais fixas que as escalas se apresentem, elas estão sujeitas à mudança e é através da contínua determinação e diferenciação interna na escala espacial que o desenvolvimento capitalista do espaço é organizado. (SMITH, 1988: p. 197).

Para Santos (1996), cada escala corresponde a um nível de intencionalidade. A título de exemplo, temos que o nível de intencionalidade da firma que usa o espaço nacional como um todo não é o mesmo, nem tem a mesma qualidade ou direção, que o de uma firma que apenas pode utilizar-se de uma fração do espaço, ou que tenha seu raio de ação limitado a apenas alguns bairros dentro de uma cidade.

No entanto, segundo Smith (2000), as fronteiras territoriais da escala nacional fazem surgir um alinhamento ordenado de relações econômicas cooperativas e competitivas. À medida que a escala da acumulação econômica se expande e, com ela, a necessária escala da competição e cooperação, a forma territorialmente institucionalizada de resolução torna-se cada vez mais obsoleta e desenvolvem-se formas espaciais alternativas. Poderíamos dizer que a emergência dos chamados Distritos Industriais se enquadra nesta realidade, através dos mecanismos que envolvem a criação de novas estratégias de localização flexível.

Aqui, vale lembrar as considerações de Harvey (2003), quando este autor, ao tratar do processo de transformação da territorialidade de uma escala para outra, analisa que a territorialização resulta “de las luchas políticas y de las decisiones tomadas en un contexto de condiciones tecnológicas, políticas e económicas”. (p. 96).

É, pois, nesta perspectiva, que a noção de escala se apresenta como essencial para compreender a diversidade, o choque e as articulações entre “intencionalidades” envolvidas na produção do espaço em diversos níveis, as quais se revelam através de decisões e têm repercussão na ordem econômica, cultural, política e, sobretudo, territorial dos diferentes espaços produzidos.

3.1. A Reestruturação Industrial e a Busca pela Flexibilidade – a fase atual e o Brasil

Com base nas idéias discutidas no item anterior e pensando o caso especificamente brasileiro, vamos partir da idéia de que o nível de inserção do Brasil na dinâmica de conformação dos padrões de desenvolvimento espacial desigual, decorre de um duplo processo. De um lado, uma industrialização tardia, e de outro, um processo de urbanização caracterizado pela diferenciação e exclusão sócio-espacial.

Sobre este aspecto é importante ressaltar que o processo inicial de industrialização brasileira se deu pautado numa concentração espacial da indústria, cuja base territorial privilegiada em termos de localização industrial conformava as regiões metropolitanas das principais metrópoles do país. Neste ponto, o desenvolvimento industrial local constitui fato de relevo, na medida em que o surgimento de determinados setores ou ramos industriais depende de condições favoráveis ao seu crescimento no nível local, geralmente de ordem técnica, como já destacamos anteriormente. Exemplo mais expressivo desta realidade é a concentração industrial histórica na metrópole paulista, e em menor grau nas outras metrópoles do centro-sul do país.

Trata-se de um processo que, mesmo exigindo certas condições no nível local, atrela-se necessariamente ao nível global, através das imposições de uma economia cada vez mais globalizada e ligada à circunstâncias e ordens vindas de instâncias superiores muitas vezes distantes da realidade local. Desta forma, no processo de industrialização brasileiro o local e o global se fundem na dinâmica dos movimentos de competição e cooperação, próprios de uma realidade econômica, política e social inserida no contexto da produção do sistema capitalista em sua fase atual – a da acumulação flexível.

Uma questão essencial que deve ser discutida no bojo deste processo, se refere aos processos que compõem a manutenção do sistema capitalista de produção em sua fase atual, entre os quais destacamos o processo de reestruturação industrial, tanto interna como externa à fábrica, na qual a busca por flexibilidade – na organização da produção, na gestão da força de trabalho, nas funções desempenhadas pelos empregados intra-firma – ganha relevo. O nível de inserção do país neste novo paradigma e, mais especificamente, do parque industrial paranaense, e suas conseqüências em termos de localização industrial, constituem idéias que deverão ser desenvolvidas também neste capítulo.

Naturalmente, à medida que transformações profundas no mundo da produção e do trabalho se encontram em marcha, também o processo de urbanização atinge uma nova dimensão, atrelado às novas lógicas que acompanham os padrões de localização industrial nos termos de uma economia de acumulação flexível. As cidades têm sua dinâmica econômica e

social alterada, em função destes processos, ao mesmo tempo em que novas relações são estabelecidas entre cidades as mais distintas. Como exemplo, destacamos o processo de desconcentração industrial da metrópole paulista, e a inserção de novas áreas do país aos circuitos da produção e do consumo.

Para balizar estas discussões, vamos tratar também do papel exercido pela conformação das mais diversas redes como fator essencial para a manutenção deste novo paradigma que se refere à reestruturação urbano-industrial que se observa mais recentemente. Também sua importância para a criação e manutenção dos diferentes padrões de desenvolvimento espacial e, conseqüentemente, de diferentes escalas geográficas que se criam ou se podem criar, através de um processo de articulação entre diferentes espaços, do local ao global, pautado neste novo contexto que envolve o mundo da produção e do trabalho.

Argumenta-se que houve, a partir dos anos de 1970, um esgotamento do modelo de acumulação fordista, hegemônico desde o final da II Guerra Mundial, quando o mundo viveu um período de relativa prosperidade. A crise que se estabeleceu a partir deste momento, fez surgir um novo paradigma como forma de superar os obstáculos, o qual se baseia em novas tecnologias e novas formas de gestão do trabalho e da produção, através da flexibilidade produtiva e de mercado (LEBORGNE e LIPIETZ, 1990; SCHMITZ e CARVALHO, 1988; HARVEY, 1993; GOTTDIENER, 1990).

Para os autores que tratam das conseqüências deste esgotamento do padrão de acumulação baseado no desenvolvimento industrial que se apóia na produção em série fordista, este processo está levando a que muitos países adotem estruturas produtivas mais flexíveis, dando origem a uma grande mudança na organização industrial. Nesta discussão, nos interessa o fato de que estas transformações, ao afetarem as formas de produção e a organização do trabalho, repercutem sobre o processo de formação sócio-espacial nos diferentes lugares onde se estabelecem tais transformações.

Segundo Maia (1994, p. 8-9),

Através de sistemas de fabricação flexíveis, ou seja, do conjunto de máquinas-ferramenta de uso múltiplo, utilizado para produzir uma gama maior de produtos, é possível automatizar os processos de produção em pequenos lotes, reduzindo os custos com o uso de equipamentos reprogramáveis. Em outras palavras, a nova flexibilidade possibilita mudar de um produto para outro e obter ganhos pelo aumento do número de lotes de diferentes produtos fabricados.

Esta mesma autora destaca ainda que, no caso da produção fordista, que se caracteriza pela grande rigidez e pela produção em escala de produtos standardizados, esta flexibilidade se torna mais difícil. No entanto, devido à concorrência entre os mercados, o

sistema capitalista, ao mesmo tempo em que requer uma produção em pequenos lotes, não dispensa a produção de bens padronizados em série (MAIA, 1994).

Seguindo esta mesma linha de raciocínio, Carleial (2001, p. 24) destaca que, no nível produtivo, o conjunto das alterações decorrentes da passagem de um sistema de acumulação fordista para um sistema de acumulação flexível, pressupõe a ação integrada de:

- mudanças nos equipamentos: dos dedicados para os flexíveis;
- mudanças organizacionais (CQT, just-in-time, kanban, qualidade total, etc.);
- mudanças nas relações com os fornecedores e nas práticas de subcontratação;
- e
- mudanças na gestão e na organização da força de trabalho (maior participação, maior envolvimento, salário-eficiência, multifunção, trabalhos em equipe, etc.).

Ao analisar as conseqüências deste sistema de acumulação flexível sobre os padrões de desenvolvimento desigual, tanto entre setores da economia como entre regiões geográficas, Harvey (1993) ressalta o surgimento de várias transformações neste processo, dando origem, por exemplo, a “um vasto movimento no emprego no chamado ‘setor de serviços’, bem como conjuntos industriais completamente novos em regiões até então subdesenvolvidas” (p. 140).

Ainda segundo Harvey (1993, p. 140), este novo paradigma é reforçado pelo movimento que chama de “compressão do espaço-tempo” no contexto do mundo capitalista, na qual os horizontes temporais da tomada de decisões privada e pública se estreitam, balizadas pela comunicação via satélite e a queda dos custos de transporte, possibilitando cada vez mais a difusão imediata dessas decisões num espaço cada vez mais amplo e diferenciado. Como conseqüência,

O trabalho organizado foi solapado pela reconstrução de focos de acumulação flexível em regiões que careciam de tradições industriais anteriores e pela reimportação para os centros mais antigos das normas e práticas regressivas estabelecidas nessas novas áreas. A acumulação flexível parece implicar níveis relativamente altos de desemprego ‘estrutural’ (em oposição a ‘friccional’), rápida destruição e reconstrução de habilidades, ganhos modestos (quando há) de salários reais [...] e o retrocesso do poder sindical – uma das colunas políticas do regime fordista. (HARVEY, 1993, p. 141).

A fim de melhor visualizar as diferenças entre um sistema de acumulação nos moldes fordistas e o sistema de acumulação flexível como este vem sendo analisado hoje, vejamos as informações do Quadro 1, extraída da obra de Harvey:

Quadro 1

Contraste entre o fordismo e a acumulação flexível

Produção fordista (baseada em economias de escala)	Produção just-in-time (baseada em economias de escopo)
A. O PROCESSO DE PRODUÇÃO	
Produção em massa de bens homogêneos	Produção em pequenos lotes
Uniformidade e padronização	Produção flexível e em pequenos lotes de uma variedade de tipos de produto
Grandes estoques e inventários	Sem estoques
Testes de qualidade ex-post (detecção tardia de erros e produtos defeituosos)	Controle de qualidade integrado ao processo (detecção imediata de erros)
Produtos defeituosos ficam ocultados nos estoques	Rejeição imediata de peças com defeito
Perda de tempo de produção por causa de longos tempos de preparo, peças com defeito, pontos de estrangulamento nos estoques, etc.	Redução do tempo perdido, reduzindo-se a “porosidade do dia de trabalho”
Voltada para os recursos	Voltada para a demanda
Integração vertical e (em alguns casos) horizontal	Integração (quase) vertical, subcontratação
Redução de custos através do controle dos salários	Aprendizagem na prática integrada ao planejamento a longo prazo
B. TRABALHO	
Realização de uma única tarefa pelo trabalhador	Múltiplas tarefas
Pagamento pro rata (baseada em critérios da definição do emprego)	Pagamento pessoal (sistema detalhado de bonificações)
Alto grau de especialização de tarefas	Eliminação da demarcação de tarefas
Pouco ou nenhum treinamento no trabalho	Longo treinamento no trabalho
Organização vertical do trabalho	Organização mais horizontal do trabalho
Nenhuma experiência de aprendizagem	Aprendizagem no trabalho
Ênfase na redução da responsabilidade do trabalhador (disciplinamento da força de trabalho)	Ênfase na co-responsabilidade do trabalhador
Nenhuma segurança no trabalho	Grande segurança no emprego para trabalhadores centrais (emprego perpétuo). Nenhuma segurança no trabalho e condições de trabalho ruins para trabalhadores temporários
C. ESPAÇO	
Especialização espacial funcional (centralização/descentralização)	Agregação e aglomeração espaciais
Divisão espacial do trabalho	Integração espacial
Homogeneização dos mercados regionais de trabalho (mercados de trabalho espacialmente segmentados)	Diversificação do mercado de trabalho (segmentação interna do mercado de trabalho)
Distribuição em escala mundial de componentes e subcontratantes	Proximidade espacial de firmas verticalmente quase integradas
D. ESTADO	
Regulamentação	Desregulamentação/re-regulamentação
Rigidez	Flexibilidade
Negociação coletiva	Divisão/individualização, negociações locais ou por empresa
Socialização do bem-estar social (o Estado do bem-estar social)	Privatização das necessidades coletivas e da seguridade social
Estabilidade internacional através de acordos multilaterais	Desestabilização internacional; crescentes tensões geopolíticas
Centralização	Descentralização e aglutinação da competição inter-regional/interurbana
O Estado/cidade “subsidiador”	O Estado/cidade “empreendedor”
Intervenção indireta em mercados através de políticas de renda e de preços	Intervenção estatal direta em mercado através da aquisição
Políticas regionais nacionais	Políticas regionais “territoriais” (na forma de uma terceira parte)
Pesquisa e desenvolvimento financiados pelas firmas	Pesquisa e desenvolvimento financiados pelo Estado

Inovação liderada pela indústria

Inovação liderada pela Estado

E. IDEOLOGIA

Consumo de massa de bens duráveis: a sociedade de consumo

Consumo idealizado: cultura “yuppie”

Modernismo

Pós-modernismo

Totalidade/reforma estrutural

Especificidade/adaptação

socialização

Individualização; a sociedade do “espetáculo”

Fonte: Swyngedouw (1986, apud HARVEY, 1993, p. 167-169).

Org.: GONÇALVES, Márcio T.

Interessa-nos o fato de que uma parte substancial das análises acerca deste processo de mudança nos paradigmas de acumulação, quase sempre converge para a idéia da formação de novos espaços industriais – também chamados de distritos industriais – cuja lógica de localização se vincula a estas novas características quanto ao sistema de acumulação em moldes flexíveis. É neste sentido que Maia (1994) desenvolve sua pesquisa sobre Cianorte.

Estes novos distritos industriais, isto é, estes complexos de produção localizados seriam os corolários espaciais do novo regime pós-fordista de acumulação, sendo que a concentração espacial, a aglomeração, seria estimulada, sobretudo pelos custos transacionais espacialmente dependentes. Neste sentido, para Scott (1988, p. 33, apud BODDY, 1990, p. 47), esta dinâmica da organização industrial provocaria, entre outras coisas,

O surgimento de uma tendência de aglomeração dos produtores em vários locais de paisagem da sociedade capitalista. Essas aglomerações se formam a partir de redes compactas de inter-relações transacionais que vão se constituindo à medida que se aprofunda a divisão social do trabalho e à medida que grupos específicos de produtores são obrigados a interagir entre eles de maneira intensa e multiforme.

Estas transações incluiriam tanto os fluxos dos bens produzidos como de informações. Para Boddy (1990), a escala destes fluxos se amplia a partir das relações de subcontratação, cooperação e interdependência. Para esse autor, esta também se amplia pela necessidade que o complexo de produção flexível tem de integrar a concepção e a execução – desenvolvimento do produto, produção, marketing e apoio ao consumidor. Então, “a dependência geográfica da estrutura de custos dessas articulações leva à aglomeração” (p. 47).

Para Pinheiro (1993), a concentração geográfica da produção deve ser entendida como uma “estratégia que as empresas de produção flexível desenvolvem, a fim de reduzir os custos e as dificuldades de suas transações, e de maximizar seu acesso ao contexto cultural e de informação do sistema de produção” (p. 17).

Boddy (1990) lembra ainda que algumas economias de aglomeração estão relacionadas aos mercados de trabalho. Para ele, “a localização num determinado mercado de

trabalho local pode facilitar o acesso a uma maior fonte de mão-de-obra e de qualificações relevantes a serem solicitadas na medida em que, e quanto, for preciso” (p. 47).

Scott e Storper (apud BODDY, 1990, p. 48) identificam

A emergência do novo regime de acumulação e o crescimento espacialmente concentrado com certos setores industriais: alta tecnologia e eletrônica; indústrias que usam intensivamente o design e a habilidade artística; serviços empresariais, financeiros e pessoais; e alguns setores da indústria de produção em série mais antiga, incluindo confeccões, móveis e joalheria [grifo nosso].

Diante destas discussões, observa-se que o atual processo de reestruturação industrial requer modificações que se baseiam não apenas na incorporação de novas tecnologias, mas, sobretudo, requer modificações na organização das empresas, na qualificação dos trabalhadores, nas relações entre capital e trabalho, nas relações entre as empresas e nas relações com a ambiência institucional (conforme quadro 01, apresentado anteriormente).

No entanto, é precisamente sobre o aspecto da formação dos distritos industriais, isto é, destas novas áreas de concentração industrial pautada na lógica da acumulação flexível, bem como da incorporação de novas tecnologias e formas organizacionais flexíveis, que reside uma das maiores críticas aos cientistas que defendem a emergência deste modelo. Isto ocorre porque, tais processos não se tornaram hegemônicos em todos os lugares (BODDY, 1990).

Rebatendo esta crítica, Harvey (1993) lembra que o próprio sistema de acumulação pautado no fordismo também não se tornou hegemônico. Para este autor, a atual conjuntura se caracteriza por uma combinação de produção fordista altamente eficiente em alguns setores e regiões e de sistemas de produção mais tradicionais, que se apóiam em relações de trabalho mais “artesanais”, paternalistas ou patriarcais que implicam em mecanismos distintos de controle do trabalho.

3.1.1. A indústria de confeccões

Para entender melhor estas questões vamos tomar o exemplo da indústria de confeccões, uma vez que se trata de um ramo industrial cujo caráter manufatureiro exige o emprego intensivo de mão-de-obra, dificultando a incorporação de novas tecnologias, nos moldes apresentados pelo conjunto de acepções ao modelo de acumulação flexível conforme destacado anteriormente.

Sobre este aspecto, Abreu (1986) destaca que a indústria do vestuário foi a que efetivou a transposição para o sistema fabril mais tardiamente em relação aos outros ramos da

produção de bens industriais. Para este pesquisador, as formas de produção “transitórias” que são inerentes a esta produção – o artesanato e a produção a domicílio – tornaram-se historicamente características estruturais, coexistindo com a produção fabril propriamente dita.

Para Maia (1994), a indústria de confecções, após passar pela sucessiva incorporação de novas tecnologias ao processo produtivo, desde o final do século XIX até muito recentemente, veio a consolidar-se como um ramo industrial extremamente dinâmico e competitivo, composto em sua maioria por pequenas firmas, com produção sazonal, a qual acompanha a influência da moda e poucas grandes empresas produzindo em larga escala.

Neste sentido, Abreu (1986) atribui a permanência do sistema de subcontratação na moderna indústria de confecções ao seu êxito empresarial, que não se vincula tanto nos investimentos em novas plantas industriais ou equipamentos, mas sobretudo na criatividade e na comercialização dos produtos por ela produzidos.

Dentre as transformações mais recentes que vem marcando a indústria de confecções, Barreira (1996) lembra que, ao mesmo tempo em que as inovações técnicas possuem um baixo impacto sobre a produção de roupas, avanços tecnológicos muito importantes tem marcado certas etapas da produção, como no caso da modelagem, do corte e costura, através da utilização de sistemas computadorizados de raio laser para o corte de tecidos e para programar a costura em certas máquinas, como no caso das máquinas de bordados.

Dentre outras características, Abreu (1986) lembra também que a produção de roupas possui uma estrutura industrial muito heterogênea, sendo influenciada pelo tipo de produto fabricado, onde predomina a existência de pequenas unidades de produção e competição acirrada entre as unidades, influenciada pela fugacidade da moda e pelos ciclos sazonais de produção. Além disso, por ser altamente divisível, sendo possível separar a produção em uma enorme gama de pequenas tarefas, o sucesso do processo de produção de roupas depende muito mais do grau de organização administrativa e da gestão da produção.

Um último ponto a ser ressaltado refere-se à imbricação entre a produção distribuição/circulação das roupas, bem como dos investimentos em marketing a fim de se obter o sucesso neste ramo, uma vez que a fugacidade da moda em certos lugares pode levar a diminuição da vida comercial do produto.

É neste sentido que Barreira (1996) analisa o fato recorrente entre muitas pequenas e médias empresas do ramo de confecções, em que se investe no circuito da comercialização das roupas com vistas a lucrar nesta etapa, quando não há o lucro esperado na etapa da produção propriamente dita.

O que deve ficar claro neste ponto, é que as indústrias de confecções, mesmo possuindo um caráter histórico intensivo em mão-de-obra e pouco suscetível a incorporação de novas tecnologias, acabam se submetendo a uma lógica de acumulação flexível que pode ser comprovada por meio de dois elementos muito práticos.

O primeiro se refere à concentração espacial das empresas ligadas ao ramo, como forma de superar as dificuldades provenientes da necessidade de sua integração por meio das relações inter-firmas, quando estas se encontram espacialmente muito dispersas.

O segundo respeita à incorporação de técnicas e/ou tecnologias mais modernas em determinadas etapas da produção. Na produção de roupas, as fases de concepção da mercadoria, bem como o processo de distribuição/circulação se vinculam, atualmente, em inovações técnicas cada vez mais modernas, utilizando-se, inclusive, de pesadas doses de investimento em propaganda e marketing como forma de chamar a atenção para a qualidade das roupas que vem sendo produzidas, bem como no sentido de induzir ao estabelecimento de determinados padrões de consumo, mesmo que estes durem o tempo de uma estação climática.

Analisando o caso brasileiro quanto à competitividade industrial, Coutinho e Ferraz (2002, p. 311) classificam, dentro do Complexo Têxtil, o setor têxtil, do vestuário e de calçados de couro como sendo os que possuem deficiências competitivas. Trata-se de setores que têm a maior parte da produção originada de empresas pouco competitivas, mesmo sendo estes os setores responsáveis pela maior parte da produção e do emprego industrial no país, sendo muitas vezes voltados para o consumo pessoal.

Ainda segundo este estudo, pelo fato de a maioria das empresas desses setores possuir um pequeno porte, torna-se difícil o investimento e a adoção de estratégias competitivas e de busca de mercados mais dinâmicos frente a estagnação do mercado interno, agravada pelo aumento na desigualdade da distribuição de renda. Assim,

O acirramento da concorrência neste mercado e a virtual ausência de redes horizontais ou verticais que confirmam as pequenas empresas melhores condições para superar conjunturas desfavoráveis têm impedido a difusão de práticas competitivas das empresas de maior capacitação para as demais e exigido o recurso crescente a estratégias não-competitivas de sobrevivência. Têm aumentado nesses setores a informalização, a sonegação fiscal e a degradação das condições de trabalho e da qualidade dos produtos. (COUTINHO e FERRAZ, 2002, p. 312).

Ainda sobre as características inerentes aos setores do Complexo Têxtil, os autores citados anteriormente analisam que a saturação do consumo nos países desenvolvidos e a facilitação para a entrada de produtos têxteis de outros países em desenvolvimento têm deslocado a concorrência cada vez mais para fatores não-preço. Então, “as empresas que

conquistam maiores fatias do mercado são as que conseguem flexibilidade para adaptar-se às alterações do mercado, introduzindo constantemente produtos que incorporam intensamente estilo, moda e *design*” (COUTINHO e FERRAZ, 2002, p. 316).

Quanto à relação existente entre os setores do complexo têxtil e a formação dos distritos industriais no Brasil, a análise desenvolvida por estes pesquisadores demonstra a seguinte situação:

Esses setores, estruturalmente caracterizados pela enorme fragmentação da estrutura de capital e por grande pulverização da produção, têm constituído um capo propício para a formação de redes cooperativas horizontais, como pólos regionais de produção, nos quais se preocupa compartilhar investimentos competitivos e racionalizar o uso das capacidades existentes.

Diante das questões abordadas até o presente, observa-se que o processo de reestruturação industrial e, mais precisamente, o processo de reestruturação sócio-espacial das sociedades aonde o esquema geral da acumulação flexível vem se fazendo presente encontra-se na pauta de discussões. No Brasil, estas questões convergem para a problemática que envolve o movimento de desconcentração industrial, paralelamente à emergência de novas áreas que passam a se reintegrar diferenciadamente no contexto econômico mais dinâmico do país.

Neste caso, estruturam-se novas redes de relações envolvendo cidades as mais distintas como forma de dinamizar os fluxos que aí se estabelecem, transformando o papel funcional de muitas cidades, e dando origem mesmo aos distritos industriais nos moldes da explanação desenvolvida anteriormente.

3.1.2. O processo de reestruturação sócio-espacial no Brasil e seus desdobramentos para o Estado do Paraná

No conjunto das discussões sobre as principais interpretações quanto ao processo de reestruturação sócio-espacial recente no Brasil, Bragueto (2003, p. 01) destaca que uma importante abordagem se refere à concentração e centralização do capital e também o processo de reestruturação urbano-industrial, incluindo no debate a questão do controle do capital atrelado à gestão do território.

Neste contexto, vale lembrar desde já que as análises desenvolvidas neste subitem constituem um desdobramento das idéias já discutidas em trabalho anterior⁸, cujo destaque é dado ao processo de desconcentração industrial da metrópole paulista e dos possíveis

⁸ GONÇALVES; ALVES e DORES. *Novas tecnologias e novos circuitos econômicos: o caso do sistema bancário brasileiro. Formação*. Presidente Prudente, nº 10, v. 2, pp. 95-128, 2003.

efeitos deste processo para determinadas áreas do território nacional, em especial o Paraná e mais especificamente o Norte do Estado.

Ao observarmos o processo histórico que deu gênese ao Brasil, vemos que o estado de São Paulo, historicamente, tomou para si o papel de núcleo centralizador das atividades e serviços mais avançados que estão na base de todos os processos econômicos, tanto na indústria, agricultura e produção de energia, como nos serviços de diferentes tipos, e que envolvem o processo de reestruturação econômica e social advinda da fase atual do sistema capitalista⁹.

São Paulo é também o Estado que constitui o pólo industrial hegemônico do país, cuja capital possui a maior área metropolitana do país. A cidade de São Paulo tem sido encarada por muitos pesquisadores como uma cidade global, por concentrar espacialmente a camada superior dessas atividades e serviços mais avançados, servindo de referência para uma parte do planeta (América Latina e partes da África) do ponto de vista funcional, isto é, das funções desempenhadas por esta metrópole no âmbito das relações internacionais (escala global).

Além do papel exercido por São Paulo e pela sua área metropolitana na escala global, também no contexto territorial nacional, é esta metrópole que comanda e coordena a rede urbana nacional, numa hierarquia de importância com os outros centros urbanos do país que também possuem algumas funções de nível mais elevado, sobretudo em termos de qualificação desses serviços.

Ao discutir o fenômeno da cidade global, vinculada ao que chama de “espaço de fluxos”, Manuel Castells (1999: p. 407), afirma que este fenômeno não pode ser reduzido a alguns núcleos urbanos no topo da hierarquia. Segundo ele, trata-se de um processo que conecta serviços avançados, centros produtores e mercados em uma rede global com intensidade diferente e em diferentes escalas, dependendo da relativa importância das atividades localizadas em cada área *vis-à-vis* a rede global.

No entanto, no caso brasileiro, São Paulo segue sendo a principal metrópole no contexto nacional, constituindo o principal centro de controle e comando, capaz de coordenar, inovar e gerenciar as atividades interligadas das redes de empresas num espaço que ultrapassa a escala nacional. Isto se faz tanto em relação às empresas nacionais que conseguem se

⁹ Entre estes serviços avançados que caracterizam os espaços inseridos em uma economia global/informacional, Castells (1999: p. 405), destaca o setor de finanças, seguros, bens imobiliários, consultorias, serviços de assessoria jurídica, propaganda, projetos, marketing, relações públicas, segurança, coleta de informações e gerenciamento de sistemas de informação, incluindo P&D, e inovação científica. Podemos dizer ainda, que a incorporação de tais serviços pautam-se em determinados processos, tais como, a incorporação de novas técnicas e tecnologias nos processos produtivos; a flexibilização nos processos de trabalho e da produção das mercadorias; a primazia da produção e disseminação da informação, através do aprimoramento dos meios de comunicação (sistemas físicos de engenharia e de telecomunicações), entre outros.

transnacionalizar, como em relação àquelas cujas sedes localizam-se em outros países, mas que possuem unidades produtivas e/ou escritórios no Brasil.

Conforme Sandra Lencioni (1999), a conformação da área metropolitana de São Paulo caracterizou-se por um rápido crescimento da sua população e expansão da sua mancha urbana, incorporando as áreas urbanas das 39 cidades que a compõem. As transformações advindas do processo de globalização da economia e internacionalização de capitais através da transnacionalização de grandes empresas, constituem tanto reflexo como condicionantes essenciais deste processo de conformação da metrópole paulista.

Segundo a pesquisadora citada anteriormente (1999: p. 115-116), “nos últimos vinte anos, o Brasil – a despeito dos anos de crise – procurou se inserir no mercado internacional de produtos industriais ajustando-se à nova divisão internacional do trabalho”.

Dado o processo de reestruturação econômica em nível mundial a partir do processo de globalização da economia, foi nas duas últimas décadas que a inserção do Brasil no mercado mundial, que se relaciona à atuação de grandes empresas multinacionais em território nacional, passou por transformações profundas (CANO, 1995). Tais transformações, pela rapidez e profundidade com que transformam os sistemas econômicos e sociais dos diferentes países, exigem, da mesma maneira, respostas também muito rápidas em nível global.

Sandra Lencioni (1999: p. 116), destaca ainda que,

Essa capacidade de resposta exige recursos de capital para vultuosos investimentos, quer no âmbito da pesquisa e desenvolvimento (P&D), quer no âmbito da educação e na provisão das novas condições gerais de produção. Não se trata mais de apenas aparelhar portos e redimensionar rodovias, por exemplo. Ou seja, não se trata mais de apenas redefinir a infra-estrutura fixa, mas de criar aquelas que possibilitam a realização de fluxos imateriais.

Isto significa dizer que a ordem econômica global impõe uma reestruturação econômica local, dada a crescente integração entre os espaços nacionais. Neste processo, a diferenciação entre os países pressupõe o patamar tecnológico no qual estão inseridas suas sociedades e, mais do que isso, a velocidade de reconversão que possuem (LENCIONI, 1999, p. 117).

No entanto, no caso brasileiro, o que se verifica é que a reestruturação econômica não se vincula tanto mais ao progresso técnico, isto é, às transformações na **base técnica** das formas de produção, quanto às transformações gerais de **organização da produção**, que caracterizam a reestruturação social e espacial do parque industrial brasileiro.

Segundo Cano (1995) isto ocorre, entre outros fatores, porque o Brasil não é um país que, historicamente, investe na produção científica e intelectual e em atividades relacionadas ao desenvolvimento tecnológico e social, sendo que os paradigmas tecnológicos que participam de alguma maneira nessa reestruturação econômica nacional, muitas vezes, constituem paradigmas importados de outros países via multinacionais.

Para Lencioni (1999), a reestruturação social e espacial da indústria no Estado de São Paulo reafirmou o poder das empresas oligopolistas levando a uma reconcentração da produção industrial neste Estado.

Em outro trabalho, partindo também da idéia de que os processos de concentração e centralização na reprodução do capital, cuja manifestação se dá no âmbito da desconcentração industrial da metrópole, Lencione (1994) analisa que se foi a concentração das atividades econômicas, sobretudo a atividade industrial, que levou a estruturação da metrópole, hoje é a dispersão industrial o elemento fundamental na reestruturação da metrópole paulista.

Na verdade, o que esta pesquisadora procura mostrar em suas análises, é como a área metropolitana se ampliou, reafirmando ainda mais a primazia da cidade de São Paulo no contexto da economia nacional, tornando-se um nó na rede de cidades mundiais.

Neste intuito, demonstra que historicamente a cidade de São Paulo passou por processos – sobretudo investimentos que garantissem as condições gerais da produção industrial, dentre os quais, energia, estradas, aparelhamento portuário e escolas e serviços de saúde destinados à reprodução da força de trabalho –, que a levaram a tornar-se a metrópole que é hoje. No entanto, nas duas últimas décadas a massa aglomerativa industrial concentrada nesta cidade gerou deseconomias em certos locais, as quais fizeram a mancha urbana se expandir ainda mais, formando-se áreas periféricas. Tal processo levou à polinucleação metropolitana e a dualidade urbana entre centro e periferia se acentuou (Lencioni, 1999: p. 120).

Com a geração dessas deseconomias, ou seja, com o aumento das taxas de lucros decrescentes em vários espaços localizados dentro da área metropolitana de São Paulo, muitas indústrias passaram a se instalar em cidades mais do interior do Estado, ou mesmo transferir partes do processo produtivo ou toda a unidade industrial para outras cidades, fugindo dos problemas causados pelo inchaço urbano na metrópole que, em última instância, encareciam o processo de produção que aí se realizava.

Ao mesmo tempo em que ocorreu esse processo de desconcentração industrial dentro do Estado de São Paulo – englobando, inclusive, outras áreas do território nacional, para onde migram algumas dessas empresas –, é na área da metrópole que vão se concentrar cada vez

mais as funções de comando e controle, isto é, de gestão dos negócios que envolvem as grandes empresas que optaram por novas localizações, a fim de se beneficiar de altas taxas de lucros.

Diniz (1995), em seu estudo sobre a dinâmica regional recente da economia brasileira, também concorda que nas últimas décadas está ocorrendo um processo de reversão da polarização e da concentração industrial em São Paulo, dando origem a um processo de desconcentração industrial na direção de várias regiões do país.

Segundo este mesmo autor (DINIZ, 1995, p. 7), na primeira fase do processo de desconcentração industrial “houve um relativo espraiamento industrial para o próprio interior do estado de São Paulo e para quase todos os demais estados brasileiros”. Neste contexto, merece destaque o fato de que a partir da década de 1970, muitos investimentos efetuados pelo Estado, por meio da ação das empresas estatais, com vistas a atingir as metas estipuladas pelo II PND (Plano Nacional de Desenvolvimento), assim ocorreram fora do Estado de São Paulo, dotando outras áreas com a infra-estrutura necessária para que florescesse aí a industrialização, contribuindo para a desconcentração relativa da indústria em médio prazo.

Mais recentemente, o que se observa é uma tendência a reconcentração na área mais desenvolvida do país, num processo semelhante aquele que Santos e Silveira (2001) chamam de “Região Concentrada”. Esta seria uma primeira aproximação da configuração dos padrões de desenvolvimento desigual no Brasil.

Para estes pesquisadores, é nesta parcela do território nacional que se concentra a maior parte dos fluxos (de informações, econômicos, de pessoas, de idéias, de capitais, de mercadorias, etc.) e dos sistemas técnicos que proporcionam estes fluxos; da indústria, sobretudo aquelas que utilizam tecnologia de ponta e de formas de organização do trabalho flexíveis; dos centros de pesquisa e desenvolvimento de alta tecnologia (tecnopólos); das principais universidades; da agricultura mais moderna; de uma divisão social e territorial do trabalho mais refinada; enfim, é aí que se percebe mais facilmente os processos que articulam os espaços locais à uma lógica global. É, pois, na “região concentrada” que se observam mais claramente as transformações advindas da integração entre as diferentes escalas, do global ao local.

Retomando as reflexões de Diniz, este pesquisador acaba concluindo que se observa,

Uma tendência a uma relativa reconcentração no polígono definido por Belo Horizonte-Uberlândia-Londrina/Maringá-Porto Alegre-Florianópolis-São José dos Campos-Belo Horizonte. Estima-se que os Estados de Minas Gerais, São Paulo (excluída a sua área metropolitana), Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul tenham aumentado sua participação na produção industrial de 32 para 51% entre 1970 e 1990. (DINIZ, 1995, p. 10).

Conforme estas análises, bem como de acordo com a avaliação de Bragueto (2003), observa-se a necessidade, entre os autores que discutem o processo de desconcentração industrial ocorrido no país após 1970, de se identificar a direção do movimento para além do Estado de São Paulo. Neste contexto, a Região Sul, e mais precisamente o Estado do Paraná situa-se entre aqueles que mais ampliaram sua participação na produção industrial mais recentemente, sobretudo a partir da década de 1990.

Segundo Cano (1997, p. 118 apud BRAGUETO, 2003, s/p),

O Sul foi a região que mais pontos percentuais ganhou nos dois períodos (passa de 12% em 1970 para 16,7% em 1985 e 18,1% em 1995) beneficiado pela decisão política federal de ali instalar o terceiro pólo petroquímico nacional, pelo melhor desempenho agro-industrial, de produção de máquinas agrícolas e tratores, equipamentos em geral, material elétrico e de transporte. Além dos efeitos também decorrentes de sua prática em “guerra fiscal”, a região tem apresentado condições propícias (mão-de-obra, urbanização, agricultura moderna, proximidade com o mercado paulista, etc.) a um grau mais avançado de desconcentração do investimento industrial. Embora os três estados sulinos tenham aumentado suas participações nacionais, Paraná e Santa Catarina apresentaram resultados bem melhores do que o Rio Grande do Sul.

Porém, como mencionado anteriormente, não são todas as áreas que se beneficiam deste processo. Os padrões gerais de desenvolvimento desigual que acompanham o processo de acumulação capitalista em sua fase atual, levam a que apenas determinadas áreas, dentro destes Estados, se beneficiem do processo de desconcentração industrial, ou mesmo da imbricação entre as economias regionais desenvolvidas historicamente a partir de iniciativas locais – no sentido da criação de distritos industriais, por exemplo – e a dinâmica econômica nacional e mesmo internacional. Isto significa, em outras palavras, que dentro do mesmo Estado pode-se identificar áreas em condições econômicas e sociais as mais distintas – em ascensão, em declínio ou até mesmo em estagnação completa.

Sobre o caso específico do Estado do Paraná, Diniz (1995) analisa que este sempre teve suas indústrias tradicionalmente ligadas ao complexo da madeira e de papel, tendo ocorrido grande expansão das agroindústrias processadoras de insumos agrícolas em função da excepcional qualidade das suas terras e da expansão da produção agrícola. Segundo este pesquisador,

Mais recentemente vem ocorrendo um processo de diversificação industrial no estado, especialmente na região de Curitiba, que recebeu a localização de vários projetos estrangeiros, como a indústria automobilística (Volvo) e de componentes eletrônicos, atraídos pelos incentivos fiscais locais, pela

amenidade e suporte urbano de Curitiba e ainda pela sua relativa proximidade com a área metropolitana de São Paulo (p. 10).

Esta visão também é compartilhada por Firkowski (2001, p. 88 apud BRAGUETO, 2003, s/p), para quem é no contexto da desconcentração industrial da metrópole paulista que se insere a nova fase de industrialização paranaense, “não apenas porque o estado é um dos componentes do polígono ou da região concentrada mas, sobretudo, pelo desempenho positivo que tem tido em relação à atração de novos investimentos industriais”, entre os quais destaca-se o automobilístico.

Dado o fato de que a região que mais vem se beneficiando do processo de desconcentração industrial, dentro do Estado do Paraná, é a metropolitana de Curitiba, reafirma-se a idéia da desigualdade na distribuição dos investimentos industriais, mesmo dentro da chamada região concentrada ou do polígono tal qual explicitado anteriormente por Diniz.

É neste sentido que Fikowski (2001, p. 109 apud BRAGUETO, 2003, s/p) atenta para a configuração de dois processos distintos e autônomos em que,

O primeiro é aquele relacionado às transformações na economia nacional, com destaque para o complexo metal-mecânico centrado em Curitiba, o segundo é aquele onde predominam as relações com a agricultura a partir dos gêneros tradicionais localizados em sua maioria no interior do estado.

Na visão de Fresca (2004, s/p), o norte do Paraná constitui uma das áreas que foram diretamente afetadas pelos novos processos ligados à produção industrial – tanto no sentido da transferência industrial decorrente do processo geral de desconcentração industrial, como no das estratégias de desenvolvimento adotadas pelas indústrias norte-paranaenses com capital de origem local, a fim de adaptar-se as novas condições de competição derivadas do sistema de acumulação flexível – que não se vincula tanto mais a produção agroindustrial como em fases precedentes, embora este setor seja de forte presença mas em nível qualitativo superior.

Esta mesma pesquisadora, tomando a gênese da industrialização do Norte do Paraná e considerando como sendo seu aspecto marcante a forte iniciativa local, chega a conclusão de que “ao findar os anos de 1980 pode-se dizer que haviam três grandes setores industriais consolidados e diversas unidades dispersas pelo norte do estado: setor agroindustrial alimentício e suco alcooleiro, setor moveleiro e setor confeccionista”.

Ao mesmo tempo em que estes setores cuja gênese ocorreu a partir de iniciativas locais – a exemplo da indústria de confecções em Cianorte, como veremos nos capítulos que seguem – procuraram, ao longo da década de 1980 e, sobretudo de 1990, incorporar as transformações necessárias para a sua manutenção e expansão diante dos

momentos de crise da economia nacional, bem como diante da competição cada vez mais acirrada no âmbito da economia nacional e internacional, outro processo passa a marcar a industrialização do Norte do Estado.

Trata-se da transferência industrial para o Norte do Paraná, de empresas provenientes de São Paulo, ou mesmo de processos de fusão e compra de empresas já existentes na região, por capitais de origem nacional e/ou internacional. Conforme análises desenvolvidas por Fresca (2004, s/p), tais processos devem ser analisados considerando-se alguns aspectos, entre os quais,

O primeiro aspecto diz respeito as datas de implantação das unidades, que linhas gerais, concentram-se nos últimos anos da década de 1990, mas a decisão da implantação/transferência ocorreu anos antes, cuja diferença se deve a maturação do projeto (negociações políticas, escolha da área, construção do prédio, início de operação, etc.). O segundo aspecto diz respeito ao local de origem destas empresas, tendo como predomínio São Paulo e sua região metropolitana, exceto as unidades de capital internacional que se implantaram diretamente no norte do estado. Em terceiro lugar denota-se indústrias cujo mercado consumidor é bastante amplo, mormente nacional mas concentrado sobretudo no Centro Sul do país, a exceção daquelas unidades que são fornecedoras de outras, também localizadas na mesma cidade.

Independentemente dos processos segundo os quais se deu a recente industrialização do Paraná e, mais especificamente, do Norte do Paraná, bem como a sua inserção no contexto geral da economia nacional a partir dos processos mais recentes de reestruturação sócio-espacial observados para o conjunto do país – cujo destaque deve ser atribuído ao processo de desconcentração industrial, conforme já debatido anteriormente – um aspecto fundamental para a consecução destas transformações se refere à capacidade de incorporação de modernas tecnologias associadas aos meios de transporte e comunicação, dando origem as mais diferentes redes, sendo estas animadas pela sinergia dos mais diversos fluxos que se estabelecem entre os lugares.

3.2. O Papel das Redes no Processo de Reestruturação Industrial e de Articulação Escalar

Para Castells (1999), quando um processo semelhante ao da desconcentração industrial de São Paulo ocorre, isto acaba implicando no fortalecimento da estrutura hierárquica no que se refere às funções de comando e controle e do intercâmbio de informações resultante. Assim, o que se verifica é uma exacerbação da importância da metrópole paulista como centro de gravidade para as transações econômicas que integram a economia nacional ao movimento geral global.

Ora, como as unidades produtivas se desvinculam territorialmente dos seus escritórios de comando, a inovação nas técnicas de comunicação e transferência de dados e informações constitui elemento essencial no processo. Isto porque, os processos que geraram essa região metropolitana desconcentrada se fundamentam na crescente centralização do capital, através da atuação das empresas oligopolistas e dos grupos econômicos que promoveram o deslocamento das atividades industriais para o interior.

Lencioni (1999), afirma que em decorrência disso, observa-se uma divisão territorial entre produção industrial e gestão empresarial, fazendo com que o interior tendesse a concentrar os estabelecimentos produtivos e a capital, os escritórios de gestão empresarial. Desta maneira, “como decorrência dessa expansão se intensificaram as redes sociais e espaciais com o sentido de integrar o capital e o espaço” (p. 120).

Neste ponto, percebemos a importância da emergência e organização daquilo que alguns pesquisadores chamam de redes e, sobretudo, do tratamento geográfico à elas dispensado. Assim, Leila C. Dias (1995), tratando das implicações das redes de informação sobre a organização territorial brasileira, admite que as sociedades contemporâneas vem conhecendo uma aceleração no ritmo da inovação entre vários campos, entre os quais podemos destacar dois.

O primeiro diz respeito aos avanços na engenharia de sistemas elétricos, permitindo a transmissão de grandes blocos de energia a longas distâncias. O segundo, refere-se ao fato de que, com a associação das técnicas de telecomunicações às de tratamento dos dados, as redes de telecomunicações adquirem uma potência muito maior. Isto significa que, de certa maneira, as distâncias se contraem e se anulam já que as transmissões se fazem de forma instantânea, e as informações produzidas a cada segundo são tratadas e encaminhadas num tempo cada vez mais reduzido. (DIAS, 1995, p. 142).

Podemos dizer que as qualidades de instantaneidade e de simultaneidade das redes de informação, emergiram diante de processos de múltipla ordem que caracterizam o período histórico atual, tais como, os processos de integração produtiva, de integração de mercados, de integração financeira, de integração da informação. Claro é que, dentre as conseqüências humanas desse movimento, estão igualmente os processos de desintegração, de exclusão de muitas áreas do planeta. De qualquer maneira, tais processos implicam em certas estratégias, sobretudo estratégias de **circulação** e **comunicação**, que constituem as duas principais faces que pressupõem a existência da organização em rede, afinal, sua densificação (das redes), surge como condição que se impõe à circulação crescente de tecnologia, de capitais e de matérias-primas.

Por tudo isso, a análise das redes constitui um valioso instrumento para a compreensão da dinâmica territorial brasileira. Isto é assim porque, como admite Dias (1995), a constituição da rede urbana brasileira é marcada pela associação entre processo de urbanização e processo de integração do mercado nacional. Para esta pesquisadora, as qualidades de instantaneidade e de simultaneidade das quais são dotadas as redes de telecomunicações deram livre curso a todo um jogo de novas interações. Assim,

a presença inicial das ferrovias e das rodovias, que irrigavam o país em matérias-primas e mão-de-obra, se superpõem, na atualidade, os fluxos de informação – eixos invisíveis e imateriais certo –, mas que se tornaram uma condição necessária a todo o movimento de elementos materiais entre as cidades que eles solidarizam (DIAS, 1995, p. 150).

Neste contexto, se voltarmos ao caso daquela área que Sandra Lencioni chama de região metropolitana desconcentrada, podemos verificar que tal expansão da indústria possui uma forte relação com a tecnologia de informação no que se refere à incorporação das telecomunicações e na informatização do trabalho administrativo no âmbito da gestão empresarial. Para essa pesquisadora (1999, p. 126),

a difusão da micro informática e, principalmente, da rede de telecomunicações com fibra ótica é que tornou, cada vez mais possível, a cisão territorial entre produção e gestão e a eficácia de sua reintegração social à distância. Nesse sentido, essa difusão tornou-se elemento chave na expansão industrial do em torno metropolitano.

Sandra Lencioni (1999) destaca ainda que, é através dessa estratégia das empresas, e as novas ligações que se estabelecem entre a produção e o gerenciamento, que o espaço se torna compacto. Isto significa dizer que, neste caso, a mediação da rede de telecomunicações e o uso da micro-informática tornaram o território paulista tecnicamente mais denso e industrialmente mais compacto. Isto ocorre, na medida em que os novos fluxos imateriais, com seus novos significados, se constituem estruturantes dessa nova lógica sócio-espacial.

Finalmente, há que se ter sempre em mente o fato de que por um lado, os fluxos imateriais distinguem, ainda mais, o centro metropolitano, isto é, a cidade de São Paulo, do restante do país, fazendo crescer as desigualdades sócio-espaciais, e por outro, promovem, através de suas redes, uma nova integração espacial com a cidade de São Paulo (LENCIONI, 1999, p. 131).

CAPÍTULO 4

A INDÚSTRIA DE CONFECÇÕES EM CIANORTE: Gênese e Evolução

Neste capítulo, partimos da premissa de que a cidade deve ser tomada como um espaço em constante transformação, e cujo dinamismo está intrinsecamente relacionado ao modo como o sistema capitalista de produção age no sentido de se reproduzir incessantemente. Desta maneira, a cidade (entendida como cidade capitalista) aparece como *locus* da sociedade que se apresenta dividida em classes, e a qual tem como fator genético principal, a própria divisão social e territorial do trabalho. Esta divisão social e territorial do trabalho, por sua vez, tem na indústria um de seus principais elementos constitutivos, principalmente naqueles espaços que caracterizam as áreas de expansão do sistema.

Nesta perspectiva, tomamos o espaço urbano da cidade de Cianorte também como um local em constante transformação, e onde a sua recente especialização industrial no ramo de confecções tem contribuído para acentuar tais transformações (que são ao mesmo tempo sociais, territoriais e temporais), na medida em que se delineia neste espaço uma nova divisão social e territorial do trabalho, que vem marcando as transformações recentes observadas em seu espaço urbano.

Estes processos são marcados pelas relações que se travam entre os atores e agentes sociais envolvidos na dinâmica econômica, política e social de Cianorte e participam ativamente na construção das diferentes escalas espaciais que caracterizam a dinâmica urbana da cidade em seu recorte atual.

Cianorte constitui parte do projeto de colonização particular praticado pela Companhia de Terras Norte do Paraná (CTNP), depois chamada de Companhia Melhoramentos Norte do Paraná (CMNP), e sua evolução posterior foi influenciada pelos processos que marcaram a atuação destas empresas em todo o norte do Paraná. Não pretendemos discutir aqui o processo de colonização da região comumente classificada como o norte do Paraná, e sim apresentar alguns elementos que demonstrem a correlação entre esta colonização e o surgimento e desenvolvimento de Cianorte, e suas imbricações no processo de criação e articulação de diferentes escalas espaciais.

Projetada, inicialmente, para se tornar um dos quatro grandes pólos idealizados por esta companhia colonizadora, sendo estes, na ordem de sua gênese: Londrina, Maringá, Cianorte e Umuarama, o nome de Cianorte deu-se em alusão à Companhia (DIAS, 1998).

Segundo este mesmo pesquisador (p. 49),

[...] a cidade não teve a expansão econômica e populacional esperada pela CMNP, expansão essa que, caso concretizada, reverter-se-ia certamente em maiores lucros para a empresa que ficou com a propriedade de tantos terrenos à espera de momentos oportunos para colocá-los à venda [...].

Tal fato evidencia o papel estratégico desta empresa enquanto agente fundiário privilegiado na cidade, bem como na conformação do que viria a se tornar mais tarde a rede urbana norte-paranaense, como explicitado por Fresca (2004a). Veremos mais adiante, algumas das implicações deste fato para a expansão e manutenção das articulações espaciais internas (intra-urbanas) e externas (interurbanas) à cidade, criadas pela indústria de confecções.

Há certo consenso, entre os pesquisadores que tratam da colonização do Paraná, sobre o papel fundamental exercido pelo café na evolução da ocupação, e mesmo na delimitação do Norte do Estado. Muller (1956, p.55, apud BRAGUETO, 1999, p.4), ao tratar dos limites da região, ressalta que é no sentido Sul que reside o problema de sua delimitação. Adotaremos para este trabalho a delimitação proposta por Padis (1981). Para este pesquisador (p. 84),

Não está fora de propósito, [...], buscar em uma combinação dos fatores fisiográficos com a atividade econômica cafeeira, a chave para a delimitação do que se convencionou chamar do “norte do Paraná”, assim como, a explicação da rapidez com que se deu a ocupação dessa parte do território nacional.

Desta forma, o café toma para si, desde o início do século XX até meados da década de 1970, o papel de elemento articulador entre a economia norte-paranaense e a economia paulista e a nacional, uma vez que o termo “marcha para o oeste” cunhado para designar o movimento do café em território paulista desde meados do século XIX, encontra seu paralelo no Norte do Paraná, à medida que a cultura cafeeira avança, ao longo do século XX, em direção ao oeste desta região, no período assinalado acima.

Não devemos, no entanto, considerar os efeitos do café para a economia paranaense como que um paralelo do ocorrido no caso de São Paulo. O desenvolvimento econômico do Norte do Paraná com base na economia cafeeira resultou muito mais da expansão da economia cafeeira paulista do que de um esforço produtivo desenvolvido dentro do próprio Paraná, ficando esta região, até meados dos anos de 1960, isolado do restante do Estado em virtude, sobretudo, da completa ausência de meios de comunicação entre ambos (PADIS, 1981: p. 125).

Pensando o caso paulista, lembramos que o café produzido por praticamente um século foi que proporcionou o início da industrialização da metrópole paulista, através do acúmulo e do investimento de capitais provenientes da exportação do produto. Assim, podemos inferir que o café produzido no Norte do Paraná, dadas as suas relações com São Paulo, contribuíram também para este processo de centralização e concentração dos investimentos industriais nesta metrópole até meados dos anos de 1960. Padis (1981, p: 125), lembra que,

Foi-se delineando um círculo vicioso de, certamente, graves prejuízos à economia paranaense, não só porque ‘provocava a evasão de boa parte da renda gerada no Estado’ [...] mas também porque, de certa forma, o norte se vinculava, identificava e, sobretudo, se tornava mais dependente de São Paulo.

Corroborando com esta idéia, vale lembrar os esforços da Companhia de Terras Norte do Paraná¹⁰ e mais tarde da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná, para a construção de uma rodovia ligando o Norte do Paraná a São Paulo e, conseqüentemente, ao porto de Santos, e também para estender os trilhos da conexão ferroviária com a Sorocabana que, até o início do século XX, já haviam atingido Ourinhos (SP).

Padis (1981, pp: 91-92), ressalta o fato de que,

Em 1943, os trilhos já atingiam Apucarana, cidade a 269 quilômetros de Ourinhos. A estrada de ferro e a rodovia estendiam-se quase paralelamente, ao longo do espigão principal do Norte paranaense, entrelaçando numerosos núcleos urbanos que iam surgindo rapidamente, pouco distanciados uns dos outros.

Após o início da ação da companhia colonizadora, e até meados dos anos de 1970, o Norte do Paraná, sobretudo na extensão que vai da barranca do rio Tibagi até as proximidades do Rio Paraná, em direção ao oeste, assistiu a um crescimento econômico e demográfico surpreendente, influenciado pela chegada de levas de paulistas, mineiros e nordestinos que vinham atraídos pela promessa de terras baratas e solos férteis, bem como para ajudar na construção dos núcleos urbanos idealizados pela Companhia de Terras Norte do Paraná.

Observa-se, portanto, que é este movimento do café no Norte do Paraná que irá marcar o processo de colonização de toda a região, bem como é a este processo que se associa a atual divisão desta região em três áreas distintas, a saber, o Norte Velho, o Norte Novo e o Norte Novíssimo. Cianorte localiza-se nesta última, a cerca de 87 quilômetros de Maringá que,

¹⁰ A título de esclarecimento, vale lembrar que a Companhia Melhoramentos Norte do Paraná constituiu-se a partir da compra, por um grupo capitalista de São Paulo, da Companhia de Terras Norte do Paraná. A origem desta encontra-se na Inglaterra onde, após a Primeira Guerra Mundial, alguns grupos econômicos partiram em busca de áreas, em outras partes do mundo, onde iniciar a cultura do algodão que substituisse ou complementasse a desenvolvida nas colônias inglesas da África, em atendimento às necessidades de matéria-prima da indústria têxtil britânica. Após a compra dos primeiros lotes de terras no norte do Paraná no início do século XX, com o insucesso dos objetivos iniciais, a empresa colonizadora mudou sua tática, criando um projeto imobiliário nas terras adquiridas, o qual deveria converter-se em lucros com a venda de propriedades rurais e urbanas. Durante a Segunda Guerra Mundial, por motivos de segurança nacional, o governo brasileiro proibiu a propriedade da terra por estrangeiros, obrigando a venda da companhia inglesa ao grupo capitalista de São Paulo, já intimamente a ela vinculado que levou a cabo seu projeto imobiliário, agora com o nome de Companhia Melhoramento Norte do Paraná.

juntamente com Londrina, formam as duas metrópoles regionais do norte do Paraná e os principais nós da rede urbana regional.

Mas, se os fatores que deram origem ao crescimento e desenvolvimento de Londrina e Maringá decorrem historicamente dos mesmos processos que envolvem o surgimento de Cianorte e Umuarama, porque então estas últimas – e mais especificamente, Cianorte – não alcançaram o desenvolvimento das duas primeiras? É no sentido de responder a esta indagação que passamos ao caso específico de Cianorte, procurando sempre vinculá-la ao processo maior de formação e integração sócio-espacial regional e nacional.

Cianorte teve sua economia primeiramente envolvida com a cultura cafeeira, isto é, nasce sob os auspícios de um projeto que era, em última análise, voltado para a produção deste produto de exportação, e da mesma forma que o restante do norte do Paraná, sofreu com a crise econômica do início da década de 1970, da qual as geadas e a erradicação dos cafezais constituem apenas alguns elementos.

Na verdade, como produto de exportação, o café sempre foi suscetível às oscilações econômicas internacionais. Assim, resumidamente, podemos dizer que quando nossos maiores compradores (países da Europa e EUA, principalmente), passaram a dar preferência ao café africano e colombiano, ambos de qualidade inferior, inicia-se o processo de erradicação dos cafezais em São Paulo e, em menor grau – mas em processo contínuo – no Paraná, uma vez que o acúmulo do produto fez seus preços decaírem vertiginosamente, obrigando seus produtores a substituir esta cultura por várias outras, adaptando-se às necessidades do mercado.

No caso específico da região onde está localizada Cianorte, a rápida evolução que se processou nas atividades agrárias ligou-se não apenas aos problemas que afetaram a economia cafeeira nas décadas de 1960 e 1970, mas também à ocorrência de solos pobres (decorrentes do arenito Caiuá), que ocorrem em grandes extensões em toda a Mesorregião Noroeste Paranaense, e que apresentam sinais de saturação muito rapidamente.

Para Cioffi (et.al., 1995, p. 62), sobre o desenvolvimento econômico apresentado por cidades como Londrina e Maringá, em detrimento da estagnação de outras cidades fundadas de acordo com processos semelhantes, como é o caso de Cianorte, este pode ser entendido tanto por meio da questão da fertilidade do solo, quanto à estratégica distância entre Londrina e Maringá, cerca de 110 Km. Neste caso, o solo tipo “terra-roxa” é que teria condicionado o progresso. Cianorte, diferentemente destas duas metrópoles regionais, possui vasta área de solo predominantemente arenítico, pobre em substâncias nutricionais, fator que requer sucessivas adubações, mediante o rápido empobrecimento do solo. Assim,

A devastação das matas, provocada pelo desbravamento rebaixou o padrão de qualidade do solo, que exposto às intempéries, alastrou o pauperismo à várias áreas, provocando após algumas décadas, o refluxo do desenvolvimento populacional. Sem contar com a mediocridade de alguns representantes municipais, na área política, que quase sempre preocupados em projeções pessoais, negligenciaram e não sedimentaram o progresso contínuo do município. (CIOFFI, et. al., 1995, p. 62).

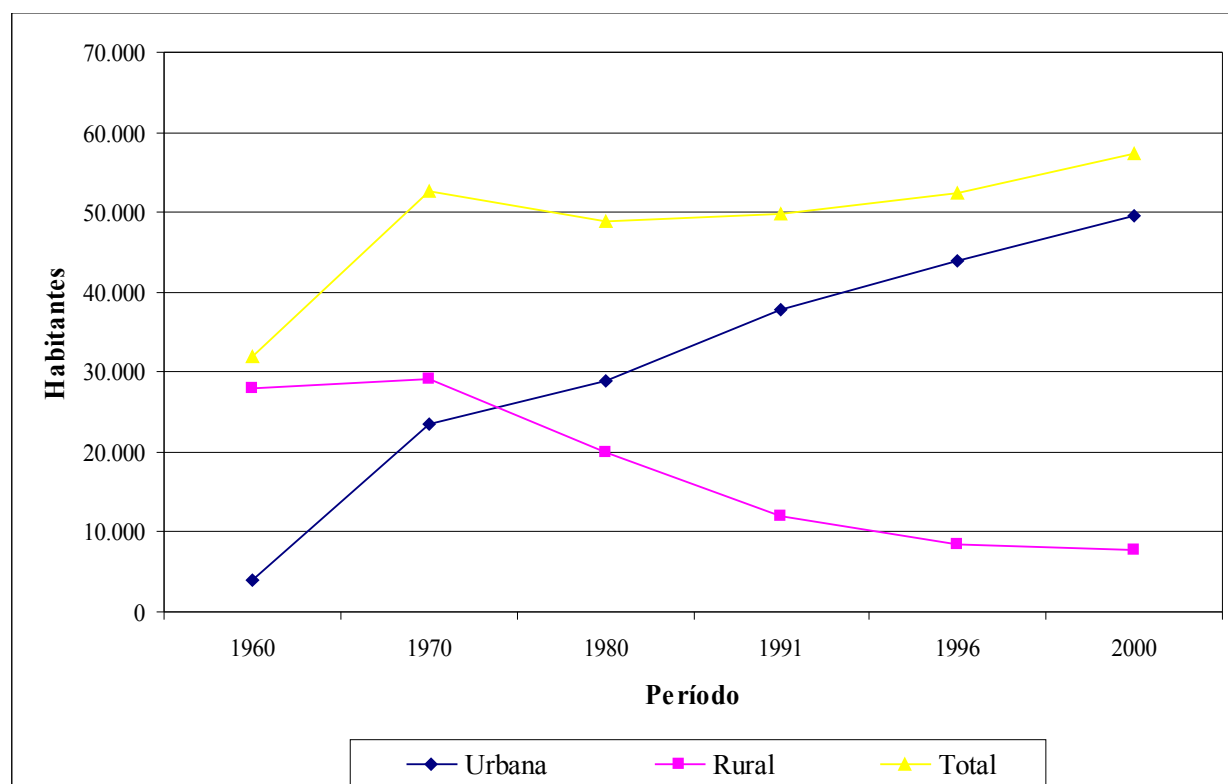
Desta forma, podemos generalizar, apenas para efeito de síntese, que os principais problemas que afetaram o desenvolvimento econômico de Cianorte nas primeiras décadas após o seu surgimento foram: a falta de meios de comunicação mais eficientes que pudessem integrar o município à economia regional, paulista e nacional, quando o café ainda constituía o elemento central do ciclo econômico que marca a história paranaense e nacional; a decadência da economia cafeeira quando o município é, efetivamente, dotado da infra-estrutura necessária para o acúmulo de capitais oriundos desta atividade, sobretudo a partir da década de 1970, quando a rodovia e a ferrovia atingem Cianorte, ligando-a aos maiores centros urbanos regionais.

Podem-se lembrar ainda outros elementos, tais como a baixa qualidade dos solos predominantes no município – e em todo o noroeste do Estado do Paraná; as ameaças constantes de geadas que quando ocorriam afetavam diretamente nos preços obtidos pelo café no mercado nacional e internacional, limitando os pequenos produtores a poucas saídas para enfrentar as crises: abandonar a cultura, alterar suas relações de trabalho no campo ou abandonar efetivamente a agricultura.

Cianorte foi fundada em 1953 e elevada à categoria de município em 1955, localizando-se na Mesorregião Geográfica Noroeste Paranaense. De acordo com o IPARDES (1994, apud DIAS, 1998: p. 50), Cianorte pode ser classificada como sendo um **Centro Sub-Regional**, caracterizando-se, no nível da hierarquia de funções dos centros urbanos, como sendo possuidora de uma diversidade intermediária superior. Isto significa dizer que o município constitui referência, num primeiro momento, para a procura de comércio e serviços não oferecidos nas cidades menores, formando, portanto, um mercado regional de consumo.

Atualmente, Cianorte conta com aproximadamente 57.000 habitantes¹¹ (IBGE, 2000), sendo que, como centro Sub-Regional, caracteriza-se como pólo centralizador de atividades e funções junto aos municípios vizinhos que fazem parte da **Microrregião Geográfica de Cianorte**. A evolução da população no município de Cianorte pode ser observada através do Gráfico 1.

Gráfico 1
Evolução da População de Cianorte – 1960-2000



Fonte: IBGE, Censos Demográficos, 1960, 1970, 1980, 1991, 2000; Contagem da população, 1996.

Org.: O autor.

Quanto à dinâmica populacional de Cianorte, podemos dividi-la em duas fases distintas. A primeira é representada pelos fluxos de migrantes vindos de várias partes do país – sobretudo paulistas, nordestinos, mineiros e paranaenses de outras regiões – e de imigrantes estrangeiros – italianos, alemães, portugueses, japoneses, etc. – até a década de 1970, quando o

¹¹ Segundo estimativas da Prefeitura Municipal de Cianorte, através da Secretaria de Planejamento, o município de Cianorte possuía em 2004, aproximadamente 74.000 habitantes, evidenciando uma taxa de crescimento populacional muito superior a dos demais municípios da Microrregião Geográfica de Cianorte. Para o poder público, este crescimento populacional decorre da oferta de empregos na indústria de confecções local. No entanto, o IBGE, em estimativas populacionais para o ano de 2004, admite como a população total de Cianorte a cifra de 61.227 habitantes. De qualquer maneira, ambas as estimativas confirmam as taxas médias de crescimento populacionais de Cianorte como sendo superiores aquelas observadas nos municípios vizinhos, à exceção do município de Jussara.

cultivo, beneficiamento e circulação do café, paralelamente ao ciclo dos negócios de terras caracterizava a economia paranaense.

Neste período, fazendeiros e colonos paulistas e mineiros afluíam para todo o Norte Novo e o Norte Novíssimo do Paraná baseados na promessa de terras férteis e da garantia da posse da terra por meio dos negócios com a CMNP, considerada uma empresa bastante idônea à época e mais organizada que o próprio Estado no que refere ao comércio de terras. Quanto aos nordestinos, estes vieram para ajudar tanto na derrubada da floresta tropical e subtropical que caracterizava a região à época da colonização, cuja finalidade era a abertura e incorporação de novas terras para o avanço da cultura cafeeira, como na construção dos núcleos urbanos projetados pela mesma Companhia, a fim de que se criassem as condições para o abastecimento da população fixada nos lotes rurais.

Desta época resulta o fato de não existir em Cianorte tradições marcantes que possam dar uma identidade a sua cultura. São poucas as famílias pioneiras ainda existentes no município, e é por conta da heterogeneidade de sua origem que não se conseguiu construir tradições e nem mesmo impor uma cultura adquirida, diferentemente do ocorrido em outras cidades do Norte do Paraná, a exemplo de Rolândia (colonização predominantemente alemã) e Assai (colonização predominantemente japonesa).

Cioffi (et. al., 1995, p. 62), referindo-se a heterogeneidade das culturas que contribuíram na constituição de Cianorte, analisa que

Povos de todos os recantos brasileiros aqui estiveram, passaram, foram embora, caminhando com extraordinária mobilidade, renovando-se, forçando a cidade a alcançar a sua maturidade em tempo muito pequeno de sua existência.

A segunda fase que marca a dinâmica populacional de Cianorte caracteriza o processo geral de êxodo rural observado em boa parte do norte do Paraná, sobretudo nas áreas de domínio do café que passaram, a partir da década de 1970, pelo processo de modernização da agricultura. Isto se fez através da substituição da monocultura cafeeira pela policultura, com a introdução de novos produtos – soja, principalmente – e pela introdução de novas tecnologias ao processo de produção no campo, que contribuíram para a expulsão da população que ali vivia.

Podemos dizer que os modernos processos de mecanização favoreceram especialmente as plantações de soja, milho, trigo, entre outras, em todo o norte do Paraná, principalmente nas extensões onde predomina o solo do tipo “terra-roxa”. Essas culturas

diversificadas estão implantadas em áreas extensas e são produzidas em grande escala, e não mais como lavouras secundárias, como ocorria durante o ciclo econômico baseado no café.

Vale ressaltar que as lavouras como a da soja e do trigo, além de favorecerem o processo de êxodo rural, contribuíram para o desmatamento indiscriminado em toda a região, e para o assoreamento e poluição de vários cursos d'água que cortam o nortenoeste do Estado, apesar das leis ambientais existentes.

Como resquício da ação colonizadora da CMNP, em Cianorte e região predominam as pequenas propriedades, sendo compreensível a substituição de uma cultura por outras novas, aclimatadas aos fatores naturais locais, porque o pequeno produtor depende muito da perspectiva do preço. Assim, toda a região norte e, em menor grau, a região noroeste do Paraná, antes essencialmente cafeeira, encontra-se totalmente modificada pela policultura.

Por conta da baixa fertilidade dos solos que predominam em Cianorte, uma tendência verificada após a década de 1970 foi a substituição do café, principalmente pelas culturas da cana-de-açúcar e pelas pastagens, aumentando a área já existente destas culturas. Como conseqüências deste processo geral, surgiram na região vários complexos agroindustriais – com destaque para as concentrações existentes em Maringá e Campo Mourão – pautados no beneficiamento da soja, do milho, da cana-de-açúcar e, em menor grau, da mandioca, e dos produtos oriundos da pecuária.

Segundo o IBGE (1991: p. 16),

[...] a reorganização do espaço agrário do Noroeste Paranaense, em razão da crescente expansão da pecuária, reflete-se na sua dinâmica populacional, passando de área de absorção de grandes contingentes de população rural a área de evasão da mesma, posto que esta população passa a deslocar-se para outras cidades paranaenses ou mesmo em direção ao Mato Grosso do Sul.

No caso da dinâmica populacional de Cianorte, não foi diferente, tendo sido influenciada por tais processos. Desta forma, a partir de 1970 a zona rural do município esvaziou-se sensivelmente. Grande parte da população perdeu, ou abandonou, seus empregos no campo, para transferir-se para as cidades ou mesmo para outras unidades da federação, reduzindo o crescimento vegetativo populacional.

Fresca (2004a, p. 323) lembra que se nos anos de 1960 a pequena produção mercantil era um elemento estrutural para a compreensão da dinâmica funcional urbana de Cianorte e sua inserção na rede urbana, atualmente a agropecuária constitui o setor que menos gera renda para a economia municipal. Para esta pesquisadora, as áreas de pastagens,

mandioca e cana-de-açúcar, bem como a pequena produção de soja e trigo pouco demandam em relação à cidade quanto a insumos, máquinas agrícolas ou equipamentos, mecanismos de comercialização, serviços especializados, etc. Em relação a produção no setor primário, a participação da cidade estaria voltada mais a oferta da força de trabalho representada pelos trabalhadores rurais, ainda que esta não se caracteriza como uma cidade de bóia-frias.

Diante destas considerações, pode-se observar que o município de Cianorte, ao longo da sua história, experimentou transformações sem precedentes em seu perfil sócio-econômico. De economia eminentemente rural, com a maioria da população residindo em áreas rurais, a cidade passou a crescer e atrair população, a partir da década de 1970, com base nas transformações que se processavam no campo. A partir da década de 1980, a motivação para o crescimento passa a basear-se na atividade industrial, pautada principalmente na indústria de confecção.

Segundo dados da Secretaria Municipal de Comércio, Indústria e Turismo, o PIB (Produto Interno Bruto) municipal para o ano de 2003 foi de aproximadamente US\$ 108.510.000,00, distribuídos entre os setores da economia conforme a Tabela 1:

Tabela 1
Distribuição do PIB municipal entre os setores da economia (2003) – em %

Setores	%
Agropecuária	7,73
Indústria	25,04
Serviços	67,23
Total	100,00

Fonte: Prefeitura Municipal de Cianorte, 2004.

Org.: O autor

A tabela demonstra a pouca expressão exercida pelo setor primário, em detrimento do setor industrial e do comercial e de prestação de serviços. Estes dados evidenciam a inserção de Cianorte em uma nova dinâmica funcional, pautada no desenvolvimento industrial e balizada pelas funções comerciais e de prestação de serviços que polariza as demais cidades em seu entorno.

O desenvolvimento do seu setor terciário atrela-se ao fenômeno industrial, proporcionando o ambiente necessário para a criação e articulação de várias redes (informações, pessoas, dinheiro, investimentos, mercadorias, etc.), em escalas espaciais as mais diversas.

Neste contexto, vale lembrar as análises de Cioffi (et. al., 1995, p. 63), para quem,

Atualmente, o fator determinante para manter fixadas inúmeras famílias em Cianorte é a utilização da mão-de-obra qualificada, nas florescentes fábricas de confecção de vestuários. A oferta de empregos, mesmo que não abundantes, por parte da capacidade criadora da iniciativa privada, conseguiu nos últimos oito anos evitar o aprofundamento da depressão do nível de vida.

É nítida, e passível de observação direta a distribuição dos estabelecimentos industriais e comerciais pela área urbana da cidade. Segundo dados fornecidos pelos órgãos públicos competentes (CIANORTE, 2002), o setor comercial representa 58% dos estabelecimentos, subdividido entre 49% de estabelecimentos comerciais varejistas e 9% de estabelecimentos comerciais atacadistas¹². Do restante, 10% dos estabelecimentos destinam-se ao setor de serviços e 32% estão voltados para a atividade industrial.

Pode-se mesmo admitir que nos últimos 25 anos, Cianorte vem se consolidando como pólo regional da indústria da confecção (IPARDES, 2003), contando hoje com aproximadamente 350 empresas confeccionistas. Mesmo sendo este o gênero industrial de destaque no município, Cianorte também possui um parque industrial bastante diversificado, conforme se observa através da Tabela 2.

Tabela 2
Número de Estabelecimentos e Empregados por Gênero Industrial em Cianorte, 2002.

Gênero Industrial	Nº. Estab.	Nº. Empreg.
Extrativa mineral	1	2
Indústria de produtos minerais não-metálicos	7	63
Indústria metalúrgica	20	183
Indústria mecânica	4	51
Indústria do material elétrico e de comunicações	4	52
Indústria do material de transporte	6	34
Indústria da madeira e do mobiliário	29	158

¹² Segundo estimativas dos empresários do setor confeccionista de Cianorte, há uma tendência de crescimento do comércio atacadista em detrimento do comércio varejista, uma vez que a criação dos shoppings de atacado apresenta-se como tendência a expansão, o que deverá gerar novas localizações destinadas ao comércio atacadista, alterando a relação de estabelecimentos de atacado e varejo na cidade.

Indústria do papel, papelão, editorial e gráfica	8	103
Ind. da borracha, fumo, couros, peles, similares, ind. diversas	11	96
Ind. Quím. de produtos farmacêuticos, veterinários, perfumaria...	13	142
Indústria têxtil, do vestuário e artefatos de tecidos	386	3.234
Indústria de produtos alimentícios, bebidas e álcool etílico	56	1.231
Total	546	5.352

Fonte: Brasil. MTE – RAIS, 2002.

Org.: O autor.

Os dados da tabela acima demonstram que, em seguida ao gênero têxtil, do vestuário e artefatos de tecidos¹³ que aparece com o maior número de unidades instaladas e como maior gerador de empregos e renda, aparece o setor da indústria de produtos alimentícios e de bebidas. Em terceiro lugar, pelo número de unidades instaladas aparece o setor da indústria da madeira e de móveis. Considerando-se o número de empregos gerados, o terceiro lugar fica com o setor da indústria metalúrgica, pelo seu caráter de gênero complementar para outras indústrias, sobretudo para a construção civil local. Sobre este aspecto, é interessante lembrar que a partir do início da década de 1990, Cianorte passa por um processo de expansão da sua malha urbana sem precedentes até então, com a incorporação de novos espaços para uso residencial, comercial e industrial (DIAS, 1998).

De qualquer maneira, o que importa é observar que os gêneros industriais que possuem o maior número de plantas industriais instaladas e constituem os setores que mais geram empregos na cidade, fazem parte do grupo das indústrias chamadas de tradicionais. Estas constituem ramos altamente segmentados, com escala de produção bastante reduzida e que exigem pouco ou nenhum gasto com P&D.

São estas características que proporcionarão o ambiente necessário para a criação e desenvolvimento de uma competição cooperativa entre os empresários de cada um desses gêneros – com destaque para a indústria de confecções – com vistas ao estabelecimento de estratégias para sua manutenção e expansão, sobretudo a partir da década de 1990, como veremos mais adiante.

¹³ Esta classificação baseia-se na divisão do setor industrial por gêneros industriais adotada pelo Ministério do Trabalho. No entanto, no caso específico de Cianorte, é válido frisar que o destaque maior deve ser dado as confecções propriamente ditas, uma vez que o número de indústrias têxteis e empresas que trabalham com artefatos de tecidos com produção direcionada para determinados acessórios – bonés, gravatas, etc. – constituem a minoria quando se considera o conjunto da produção local.

4.1 O quadro Geral Local – as bases para o desenvolvimento da indústria de confecções local

Neste item vamos situar Cianorte no contexto do desenvolvimento econômico mais geral, regional e estadual, abordando aspectos inerentes ao seu processo de especialização no ramo industrial de confecções, sobretudo àqueles que respeitam à ação dos principais agentes e/ou atores sociais envolvidos neste processo, e as dinâmicas (econômicas, políticas e sociais) que influenciaram historicamente sobre sua conformação.

Se por um lado, não podemos dizer que em Cianorte formaram-se tradições marcantes que possam dar uma identidade a sua cultura, por conta da heterogeneidade da sua formação cultural, por outro lado foi pela iniciativa de uma determinada família que a indústria de confecções na cidade pode florescer e se desenvolver, apoiada mais tarde pelo poder público.

A maioria dos autores que, primária ou secundariamente, abordam a questão da gênese das confecções em Cianorte concordam – além de ser senso comum no que refere à história da cidade – que foi sob a ação de uma família de imigrantes de origem libanesa que tudo começou. No entanto, vejamos antes o contexto social e econômico sobre o qual se deu o surgimento desta indústria no município.

Podemos dizer que a década de 1970 foi o período áureo das transformações que se processaram no campo a partir da efetiva industrialização brasileira, com o surgimento no país das indústrias de bens de produção os mais diversos, sendo que a estrutura industrial brasileira, em 1980, já havia alcançado um alto grau de integração intersetorial e diversificação da produção (COUTINHO e FERRAZ, 2000).

No caso do norte do Paraná, totalmente vinculado ao Estado de São Paulo e à sua metrópole, como já salientamos anteriormente, as transformações decorrentes da mecanização da agricultura afetaram diretamente a ordem econômica vigente até então, inclusive na região onde hoje se localiza Cianorte.

Fresca (2004a) lembra que o final dos anos de 1970 configurou-se no momento em que profundas transformações ocorriam na agropecuária municipal. Segundo esta pesquisadora, “a pequena produção mercantil desagregava-se e emergiam outras produções que passariam a funcionar quase independentes da cidade” (p. 326), referindo-se a substituição das culturas pré-existentes, sobretudo o café, pelas áreas de pastagens, mandioca e cana-de-açúcar.

Também é a partir deste momento que o campo passa a perder mão-de-obra, através do êxodo rural, e a taxa de urbanização da cidade tende a expandir-se. Sobre este aspecto, vale frisar que Cianorte é hoje, uma das poucas cidades do noroeste do estado do Paraná cujo

incremento anual no conjunto da população urbana excede o número de indivíduos que deixam a área rural municipal, evidenciando taxas de crescimento populacional e também de urbanização positivos. Este se acentua a partir da década de 1990, tornando-se mais evidente a partir de 1996, com o aumento do número de unidades industriais do gênero de confecções e artigos do vestuário, servindo de chamariz para a população em busca de emprego.

Pode-se dizer que as confecções em Cianorte tiveram sua origem atreladas a ação de uma família de imigrantes libaneses – na pessoa do Sr. Mitre Amin Abou Nabhan e família – que, em 1955, mesmo em meio ao ambiente desfavorável por que passava a economia regional e de Cianorte, por conta das transformações já mencionadas anteriormente, decidiram se fixar e apostar na cidade, através da abertura de um comércio de armarinhos, no final da década de 1950.

Com a experiência trazida pela família no comércio do ramo de armarinhos, confecções, tecidos, calçados e brinquedos, entre outros gêneros, mais aquela adquirida após abertura de sua loja em Cianorte, outros membros da família passaram a abrir suas lojas na cidade, por meio da desagregação de sociedades existentes entre os familiares. Outras lojas surgiram na cidade, com a finalidade de comercializar artigos – leia-se confecções e calçados – que eram trazidos de São Paulo, principalmente.

Em 1975, um dos filhos e um sobrinho do Sr. Mitre – Cheble Mitre Abou Nabhan e Nabih Feres Nabhan, respectivamente – fundam a primeira indústria de confecções da cidade e passam a produzir moda infantil, numa grande sacada de seus proprietários, já que a moda infantil era ainda pouco explorada pela indústria de confecções no Brasil, sobretudo nas camadas da população de mais baixa renda. O nome dado à empresa em alusão aos nomes de seus associados foi Cheina Confecções.

Dois anos depois a sociedade foi desfeita e, em 1977, Cheble M. A. Nabhan assumiu sozinho a direção da empresa. Segundo Fresca (2000, p. 348),

O ingresso de Cheble Nabhan no ramo de confecção esteve vinculado a seu conhecimento – já que a família há muito confeccionava – e pela experiência de comprar e vender em São Paulo, Santa Catarina e Rio de Janeiro para abastecer o estabelecimento comercial e com isso estabeleceu contatos com indústrias, que poderiam se tornar seus futuros clientes.

Não é nosso propósito esmiuçar o histórico de surgimento das confecções em Cianorte. No entanto, a forma como se deu seu surgimento – num processo endógeno, pautado a princípio na ação de uma única família – e sua posterior disseminação através de ação coordenada ou não e da influência desses agentes sobre outros que “entraram em cena” após este período inicial, pode contribuir para traçarmos um perfil sobre as determinações mais gerais que

vieram a influenciar na criação e articulação entre as escalas espaciais que envolvem hoje o gênero das confecções em Cianorte.

Assim, foi através da criação e da expansão da Cheina Confecções (processo de expansão esse visível através de maior contratação de funcionários, aumento das máquinas, das vendas e do enriquecimento do proprietário), que outras pessoas da cidade interessaram-se pelo ramo e passaram a abrir suas próprias empresas. Neste sentido, deve-se lembrar que, a princípio, a implantação de novas empresas esteve restrita ao âmbito familiar, ou seja, a partir da iniciativa e incentivo de Cheble Nabhan é que seus familiares mais próximos passaram a atuar no ramo.

Trata-se de um processo que Fresca (2004a) chama de contato próximo imediato em que, “a partir do sucesso de uma empresa gerou-se a perspectiva de implantação de outras, sem a existência de uma política ou ações coordenadas por parte de órgãos públicos ou agentes privados como forma de fomentar a criação de empresas confeccionistas” (pp. 326-327).

Depois de algum tempo é que outros indivíduos, valendo-se da experiência adquirida nas fábricas de propriedade da família Nabhan, ou então através do contato direto com o ramo, quer seja através da experiência a partir de atividades ligadas ao comércio de roupas e tecidos, quer seja através do contato direto adquirido por aqueles que exerceram diretamente atividades junto às empresas industriais e que, a partir do acúmulo de certa poupança, implantaram suas próprias unidades produtivas. Neste caso, a experiência adquirida poderia vir das mais diversas funções antes exercidas pelos proprietários, no interior da fábrica.

Aqui, vemos delinear-se as primeiras relações mantidas entre os agentes e atores¹⁴ que, através de ações as mais diversas, contribuíram para o desenvolvimento da indústria confeccionista de Cianorte, alargando as possibilidades sobre a compreensão da criação e articulação escalar em diferentes níveis, do mais subjetivo e abstrato ao mais concreto e material. As escalas do acontecer e da produção propriamente dita passam a se dar em função das relações de dependência e subordinação no interior da fábrica ou mesmo no interior de um estabelecimento comercial, do convívio com a linha de produção, da experiência adquirida e passada adiante através do tempo e da ação dos agentes ligados ao gênero de confecções locais.

Não podemos esquecer também, que parte das empresas de confecções que iniciaram sua produção em Cianorte assim o fizeram sem que o seu proprietário (ou proprietários) possuísse alguma experiência no ramo. Neste caso, a fim de se manter no mercado,

¹⁴ Para efeito de análises neste trabalho, vamos adotar a concepção de atores sociais como sendo aqueles indivíduos ou grupo que, através da sua ação direta ou indireta, atuam no sentido de criar as condições para que seus interesses particulares ou coletivos possam ser atingidos. Complementarmente, estamos considerando aqui os agentes sociais como sendo aquelas instituições – empresas, o poder público, órgãos representativos de classes/grupos – que atuam mais na esfera do comando, cujas determinações podem atuar no sentido de transformar a ordem social, política e econômica vigentes nas mais diversas escalas espaciais. Ressalta-se aqui a presença do fator político, tanto no sentido da ação dos atores como dos agentes envolvidos na produção e/ou transformação de uma dada realidade.

uma parte destas empresas procuraram contratar funcionários que possuíssem uma boa experiência no ramo. Contudo, é pelo fato de nem sempre o empresário se dar conta desta necessidade que se observam elevadas taxas de mortalidade de empresas deste gênero em Cianorte.

Um aspecto importante a se ressaltar neste ponto, refere-se ao fato de que o tipo de confecção a ser produzida muitas vezes depende da experiência adquirida pela empresa. Segundo Barreira (1996), geralmente as empresas confeccionistas iniciam suas atividades produzindo peças mais simples, em que as exigências em termos de modelagem, máquinas, tecidos e acabamentos são menores, como é o caso das camisas, saias, blusas femininas, algumas peças de roupas infantis e modinha – termo cunhado para designar a nova tendência da moda feminina que se altera rapidamente.

A partir do acúmulo de experiência no ramo, da fixação no mercado e da acumulação de capitais passíveis de serem reinvestidos na produção, geralmente as empresas partem para duas situações: diversificar a produção, através da implantação de nova linhas de produção, como peças do esporte fino e jeans – neste caso as exigências em termos de equipamentos, modelagem, tecidos, etc. – exigem tecnologias mais modernas, como no caso do jeans que necessita da utilização de lavanderias industriais; ou especializar-se na produção de artigos específicos, como o próprio jeans, moda feminina, masculina, esporte fino masculino/feminino, roupas infantis, moda íntima masculina/feminina, entre outras.

As duas situações foram verificadas em Cianorte, com predominância da segunda. O que se observou durante os levantamentos de campo, através de entrevistas e conversas informais com atores os mais variados envolvidos direta ou indiretamente com a produção de confecções propriamente dita, nos permite afirmar que Cianorte está se especializando na produção dos mais variados artigos em jeans.

A participação dos estabelecimentos industriais confeccionistas no total de abertura de empresas industriais em Cianorte pode ser observada através do Gráfico 2.

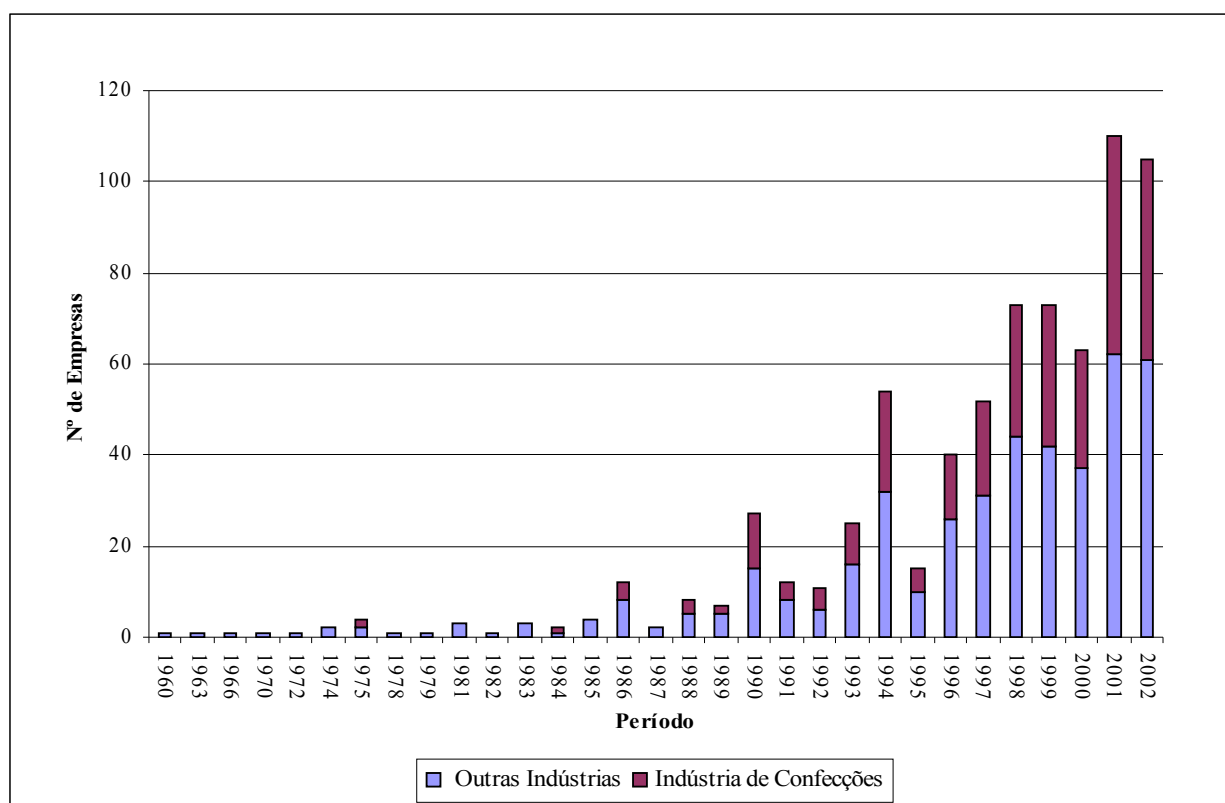
Os dados apresentados no gráfico nos permitem observar que a evolução de abertura de firmas do setor confeccionista em Cianorte possui uma participação expressiva frente aos outros ramos industriais que vem surgindo no município, desde a década de 1960.

Faz-se necessário esclarecer que os dados apresentados no gráfico representam o total de empresas de confecções que iniciaram suas atividades em Cianorte no período apresentado no gráfico, não representando necessariamente o total de empresas existentes em funcionamento. Isto ocorre por se tratar de um gênero industrial tradicional, altamente suscetível às oscilações econômicas que ocorrem em nível nacional e internacional (Barreira, 1996). Por

causa disto, nem sempre as empresas que abrem suas portas e não conseguem manter-se no mercado por muito tempo, fecham os seus cadastros junto à secretaria de finanças da cidade.

Gráfico 2

Participação das indústrias de confecções no total de abertura de empresas industriais em Cianorte – Período 1960 – 2002.



Fonte: Prefeitura Municipal de Cianorte, 2003.

Org.: O autor.

É por isso que optamos em apresentar os dados referentes ao total de aberturas de firmas do ramo de confecções em comparação com os demais ramos industriais, e não o total de empresas de cada ramo existentes hoje em Cianorte, pois tais dados poderiam apresentar-se muito defasados em relação ao verdadeiro número de empresas em funcionamento atualmente no município.

Este é um outro aspecto importante que marca a evolução das confecções em Cianorte. Por tratar-se de um ramo da indústria altamente dinâmico, está sujeito às oscilações na economia paranaense e nacional, sendo influenciada tanto pelos períodos de crise como de expansão do sistema.

Retornando ao gráfico, identificam-se dois momentos de crise para o setor de confecções que podem ser associados a acontecimentos econômicos de nível nacional e

internacional. O primeiro, nos dois primeiros anos da década de 1990, refere-se à instituição do Plano Collor, que afetou diretamente a produção de confecções locais. Devemos lembrar, como exposto anteriormente, que os capitais envolvidos nas indústrias de Cianorte são de origem local, tendo sido afetados grandemente quando da implementação deste plano econômico.

É interessante frisar que neste período, muitos empresários do ramo de confecções de Cianorte se submeteram a empréstimos bancários com a finalidade de aumentar seu capital de giro. Diante do quadro econômico em nível nacional exposto acima, pode-se inferir que estes empréstimos bancários foram necessários para enfrentar os momentos de crise, através do investimento no aumento da capacidade produtiva das empresas, na melhoria da qualidade da produção por meio da compra de máquinas mais modernas, no aumento das suas respectivas plantas industriais com a finalidade de criar espaço para o comércio, sobretudo atacadista, da sua própria produção.

Identificamos, através do levantamento efetuado nos Cartórios de Registros de Imóveis de Cianorte, várias situações em que os empresários de confecções, donos de seus imóveis, quer seja na área central da cidade quer seja na extensão da Avenida Paraíba onde hoje existe a maior concentração de lojas de atacado, procederam a empréstimos bancários durante a década de 1990, deixando como garantia os próprios imóveis onde se localizam suas empresas.

Das situações identificadas, a quase totalidade dos empresários que haviam feito empréstimos bancários conseguiu saldar suas dívidas com as instituições financeiras no prazo estipulado em contrato. Uma pequena parcela deles continua pagando as parcelas afixadas pelos bancos. No caso das empresas localizadas a Avenida Paraíba, o número de vinculações identificadas entre o capital financeiro e o industrial, através destes empréstimos, foi muito maior que aquele dos empresários que se situam na área central da cidade.

Acreditamos que este fato se deve à necessidade dos empresários em tentar lucrar na fase de distribuição/circulação das mercadorias produzidas localmente, através da abertura das suas lojas de atacado e da incorporação dos shoppings de atacado que aí se localizam passados os momentos de crise econômica.

Esta é apenas uma das possibilidades de análise dentre as que se podem identificar no contexto das vinculações entre o capital financeiro, o capital industrial e o capital comercial em Cianorte. Outras especificidades que marcam estas relações entre os capitais financeiro, industrial, comercial e até mesmo imobiliário podem originar outras pesquisas mais aprofundadas, o que não constitui objeto deste trabalho.

Devemos lembrar também que foi com o governo do ex-Presidente Collor que o Brasil se inseriu efetivamente numa lógica neoliberal, através da abertura da economia

nacional via privatizações. Mesmo os setores mais tradicionais, a exemplo do setor têxtil e de confecções passam a sofrer com a concorrência dos produtos importados. Neste período, a constante elevação dos índices de inflação associada ao baixo crescimento econômico favorecia o fechamento das empresas menos competitivas, agravando o problema do desemprego.

O segundo momento crítico para a indústria de confecções de Cianorte corresponde ao período que vai de 1995 a 1996 quando, logo após a instituição do Plano Real, a liberação para entrada de tecidos e confecções vindas do Sudeste Asiático a preços extremamente competitivos para a produção de tecidos e confecções nacionais, provocou uma retração nos investimentos no ramo, e especificamente no caso de Cianorte, a falência de inúmeras empresas confeccionistas.

Segundo Fresca (2004), foi exatamente no momento da pior crise nacional que o setor confeccionista iniciou a produção por intermédio da facção, o que significa dizer que, neste período, já havia por parte de algumas empresas em Cianorte, uma capacidade produtiva instalada em termos técnicos e de mão-de-obra que estava subutilizada e acabou sendo redirecionada para a facção. Para esta pesquisadora,

O início do esquema produtivo na cidade deve ser entendido como a busca, por parte das empresas industriais paulistas e paulistanas, de reduzir seus custos produtivos, principalmente a de mão-de-obra, num período de recessão. Assim, transferia-se a produção propriamente dita das roupas para outros locais onde os custos de mão-de-obra fossem menores, enquanto o controle e gestão da produção eram realizados junto à sede das empresas (FRESCA, 2004, p.333)

Foi, pois, a partir deste período de grave crise que as indústrias de confecções de Cianorte passaram a se inserir na lógica de uma produção flexível, com repercussões para a produção, sobretudo no sentido do barateamento de custos, tornando-se a sua capacidade de produção, na maioria das vezes, apenas fornecedora de mão-de-obra. Voltaremos a este aspecto mais adiante.

Resta lembrar que o apoio do poder público, no início das atividades das empresas do ramo de confecções, foi de fundamental importância, sobretudo a partir da segunda parte da década de 1980, quando a participação das indústrias de confecções no total de abertura de indústrias em Cianorte, passa a rivalizar com os demais ramos industriais. É deste período a Lei Municipal 975/86, que institui e legisla sobre os incentivos públicos concedidos as empresas dispostas a abrirem suas unidades industriais no município.

Este apoio foi essencial a partir de meados da década de 1980, o que se fez efetivamente com a criação da lei acima mencionada, que dispõe sobre o Programa de Desenvolvimento Industrial e Social de Cianorte. Sabe-se que uma parte dos empresários que

investiram na indústria de confecções da cidade se beneficiou, uma vez que através desta Lei, a Prefeitura Municipal se comprometia a dispor de uma série de benefícios, tais como: a isenção de impostos pelo período de 5 anos; a doação do terreno para a construção da empresa; a dotação da área de infra-estrutura – rede de água, esgoto, de energia elétrica e telecomunicações e sistema viário; atuação junto às Entidades financeiras Estaduais e Municipais, a obtenção de créditos para as empresas; incentivo, em conjunto com as empresas, para a realização de cursos especializados, com o objetivo de qualificar a mão-de-obra necessária; a doação de projetos de engenharia e demais benefícios necessários, destinados a implantação das indústrias beneficiadas.

Mesmo não se restringindo a lei a um ramo industrial específico, os empresários de confecções da cidade ainda hoje vêm se apoiando nesta, a fim de cobrir parte dos gastos que teriam na abertura de suas empresas. Exemplo disso, foi a doação, em março de 2003, de 1 dos pavilhões do antigo IBC (Instituto Brasileiro do Café), ocioso desde a sua desativação na década de 1970, para micro e pequenas empresas especificamente do ramo de confecções, que se comprometessem a obedecer ao disposto na Lei.

Também foi na mesma administração que criou a Lei 975/86, que surgiu o slogan “Cianorte – Capital do Vestuário”, a fim de atrair a atenção dos lojistas das demais regiões do Estado para a produção confeccionista local. Na época, o poder público municipal procedeu a uma campanha de propaganda e marketing em torno do ramo, sendo que um dos principais frutos desta empreitada foi a criação, em 1988, da Expovest – Feira Exposição do Vestuário de Cianorte.

Segundo informações coletadas junto a Prefeitura Municipal de Cianorte, atualmente a cidade ainda conta apenas com esta lei como incentivo ao desenvolvimento industrial local. A falta de um plano de desenvolvimento industrial mais específico, demonstra a perda do poder e da participação do poder público sobre a dinâmica da indústria confeccionista de Cianorte. Neste caso, os sindicatos ligados ao ramo, bem como alguns atores privilegiados – geralmente, os maiores empresários do ramo – passaram a comandar, sobretudo a partir da década de 1990, parte das determinações que vêm influenciando sobre tal dinâmica.

Entre estas determinações, citamos o caso da criação e incorporação de 5 Shoppings de Atacado, ao contexto da dinâmica da produção de confecções local. Também os investimentos feitos em propaganda e marketing em torno da Expovest e na modernização da gestão da Feira, através da criação da ASAMODA – Associação dos Shoppings Atacadistas de Moda de Cianorte – sob a influência dos empresários do ramo confeccionista, e que passou a administrar a concepção e execução de 2 edições anuais, constituem apenas algumas das

determinações aplicadas ao setor pelo empresariado local, a fim de tornar mais dinâmica e visível a importância da produção local e, obviamente, atrair clientes para aumentar as vendas e os lucros.

Mas, é a partir da década de 1990 que a indústria de confecções toma para si, paulatinamente, o papel de maior geradora de empregos diretos e indiretos, além é claro da sua participação da arrecadação de impostos para o município, também muito expressiva. Neste caso, especificamente, sugere-se que a arrecadação só não é maior porque, conforme estimativas do Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Confecções de Cianorte, pelo menos a metade das confecções atualmente em funcionamento no município estão na condição de informais, sobretudo através da ação das trabalhadoras a domicílio.

4.2. As Transformações Recentes na Indústria de Confecções em Cianorte.

Neste item, pretendemos tratar da situação socioeconômica de Cianorte na atualidade, considerando a influência da dinâmica que envolve a indústria de confecções da cidade sobre as determinações que se aplicam ao seu espaço urbano, bem como às transformações observadas no mundo do trabalho, com ênfase ao papel exercido pelo ramo de confecções em tais processos.

Partindo então da idéia de que a indústria de Cianorte está baseada sobretudo nos setores têxtil – gênero de vestuário, artefatos de tecidos e calçados – e alimentar – gênero de bebidas, doces e derivados de mandioca – devemos lembrar que a integração industrial da região reflete um processo desencadeado a partir de Londrina, sendo que a expansão de sua rede viária a partir da década de 1970, vem influenciando na organização da rede urbana regional, comandada por cidades como Paranaíba, Umuarama e Cianorte, e intensificando sua articulação com o eixo industrial Londrina-Apucarana-Maringá (FRESCA, 2000).

A partir da estagnação da economia baseada na cafeicultura, e do surgimento do processo de modernização da agricultura que passou a permear as relações de produção no campo, a cidade, após ter refletido esta “estagnação” econômica ao longo da década de 1970 e parte da de 1980, passou a procurar algum elemento que pudesse impulsionar a economia local. Então,

[...] paulatinamente, foi sendo organizado um encaminhamento para a especialização funcional de Cianorte na indústria e comércio de confecções, tornando-se, esta, a principal responsável pela geração de empregos na cidade, a partir da década de 80 (DIAS, 1998: p. 77).

No entanto, como o mercado de confecções é extremamente dinâmico, como admitem alguns pesquisadores (BARREIRA, 1996), não devemos esquecer que os dados apresentados sobre um período, devem constituir referência apenas para aquele momento. Isto ocorre, justamente, porque as indústrias de confecções relacionam-se diretamente com a conjuntura econômica em nível nacional, e mesmo internacional (porém, com particularidades locais quando se toma como base um corte espacial como a cidade de Cianorte), refletindo os desdobramentos tanto dos momentos de expansão como os de crise econômica.

Assim, constatou-se através do trabalho de campo que a fim de manter-se e se ampliar a indústria de confecções de Cianorte vem tomando certas iniciativas, tais como:

- A transferência de parte das suas linhas de produção, ou mesmo toda a linha de produção, para as cidades menores do seu entorno (sobretudo da sua microrregião geográfica), em busca de mão-de-obra mais barata e melhores incentivos públicos e fiscais com a finalidade de baratear custos;
- A preparação de mão-de-obra especializada, através de cursos ministrados pelo SENAI (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial);
- A aplicação de recursos no circuito comercial, através do lançamento de griffes próprias, a fim de absorver os lucros da etapa de comercialização das mercadorias;
- Certa especialização da produção de confecções seguindo um modelo faccionista, e pautada mais na produção de confecções em jeans;
- O investimento na criação de Shopping-Centers de Atacado, a fim de chamar a atenção para a produção local e obter lucros na fase de comercialização/circulação da produção.
- A ampliação de 1 para 2 edições anuais da Expovest (Feira Exposição da Indústria de Confecções de Cianorte).

Parte das articulações que envolvem as diferentes escalas da indústria de confecções aparece à medida que se criam e se transformam as relações mantidas entre diferentes agentes e/ou atores sociais que, em última análise, dão origem à dinâmica presente nos pontos apresentados acima.

Aqui vale destacar que são estas relações – por exemplo, as relações de trabalho mantidas entre industriais e costureiras à domicílio (faccionistas) – e o resultante destas – no caso, a produção de confecções sem o amparo legal do serviço de seguridade social e as

conseqüências sociais deste tipo de relação de trabalho – é que dão origem as diferentes escalas que envolvem este gênero industrial. Este é apenas um exemplo. Outro exemplo que poderíamos destacar, é o dos industriais que, por iniciativa própria ou influenciados por organizações de classe, se uniram e investiram na construção de shoppings de atacado a fim de aumentar a projeção (tornando-a mais visível) e as vendas das confecções locais.

Trata-se de um processo em que, a partir de uma idéia abstrata, através da organização e da ação política de um grupo, visando um objetivo comum, resultam transformações que afetam a estruturação espacial, tanto em nível local como regional e até nacional. Isto é assim uma vez que, se a construção dos shoppings afeta diretamente a estruturação do espaço local, a sua concepção, sua administração e a propaganda e o marketing em torno destes equipamentos e da produção das confecções propriamente dita, influenciam sobre a formação de várias redes (de idéias, de compradores, de mercadorias, de dinheiro, de informações, de transportes, etc.), que afetam o espaço em outras escalas.

No entanto, se a compreensão sobre a criação e articulação de diferentes escalas em torno da indústria de confecções envolve certo grau de subjetividade já que esta criação se faz através de relações abstratas e subjetivas se se considera os atores envolvidos em sua criação, é possível observar na paisagem as formas construídas através destas relações ao longo do tempo e as funções a elas atribuídas neste ou naquele momento. Por tratar-se de um processo dinâmico, tanto as formas como as funções se modificam de acordo com as relações mantidas entre agentes e atores hegemônicos no contexto da indústria de confecções de Cianorte.

Ao considerarmos as interações sociais (sobretudo na acepção política do termo) como que mediadoras na criação destas articulações, nossa análise fundamenta-se muito mais sobre os aspectos subjetivos, isto é, das próprias relações de poder mantidas entre os atores que contribuem para desenvolvimento das confecções em Cianorte.

Porém, não se trata apenas de identificar as relações nas quais se condiciona a criação e articulação escalar em torno da indústria de confecções, já que tais relações deixam marcas na paisagem através do modo como os diferentes grupos se apropriam e transformam o espaço, em várias escalas do ponto de vista territorial. É justamente porque uma idéia, ou uma ordem, ou um objetivo individual e coletivo pode afetar o espaço em diversas escalas que não podemos deixar de relacionar o abstrato com o concreto, a evolução das ligações entre a concepção de uma dada abstração, a luta pela sua instituição e a sua cristalização – e abrangência – no território.

Estas considerações são necessárias pelo fato de que, se no início das atividades da indústria de confecções de Cianorte, foi o processo de conformação das relações de

contato mantidas entre diferentes atores e agentes sociais que proporcionaram o ambiente necessário favorável ao florescimento deste gênero industrial, a partir do momento em que esta indústria ganha corpo e toma para si o papel de maior geradora de rendas e empregos na cidade, atrelando-se a lógica de um sistema globalizado, incluindo todos os processos – flexibilização da produção, das relações de trabalho, a utilização de propaganda e marketing, a criação dos shoppings, o surgimento das facções, das costureiras e seu subjugo, etc. – é esta que passa a controlar os mecanismos das relações entre os atores sociais da cidade, através das relações de competição e cooperação em torno do ramo confeccionista.

Também as relações existentes entre as articulações escalares se alteram, tanto no sentido do local para o global como do global para o local. Agora, são as determinações vindas do global que mediam as relações internas, que ocorrem entre atores locais. No entanto, a ação desses atores locais não ocorre de maneira passiva, muitas vezes entrando em conflito com as determinações vindas do global, ou então se adaptando a elas.

É no sentido de apreender estas relações e confrontá-las com o resultado dos conflitos a elas inerentes que passaremos agora a destacar alguns aspectos concernentes aos atores privilegiados no contexto da indústria de confecções cianortense. Tentaremos expor as principais características, identificadas durante o campo, destes agentes e atores enquanto transformadores da realidade local, bem como o papel por eles exercido no jogo das interações sócio-espaciais que caracterizam e conformam as articulações escalares em torno das confecções locais.

CAPÍTULO 05

OS FABRICANTES DE CONFECÇÕES LOCAIS –

Caracterização Geral

Pelo caráter mais qualitativo da pesquisa, nos preocupamos mais em apreender, durante as entrevistas realizadas, o máximo sobre as relações sociais mantidas entre os atores que comandam as transformações na realidade local e os outros atores e agentes que atuam sobre a dinâmica das confecções locais. Também nos preocupamos em conversar com os representantes de classe que, em última instância, viabilizam através da sua ação os instrumentos políticos e institucionais que proporcionam o ambiente necessário a expansão do setor em nível local.

Assim, um primeiro aspecto que merece destaque em nossa discussão sobre os fabricantes de confecções locais refere-se ao fato de que a indústria de confecções de Cianorte baseia-se principalmente em micro e pequenas empresas¹⁵. Este dado é importante porque as determinações que se aplicam ao espaço, isto é, o poder sobre o território é tanto maior quanto maior for a capacidade de um grupo em comandar as articulações, em diversas escalas, da luta pela sua própria sobrevivência e reprodução. Acreditamos que isto seja assim em qualquer esfera da realidade: no âmbito político, econômico, social, cultural e temporal.

Petrella (1996) atribui a atual dinâmica do processo de globalização da economia – e de todas as conseqüências humanas correspondentes a tal processo – como fruto das relações de competição e cooperação, sobretudo econômica e política, entre empresas ou grupos de empresas, e países ou grupo de países.

Transpondo esta idéia para o caso de Cianorte, temos que as relações de cooperação são mais expressivas entre os empresários que as relações de competição. Isto ocorre pelo caráter de micro e pequenas empresas de confecções que predomina na cidade. Neste contexto, três aspectos condicionantes principais podem ser destacados:

- O primeiro aspecto que faz com que a cooperação se sobreponha a competição neste caso, refere-se ao fato de que os micro e pequenos empresários, via de regra, não possuem acesso às condições necessárias para o seu crescimento individual e para a expansão da sua produção, comprometendo as possibilidades de modernização tecnológica da produção, o que poderia aumentar a competitividade entre os empresários locais, e entre estes e as confecções de outras cidades do Estado e do país.
- Como o ramo industrial de confecções possui uma característica própria de setor econômico pouco flexível quanto à modernização tecnológica, isto é, de incorporação de tecnologias cada vez mais modernas à etapa de produção propriamente dita (CARLEIAL, 2001; COUTINHO E FERRAZ, 2002;

¹⁵ Aqui estamos considerando a classificação do SEBRAE, para o qual as empresas podem ser agrupadas em micro, pequenas, médias e grandes empresas de acordo com o número de empregados. Desta maneira, para o SEBRAE as microempresas possuem até 20 funcionários; as pequenas empresas possuem de 21 até 100 funcionários; as médias empresas possuem de 101 até 500 funcionários e as grandes empresas possuem acima de 500 funcionários.

BARREIRA, 1996), os empresários locais encontraram como saída a modernização na gestão das etapas de produção e da distribuição desta produção. Isto pode ser observado através da criação – por iniciativa tanto do poder público como do empresariado local – primeiramente da Expovest (Feira de Exposição do Vestuário de Cianorte) e mais tarde da ASAMODA (Associação dos Shoppings Atacadistas de Moda de Cianorte), importantes instrumentos de organização e gestão no processo de distribuição da produção de confecções local.

- A organização dos empresários em torno do SINVESTE (Sindicato das Indústrias do Vestuário de Cianorte), instrumento de classe criado em 1990 e que representa os interesses do empresariado local, sobretudo em relação as políticas industriais locais. Vale ressaltar, que tal representação extrapola a ação sobre as determinações políticas do poder público local no que refere ao processo de organização industrial municipal, possuindo atuação indireta também sobre as determinações políticas provindas de instâncias superiores, em nível estadual, através das relações mantidas com o SIVEPAR (Sindicato das Indústrias do Vestuário do Paraná) e com A Federação das Indústrias do Estado do Paraná.

Para o empresariado local, a competição entre as empresas locais restringe-se mais a segmentação da produção, isto é, ao tipo de peça do vestuário que é produzida pelas unidades locais, a qualidade do produto final e ao preço da mercadoria para os compradores que afluem a cidade para adquirir a produção local.

Esquecem-se, no entanto, de que há uma competição velada que acaba escapando à sua percepção. Trata-se do acesso diferenciado aos espaços mais privilegiados para a localização das unidades de distribuição da produção. Assim, o fato de que nem todos os empresários possuem o capital necessário para investir no aluguel ou compra de um espaço nos shoppings de atacado, ou mesmo ao longo da Rua da Moda – principal eixo de distribuição da produção, onde se concentra a maior parte do comércio atacadista e para onde afluem a maior parte dos ônibus de compradores vindos de outros locais – constitui elemento que os diferencia também do ponto de vista da competição.

Uma outra característica relevante que envolve os fabricantes de confecções locais, refere-se a origem do capital empregado na produção. Já esclarecemos anteriormente que a gênese da indústria de confecções de Cianorte está relacionada a atuação histórica de uma família específica, cujo progresso financeiro influenciou outros empresários a investirem no

ramo. No entanto, tais investimentos só criaram as condições necessárias para a expansão da produção para aqueles empresários que já possuíam alguma experiência no ramo, ou então para aqueles que procuraram se cercarem de pessoal especializado e conhecedor dos mecanismos próprios da indústria de confecções e da distribuição da produção.

Desta forma, independentemente da experiência direta ou não com a indústria de confecções, o fato é que a origem dos capitais empregados em Cianorte está ligada a atividades desempenhadas pela pequena burguesia urbana, profissionais liberais, servidores públicos, aposentados, entre outros que, com um pequeno investimento de capital, iniciam suas atividades através da compra de algumas máquinas de costura – geralmente aquelas mais comuns e básicas para a indústria de confecções: máquina de costura industrial reta, overlock, interlock, máquina para corte – e a contratação de costureiras que atuam e/ou atuava como trabalhadoras à domicílio, isto é, faccionistas.

É importante destacar que aproximadamente a metade dos empresários do ramo, ao iniciarem suas atividades, passa a trabalhar na linha de produção quando já possui experiência prévia na lida com a atividade, e praticamente a totalidade deles desempenha alguma função dentro da empresa, sobretudo na organização administrativa.

Esta característica nos leva a reconhecer em Cianorte o caráter familiar que envolve a produção local, sendo possível estender esta característica também para o comércio atacadista da produção, uma vez que a grande maioria dos empresários – mesmo aqueles que possuem pequeno e médio porte em suas fábricas – ao abrir um espaço para comercializar suas confecções através do sistema atacadista, utilizam-se de mão-de-obra familiar e de conhecidos próximos para administrar as vendas.

Outro importante aspecto que caracteriza o empresariado local diz respeito a concentração das empresas de confecções de roupas em Cianorte. Através dos dados fornecidos pelo SINVEST, constatou-se que cerca de 10% dos empresários que possuem uma ou mais unidades industriais em Cianorte, também possuem outras unidades em outras cidades do próprio Paraná ou de outros Estados, sobretudo São Paulo e Santa Catarina.

Diante deste quadro, podemos inferir que a maioria dos empresários locais prefere continuar concentrando suas atividades industriais em Cianorte, ainda que haja certa pressão por parte das Prefeituras das pequenas cidades vizinhas que vem oferecendo vários incentivos aos empresários interessados em abrirem novas unidades industriais fora de Cianorte. Dentre os incentivos, estas Prefeituras cedem o terreno e financiam a longo prazo o barracão e os equipamentos necessários, desde que haja o comprometimento do empresário em gerar empregos utilizando-se da mão-de-obra local. Isto é assim, uma vez que muitos moradores dessas cidades

já buscam emprego nas fábricas de Cianorte. Esta realidade já havia sido constatada por Maia (1994), em sua dissertação de mestrado.

5.1. Entre a Modernização Tecnológica e a Organização Flexível

Neste item, vamos partir da idéia de que a produção em grande escala para atender ao consumo massivo ou padronizado é cada vez menos expressiva no ramo da indústria de confecção nos países industrializados (BARREIRA, 1996). Neste caso, o próprio conceito de moda, reagindo a fugacidade com que se organizam as experiências de vida individuais e coletivas, não é mais capaz de amparar a massificação do consumo. Isto significa dizer que os interesses crescentes por estilos ou desenhos já superam as opções por roupas em função do preço, ou seja, a escolha em função do preço é cada vez menos importante.

A produção de roupa por lote é uma característica comum para indústria de confecções em nível global, sobretudo nos países mais industrializados. Esta característica, combinada com a realidade da moda, faz com que a produção de confecções passe por um processo de aperfeiçoamento com a finalidade de atender aos novos requisitos sociais e culturais. Também em consequência disto, as plantas industriais menores tornam-se mais presentes, uma vez que se ajustam aos processos de produção e de trabalho flexíveis, acentuando ainda mais a baixa composição orgânica do capital, que é uma das características das pequenas empresas em geral.

Sobre a tecnologia, vale lembrar que quando surgiu a possibilidade de evoluir de um design original para definições mais detalhadas do plano de corte de todos os seus tamanhos de fabricação, viabilizaram-se formas de organização da produção flexíveis baseadas em respostas cada vez mais rápidas a mudanças nos padrões da demanda. Esta realidade implica em que as maiores empresas, aquelas que possuem um poder maior de investimentos em determinadas etapas da produção, influenciaram sobre o desenvolvimento e a adoção de tecnologias cada vez mais modernas.

Como consequência, estas empresas passaram a concentrar suas atividades nas etapas mais nobres, de alto valor adicionado, subcontratando firmas menores para realizar as etapas mais intensivas em trabalho crescentemente associadas a parcelas menores do valor adicionado, como costura, pregar botões, zíper, entre outras. Diante desta realidade, Barreira (1996, p. 110) ressalta que a incorporação tecnológica no ramo de confecções representa pouca expressão em termos massivos, uma vez que “poucas indústrias aí dispõem de dispositivos

micro-eletrônicos de automação para reduzir tanto os desperdícios de matérias-primas nos cortes como no tempo de reprodução das peças, dos modelos”.

Pensando sobre o caso de Cianorte, um primeiro aspecto que merece destaque refere-se ao seu caráter manufatureiro, já que algumas fases do processo produtivo, como as de corte e acabamento manual, exigem certa habilidade do trabalhador no manejo das máquinas e instrumentos de trabalho.

No entanto, há uma variação no grau dessa habilidade devido aos diferentes tipos de máquinas e o porte das empresas. Como foi observado anteriormente, predomina em Cianorte uma indústria de confecções de pequeno porte, e isto implica em que apenas nas maiores empresas, onde ainda predomina a produção em série, o nível de exigência, em termos de habilidade manual, é menor, em função da divisão técnica do trabalho, isto é, de acordo com o nível tecnológico envolvido na produção e a especialização da força de trabalho empregada nas unidades confeccionistas.

Assim, coexistem em Cianorte, lado a lado, dois tipos predominantes de empresas, no âmbito da produção local de roupas. No primeiro caso, observamos algumas poucas empresas em que certas etapas de produção, como a modelagem e o risco, são executados por máquinas modernas e com mínima ou nenhuma participação do trabalhador. Trata-se da utilização de máquinas eletrônicas computadorizadas (sistema CAD/CAM) que possibilitam realizar todas as tarefas envolvidas na medição e moldagem muito mais rápida que o sistema manual. Neste grupo de empresas, algumas especializadas em jeans também possuem máquinas bordadeiras computadorizadas que são capazes de bordar vários bastidores de tecidos ao mesmo tempo em velocidade incomparável às máquinas elétricas. Nestas empresas, observa-se ainda uma maior integração vertical da produção, havendo subcontratação, na maioria dos casos, apenas quando a demanda pelas confecções excede a capacidade produtiva das empresas.

No segundo caso, temos as produções que se caracterizam como de médias, pequenas e micro-empresas, predominantes em Cianorte, em que o caráter manufatureiro é mais expressivo, devido ao tipo de maquinário utilizado e ao uso mais intensivo de mão-de-obra. Neste caso, observa-se uma desintegração vertical da produção mais acentuada, na medida em que as empresas menores, por não possuírem os meios necessários para o acesso a tecnologias de produção mais modernas, acabam recorrendo a subcontratação.

Desta forma, podemos enquadrar esta parcela das empresas de confecções de Cianorte em duas situações principais: ou passam a subcontratar mão-de-obra para a maioria das fases de produção, ou elas próprias se especializam na produção de um segmento dentro do

conjunto da produção de roupas (jeans, roupas íntimas, camisaria, moda infantil, etc.), tornando-se assim subcontratadas de outras empresas.

Mesmo que esta pesquisa levasse em conta uma quantidade preestabelecida de empresas a serem entrevistadas, seria praticamente impossível apreender as relações de produção interfirmas que permeiam a produção de roupas em Cianorte. Isto é assim, uma vez que a variação identificada quanto a especialização na produção, e a situação institucional em relação a subcontratação possui uma variação muito grande no conjunto das empresas locais.

Tendo isto em mente, identificamos várias situações. Houve casos em que a pequena empresa, ao mesmo tempo em que se especializou na produção de determinado segmento (jeans, por exemplo), subcontrata e é subcontratada para determinadas etapas da sua própria grife e para grifes de outras empresas. Em outros casos, verificamos que algumas pequenas empresas atuam apenas como subcontratadas para determinadas fases da produção. Houve ainda casos em que empresas maiores, de porte médio, atuam como subcontratadas para empresas de capital internacional e nacional, sediadas em outras cidades do Paraná e em outros estados, sobretudo São Paulo (capital e região metropolitana).

Vamos discutir melhor esta questão das redes de firmas em Cianorte no próximo item. No entanto, estas considerações preliminares são necessárias para que se possa ter uma idéia sobre a gama de relações intra e interfirmas que se realizam mediante a adoção em maior ou menor grau, de novas técnicas e tecnologias tanto no processo de produção como na sua gestão.

Quanto ao processo de informatização da organização administrativa das empresas confeccionistas de Cianorte, vale lembrar os dados apresentados por Maia (1994). Na pesquisa realizada por esta economista sobre a formação de um distrito industrial em Cianorte, e concluída no ano de 1994, a pesquisadora afirmava que cerca de 50% das empresas entrevistadas possuíam microcomputadores em seus escritórios, facilitando o controle contábil e a administração da empresa.

Sobre este aspecto, na medida em que a empresa cresce e ganha experiência no ramo, tona-se imprescindível a utilização da informática para tornar mais eficaz a gestão da produção. Como veremos no próximo capítulo, as relações existentes entre a produção e a distribuição das confecções locais criam uma série de redes que se consubstanciam em várias escalas geográficas. No entanto, um aspecto fundamental para a criação e articulação entre estas redes de produção e distribuição é a adoção da informática como recurso técnico de gestão, com implicações inclusive sobre toda a logística que envolve a produção local.

Assim, pelo fato de a maioria das empresas instituídas como tal, isto é, empresas legalmente criadas do ponto de vista jurídico e objeto de todas as tributações estaduais e nacionais, possuírem grifes próprias e lojas de atacado na cidade, a informatização das empresas, tanto na administração da produção como na fase de distribuição desta produção, é essencial para que haja um maior controle sobre a gestão dos recursos da empresa.

O maior ou menor acesso a estas novas tecnologias que vem sendo empregadas no processo produtivo e de gestão da produção, e também na distribuição das mercadorias, nos mais variados ramos industriais, também influi sobre a criação e articulação entre diferentes escalas espaciais.

A associação direta entre estas tecnologias que maximizam a produção e aquelas envolvidas na sua distribuição, como os meios de comunicação e transportes, facilita a criação de redes cujos fluxos, cada vez mais velozes e intensos, integram realidades espaciais as mais diversas alterando, ou melhor, criando e recriando relações de poder que, no contexto local, aparecem como formas prototípicas próprias. E, mesmo estas, exprimem as contradições inerentes ao jogo de poderes que se estabelece no local, e entre este e as tendências e interesses que vêm de instituições muitas vezes distantes, que atuam e influenciam na realidade econômica, política, social e cultural global.

5.2. Localização Industrial e as Redes de Firms em Cianorte: a saída na subcontratação

Neste item, vamos partir da idéia de que a realidade material constitui fruto de uma série de relações – sociais, econômicas, políticas, culturais – cuja organização se dá em redes. São estas redes de relações que criam os fluxos materiais e imateriais – de pessoas, investimentos, dinheiro, informações, idéias, mercadorias, etc. – que organizam o mundo globalizado, mesmo que com intensidades diferentes dependendo da parcela da superfície do globo que se considera, e fazem surgir e se articular diferentes escalas espaciais.

Várias são as possibilidades quando se pretende discutir a questão das redes. Dependendo do artifício metodológico adotado, é possível distinguir e analisar desde as redes de relações mantidas entre os agentes ligados a um ramo industrial específico – por meio da divisão do trabalho mantida em seu interior, ou ainda pelas relações de cooperação/competição que aí se estabelecem –, até as relações que se consubstanciam através dos fluxos entre cidades inteiras e entre estas e regiões nacionais e globais.

Nesta pesquisa, a análise das redes que envolvem a divisão social e territorial na produção de confecções local encerra pelo menos três possibilidades principais, com

implicações diretas na estruturação espacial intra-urbana e interurbana da cidade. A primeira refere-se às redes que se criam a partir de relações – em todas as acepções que este termo possa abarcar – mantidas entre as empresas de confecções locais, e entre estas e outras empresas localizadas em outros lugares, distantes ou não. A segunda, diz respeito às redes que se criam a partir das relações mantidas entre as costureiras que trabalham a domicílio, através do sistema de facção (subcontratação), e das redes que surgem através das relações mantidas entre estas costureiras e as empresas que as contratam. A terceira mais evidente, porque mais dependente dos meios de transporte e comunicação, refere-se as redes que se formam a partir da circulação e distribuição da produção local de roupas.

Percebem-se, desta maneira, as possibilidades, em termos de articulações e interações espaciais e territoriais que relacionam o local ao regional, ao nacional e ao internacional, quando tomamos como ponto de partida para a análise um processo econômico como a indústria de confecções, por exemplo, e as implicações sociais e espaciais decorrentes da sua evolução enquanto processo não apenas econômico, mas também político e social.

Estas três possibilidades não devem ser encaradas como que excludentes e/ou hierarquizadas entre si, ao contrário, representam uma realidade que se concretiza seguindo a lógica contraditória de um mesmo processo, que é a produção de um determinado gênero industrial, tradicional em relação ao emprego de mão-de-obra e incorporação de novas tecnologias ao processo produtivo, segundo uma dinâmica de produção flexível. Aqui, ganha relevo as questões sobre a divisão social e territorial do trabalho, processos que se submetem a uma lógica global, mas se organizam localmente a partir da transformação/adaptação das condições de infra-estrutura localmente existente ou daquelas criadas – espacial e temporalmente – para desempenhar determinadas funções.

Fresca (2004b, s/p) lembra que a rede urbana norte-paranaense de fins da década de 1990 e início do século XXI difere daquela existente nos anos de 1950 e 1960, dada a complexificação por que passou a produção, circulação, distribuição e consumo de bens e mercadorias nesta região, nos anos mais recentes. Segundo esta pesquisadora,

Na medida que processos gerais foram incidindo na rede urbana, emergiu uma heterogeneidade que antes não estava presente e onde o que mais se ressalta é a continuidade da diferenciação e redefinição dos lugares.

Daí termos identificado em Cianorte um conjunto de características que nos permitem apontar a cidade como sendo um espaço que vem se privilegiando em relação a fase atual em que se encontra o sistema capitalista, que é a da produção segundo uma lógica pautada na flexibilização das relações de trabalho e do emprego de mão-de-obra, da incorporação de

novas tecnologias, quando não na fase da produção ao menos na fase de circulação e distribuição da produção, e através da modernização da gestão da produção e da distribuição das roupas ali produzidas. Maia, em seu trabalho de 1994, já apontava para a tendência de acentuação a muitas destas transformações, ao constatar as características iniciais de formação de um distrito industrial em Cianorte, já nesta época, pautado na inserção da indústria de confecções da cidade em uma lógica de produção flexível.

Também o aspecto de competição cooperativa observado em relação a produção da roupas, envolvendo praticamente todos os empresários ligados ao ramo, tanto através da ação dos sindicatos que representam as diferentes categorias envolvidas na produção local, como através das relações mantidas pelos empresários entre si e entre estes e as costureiras a domicílio, por meio do esquema de subcontratação, nos permite acreditar que a indústria confeccionista de Cianorte esteja inserida, ao menos em parte, isto é, em certos aspectos da sua produção, num contexto de produção flexível.

Assim, nesta parte do trabalho, o que se pretende mostrar é que Cianorte constitui espaço privilegiado, no âmbito regional, pela sua inserção, mesmo que de forma marginal – ou complementar em relação aos grandes centros de comando do sistema de produção –, em maior ou menor grau, em um conjunto de processos econômicos e políticos mais gerais, isto é, pertencentes a uma lógica global maior, que implicam necessariamente em transformações na sociedade local. Sobre este aspecto, questões como a concentração e/ou dispersão industrial, a organização da força de trabalho, as relações intra e extra-firmas, o processo de subcontratação, etc., que se organizam no interior da cidade, constituem aspectos de relevo, no sentido da criação de fluxos e redes.

Ao mesmo tempo em que isto ocorre, transformações na estruturação do espaço urbano – ou intra-urbano – de Cianorte podem ser observadas também, sobretudo no que respeita as novas localizações identificadas na cidade, quando tomamos como referência as redes e fluxos, materiais e imateriais, que se criam em torno da indústria de confecções. São estas redes de fluxos que, em última análise, fazem surgir e se articular várias escalas espaciais que relacionam o contexto local ao regional, nacional e global.

No entanto, não estamos querendo dizer com isto que as respostas às questões intra-urbanas observadas em Cianorte após o advento da indústria de confecções na cidade, possam ser encontradas por meio de um estudo especificamente sobre a acumulação flexível. Para nós, esta teoria econômica dá conta de explicar porque Cianorte foi escolhida como lugar privilegiado no contexto da expansão do sistema capitalista, mas não explica, por exemplo, as

localizações das transformações intra-urbanas em curso¹⁶. Trata-se de processos que possuem uma dinâmica própria, tanto no tempo como no espaço, e que possui ligações intrínsecas a uma política econômica e social local. É por isso que a análise da estruturação do espaço urbano de Cianorte será mais bem desenvolvida no próximo capítulo.

Voltando a nossa discussão sobre as redes que se estabelecem a partir das relações de trabalho mantidas entre empresas e entre estas e seus empregados – formalmente contratados ou subcontratados –, vale lembrar que ao entrevistarmos empresários, presidentes dos sindicatos e mesmo gerentes de shoppings de atacado da cidade, percebemos que seria muito difícil estabelecer com clareza e coesão as redes que se formam a partir das costureiras que trabalham a domicílio, uma vez que pelo caráter informal do trabalho que desempenham, estas não se mostram muito abertas para responder sobre o sistema de trabalho que as envolve e as relações de trabalho em que se inserem – trabalhadoras a domicílio subcontratadas, também chamadas de faccionistas. Os próprios empresários responderam as questões sobre a contratação destas costureiras com respostas vagas, sem apontar, no entanto, o número exato das trabalhadoras a domicílio que executam serviços para suas empresas, bem como o endereço das suas subcontratadas, ou como fazer para encontrá-las.

No entanto, como o papel das costureiras a domicílio é extremamente importante para a produção local, pela função que desempenham no sentido de aumentar quantitativa e qualitativamente a produção de roupas – constituindo-se estas na “outra ponta” do processo de produção de confecções em Cianorte –, não foi difícil encontrar entre os moradores da cidade, alguém que conhecesse uma ou até mais de uma costureira que trabalhasse como subcontratada para qualquer empresa ou mesmo outra costureira local. Foi através deste tipo de contato que conseguimos localizar 5 costureiras a domicílio e pudemos entrevista-las.

Nem de longe este número pode ser considerado como representativo de amostra para esta categoria, uma vez que a estimativa do sindicato é de que 50% dos trabalhadores em confecções na cidade estejam trabalhando como subcontratados e não gozam plenamente dos benefícios sociais proporcionados aos trabalhadores que possuem a carteira de trabalho assinada. Mas pelo caráter qualitativo da pesquisa e pela importância destas trabalhadoras para a indústria de confecções local, mesmo não sendo especificamente este o objetivo desta pesquisa, decidimos considerar as informações mais gerais passadas pelas costureiras também como norteadoras para as análises que pretendemos tecer sobre algumas das características que se estabelecem em torno da divisão social e espacial do trabalho que

¹⁶ A idéia de que as transformações observadas no espaço intra-urbano das cidades na atualidade não podem ser relacionadas somente a lógica de reprodução do sistema capitalista em sua fase atual, a da acumulação flexível, atribuímos a Villaça (1998).

compreende o emprego deste tipo específico de mão-de-obra. As características mais particulares que envolvem as costureiras faccionistas, serão apresentadas no próximo sub-ítem deste capítulo.

Antes de passarmos para a discussão sobre as redes – e as escalas espaciais delas decorrentes – que se criam e se articulam em torno da divisão do social e espacial do trabalho em Cianorte, faz-se necessário discutir sobre o aspecto que marca a localização da produção de roupas local. Para tanto, vamos recorrer a idéia de que para o sistema capitalista em sua fase atual, o desenvolvimento e a incorporação de novas tecnologias que viabilizaram o desenvolvimento de meios de transporte e comunicação cada vez mais rápidos e seguros, influenciando sobre a dispersão da produção por lugares muitas vezes distantes, a criação de novas plantas industriais, pautadas em uma nova lógica de organização da produção e da gestão da produção e da sua distribuição, em locais distanciados dos tradicionais centros de concentração industrial, vem tornando-se mais comum, conforme já explicitado no capítulo 2.

As chamadas deseconomias de aglomeração passam a influenciar sobre o lucro das empresas localizadas nos grandes centros urbanos, sobretudo nas metrópoles nacionais, tornando, para várias empresas, inviável a produção nestes lugares. Engarrafamentos, a especialização e, conseqüentemente, o aumento do valor da mão-de-obra, a violência, os danos causados ao meio ambiente e as leis ambientais criadas e colocadas em prática, menor disponibilidade de terrenos, maiores custos de instalação e operação, constituem fatores que levam a que várias empresas transfiram algumas etapas ou mesmo toda a sua produção industrial para cidades do interior, onde certas amenidades decorrentes da nova localização industrial podem fazer aumentar o lucro.

Dentre estas amenidades podemos lembrar: mão-de-obra mais barata, dada a falta de especialização, a quase (ou total) inexistência de engarrafamentos e de leis ambientais locais mais severas, a localização destas cidades junto a importantes eixos viários para o deslocamento da produção e de matérias-primas, a infra-estrutura material institucional viabilizada pelo poder público local no sentido de atrair novos investimentos, etc. Trata-se, portanto, da criação e adoção de novas estratégias de localização da produção industrial, com vistas a maximizar as possibilidades de lucros obtidos, quer seja nas fases de concepção/produção, quer seja nas fases de circulação/distribuição/consumo das mercadorias.

Então, para que determinado lugar torne-se atrativo para o capital, inserindo-se nesta nova lógica de localização industrial, é importante que haja algumas qualidades – virtuais e reais – a fim de que atraia investimentos, principalmente quando se espera que novos empregos sejam gerados localmente. Neste contexto, é importante o investimento, por parte do poder público local, na criação – quando a situação é de inexistência – ou na renovação/maximização

destas qualidades, quando pré-existentes localmente. Também os setores privados hegemônicos locais devem constituir-se como força de atração para estes investimentos, a fim de que haja a devida cooperação no sentido de estruturar e condicionar uma força de trabalho e uma capacidade produtiva que crie e alimente as condições necessárias para a reprodução da ordem social vigente.

É por isso que estamos admitindo em nossa análise o fato de que, mesmo tendo se constituído a partir de um processo de caráter familiar, a indústria de confecções de Cianorte, a partir de determinado período¹⁷, submete-se a lógica do sistema capitalista de produção em sua fase atual, chamada de produção flexível. Várias características deste modelo foram identificadas no contexto da indústria de confecções de Cianorte, durante a realização do campo. Sobre este aspecto, vale frisar desde já que a característica de subcontratação que marca a produção de roupas na cidade constitui presença marcante desde o início destas atividades na cidade.

Segundo Maia (1994, p. 65), a indústria de confecções de Cianorte “começou a se expandir, dentro dessa tendência à desverticalização das atividades produtivas. Em outras palavras, esta indústria já nasceu em Cianorte horizontalizada”. Isto é assim, uma vez que aquela primeira família que iniciou a produção de confecções local, desde o início se utilizava da subcontratação, ao mesmo tempo em que investia em outros empreendimentos, sobretudo o comércio.

De qualquer modo, nosso maior interesse neste item é discutir a idéia de que as indústrias de confecções locais podem originar redes de relações provenientes da adaptação da produção local à lógica da produção flexível.

Como vimos no capítulo anterior, o tema flexibilidade tem levado a uma ampla discussão entre os pesquisadores de várias áreas que se utilizam do termo. Para efeito de análise da organização da força de trabalho envolvida na produção de roupas em Cianorte, vamos considerar o que se convencionou chamar de Flexibilidade Microeconômica Externa, conforme Carleial (2001, p. 31). Para esta pesquisadora, este tipo de flexibilidade se refere,

As práticas desenvolvidas pela firma para externalizar o efeito de choques sofridos por ela, tais como externalizando serviços, parcelas do processo produtivo de modo que passe a terceiros parte deles mediante venda, aluguel ou cessão de máquinas. Refere-se também ao estabelecimento da relação com fornecedores e compradores, no que tange às exigências de confiança, qualidade e cooperação, e finalmente as várias formas de subcontratação em curso e a utilização de trabalhadores eventuais para atender a momentos específicos da demanda, etc.

¹⁷ Estamos considerando como momentos cruciais para a indústria de confecções de Cianorte, respectivamente, a criação do slogan “Cianorte: Capital do Vestuário”, em 1988; a criação e realização das edições da Expovest, a partir de 1990 e a criação e incorporação dos shoppings de atacado, processo que se inicia em 1993, com o surgimento do primeiro shopping, ao que se seguiu a criação de outros quatro ao longo da década de 1990.

Partindo destas considerações, pressupõe-se que estas transformações, quando ocorrem interna ou externamente no nível da firma, implicam diretamente sobre as características e sobre a conformação de um mercado de trabalho.

No caso específico de Cianorte, como já mencionado anteriormente, a existência de aproximadamente 50% dos trabalhadores empregados de maneira informal¹⁸ na produção de confecções, comprova a existência da flexibilidade externa das empresas de confecções locais, sobretudo no aspecto que marca a subcontratação e utilização de trabalhadores eventuais para atender a determinados momentos da demanda. Esta característica, por si só, demonstra que há um processo intenso de desintegração vertical quanto à produção de roupas em Cianorte.

Desta forma, além das relações de subcontratação que se estabelecem entre confecções e trabalhadoras a domicílio, é grande o número de empresas que subcontratam o trabalho de outras empresas da própria cidade. Ressalta-se ainda o caso em que determinadas empresas prestam serviços para outras empresas localizadas em outras cidades do Paraná, de São Paulo e até do exterior, produzindo para grifes de renome nacional¹⁹.

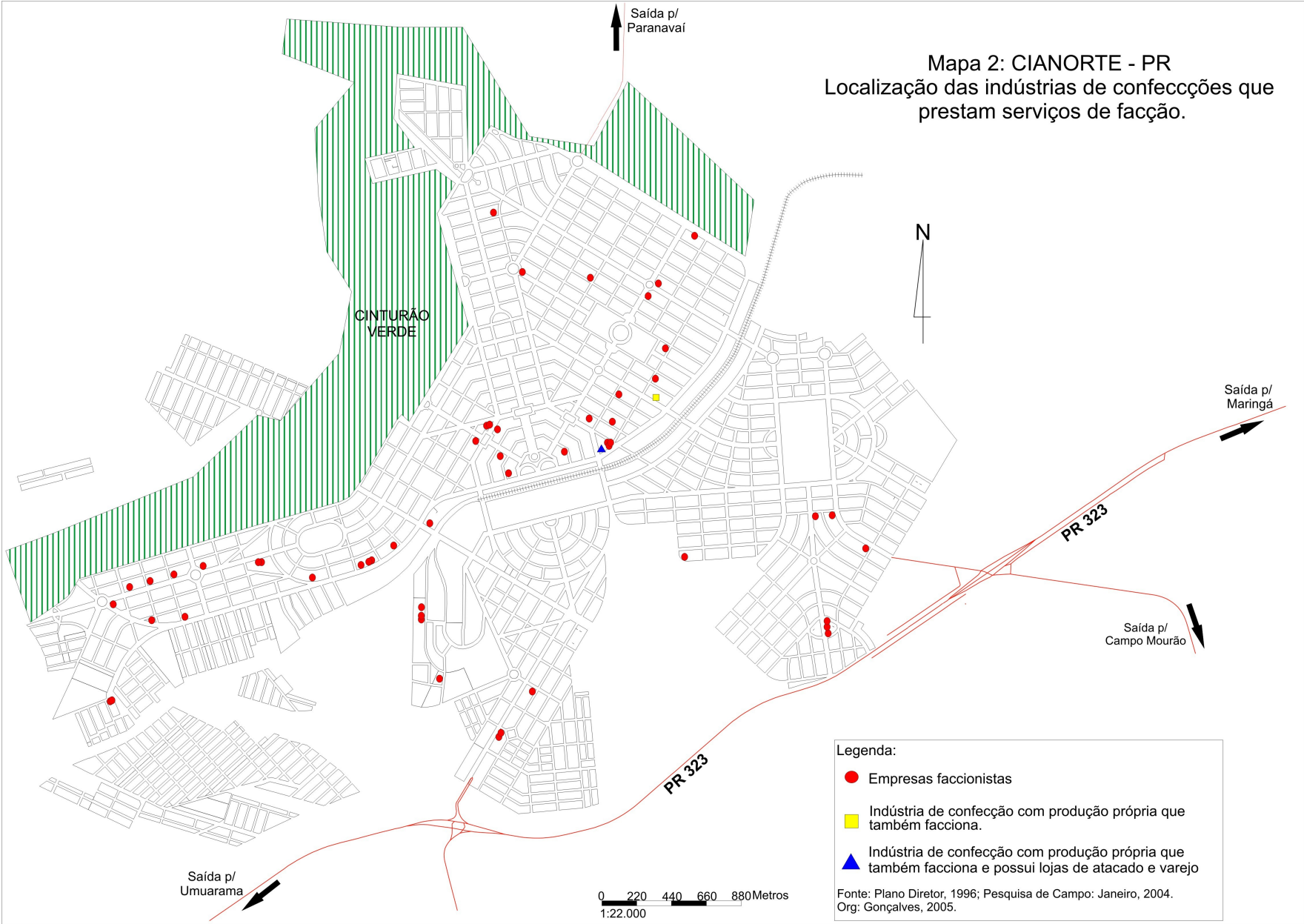
Neste contexto, observou-se em Cianorte um padrão predominante: geralmente as maiores empresas, aquelas que possuem maior capacidade de produção e, conseqüentemente, de investimentos para aumentar a quantidade e a qualidade das suas mercadorias, são as que mais se utilizam do trabalho subcontratado. E, esta relação de trabalho se estabelece tanto no sentido da subcontratação das costureiras a domicílio como na subcontratação de outras empresas de menor porte, que passam a executar algumas etapas na produção das peças de roupas.

A lógica que comanda este processo é a seguinte: ao subcontratar certas etapas da produção, há um pequeno acréscimo nas margens de lucros. Este capital passa a ser investido na etapa da circulação/distribuição das mercadorias, através da criação de grifes próprias, da abertura de lojas de fábrica que vendem no atacado e da contratação de empresas de publicidade para divulgação da grife, através dos mais diversos meios de comunicação. A distribuição das indústrias de confecções que prestam serviços de facção pode ser observada através do Mapa 2.

¹⁸ Conforme estimativa apontada em entrevista junto ao Presidente do SINDICOST, em julho de 2004.

¹⁹ Maia (1994), Fresca (2000; 2004b) e Dias (1998) destacaram em suas pesquisas o papel de uma grande empresa, a Cheina Confecções, de propriedade da família de Cheble Mitre Abou Nabhan – pertencente a família pioneira nas confecções locais – como exemplo de grande empresa local que facionava, na época em que tais pesquisas foram desenvolvidas, para empresas norte-americanas, produzindo roupas para grifes reconhecidas internacionalmente. Vale frisar que esta empresa, atualmente possui uma das maiores lavanderias industriais da cidade, sendo que já foi considerada, até meados da década de 1990, como a maior empresa facionista de confecções da América Latina, pela capacidade produtiva de então. Atualmente, sabe-se que o capital envolvido nesta empresa deu origem a uma grife reconhecida nacionalmente, a Pura-Mania.

Mapa 2: CIANORTE - PR
Localização das indústrias de confecções que prestam serviços de facção.



No entanto, trata-se de um processo não exclusivamente hierárquico, uma vez que pequenas e médias empresas que possuem sua própria grife também podem agir como subcontratantes dos serviços de empresas maiores, que possuem uma capacidade técnica e de produção maiores.

As etapas em que a mão-de-obra subcontratada mais se destaca é a costura, o acabamento, a lavagem e o bordado, sendo que a utilização da subcontratação para cada uma destas etapas é feita segundo necessidades distintas, a saber:

- A costura e o acabamento, que constituem processos mais simplificados e não exigem mão-de-obra especializada, são etapas fundamentalmente empregadoras de mão-de-obra, pelo seu caráter mais manual de execução. Assim, a subcontratação nesta etapa ocorre, sobretudo quando a demanda pelas confecções ultrapassa a capacidade de produção da indústria, isto é, quando a indústria não possui o número de máquinas suficiente para dar conta da demanda.
- A etapa da lavagem necessita do serviço de lavanderias industriais, sendo que pouquíssimas empresas possuem o capital necessário para investir na instalação desses equipamentos, já que por tratar-se de tecnologias mais modernas e caras, o investimento na sua instalação pode suplantar os lucros obtidos na produção propriamente dita. Como a demanda pelo serviço das lavanderias industriais é grande e a oferta delas é pouca, aqueles empresários que investiram na sua construção atuam como subcontratados de outras empresas que precisam do serviço.
- Quanto à etapa do bordado, identificamos duas situações distintas: a primeira refere-se ao bordado em série, dentro das maiores empresas, em que são utilizadas máquinas modernas ligadas a sistemas de informática. Estes sistemas mais modernos permitem uma produção em massa, isto é, criam a possibilidade de que a máquina bordadeira borde a mesma estampa em várias peças ao mesmo tempo. A segunda situação refere-se ao trabalho subcontratado de artesãos que trabalham a domicílio, bordando, colando e até pintando motivos, estampas, desenhos diferenciados em cada peça. Este trabalho, mais comum no jeans, influi sobre o caráter de exclusividade de cada peça que vai para o mercado, contribuindo no sentido de agregar mais valor a produção.

Diante do exposto acima, pode-se concluir que no caso específico das confecções de Cianorte, as empresas que se utilizam da produção via subcontratação, assim o fazem por conta de problemas ligados a sua capacidade de produção e a necessidades de uma produção mais especializada, como ocorre no caso dos bordados.

Dependendo do porte da empresa, o subcontrato pode ser permanente ou temporário, de acordo com as especificidades que envolvem a segmentação da produção. Por exemplo, nos meses de março, abril e até meados de maio, isto é, durante o outono, geralmente a procura por trabalhadoras a domicílio torna-se menor em relação a produção de determinados segmentos de roupas. A proximidade com o inverno e a incerteza sobre as características desta estação, fazem diminuir a produção de determinados segmentos, mais ligados às estações quentes.

Sobre este aspecto, vale lembrar que Cianorte está localizada numa área de transição entre o clima subtropical que predomina na maior parte dos estados do Sul do país, e o clima tropical que abrange outras áreas do interior do Brasil. Assim, mesmo que a produção local não se destine ao mercado especificamente local, as interações espaciais quanto a abrangência do mercado para as confecções locais mais citadas pelos empresários – abrangendo, principalmente, o Estado de São Paulo e, em menor grau os estados do Mato Grosso do Sul, de Minas Gerais, Mato Grosso, Rio de Janeiro, Goiás e Santa Catarina – faz com que as incertezas sobre as temperaturas que irão predominar nos meses mais frios do ano, em cada região, acabem influenciando sobre a produção e, conseqüentemente, sobre a contratação e a subcontratação da força de trabalho local.

Dos empresários consultados apenas dois responderam que não subcontratam outras empresas para poder atingir a produção, e também dois responderam que sua empresa é subcontratada de outras empresas, sendo que as demais apenas subcontratam, não prestando serviço algum a outras empresas subcontratantes.

A despeito da maior ou menor capacidade produtiva, isto é, da quantidade de máquinas de cada empresa – fato que influencia diretamente sobre a política de flexibilidade externa das firmas – todas as empresas entrevistadas que subcontratam a mão-de-obra das trabalhadoras a domicílio admitiram que adotam esta estratégia a fim de reduzir custos com encargos sociais, mão-de-obra, questões trabalhistas, etc.

O que se nota, portanto, é a proliferação das mais variadas relações de subcontratação, centradas, no entanto, nas trabalhadoras a domicílio, o que retrata uma forma clássica de subcontratação, em que a mão-de-obra subcontratada tende a vincular-se não exclusivamente para determinadas empresas.

Para se ter idéia da complexidade das relações que envolvem a subcontratação da mão-de-obra das costureiras a domicílio, vários agentes entrevistados, empresários e representantes de classe, admitiram que algumas empresas que atuam na cidade com a qualificação de indústria de confecções, nem possuem uma planta industrial específica, e quando possuem, estas servem para executar as tarefas mais simples, como a etiquetagem e a embalagem das roupas, além do escritório de onde comandam as operações que são executadas pelos prestadores de serviços.

Segundo informações do SINDICOST, há ainda empresas que se situam em outras cidades distantes, sobretudo da região metropolitana de São Paulo, cujos representantes vem a Cianorte para subcontratar a mão-de-obra das costureiras a domicílio. Como não há contrato de trabalho formal, muitas costureiras acabam sendo prejudicadas por estas empresas, no momento do “acerte”, isto é, do pagamento pelo trabalho. Houve casos em que a costureira ficou sem receber pelo trabalho executado, uma vez que, não há conhecimento sobre o endereço destas empresas, e nem mesmo sobre a sua existência enquanto empresa formalmente constituída.

Aqui, cabe refletir sobre o fato de que a subcontratação não constitui coisa nova no mundo do trabalho, pois sempre esteve presente na indústria de confecções, desde sua origem até hoje. Assim, não se trata de uma novidade, uma vez que a indústria de confecções está inserida no conjunto dos gêneros industriais ditos “tradicional”, e que emprega intensivamente mão-de-obra na produção. No entanto, nossas observações durante o campo, nos permitem assegurar que este recurso é utilizado na produção de roupas de Cianorte a fim de possibilitar maior flexibilidade produtiva e com isso poder atender a elevada demanda, melhorar a qualidade final das mercadorias, reduzir seus custos, e minimizar as dificuldades pela escassez do seu maquinário.

As confecções de Cianorte também se caracterizam por uma complexa divisão do trabalho, uma vez que é nítida a especialização de suas empresas em diversos segmentos da produção de roupas, como pode ser constatado através da Tabela 3.

Entre outras constatações, verificou-se ainda que o conjunto das empresas ligadas ao ramo do vestuário tem encorajado várias atividades subsidiárias, conforme se observa através do Mapa 3. Como se constata através desta representação, já existe na cidade empresas que atuam de forma complementar ao setor confeccionista, tais como lavanderias especializadas, oficinas de conserto e manutenção de máquinas e equipamentos para esta indústria, lojas especializadas na venda de máquinas de costura industriais, inúmeras lojas de confecções de atacado e varejo, lojas de aviamentos e tecidos, escolas para formação de modelos feminino e

masculino além de agências de publicidade que também atuam como ateliês de concepção de padrões de desenho que norteiam o corte dos modelos, de acordo com a moda do momento.

O surgimento destas empresas complementares também contribui para o entendimento da dinâmica de competição cooperativa que envolve as empresas de confecções locais e a formação de redes que se expressam por meio de diversas escalas espaciais.

Tabela 3
Segmentação da Produção da Indústria do Vestuário de Cianorte, 2002.

Composição da produção interna de roupas	Peças/mês	%
Moda Feminina	1.850.000	37
Jeans	1.700.000	34
Moda Masculina	750.000	15
Infantil	300.000	6
Malharia	250.000	5
Moda Intina	150.000	3
Total	5.000.000	100%

Fonte: SINVESTE, 2003.

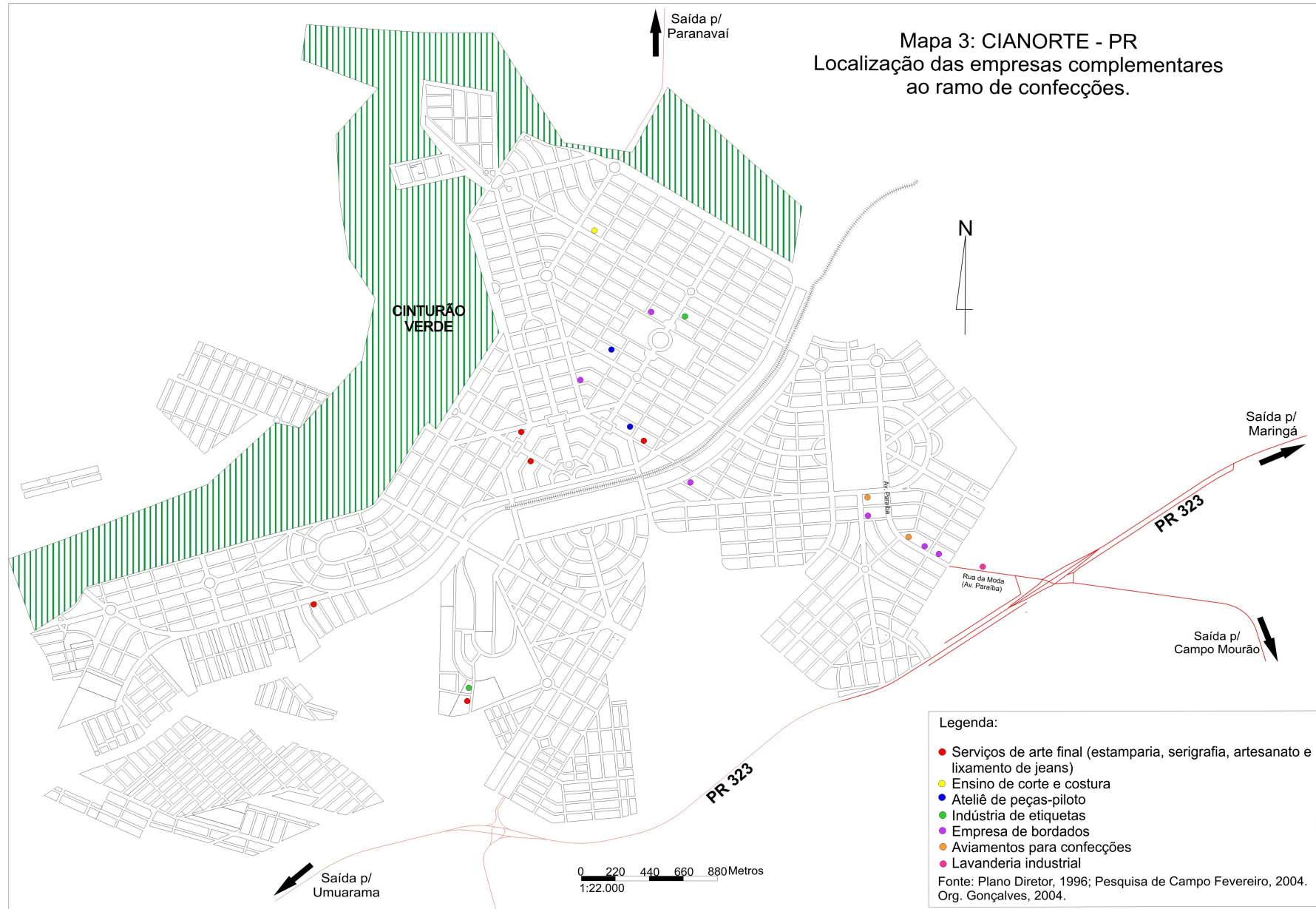
Org.: O autor.

Neste contexto, o padrão que mais chama a atenção é a distribuição da produção por praticamente toda a malha urbana da cidade, uma vez que tanto as costureiras a domicílio como a empresas que atuam como subcontratadas e subcontratantes encontram-se espalhas por toda a cidade e até mesmo fora dela, localizando-se em outros municípios vizinhos, como já foi mencionado anteriormente.

Em oposição – ou seria melhor dizer, complementar? – a esta lógica de localização das unidades de produção propriamente ditas, observa-se uma concentração do comércio atacadista desta produção em determinadas áreas da cidade. Este fato implica diretamente sobre a formação de vários fluxos e redes no interior da malha urbana da cidade e outras redes e fluxos que ligam Cianorte a espaços outros, muitas vezes distantes, seja por conta da produção, ou ainda por meio da circulação e distribuição desta produção.

Isto se faz mediante a circulação da mão-de-obra, das matérias-primas, das roupas que se encontram nas mais diversas etapas da confecção e que acabam circulando pela cidade, passando “de mão em mão” até o arremate final, tudo no interior da cidade. Também os fluxos de compradores, matérias-primas, representantes de vendas de outras empresas, ou representantes de outras empresas que afluem a cidade com o fito de subcontratar mão-de-obra, vindos de lugares distantes, contribuem para o processo de criação e articulação escalar, objeto desta pesquisa.

Mapa 3: CIANORTE - PR
Localização das empresas complementares
ao ramo de confecções.



Enfim, é esta circulação, são estes fluxos, estas redes de relações, materiais e imateriais, subjetivas, de interesses políticos e econômicos que anima e consubstancia a formação de várias escalas espaciais em torno da indústria do vestuário de Cianorte, numa sucessão de acontecimentos em várias esferas – econômica, política, social, territorial – que viabiliza a articulação espacial em vários níveis.

5.2.1. A formação de uma cadeia produtiva têxtil como saída para a agregação de valor a produção

A lógica de localização da produção e da circulação/distribuição das confecções em Cianorte e a influência destes processos sobre as transformações internas ao seu espaço urbano, serão mais bem analisadas no próximo capítulo. Todavia, é corrente entre os atores envolvidos na produção de roupas local, a idéia de que a agregação de valor pode constituir-se como elemento fundamental para manter a expansão do setor.

Os empresários concordam que somente a cooperação de insumos, quando esta ocorre, e a cooperação de mercado – através da divulgação conjunta do slogan “Capital do Vestuário”, o que se faz através de práticas do empresário no meio comercial em que o importante é que o comprador atacadista fique satisfeito e volte sempre para comprar na cidade, mesmo que não tenha, necessariamente, comprado em sua loja – não são suficientes para gerar o ambiente necessário à redução dos custos da produção e fazer aumentar os lucros de maneira que possam ser reinvestidos no aumento da capacidade produtiva e na qualidade final das roupas que são produzidas.

Acreditam ainda que o fato de existir uma expansão crescente, nos últimos anos, do número de lojas atacadistas na cidade, quer por meio de iniciativas privadas quer através da construção de galerias e shoppings especializados na venda por atacado, não significa necessariamente que a produção esteja se expandindo no mesmo ritmo. Segundo vários empresários, muitas das lojas de atacado que tem aberto suas portas na cidade, têm como origem empresas/grifes de outras cidades do próprio Paraná e também de outros estados, sobretudo São Paulo e Santa Catarina. Neste contexto, Barreira (1996) analisa que,

Num mercado que se globaliza com muita rapidez como o de roupas, a proliferação de lojas de fábrica como instrumento de distribuição são sintomas de contradições muito mais gerais do que se pensa: as “possibilidades” constantes de surgimento de novas fábricas de roupas estão na mesma proporção das negações das suas possibilidades de acesso tanto na direção dos intermediários quanto na direção das vendas diretas.

Talvez por isso as indústrias de confecções de Cianorte venham tentando mobilizar o poder público local, não apenas no sentido da adoção de uma política industrial que possibilite uma maior agregação de valores, mas também uma política urbana que contemple uma oferta de infra-estrutura capaz de atrair investidores necessários à expansão do comércio local.

Assim, podemos dizer que um importante aspecto da cadeia produtiva têxtil e de confecções, que é a produção do próprio tecido através de tecelagens ainda constitui realidade incipiente na cidade. Segundo empresários entrevistados, a cidade conta com apenas 2 indústrias que já produzem tecidos, matéria-prima que acaba sendo utilizada tanto pelas confecções locais como por outras situadas em cidades próximas. Mas, segundo estes empresários, o setor têxtil tende a se expandir em Cianorte, visto que uma grande empresa local está finalizando a construção de sua nova planta industrial, fora da malha urbana da cidade, com vistas à produção de tecidos, além da ampliação da sua produção de confecções.

Acredita-se que se tais empreendimentos alcançarem o êxito esperado, poderão atrair investimentos para a abertura de novas tecelagens, investimentos que poderão ser externos ou mesmo locais, através da aplicação de recursos de outras empresas locais que vem se destacando no cenário da produção e comercialização de roupas, através do lançamento de grifes que tem se destacado em nível regional e nacional, como mencionado anteriormente.

Tomando o caso brasileiro como foco de análise, Coutinho e Ferraz (2002, p. 324) argumentam que,

No complexo têxtil, o reduzido grau de integração da cadeia produtiva tem se manifestado tanto através de estratégias de verticalização inadequadas como, no contexto atual de abertura comercial, nos conflitos entre os principais elos da cadeia. Praticamente inexistem processos cooperativos de forma a que os ganhos de produtividade derivados da especialização pudessem garantir melhores condições de competitividade aos participantes.

Segundo Michellon (1999), é muito importante que se crie localmente o máximo de condições para a implantação das diversas etapas que compõem a cadeia produtiva têxtil, pois este fator incide diretamente sobre a agregação de valor a produção de roupas local.

Destaca ainda, o fato de que a produção e exploração do algodão no noroeste do estado do Paraná, sem a devida articulação com os setores industriais, constituiu historicamente um dos principais entraves para a consolidação de uma cadeia produtiva têxtil nesta região.

Assim, houve uma dispersão pelo noroeste do estado, de iniciativas na implantação de segmentos que compõem a cadeia produtiva têxtil que, se tivessem ocorrido de

forma concentrada, isto é, melhor articulada – através de políticas públicas que balizassem a infra-estrutura institucional necessária – poderiam ter gerado um importante parque industrial têxtil entre as principais cidades da região que, de uma forma ou de outra, estão ligadas à produção deste setor industrial. Sobre este contexto, Michellon (1999, p. 121) destaca as cidades de Maringá, Campo Mourão, Goioerê, Cianorte, Umuarama e Paranavaí.

Em estudo lançado em 2003, o IPARDES (Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social) procurou analisar várias questões que envolvem os “arranjos produtivos locais e o novo padrão de especialização regional da indústria paranaense na década de [19]90”. A questão central deste estudo diz respeito à identificação das mudanças estruturais no padrão de aglomeração espacial das indústrias no Paraná na década de 1990, baseando-se em análise centrada no conceito de arranjos produtivos locais (APLs), caracterizado pela concentração geográfica de atividades similares e/ou fortemente articuladas e interdependentes.

Destacamos este estudo porque indica a formação de região centrada nos pólos de Cianorte e Umuarama, que congrega cerca de 32 municípios e, apesar da diversificação das unidades industriais regionais, o setor dominante em termos de geração de empregos é o do vestuário, seguido pelo sucroalcooleiro (maior parque do Estado), reunindo várias usinas de açúcar e destilarias de álcool.

Um dado que nos chamou a atenção é o fato de o estudo mostrar que esta região no entorno de Cianorte e Umuarama – cidades distantes cerca de 80 km entre si – possui a segunda maior área plantada de algodão do Estado, com aproximadamente 9,3 mil ha e produção de cerca de 19,9 mil t/ano. Mesmo assim, a pesquisa aponta para o fato de o setor de tecelagem e fiação do produto ser pouco significativo, tanto em termos de emprego como de participação no VA (Valor Adicionado), tomando como referência a participação para o conjunto da região. Esta situação pode ser mais bem visualizada através da Tabela 4.

Em que pese o fato de a pesquisa citada levar em conta o conjunto de municípios de toda uma região, vale ressaltar que o pólo centralizador das atividades industriais ligadas ao segmento do vestuário é representado por Cianorte. A tabela apresentada anteriormente demonstra claramente o crescimento do setor no que refere a geração de emprego – e conseqüentemente de renda – cuja representação no emprego da mão-de-obra para a área da pesquisa passa de 18,28% em 1995 para 36,53% em 2000.

Quanto ao valor adicionado, percebe-se uma queda bastante acentuada no setor no quinquênio que vai de 1990 a 1995, período que coincide com uma sucessão de acontecimentos políticos e econômicos que afetaram negativamente o setor. Sobre este aspecto,

ressalta-se a ascensão e queda do Ex-presidente Fernando Collor de Mello, cuja política de abertura da economia brasileira por meio da adoção de políticas neoliberais, afetou diretamente sobre o setor.

Tabela 4

Número de Estabelecimentos, Empregados e Participação no Valor Adicionado da Região de Umuarama – Cianorte, segundo Segmentos Industriais Especializados – 1990/2000.

SEGMENTO	NÚMERO ESTAB. EM 2002	EMPREGADOS				PARTICIPAÇÃO NO VALOR ADICIONADO DA REGIÃO (%)		
		1995		2000		1990	1995	2000
		Abs.	%	Abs.	%			
Malas, bolsas e artefatos de couro	7	42	0,34	33	0,22	0,50	0,33	0,14
Fiação e tecelagem de fibras artificiais	1	-	-	171	1,13	-	0,62	0,25
Vestuário	410	2.269	18,28	5.539	36,53	14,88	9,85	14,40
Açúcar e álcool	8	4.816	38,79	1.895	12,50	17,61	40,26	39,90
Beneficiamento e produtos de arroz	11	457	3,68	610	4,02	5,51	0,29	0,50
Refrigerantes e refrescos	3	73	0,59	102	0,67	2,94	0,84	0,39
Segmentos não-especializados	650	4.757	38,32	6.813	44,93	58,55	47,82	44,42
TOTAL	1.090	12.414	100,00	15.163	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: IPARDES, 2000.

Org.: O autor.

Também a criação, em 1994, do Plano Real, afetou o setor uma vez que foi necessário repassar as taxas de juros cobradas pela importação de máquinas e matérias-primas empregadas na produção de roupas; a falta de financiamentos para os setores mais tradicionais; o fim da inflação; a concorrência com produtos mais baratos, sobretudo do Sudeste Asiático, onde o valor pago para a mão-de-obra torna os preços de suas mercadorias entre os mais competitivos do planeta.

Para nós, importa mais o fato de a região, apesar de se destacar na produção de algodão dentro do Estado, não possuir um número condizente de empresas de fiação e tecelagem de fibras, em oposição à situação de décadas anteriores, quando o Paraná se destacava na produção do algodão. De fato, se considerarmos a produção do algodão em nível nacional, o destaque fica com os estados do Centro-Oeste, onde determinadas variedades da planta se adaptaram melhor ao clima, bem como onde houve um incremento nos investimentos, tanto regionais como nacionais, para modernização da produção desta cultura.

Enfim, a constituição de uma cadeia produtiva têxtil no noroeste do Estado poderia vir a contribuir para aumentar a agregação de valor à produção de roupas em Cianorte e, mais que isto, poderia gerar renda em toda a região, uma vez que esta agregação de valor seria repassada para todas as etapas da cadeia produtiva.

Neste sentido, seria necessário todo um envolvimento político por parte do governo estadual no sentido de criar e instituir políticas de desenvolvimento regional que priorizassem todas as etapas da cadeia produtiva têxtil, a fim de que se balizassem as condições para um desenvolvimento regional mais forte e sustentável.

5.3. Mão-de-Obra (Des) Qualificada e Informalidade Fabril: problema global no espaço local

Como mencionado anteriormente, estivemos em contato com cinco costureiras que trabalham a domicílio, a fim de melhor conhecer as suas condições de trabalho, suas características pessoais, como lidam com as imbricações das atividades profissionais e domésticas, como dividem o espaço e o tempo em suas relações com o trabalho. Deste contato pudemos apreender algumas das características destas trabalhadoras, que passaremos a expor mais adiante, para se tenha uma visão mais ampla do seu papel enquanto agentes de importância singular na criação de relações no interior da cidade, sobre as quais se assenta a criação e articulações de várias escalas espaciais em torno da produção de confecções local.

Antes, porém, cabe tecer algumas considerações sobre o mercado de trabalho em geral em Cianorte e, mais especificamente, sobre as condições de trabalho que marcam a produção de roupas na cidade.

Sabe-se que o parque das indústrias de confecções em Cianorte é formado fundamentalmente por pequenas e micro-empresas, além de algumas de médio porte e apenas uma grande empresa, que gera mais de 500 empregos diretos. Quanto ao contingente de mão-de-obra, caracteriza-se pelo emprego de um grande contingente de mão-de-obra feminina e, em menor quantidade, de mão-de-obra masculina.

Todavia, segundo vários empresários e representantes de classe, já está em curso uma alteração na composição da força de trabalho da indústria de confecções, uma vez que o trabalho masculino vem sendo incorporado em várias funções que até então normalmente eram desempenhadas por mulheres, tais como costureira, overlockista, passadeira, etc. Antes que se iniciasse esta tendência, os homens eram empregados em funções que exigem uma força física maior, sobretudo na etapa da costura reta em jeans.

Segundo a Prefeitura Municipal de Cianorte, o poder público municipal vem procurando atrair empresas que gerem empregos masculinos, uma vez que o mercado de trabalho feminino possui farta oferta – baseada na demanda por mão-de-obra exercida pelas confecções –

o que poderia solucionar o problema do desemprego no município, ainda que a taxa de desemprego em Cianorte esteja abaixo da média estadual e nacional.

Além dos empregos gerados no interior da fábrica, há ainda a utilização das trabalhadoras a domicílio que também fazem parte do contingente de mão-de-obra empregado na indústria de confecções de Cianorte. Embora não seja possível precisar o total de trabalhadoras a domicílio em Cianorte devido ao caráter informal da atividade, segundo o SINDCOST (Sindicato dos Oficiais, Alfaiates, Costureiras e Trabalhadores na Indústria de Confecções de Roupas de Cianorte) a mão-de-obra destas costureiras deve representar cerca de 50% do total empregado no setor.

Disto depreende-se que elas desempenham um papel fundamental no que refere a facção e à subcontratação de mão-de-obra especializada, sendo que a sua atuação contribui muito para o aumento da produção da indústria e para a elevação do nível de qualidade dos produtos em Cianorte (MAIA, 1994).

Pode-se mesmo dizer que em Cianorte o desemprego feminino é quase nulo, sendo que o desemprego masculino local também é baixo, já que a mão-de-obra masculina, quando não é empregada diretamente na produção de roupas, se faz presente em atividades complementares a produção propriamente dita, isto é, nos empregos indiretos gerados pelo setor.

Quanto ao número de empregados diretos no setor, dados apresentados em estudos anteriores (MAIA, 1994; DIAS, 1998; FRESCA, 2000) davam conta de aproximadamente 10.000 empregos. No entanto, conforme depoimento do presidente do SINDCOST, em 2004 a indústria de confecções gerava cerca de 12.000 empregos diretos, sendo que 50% o são na informalidade, através do sistema de subcontratação ou mesmo através de micro-empresas que passam a atuar como tal sem que a sua situação junto aos órgãos tributários competentes estejam regularizadas. Quanto aos empregos indiretos criados, estima-se que seja da ordem de 3.000.

Para se ter uma idéia da evolução do número de empregos gerados e de estabelecimentos da indústria de confecções em Cianorte, e a sua participação em relação a outros níveis administrativos, vale observar os dados da Tabela 5.

A tabela demonstra claramente uma tendência ascendente quanto à abertura de estabelecimentos no setor, tanto em Cianorte como no Paraná e no Brasil. Isto demonstra que o setor já se recuperou das conseqüências das políticas implementadas durante os Governos Collor e Fernando Henrique. Note-se que este foi um período bastante nefasto para os trabalhadores da indústria de confecções no país, uma vez que a concorrência com outras empresas estrangeiras e

os limites de crédito para o setor, impostos pelos governos citados anteriormente, dentre outros fatores, influenciaram na retração do mercado de trabalho disponível para o setor.

Tabela 5

Evolução do número de estabelecimentos e empregos no setor da indústria têxtil, do vestuário e artefatos de tecidos de Cianorte, do Paraná e do Brasil – 1990-2002.

Local Ano	Cianorte		Paraná		Brasil	
	Estab.	Empregos	Estab.	Empregos	Estab.	Empregos
1990	59	2.111	1.931	27.492	40.307	341.195
1996	149	1.755	2.500	34.962	40.308	338.895
2000	315	2.868	3.289	47.479	44.200	396.501
2002	386	3.234	3.794	55.966	48.047	411.492

Fonte: BRASIL. MTE – RAIS, 1990-2002.

Nota: Originalmente, a tabela encontra-se em Fresca (2004c, s/p).

Este dado se evidencia mais claramente ao observarmos os dados para o período de 1990-1996, quando houve queda no número de trabalhadores empregados na indústria confeccionista de Cianorte e do Brasil. No caso do Paraná, a tendência não afetou os índices de emprego no setor porque, quando considerado o conjunto, outras áreas do Estado passaram a ampliar o número de empregos gerados, ou seja, provavelmente houve a incorporação de áreas novas no Estado para o setor de confecções.

Acrescente-se a isto o fato de a informalidade verificada em Cianorte ser muito expressiva para a produção local. Assim, nos momentos de crise os empresários passam a se utilizar cada vez mais desta mão-de-obra, com a finalidade de baratear a produção e cortar custos para melhor enfrentar a competição com os produtos de outros países, principalmente do Sudeste Asiático.

De qualquer forma, os dados da tabela demonstram uma recuperação do setor, demonstrando a capacidade do parque industrial de confecções no país, em se ajustar às novas regras que vem influenciando sobre o mercado global nas últimas décadas – processo que se acentua para as confecções brasileiras a partir da década de 1990, por conta de políticas adotadas interna e externamente – demandando uma adaptação e um rearranjo também à produção de roupas, quanto às relações de trabalho e produção que passam a comandar o setor, com conseqüências, inclusive, para o valor real dos salários pagos aos empregados das confecções.

Especificamente sobre este aspecto, dependendo da função desempenhada de acordo com a divisão do trabalho na produção das confecções de Cianorte, os salários de cada função correspondem aos salários normativos da categoria, os quais são estipulados por meio de

Convenções Coletivas que agregam os dois Sindicatos representativos de classe – o das costureiras e trabalhadores nas indústrias de confecções e o dos industriais – quando é determinada a base mínima.

Constatou-se uma variação no valor dos salários que depende da política salarial interna de cada empresa, mas nunca os salários são inferiores aos estipulados pela Convenção Coletiva. Assim, além do salário fixo, pode haver remunerações sobre a produtividade do trabalho, fornecimento de cesta básica aos funcionários mais pontuais, subsídio ao transporte até a empresa, prêmios – geralmente em dinheiro – para aqueles que atingem certas metas de produção estipuladas pela empresa.

Entre outros benefícios sociais oferecidos aos trabalhadores formais, destacamos: carteira de trabalho assinada; recolhimento das taxas ao INSS; dias livres; vale-transportes; convênios com farmácias, seguro-saúde, restaurante e/ou cozinha para alimentação dos funcionários, creche para os filhos.

Quanto ao treinamento da mão-de-obra, cerca de 50% dos empresários acabam treinando parte de seus funcionários para desempenhar certas funções na empresa para as quais não são ofertados cursos por outras instituições. Quando não há treinamento dentro da empresa, esta pode subsidiar a participação de alguns dos seus funcionários junto aos cursos oferecidos pelo SENAI. A Prefeitura, até meados da década de 1990 também subsidiava uma parte da mensalidade paga pelos alunos dos cursos do SENAI direcionados a qualificação/especialização da mão-de-obra, mas deixou de fazê-lo em fins da década de 1990.

De qualquer forma, a mão-de-obra qualificada/especializada é uma exigência na maioria das empresas, sendo que a experiência do indivíduo que busca uma vaga é comprovada, na maioria das vezes, através de testes que são realizados na própria linha de produção da empresa que vai contratar.

5.3.1. As trabalhadoras a domicílio (faccionistas) – caracterização geral

Como mencionado anteriormente, é praticamente impossível precisar o número de trabalhadoras a domicílio que prestam serviços para a produção de roupas local, mesmo porque a cada momento, novas trabalhadoras são impelidas a este tipo de relação de trabalho.

A criação, incorporação e expansão desta força de trabalho específica se inserem no conjunto de transformações porque vem passando Cianorte no período que compreende praticamente as duas últimas décadas. Esta se insere no processo de desintegração vertical que vem ocorrendo com a indústria de confecções de Cianorte, ao mesmo tempo em que

este setor industrial local se submete à lógica da produção em moldes flexíveis, o que demonstra aquilo que especialistas – sobretudo os economistas – chamam de externalização produtiva.

Os componentes que correspondem ao processo de competição cooperativa também estão presentes na prática da subcontratação das faccionistas domiciliares de Cianorte, uma vez que as possibilidades que se abrem, para os empresários que subcontratam esta mão-de-obra, constitui possibilidade para todos, desde o micro-empresário até às grandes empresas locais e aquelas de outros lugares que vão a Cianorte em busca destas costureiras. Também a questão da identidade sócio-cultural se faz presente, uma vez que as trabalhadoras a domicílio concordam que um dos principais fatores para o desenvolvimento da indústria de confecções da cidade é o trabalho – desempenhado conjuntamente entre empresários e seus funcionários, independentemente dos vínculos empregatícios – e o estímulo criado por meio das ações dos empresários pioneiros no setor.

Agora, vejamos algumas características específicas ao trabalho domiciliar das costureiras faccionistas de Cianorte, tendo por base suas características pessoais; como lidam com o trabalho e os afazeres domésticos; como dividem seu tempo e o espaço de que dispõem para trabalhar em casa e suas relações com o trabalho.

Um primeiro aspecto sobre o trabalho a domicílio na indústria de confecções de Cianorte, refere-se ao fato de ser um trabalho sexuado. Isto significa dizer que a mão-de-obra empregada é quase que 100% feminina, salvo casos em que um homem da própria família – filho, sobrinho ou mesmo o marido – passa a contribuir executando qualquer tarefa que exija pouca especialização.

A idade das trabalhadoras pode variar bastante, em função do amadurecimento profissional – costureiras muito jovens não têm muito crédito entre os empresários, e aquelas com idade muito avançada podem não dar conta do serviço no prazo estipulado pelo empresário contratante para a execução do trabalho. Assim, há preferência pelas costureiras de meia-idade que possuam experiência comprovada nas fábricas de confecções ou que atuem como faccionistas há algum tempo – dois ou três anos.

Para as costureiras, os empresários acreditam que quanto mais idade – de 30 a 50 anos, por exemplo – há mais chance de que os filhos já estejam crescidos e o tempo para se dedicar ao trabalho passa a ser maior. Na verdade, como constatamos junto aos empresários, esta idéia não corresponde a realidade, uma vez que a preferência é dada àquelas costureiras que possuem experiência na lida com o regime de trabalho, as que tem maior compromisso com o trabalho e com os prazos e aquelas que se dedicam em melhorar a qualidade final do produto, independentemente da etapa da produção para a qual o serviço foi solicitado. Quanto a

escolaridade, verificou-se certo padrão em que as costureiras com mais idade possuem o Ensino Fundamental incompleto e as mais jovens tem o Ensino Médio incompleto.

Um fato singular sobre a vida profissional destas costureiras é que todas aquelas com as quais conversamos já possuíam alguma experiência com as confecções antes de se tornarem faccionistas, quer por meio do trabalho dentro de empresas do ramo, quer através da experiência herdada da mãe ou de outros parentes que também trabalham a domicílio.

Quanto à imbricação entre as atividades profissionais e a doméstica, uma das características marcantes deste tipo de relação de trabalho está no fato de a trabalhadora poder conciliar uma atividade que gere renda, aumentando o orçamento familiar, com suas atividades domésticas, havendo a possibilidade, portanto, de se dedicar mais a educação dos filhos e ao cônjuge. Este aspecto também foi registrado por Maia (1994), em sua pesquisa.

Dois aspectos principais devem ser destacados sobre a escolha da sua atividade profissional pautada nas relações de subcontratação. O primeiro foi justamente o fato de haver a possibilidade de desempenhar uma atividade remunerada, conciliada com as tarefas domésticas, o que seria impossível se estivessem empregadas numa indústria, onde o regime de trabalho é orientado segundo o horário comercial – isto quando a demanda pelas confecções não obrigam as trabalhadoras formais a fazer hora-extra na empresa.

O segundo aspecto refere-se ao fato de que o pagamento unitário pelo serviço desempenhado no caso da subcontratação é mais vantajoso, em curto prazo, do que o valor do salário pago as costureiras formais das indústrias. Isto porque, dependendo da disponibilidade de tempo da trabalhadora a domicílio, bem como da contribuição dada por outros membros da família na execução do trabalho para o qual esta foi contratada, os ganhos da faccionista podem chegar a até três vezes o valor do salário pago a uma costureira formal, empregada na indústria.

Um dado relevante para a caracterização da produção domiciliar das confecções é o espaço utilizado pelas costureiras para executar seus serviços. Sobre este aspecto, pode-se dizer que a maioria das faccionistas domiciliares não possui um espaço exclusivo, dentro da casa, para desempenhar suas funções de costureira. Por isso, vários espaços da casa, como a sala, os quartos, a garagem, a área de serviço (lavanderia) acabam sendo incorporados, com vistas a permitir a produção das roupas.

Neste caso, observa-se uma sobreposição entre a vida profissional e a vida familiar, em que as relações de trabalho que envolve diretamente a um único membro da família acabam desencadeando uma série de relações que afeta a vida, o cotidiano e mesmo as relações de poder até então estabelecidas entre todos os membros da família que ali vivem.

Vislumbra-se, neste caso, de que maneira uma determinada sucessão de acontecimentos, de ordem econômica, política, social e até cultural, pautados num processo sócio-espacial global dinâmico, afeta diretamente a escala das relações que se estabelecem, e acaba influenciando sobre a organização dos espaços mais exclusivos, como o é o espaço – ou território – da casa.

Não se deve esquecer, porém, que esta nova organização/reorganização – política, do ponto de vista das relações de poder – que surgem no interior da casa das costureiras a domicílio, por mais restritos que possam parecer, também criam relações que extrapolam as fronteiras destes espaços/territórios, podendo afetar, a organização sócio-espacial em outras escalas geográficas. A escala da produção/distribuição de roupas, por exemplo.

Ainda sobre a questão dos espaços utilizados pelas costureiras domiciliares, vale ressaltar que estes espaços se ampliam à medida que aumentam os ganhos e o número de costureiras empregas. Assim, quando uma costureira consegue economizar parte da sua renda, geralmente aplica este dinheiro na compra de outra máquina para ampliar a capacidade de produção e, conseqüentemente, os ganhos com a atividade.

Neste caso, quando não há um parente próximo a quem convidar para trabalhar junto a si, a costureira acaba subcontratando outra costureira, e assim o mecanismo de subcontratação passa a criar e articular verdadeiras redes em que as relações de trabalho pautadas na subcontratação constituem a força motriz, que desencadeia todo um conjunto de relações que também extrapolam a esfera puramente econômica da realidade, conformando novos padrões de relações políticas, sociais, espaciais entre os agentes envolvidos neste processo – empresários industriais, costureiras a domicílio subcontratadas pelos empresários, costureiras a domicílio subcontratadas pelas costureiras a domicílio subcontratadas pelos empresários.

Também outros aspectos marcam a atuação destas costureiras domiciliares. Sobre o número de horas dedicadas ao trabalho profissional, as costureiras concordam que costumam trabalhar no mínimo oito horas por dia, ou seja, trabalham ao menos o tempo que trabalhariam caso estivessem empregas formalmente. Quando há exceção, esta se faz por conta de algum acontecimento que influenciou sobre o trabalho neste ou naquele dia, o qual deve ser relativizado aumentando a carga horária nos dias posteriores.

O tempo dispensado para os afazeres domésticos pode variar em função do tamanho da família, da idade dos seus membros e do tamanho da casa, mas nunca excede 5 ou 6 horas diárias, uma vez que sempre há alguém – filhos, sobrinhos, parentes próximos que moram na mesma casa – que acaba contribuindo também com o serviço doméstico.

Como mencionado anteriormente, o ofício em que as facionistas domiciliares mais se destacam é o de costureira, em que se pode montar a peça de roupa inteira, uma parte da peça ou apenas fazer o acabamento na mesma – barras, pulsos, golas, bolsos, botões, etc. No entanto, há ainda as bordadeiras cujo trabalho executado possui um caráter mais especializado. Quanto a segmentação da produção executada pelas costureiras a domicílio, aproximadamente a metade trabalham com peças em jeans, e o restante lida com peças de “modinha” – camisas, bermudas, saias, camisetas, roupas de esporte fino, etc.

Analisando também sobre as relações de trabalho que envolve as costureiras subcontratadas, Maia (1994, p. 93), lembra que “se, por um lado, este tipo de atividade oferece maior autonomia e liberdade de horário às trabalhadoras a domicílio, por outro não chega a proporcionar o nível de estabilidade desejada”. Trata-se do fato de existir certa rotatividade no emprego deste tipo de mão-de-obra, sendo que no caso específico de Cianorte esta característica também está bastante presente.

Contudo, segundo o representante do sindicato da categoria, mesmo não sendo reconhecidas oficialmente pelas leis trabalhistas vigentes, estas costureiras recebem todo o apoio necessário do sindicato, que também acaba atuando para defender seus interesses. Destaca-se ainda, o fato de que quando há uma conquista levada a cabo pela ação das costureiras que trabalham formalmente nas indústrias de confecções apoiadas pelo sindicato, também as costureiras domiciliares acabam se beneficiando destas conquistas, sobretudo quando está em jogo o valor pago pelo trabalho das costureiras. Isto ocorre, uma vez que as domiciliares passam a exigir também um aumento no valor pago pela peça, na mesma proporção do hipotético aumento de salário recebido pelas costureiras formalmente contratadas pelas indústrias.

Diante do quadro exposto até o presente, pode-se inferir que as costureiras a domicílio possuem importância ímpar na produção de roupas local, tanto no sentido qualitativo como quantitativo, constituindo-se estas na “outra ponta” do processo, sendo que este termo pode ser entendido em dois sentidos:

O primeiro se refere ao papel desempenhado pelas costureiras, através do seu trabalho, na criação das condições materiais para a realização da produção de confecções enquanto dado material, parte de um processo econômico. Neste caso, as relações de trabalho nas quais estão inseridas, enquanto trabalhadoras domiciliares subcontratadas, nos permite afirmar que estas se encontram na ponta do processo de produção em si, através mesmo destas relações de trabalho em que se inserem e que atuam no sentido de reproduzi-las socialmente como costureiras a domicílio.

O segundo sentido que queremos dar, é o do papel que desempenham enquanto atores que também participam sobre as determinações políticas que se aplicam a produção de roupas enquanto fenômeno econômico e espacial, contribuindo para criar e organizar/reorganizar as diferentes escalas espaciais que se criam ou se podem criar em torno das confecções em Cianorte. Isto significa situar estas trabalhadoras como agentes que contribuem ativamente para a formação sócio-espacial em que estão inseridas, e para as transformações que afetam esta formação sócio-espacial ao longo do tempo.

CAPÍTULO 6

AS ARTICULAÇÕES ESCALARES DA INDÚSTRIA DE CONFECÇÕES EM CIANORTE E O ESPAÇO URBANO DA CIDADE

Após a estagnação econômica ocorrida a partir da década de 1970 até meados da década de 1980, surgiram os primeiros encaminhamentos institucionais para a especialização industrial de Cianorte no ramo de confecções. A princípio, o apoio institucional proporcionado através do poder público local (Prefeitura Municipal) serviu de alento para os empresários que começavam então a vislumbrar as possibilidades e a vocação da cidade para a especialização no ramo.

Este apoio foi essencial a partir de meados da década de 1980, o que se fez efetivamente com a criação da Lei Municipal nº 985/86, que dispõe sobre o Programa de Desenvolvimento Industrial e Social de Cianorte, e sobre a qual já fizemos referência anteriormente. No entanto, vários outros aspectos determinantes marcam as transformações recentes que se verificam em Cianorte, atreladas ao processo de surgimento e expansão da produção de roupas na cidade, produção esta que se engaja, em certa medida, a uma lógica de produção hegemônica na atualidade.

Dentre esses outros aspectos, ressalta-se o surgimento do comércio atacadista de confecções, com destaque para a criação de vários shoppings especializados na venda de confecções por atacado; a criação da Expovest, Feira de Exposição do Vestuário de Cianorte com a finalidade de divulgar a produção de roupas local; a criação de um “exército” de mão-de-obra especializada na produção de roupas a domicílio, cujas relações de trabalho a que se submete influi sobre as determinações que se aplicam ao espaço intra-urbano da cidade de modo a transformá-lo constantemente; as novas lógicas de localização que marcam estes fenômenos, transformando a cidade, criando novas dinâmicas que alteram as relações entre centro-periferia, criando novas centralidades ligadas mais ao espaço da produção e da circulação/distribuição que do consumo propriamente dito.

Desta forma, além da incorporação de novos espaços à malha urbana da cidade que passam a desempenhar determinados papéis em função da produção de roupas, outros espaços criados em outros tempos com funções distintas também tem suas dinâmicas alteradas a fim de adaptar-se à lógica que passa a comandar a divisão social e territorial do trabalho na cidade.

Não se trata, porém, de afirmar que a circulação e fixação do capital no espaço intra-urbano cianortense esteja atuando como agente central em hipotéticas transformações na estrutura urbana da cidade. No entanto, a produção de roupas em Cianorte, ao nascer já organizada em termos de uma produção voltada a proporcionar a reprodução do sistema em sua fase atual – acumulação flexível – influi sobre determinados aspectos econômicos da cidade,

sobretudo na geração de rendas e receitas, tanto para a população em geral como para o poder público local.

Com isto, estamos querendo dizer que vários contrastes sociais observados em Cianorte, bem como as diferenças ali existentes em termos econômicos e de poder político entre grupos diferentes, contribuem para a produção de uma estrutura espacial e uma dinâmica socioespacial intra-urbana específica, que se torna tanto mais singular quanto mais representativo se torna este fenômeno econômico – a produção de roupas – na geração de rendas da cidade.

Então, além das influências dos aspectos puramente institucionais para a dinâmica da produção de confecções de Cianorte, nos interessa discutir também algumas das transformações observadas no espaço urbano cianortense, decorrentes desta nova dinâmica impressa ao ramo confeccionista local. Assim, deverá ser foco de discussão neste capítulo, a influência de um duplo processo que envolve as confecções, na cidade.

Trata-se de que, ao mesmo tempo em que se observa a concentração espacial de algumas das maiores empresas de confecções da cidade junto aos shoppings de atacado, caracterizando um eixo (representado por uma determinada Avenida da cidade) especializado na produção e comércio de confecções, também observamos a difusão de micro e pequenas empresas que prestam serviços terceirizados (caracterizando a especialização através do processo de facção) para as empresas maiores – estas espacialmente mais concentradas em determinadas porções da malha urbana. Tal processo de subcontratação de serviços se estende inclusive para além dos limites municipais de Cianorte, envolvendo uma série de outras cidades adjacentes a esta, numa perspectiva de redes.

Especificamente sobre os núcleos de produção via trabalhadoras a domicílio, também estes se apresentam envolvidos num duplo processo que merece ser destacado. Trata-se do fato de que, enquanto a maior parte da produção executada pelas faccionistas domiciliares encontra-se concentrada em bairros periféricos da cidade, algumas destas unidades estão dispersas pela malha urbana. Sobre este aspecto, admite-se determinado padrão em que, de acordo com a especialização da trabalhadora a domicílio, isto é, de acordo com o tipo de trabalho que executa, há uma diferenciação espacial quanto a sua localização em relação a malha urbana da cidade.

Em outras palavras, aquelas que desempenham as funções mais comuns, como a costura, concentram-se mais nas áreas periféricas de Cianorte, enquanto as que possuem certa especialização, por exemplo, na aplicação de técnicas de artes plásticas nas roupas – bordados, pinturas, aplicação de estampas exclusivas, etc. – localizam-se, dentro da cidade, em áreas socioespaciais mais privilegiadas.

Esta característica é apenas parte de um processo mais amplo, em que a divisão social e territorial do trabalho observada em Cianorte contribui na geração de espaços socialmente diferenciados na cidade. Acreditamos que este processo atrela-se, portanto, as novas relações de trabalho e produção que ali se estabeleceram a partir de meados da década de 1980 e se fortaleceram ao longo da década de 1990.

Esta diferenciação socioespacial tem implicações diretas sobre a configuração do espaço urbano da cidade, na medida em que cria novas fragmentações em sua malha urbana e reestrutura as funções em determinados espaços já existentes.

Por trata-se de um processo, isto é, um fato essencialmente dinâmico, cria vínculos espaciais no interior da cidade, gerando fluxos os mais diversos, os quais também serão foco de discussão neste capítulo, tendo como base sempre a divisão social e territorial do trabalho que se estabelece em torno da produção de roupas.

Desta maneira, a cidade, ou melhor, o espaço intra-urbano de Cianorte será tratado aqui como dinâmico, fragmentado, fruto de processos sociais, econômicos e políticos, lugar onde relações de poder são estabelecidas visando a apropriação dos espaços de maior valor para a prática específica da produção de roupas, quer seja no sentido do uso do solo urbano propriamente dito, quer seja no sentido da apropriação das condições preexistentes quanto a força de trabalho – no caso, as costureiras a domicílio – envolvida neste processo de produção.

6.1. O Espaço Urbano Como Processo

Para entender as transformações que vem se processando em Cianorte em função da sua recente especialização na produção de roupas, faz-se necessário esclarecer alguns aspectos que marcam os processos de organização/reestruturação urbana, bem como definir o que estamos considerando como sendo o espaço urbano.

Neste sentido, uma primeira idéia que deve ser ressaltada é o fato de a segregação socioespacial constituir característica comum tanto nas grandes metrópoles como nas cidades médias e pequenas. As relações de produção e trabalho que se estabelecem ou se acentuam nestes espaços podem contribuir para gerar/acentuar a diferenciação socioespacial que aí se verifica, e em alguns casos pode inclusive atuar sobre as transformações na estrutura urbana²⁰ de algumas cidades. Conforme Whitacker (2003), a expansão territorial das cidades e a

²⁰ Neste trabalho, estamos considerando como sendo a estrutura urbana o conjunto de diferentes usos e ocupações do solo urbano, o qual se apresenta fragmentado em decorrência das diferentes funções existentes em cada recorte espacial da cidade – residencial, comercial, industrial, prestação de serviços públicos e privados, etc. Por constituir-se segundo processos sociais, a estrutura urbana das cidades pode se apresentar muito dinâmica no sentido da incorporação de novas funções a determinados espaços existentes, ou mesmo pela criação de novos espaços específicos para determinadas funções. A força que anima este dinamismo está nas relações – políticas, sociais, econômicas e até culturais – mantidas

fragmentação e descontinuidade que marcam o seu tecido levam a processos de exclusão socioespacial, permitindo e possibilitando a auto-segregação.

Quando procuramos associar a produção com a produção do espaço urbano, não podemos esquecer que se trata de dois processos complementares, que se influenciam mutuamente. Com o advento de um “meio técnico-científico-informacional”, o papel atribuído as cidades se redefine uma vez que surge a possibilidade de expandir a produção, em nível global, por espaços cada vez mais distantes entre si, desde que sejam atrativos e proporcionem as condições necessárias para a reprodução do sistema de produção hegemônico.

Não que a expansão do capital por si só dê conta de explicar os processos gerais que afetam as transformações do espaço intra-urbano das cidades, mas esta expansão implica em transformações diretas sobre a dinâmica do mercado de trabalho local, bem como nas relações de trabalho e produção que passam a influenciar sobre as relações sociais, políticas e econômicas locais, com implicações diretas sobre os diferentes usos e ocupações do solo urbano, criando a segregação e diferenciação socioespacial na cidade.

Para Lefebvre (2002), o espaço urbano é o lugar onde a contradição se concretiza, sendo que o urbano, enquanto construção social expande-se para além dos limites da cidade, da malha urbana, dando origem ao que chama de sociedade urbana. Esta idéia é compartilhada por Villaça (1998), para quem o espaço urbano refere-se ou ao processo de urbanização da sociedade, ou a espaços regionais, nacionais, continentais e mesmo planetário.

Neste caso, pode-se abstrair que o urbano, pelo caráter de construção social que encerra não se restringe apenas as cidades – malha urbana, enquanto formas cristalizadas ao longo do tempo – e sim a espaços mais extensos, criando territorializações tanto mais fluidas quanto maior for o poder de determinado grupo social em comandar e/ou influenciar/interagir sobre as determinações advindas das decisões tomadas pelos agentes hegemônicos, ou adaptar-se a elas.

Desta maneira, o espaço urbano deve ser pensando em sua dinâmica e no seu caráter de fenômeno organizador de um espaço mais amplo, que vai para além dos limites da cidade sem esquecer, porém que as conseqüências deste processo também transforma, organizando e reorganizando, o espaço interno das cidades – genericamente chamado de espaço intra-urbano.

Esta dinâmica deve ser entendida como que determinada pelo próprio processo social que lhe dá gênese, sendo que sua estrutura possui também uma dimensão temporal, e o

entre os diferentes espaços, isto é, os atores sociais que ali comandam, e suas funções tanto no interior da cidade como entre esta cidade e as demais.

modo como se configura a dinâmica num dado período, influenciará os momentos seguintes do processo. A problemática das dimensões espacial e temporal dos processos sociais, já foi explorada no início deste trabalho.

Na discussão sobre o movimento de reestruturação da cidade, Sposito (1996, p. 111) ressalta dois níveis de articulação espaciais: “- a cidade nas suas relações regionais, como expressão de uma divisão inter-urbana e inter-regional do trabalho; - a cidade em sua organização interna, como expressão da divisão intra-urbana do trabalho”. Neste caso, toma-se a cidade como lócus de reprodução do capital, da força de trabalho e da circulação (sobretudo de pessoas e de mercadorias), bem como, na forma de condição e expressão dos dois níveis de articulações espaciais referidas anteriormente.

Em outro trabalho, esta pesquisadora analisa que “as articulações, cada vez mais intensas, entre esses dois níveis de expressão da centralidade permitem a análise da gestão do território em múltiplas escalas” (SPÓSITO, 1998p. 28), havendo a possibilidade de se considerar para a análise, determinantes de diferentes naturezas.

Villaça (1998) discute as especificidades que envolvem a semântica em torno das expressões “reestruturação urbana” e “reestruturação urbana e regional”. Para esse autor (p. 20), a distinção mais importante entre espaço intra-urbano e espaço regional deriva dos transportes e das comunicações. Isto porque, quer no interior das cidades, quer no âmbito do regional, tanto o deslocamento de matéria como o do ser humano possui um poder estruturador bem maior do que o deslocamento de energia ou das informações. Assim,

A estruturação do espaço regional é dominada pelo deslocamento das informações, da energia, do capital constante e das mercadorias em geral – eventualmente até da mercadoria força de trabalho. O espaço intra-urbano, ao contrário, é estruturado fundamentalmente pelas condições de deslocamento do ser humano, seja enquanto portador da mercadoria força de trabalho – como no deslocamento casa/trabalho –, seja enquanto consumidor – reprodução da força de trabalho, deslocamento casa-compras, casa-lazer, escola, etc. (VILLAÇA, 1998, p. 20).

Para o mesmo autor referido acima, quando se procura abordar as relações entre o espaço intra-urbano e o regional, o aspecto central da questão está em procurar entender se as grandes transformações socioeconômicas nacionais ou planetárias, isto é, se as mediações que influenciam sobre as transformações espaciais regionais e sobre as intra-urbanas são as mesmas. Como saída, sugere a tese de que,

tais mediações passam fundamentalmente pelos traços definidores da estrutura e dos conflitos de classe e, ainda, pela dominação política e econômica através do espaço intra-urbano. Tais traços se manifestam na estrutura espacial intra-urbana por meio da segregação, que passa a ser então o processo central definidor dessa estrutura [grifo nosso] (VILLAÇA, 1998, p. 27).

Aqui, a concepção de centro e centralidade urbana constitui elemento que merece destaque. Isto porque, a medida em que se processam mudanças nas relações de produção – e, conseqüentemente, nas relações de trabalho –, à cidade também se imprime uma configuração funcional e um ritmo de transformação diferenciados. As cidades conformam novos papéis, em função da territorialização da produção e das relações que se estabelecem entre as diferentes cidades a partir desta territorialização.

Whitacker (2003, p. 22) ressalta o surgimento de

uma nova centralidade que aparentemente concentra e dispersa atividades e funções, culminando numa reestruturação nas e das cidades, levando à necessidade de novos esforços teóricos para a compreensão das articulações não contínuas entre metrópoles e cidades médias, através de redes materiais e virtuais e da inter-relação de diferentes escalas para o entendimento do local.

Poderíamos acrescentar a esta discussão desenvolvida por Whitacker sobre as “articulações não contínuas entre metrópoles e cidades médias” também as cidades pequenas, sobretudo na perspectiva das redes urbanas, uma vez que é corrente a idéia de que mais recentemente tem-se evidenciado a apropriação de novos espaços pelo capital, principalmente em cidades pequenas e médias, através de seu processo constante de dispersão por lugares ainda pouco ou nada integrados ao sistema, a fim de criar ou se apropriar das condições necessárias a sua reprodução.

É neste sentido que Corrêa (1999) discute sobre os efeitos da globalização da economia para o processo de reestruturação da rede urbana com ênfase ao papel desempenhado pelas pequenas cidades. Partindo da idéia de que a globalização tem influência sobre as esferas social, política e cultural, bem como sobre a organização espacial que tanto reflete como condiciona estas esferas, este pesquisador acredita que cada centro de uma dada rede urbana, independentemente do seu tamanho, participa de um ou mais circuitos espaciais de produção, quer seja produzindo e distribuindo, quer seja apenas consumindo bens, serviços e informações que circulam por intermédio da ação de grandes corporações globais.

Corrêa (1999, p. 46) destaca ainda vários elementos que podem contribuir para o entendimento dos diferentes modos como a globalização vem se manifestando e concretizando no Brasil: o processo de industrialização que se intensificou a partir da década de 1950; a

urbanização, tanto em termos quantitativos como qualitativos; uma maior extratificação social e suas conseqüências sobre a esfera do consumo; uma melhoria geral e progressiva na circulação de mercadorias, pessoas e informações; a industrialização do campo, implicando em reestruturação fundiária nas mais diversas esferas; incorporação de novas áreas e refuncionalização de outras; mudanças na organização empresarial, as quais afetaram em maior ou menor grau as relações interempresariais, estabelecendo formas de controle indireto, como ocorre no caso das franquias e subcontratações; e, finalmente, as mudanças no setor de distribuição atacadista e varejista, no qual o modelo tradicional de vendas a atacado foi substituído por um modelo que envolve relações diretas entre as empresas industriais e os varejistas. Especificamente sobre o comércio varejista, destaca-se a difusão dos shopping centers, cujo efeito mais contundente foi o de alterar padrões de comportamento espacial já estabelecidos.

Acreditamos que estas discussões são necessárias uma vez que dentre os impactos da globalização, isto é, da difusão de uma lógica dita global, quer seja do ponto vista puramente político-econômico-ideológico, quer seja do ponto de vista sócio-cultural, sobre o espaço urbano das cidades, situam-se por um lado a criação de novos centros, e por outro as alterações funcionais ou a refuncionalização de centros já existentes. Neste capítulo, um dos nossos objetivos é situar Cianorte no contexto desta segunda proposição.

Sobre a análise da redefinição da centralidade urbana no interior das cidades, Spósito (1998, p. 28) destaca quatro dinâmicas que vem marcando as transformações em curso. São elas:

1. As novas localizações dos equipamentos comerciais e de serviços concentrados e de grande porte determinam mudanças de impacto no papel e na estrutura do centro principal ou tradicional, o que provoca uma redefinição de centro, de periferia e da relação centro-periferia.
2. a rapidez das transformações econômicas que se expressam, inclusive, através de formas flexíveis de produção impõe mudanças na estruturação interna das cidades e na relação entre as cidades de uma rede.
3. A redefinição da centralidade urbana não é um processo novo, mas ganha novas dimensões, considerando-se o impacto das transformações atuais e a sua ocorrência não apenas nas metrópoles e cidades grandes, mas também em cidades de porte médio.
4. A difusão do uso do automóvel e o aumento da importância do lazer e do tempo destinado ao consumo redefinem o cotidiano das pessoas e a lógica da localização e do uso dos equipamentos comerciais e de serviços.

A partir destas idéias, deve ficar clara a influência que as transformações recentes do sistema de produção hegemônico quanto ao aspecto da localização da produção, isto é, da localização industrial, exercem sobre as dinâmicas internas da cidade. À medida que há

passagem de formas de produção fordistas para um regime de acumulação flexível, com a conseqüente diminuição do número de grandes plantas industriais (WHITACKER, 2003), há uma transformação das áreas destinadas a produção, através da incorporação de novas áreas com este propósito e mesmo através da refuncionalização de áreas já existentes na cidade.

Estes processos de redefinição da centralidade intra-urbana pautada em processos de concentração econômica de certos grupos dentro e fora da cidade, devem ser pensados através de suas imbricações com os grupos que atuam no setor da produção imobiliária, uma vez que a atuação conjunta destes grupos “implica novas escolhas em termos de estratégias econômicas e locacionais, que se expressam na estrutura urbana mudando [...] as relações entre o centro, as áreas pericentrais e a periferia” (SPÓSITO, 1998, p. 29).

É a partir da atuação destes grupos hegemônicos que comandam as esferas política e econômica – e, de certa forma, também a esfera social – no interior das cidades e fora delas, que o espaço intra-urbano se transforma. E, esta transformação se torna tanto mais expressiva quanto maior e mais rápida for a incorporação de novas áreas ao sistema geral de produção, distribuição/circulação e consumo de mercadorias.

Sobre este aspecto, Spósito (1998, p. 29) destaca o fato de haver interesses sobre a valorização fundiária e imobiliária de novas áreas no entorno das cidades – o que pode ser feito através de atribuição de uso de solo urbano a territórios funcionalmente ainda não integrados a malha urbana, ou através da atribuição de novos usos de solo urbano, mais modernos e mais valorizados a áreas já incorporadas ao tecido urbano.

Neste trabalho estamos considerando a idéia de que a criação e mesmo a transformação funcional de determinadas áreas no espaço intra-urbano de Cianorte, visando a expansão do sistema de produção dominante, cria novas relações de trabalho e produção na cidade, isto é, uma divisão social e espacial da produção e do trabalho – pautada na produção de roupas – cuja dimensão e intensidade podem ser observadas por meio da delimitação das novas especializações funcionais em determinadas parcelas do solo urbano, ao mesmo tempo em que se observa a diferenciação socioespacial de camadas inteiras da população.

Para efeitos de análise, nesta pesquisa vamos considerar o termo segregação²¹ para distinguir as diferenças socioeconômicas identificadas no espaço intra-urbano de Cianorte, em termos da organização e concentração de grupos sociais distintos na cidade que, de várias formas, relacionam-se entre si. Para nós, um dos aspectos que marca esta relação entre os diferentes grupos sociais em Cianorte é a produção de roupas ou, em outros termos, a divisão

²¹ Para uma noção sobre o debate em torno da segregação urbana, recomenda-se a Revista Espaço & Debates, jan/jul 2004, nº 45.

social e espacial desta produção de roupas e das relações de trabalho que se mantêm quanto a organização e gestão da produção propriamente dita.

Sobre as diferenças no status hierárquico, Marcuse (2004) analisa que estas refletem e reforçam as relações de poder, de dominação e de exploração, bem como a desigualdade na distribuição e no acesso aos serviços públicos, entre outros, sendo que o poder pode se manifestar sob inúmeras dimensões: poder militar, poder político, poder econômico, poder social, poder legal, etc.

Em Cianorte, verificamos a presença de uma divisão da sociedade sob dois aspectos. Além do status hierárquico, existe também uma divisão social por papel funcional e econômico, sendo que ambas as divisões apresentam-se sobrepostas, sem que haja um papel relevante para a esfera das possíveis divisões culturais no interior da cidade. Como já esclarecemos em capítulo anterior, isto é assim uma vez que o processo de formação da sociedade local e maneira como esta se organizou ao longo do tempo não deu conta de formar tradições culturais fortes o suficiente que pudessem gerar grupos étnico-culturais distintos, o que poderia levar a uma segregação de ordem cultural naquele espaço.

Aliás, este é outro aspecto que deve ser levado em conta nesta discussão. Trata-se do fato de que o espaço, ou melhor, a formação socioespacial dos lugares ser bastante dinâmica ao longo do tempo. O papel do espaço se altera, portanto, na mesma proporção que se alteram as esferas da vida social na cidade – cultural, funcional, de status e poder.

Sobre este aspecto, Marcuse (2004) considera que diferentes padrões de divisão são diferencialmente refletidos, fortalecidos ou contestados no espaço quando se considera seu passado histórico. Em seus próprios dizeres, “as relações sociais determinam relações espaciais; essas, por sua vez, geralmente influenciam, mas nem sempre reforçam as relações sociais” (p. 27). Desta forma,

Onde as relações sociais subjacentes estiverem em fluxo, ou onde a alocação e o uso do espaço não refletirem de perto essas relações, provavelmente haverá conflito, o que mais uma vez se reflete tanto nas disputas de espaço quanto nas próprias relações sociais em sua base. (MARCUSE, 2004, p. 27).

A base destas formulações de Marcuse não difere muito daquelas elaboradas por outros pesquisadores (MILTON SANTOS, 1996 e 1997; HENRY LEFEBVRE 2001 e 2002, DAVID HARVEY, 1993; EDWARD W. SOJA, 1993) que tratam sobre a formação socioespacial dos diferentes lugares, ou sobre as influências mútuas que envolvem os processos de formação social e da organização espacial.

No entanto, a importância da sua análise está no fato de demonstrar como a dinâmica da estruturação do espaço intra-urbano das cidades pode refletir, enquanto processo as desigualdades e fragmentações que aí se apresentam, e que se pautam nas lutas mantidas entre grupos sociais distintos, mas não independentes entre si. São as relações mantidas entre estes grupos nas mais diversas esferas – econômica, política e de poder, cultural – que dão origem as formas com que se encontra estruturada a cidade, ou melhor, o espaço urbano de uma cidade, em diferentes períodos históricos.

É neste contexto que passaremos ao caso específico de Cianorte, procurando demonstrar de que maneira a produção de roupas – enquanto fenômeno econômico – vem influenciando sobre as determinações que certos atores ou grupos de indivíduos aplicam à dinâmica da organização social e da estruturação espacial da cidade. Esta ação, que deve entendida como uma ação eminentemente política se expressa de várias maneiras quando se considera o espaço intra-urbano de Cianorte: através da concentração/dispersão da produção de roupas pela cidade; a concentração da mão-de-obra envolvida nesta produção; a concentração dos equipamentos criados com a finalidade de facilitar a distribuição/circulação destas mercadorias; a segregação e/ou inserção de grupos sociais em relação à dinâmica da produção de roupas e, conseqüentemente, ao circuito da geração de rendas, etc.

6.2. A Produção de Roupas e a Estruturação do Espaço Urbano de Cianorte

Como salientamos anteriormente, o espaço urbano das cidades pode ser estudado segundo dois enfoques principais. O primeiro é aquele que considera a cidade em suas relações – econômicas, políticas e socioculturais – mantidas com outros centros urbanos, relações estas que se acentuam a partir da criação de meios de transportes e comunicação mais rápidos e eficientes que facilitam o intercâmbio entre as cidades, dando origem aos mais diversos fluxos (mercadorias, pessoas, informações, investimentos, dinheiro, idéias, etc.).

O segundo leva em conta a organização da estrutura intra-urbana da cidade em seu processo de organização/reestruturação ao longo do tempo. Neste caso, ênfase maior deve ser dada a atuação dos atores sociais locais, cujas determinações influenciam diretamente sobre as transformações espaciais, portanto, na estrutura do espaço intra-urbano, levando a vários processos tais como a diferenciação do tecido urbano; a especialização funcional de determinados espaços da cidade por meio da institucionalização de usos e ocupações do solo específicos segundo lógicas que visem a manutenção e reprodução de certos grupos sociais; a segregação socioespacial de partes da cidade, quer por meio da ação do poder público

comprometido com os grupos locais dominantes, quer por meio da criação de uma certa divisão social e espacial do trabalho pautada na produção de determinado gênero, relações de trabalho essas que pressupõe certas condições sociais e espaciais para sua concretização segundo lógicas de produção específicas.

Apesar de já termos colocado para análise, em capítulos anteriores, vários elementos que nos possibilitam inserir Cianorte no contexto do primeiro enfoque, isto é, no contexto das articulações que a cidade mantém com outros centros, articulações que se pautam, sobretudo na produção de roupas local, restam lembrar alguns aspectos inerentes a sua dinâmica funcional em relação a outros centros.

É neste sentido que Cianorte deve ser encarada como um núcleo urbano que passou e vem passando por um processo de especialização produtiva (MAIA, 1994), e por isso mesmo insere-se diferentemente na rede urbana do Norte do Paraná (FRESCA, 2000 e 2004a) por meio do estabelecimento, na cidade, de uma mais complexa divisão social e territorial do trabalho, e da sua inserção numa divisão espacial do trabalho mais ampla, que a conecta com espaços mais longínquos, por meio de vários determinantes.

Neste contexto, Corrêa (1999, p. 50) ressalta que,

As especializações produtivas, por um lado, conferem aos núcleos urbanos uma *singularidade funcional*, entendida como características que são simultaneamente de *diferenciação* no âmbito da economia global e de *integração* a esta mesma economia.

A especialização funcional por que passou Cianorte a partir do início da década de 1980, especialização esta que continua a se fortalecer por meio de iniciativas locais que visam a expansão quantitativa e qualitativa da produção de roupas, deve ser pensada em termos da conjugação de dois processos: ao mesmo tempo em que a atividade de produção de roupas nasce internamente, caracterizando um processo endógeno, esta se submete rapidamente as demandas de fora, tanto em relação a produção propriamente dita quanto no sentido de adaptar-se as lógicas de mercado correntes a fim de se manter, fortalecer e se expandir.

Trata-se, portanto, de uma atividade industrial criada por meio da ação de um grupo social emergente – representado na época, sobretudo por profissionais liberais (comerciantes, advogados, médicos, bancários, entre outros) e, em menor grau, por funcionários públicos (principalmente professores) – que mais tarde se tornou a elite local. A expansão da produção, sua diversificação, a criação da estrutura urbana necessária para a consecução destes objetivos passa a ser fundamental para a manutenção deste status.

Ao mesmo tempo em que estas alterações quanto a distribuição do poder local se processavam no espaço intra-urbano de Cianorte, a expansão do sistema produtivo sempre em busca de novas localizações encontra na cidade o ambiente ideal para a sua reprodução.

Cianorte passa a fazer parte de uma nova dinâmica funcional e territorial, uma vez que a indústria de confecções altera as relações mantidas entre este centro e os demais, tornando-se referência quanto a produção de roupas no Estado do Paraná, e criando articulações entre este espaço e os demais em escalas as mais diversas, através dos fluxos que se estabelecem em torno desta especialização produtiva – fluxos de matérias-primas, de compradores de roupas, de negociantes em geral, de representantes de vendas, de mercadorias em geral, de informações, de investimentos, de dinheiro, de determinações as mais diversas que influem sobre a organização da produção de roupas e sobre a administração/gestão desta produção e da sua distribuição.

Sobre este aspecto, Corrêa (1999) lembra que os centros especializados na produção de determinada mercadoria passam a manter relações com outros centros localizados a longa distância, sendo que estas relações podem estar vinculando entre si tanto unidades fabris de uma mesma corporação como unidades com a sede social da própria corporação. Há ainda a possibilidade de que estas especializações produtivas estejam vinculando os centros urbanos em que se desenvolvem, apenas no sentido de integrá-los a mercados distantes.

Todas estas realidades foram verificadas em Cianorte, conforme já destacamos em capítulos anteriores.

Neste ponto, vale relembrar as análises tecidas por Massey (2000) e já abordadas no primeiro capítulo deste trabalho, quando a pesquisadora trata sobre o papel exercido pela criação de certas atividades – como a própria especialização produtiva de determinados centros urbanos – e como isto pode levar a reafirmação, em outras escalas, dos aspectos mais singulares que marcam os diferentes lugares.

No caso de Cianorte, a singularidade se expressa por meio da sua especialização na produção de confecções, e é precisamente esta produção que gera as condições necessárias a criação e articulação de diversas escalas espaciais.

Numa outra perspectiva, poderíamos tomar a produção de roupas de Cianorte como sendo, ela própria, o elemento síntese de múltiplas escalas, relegando para si o papel de mediadora entre as determinações gerais que vem comandando o processo de produção em nível global, e as transformações que se observam no espaço local de Cianorte correlatas à tais determinações.

Isto posto, vejamos como a criação da indústria de confecções em Cianorte influenciou e vem influenciando sobre as transformações que se verificam em seu espaço intra-urbano. As análises que seguem a partir deste ponto terão como referência as informações contidas no Mapa 4, que constitui um esforço de síntese quanto ao uso atribuído ao solo urbano de Cianorte, com vistas a entender, mesmo que parcialmente, a estruturação do espaço intra-urbano da cidade, com destaque para a localização das empresas ligadas ao ramo de confecções na cidade.

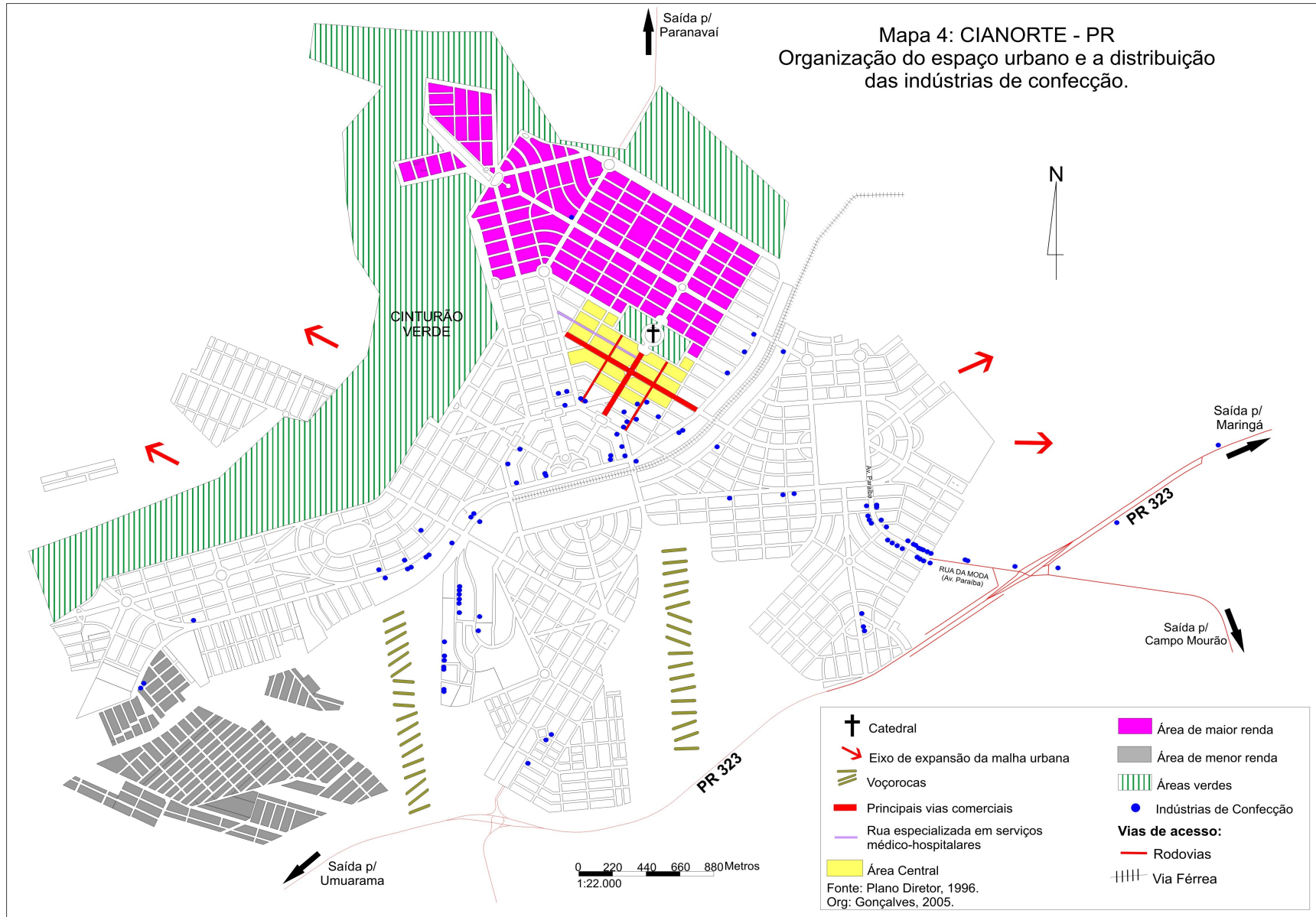
Para a elaboração deste mapa-síntese nos utilizamos das informações adquiridas junto aos atores privilegiados que atuam sobre, e animam a dinâmica funcional de Cianorte, representados por órgãos como a Prefeitura Municipal, os Sindicatos representativos de classes, a Associação Comercial e Industrial de Cianorte, o SEBRAE, empresários do ramo de confecções e costureiras a domicílio.

Também nossa experiência pessoal de vivência e contato direto junto a dinâmica da cidade por meio de laços familiares que a ela nos ligam, uma vez que se trata de nossa cidade-natal, facilitaram o trabalho de compilação e tratamento dos dados referentes a estrutura urbana geral da cidade, como esta se apresenta na atualidade. Naturalmente, como esta compilação se fez por meio de observações diretas e mesmo de conhecimento preexistentes sobre a sua dinâmica funcional, alguns aspectos se apresentam de maneira bastante generalizada no mapa-síntese. Apesar deste fato, acreditamos que seu valor está em abrir caminhos para o desenvolvimento de novas pesquisas que possam constatar ou refutar, por meio de análises mais elaboradas, os dados que ora apresentamos nesta composição.

Vamos partir da idéia de que a estrutura urbana de Cianorte reflete a divisão da sociedade local em grupos que lutam politicamente pela sua reprodução, sendo a produção de roupas local um dos principais instrumentos para a manutenção desta ordem social vigente. E, a pertinência da indústria de confecções como mediadora das relações mantidas entre estes grupos também toma para si o papel de elemento fundamental quanto à dinâmica do espaço intra-urbano como este se apresenta hoje.

Não devemos esquecer, no entanto, o papel desta produção de roupas como fator de coesão social, uma vez que este ramo industrial cria um contexto de competição cooperativa na cidade, como já salientamos em capítulos anteriores.

Mapa 4: CIANORTE - PR
 Organização do espaço urbano e a distribuição
 das indústrias de confecção.



No estudo das transformações recentes do espaço intra-urbano de Cianorte tomando como elemento articulador e de coesão social a indústria de confecções, um dos principais agentes que devem ser considerados é a Companhia de Terras Norte do Paraná, a empresa particular que loteou o espaço onde hoje se situa o município de Cianorte. Também foi a Companhia que projetou e executou boa parte da área urbanizada na cidade, constituindo-se, ainda hoje, como agente fundiário privilegiado quanto ao estabelecimento dos diferentes usos e ocupações do solo urbano.

Sobre o papel exercido pela Companhia especificamente em Cianorte, o trabalho de Dias (1998) pode ser tomado como referência. Em seu trabalho, este pesquisador demonstra como a Companhia influenciou na estruturação inicial do espaço urbano da cidade, e de que maneira esta influência se faz presente ainda hoje, mesmo quando o poder político e econômico local foi transferido a outros agentes, não necessariamente representantes do mercado imobiliário local.

Observando o mapa-síntese apresentado anteriormente, podemos identificar no traçado do seu plano urbanístico, vários elementos de um planejamento que se processou no sentido de maximizar funcionalmente as diversas áreas entre si. Também é possível identificar os locais onde este planejamento original deixa de existir, sobretudo nas adjacências mais periféricas do traçado urbano, nas direções sul, sudoeste, oeste e noroeste, que constituem hoje algumas das áreas de expansão da malha urbana da cidade.

É nestes espaços que se observa a incorporação de novas áreas de expansão da cidade, através do loteamento de áreas até então não integradas a malha urbana de Cianorte. Também no extremo leste da cidade, outro foco de expansão da malha urbana vem se delineando por meio do surgimento de um loteamento que poderá acentuar uma tendência a expansão da malha urbana da cidade nos sentidos oeste-noroeste e para o leste.

Uma breve observação do traçado da malha urbana nos permite identificar um padrão que se assemelha ao esquema geral do “tabuleiro de xadrez”, padrão este adotado pela Companhia de Terras para a maioria das cidades por ela projetadas e criadas ao longo da sua empreitada imobiliária pelo Norte do Paraná.

Observando o mapa, identifica-se facilmente a linha férrea, originalmente acompanhada da área que abrigaria o parque industrial e os armazéns – com destaque para os armazéns do extinto IBC (Instituto Brasileiro do Café), todo esse conjunto cortando a cidade; a localização do centro tradicional, onde se concentram o comércio e parte dos serviços; várias praças e áreas de lazer também são facilmente observadas, uma vez que as ruas e avenidas

principais da cidade convergem para estas praças que possuem em sua maioria as formas arredondadas.

Mas o que mais chama a atenção e evidencia o planejamento original da malha urbana da cidade é a existência do cinturão verde que envolve uma vasta área nos arredores de Cianorte. Este serviria como fator de amenidade para a população que ali se fixasse, e poderia quebrar a monotonia da paisagem urbana da cidade caso Cianorte viesse a se tornar a metrópole idealizada pela Companhia. Neste contexto, Cioffi (1995) lembra que Cianorte foi projetada para se tornar a “menina dos olhos” da Companhia, e deveria tornar-se o maior centro regional do Norte do Paraná, ultrapassando o desenvolvimento que os outros centros regionais planejados – Londrina e Maringá – vinham apresentando até então²²

Dias (1998) levanta vários argumentos em sua pesquisa no sentido de “demonstrar que a gênese do projeto urbanístico de Cianorte foi influenciada pelas idéias ligadas à proposta de Cidade-Jardim, especialmente no que se refere ao traçado da cidade, preocupações urbanísticas intra-urbanas e organização de uma rede local de cidades interligadas” (p. 97).

Apesar do caráter empreendedor do planejamento aplicado à gênese do núcleo urbano de Cianorte, alguns aspectos sobre a sua efetiva implantação devem ser ressaltados a fim de que possamos proceder as análises sobre as relações entre a produção de confecções e as transformações intra-urbanas verificadas na cidade mais recentemente.

Em primeiro lugar, merece destaque o fato de que a cidade, ao ter iniciada a sua edificação sobre uma base natural que exigiria certos cuidados, sobretudo em relação a sua formação geológica, acabou provocando, dentro da área urbana, o surgimento de voçorocas (conforme demonstra o mapa síntese) que se tornaram problemas muito sérios para a população e para a administração pública municipal.

Cianorte, a exemplo de outras cidades projetadas pela Companhia, deveria localizar-se num espigão rodeado de nascente d’água, o que facilitaria a captação dessa para uso urbano, mas para evitar inundações esta não deveria ser cortada por nenhum curso d’água. No entanto, pelo fato de a cidade estar localizada no início da Formação Caiuá (parte do Grupo Bauru), conforme já mencionamos anteriormente, o solo do município possui textura arenosa, sendo bastante susceptível aos processos erosivos.

Nóbrega (1995, apud DIAS, 1998, p. 102), analisa que

A malha urbana de Cianorte com traçado inadequado, ruas perpendiculares as curvas de nível, concentram o escoamento pluvial, e lançam nas vertentes ou

²² A título de informação, vale lembrar o comentário de Dias (1998) para quem, “a área urbana primitivamente planejada para a cidade de Maringá, com 15.000.000 m² [...], era inferior à destinada para a cidade de Cianorte, com uma área inicialmente planejada acima de 18.000.000 m²” (p. 134).

nas cabeceiras de drenagem, hoje já transformadas em voçorocas, um grande volume de água. Tal fato favorece a ampliação e o recuo destas cabeceiras, mesmo quando obras de controle já foram executadas [...].

Este é um problema que vem afetando a cidade desde a década de 1960. Atualmente, vários focos de expansão das voçorocas foram controlados, ao menos parcialmente, constituindo ainda problema que merece atenção do poder público, uma vez que afeta diretamente a qualidade de vida da população, sobretudo daquela parcela que vive no entorno destas áreas de risco, e que constituem as camadas de mais baixa renda da cidade.

Não estamos com isso, querendo atribuir exclusivamente ao problema das voçorocas a existência e localização das áreas onde residem as camadas mais pobres da população de Cianorte. Mas, certamente, o valor do solo nas áreas localizadas no entorno das voçorocas sofre a influência desta localização, uma vez que vários problemas são geralmente associados a sua existência. Entre eles, destacamos o fato de esses locais terem se tornando áreas de depósito de lixo e entulhos pela população que vive em suas proximidades, aumentando o risco de surgimento de epidemias provocadas pela superpopulação de insetos e roedores de várias espécies que ali encontram o ambiente ideal para a sua reprodução.

Mais recentemente, sobretudo na última administração pública – que teve início em 1996, tendo sido reeleita em 2000 – iniciativas muito interessantes foram implantadas no sentido de amenizar os problemas decorrentes da existência dessas voçorocas. Neste período, nas áreas onde as voçorocas mais se destacam, houve um processo de revitalização, inclusive por meio da implantação de projetos ligados a preservação e recuperação do meio-ambiente nestas áreas, bem como através da criação de áreas de lazer reservadas a população da cidade, tais como pistas de caminhada acompanhando as áreas verdes, parques para crianças, estações de preservação e observação/manutenção das áreas que vem sendo revitalizadas, entre outras iniciativas.

Em que medida isto pode estar influenciando sobre a revalorização do solo urbano nestas áreas, constitui questão que mereceria uma pesquisa mais aprofundada, o que não é nosso objetivo para este trabalho.

No entanto, nos interessa o fato de a maior parcela da população de menor renda estar localizada nestas áreas e naquelas outras que se estendem mais para o leste da malha urbana. Neste caso, o que se observa é uma nítida separação, do ponto de vista da localização das classes economicamente mais privilegiadas em relação ao restante da população, tendo como referência a linha férrea²³.

²³ Originalmente, segundo os planos de integração entre o Norte do Paraná e o Porto de Santos, via interior de São Paulo idealizados pela Companhia, a estrada de ferro deveria ter sua linha estendida até a cidade de Guaíra, no extremo noroeste

Assim, de maneira bastante generalizada, podemos dizer que ao norte da linha férrea estão os bairros que concentram a parcela da população economicamente mais abastada, ou melhor, é aí que estão aqueles bairros onde o padrão residencial demonstra um maior valor quanto ao uso do solo. Também é nesta porção da malha urbana que se localiza a área central tradicional, entendida esta como sendo a porção da cidade onde se concentra o comércio e os serviços mais especializados, tais como os serviços médico-hospitalares, bancários, filiais de importantes cadeias de lojas de móveis e eletrodomésticos, além do comércio varejista de confecções.

Também é na área central ou nas suas adjacências mais próximas que estão os maiores supermercados, os shoppings de varejo – que, em Cianorte, se assemelham mais a galerias – e os órgãos públicos e privados mais importantes, que comandam parte das determinações que são aplicadas ao espaço urbano de Cianorte.

Segundo Dias (1998), era de praxe a Companhia planejar para seus núcleos urbanos os espaços que seriam destinados para usos de produção e serviços, bem como a estruturação do espaço residencial de forma a manter as classes privilegiadas separadas dos bairros destinados à reprodução da força de trabalho.

Aliás, esta é uma lógica própria das cidades capitalistas, onde a distribuição espacial da população se faz segundo a classe social em que esta ou aquela parcela pertence.

Assim, quanto ao uso e ocupação do solo, além da distinção feita entre as classes sociais, o zoneamento elaborado pela Companhia também levava em conta as áreas prefixadas do centro cívico, do comércio e da indústria, dos edifícios públicos, residenciais e educacionais, de assistência social e hospitalar e dos cultos religiosos.

Observa-se diante do exposto que a Companhia constituiu, até muito recentemente, um dos agentes fundiários mais privilegiados da cidade, quanto a expansão territorial e o zoneamento para o uso do solo urbano. Atualmente, esta não possui mais tantos terrenos urbanos à venda na cidade, tendo inclusive fechado seu escritório de representação em Cianorte em 1996, o qual foi transferido para o município de Jussara (que faz fronteira com Cianorte a Nordeste), onde possui uma usina de açúcar e álcool.

Não surpreende o fato de a cidade expressar claramente esta distribuição da população em áreas residenciais de acordo com a classe social em que se inserem os indivíduos, uma vez que se trata de um empreendimento imobiliário planejado e organizado de acordo com a

do Paraná, na divisa com o Estado do Mato Grosso do Sul e com o Paraguai. No entanto, por conta das transformações econômicas de nível nacional que apoiaram o desenvolvimento das vias de comunicação pautadas em rodovias, em detrimento das ferrovias, principalmente depois da instalação das primeiras montadoras de automóveis no país na década de 1960, esta ferrovia que deveria atingir Guaíra, passando por Cianorte, teve seu projeto abandonado, no início da década de 1970. Então, a estrada de ferro não avança para além de Cianorte.

lógica do capital em determinado momento. Guardadas as proporções, poderíamos associar o empreendimento imobiliário elaborado pela Companhia em relação as cidades por ela planejadas, aos modernos condomínios residenciais fechados.

A lógica por trás destes empreendimentos é a mesma. A diferença está em que nas cidades da Companhia, o quinhão para parcelas de mais baixa renda – operários e trabalhadores menos especializados – foi reservado, enquanto que os condomínios fechados constituem a própria diferenciação do tecido urbano das cidades levada as últimas conseqüências. A segregação conforme já comentamos anteriormente está presente nos dois casos.

Para Dias (1998), a distribuição da população seguindo uma lógica pautada na diferenciação por classes sociais se fez inicialmente “para que os padrões não precisassem residir entre os trabalhadores, e esses, não desvalorizassem os loteamentos da Companhia destinados para uso residencial ‘mais nobre’” (p. 106). Disto resulta, ao menos em parte, a distribuição das diferentes camadas sociais como se observa em Cianorte nos dias atuais.

Mas a Companhia não foi o único agente envolvido no processo de edificação da cidade, portanto não deve ser encarado como único agente a influenciar neste processo de diferenciação. Como salientamos anteriormente, a segregação ocorre como expressão espacial de um sistema de produção que baseia sua ação na existência de uma dada divisão social e espacial do trabalho, e esta divisão pressupõe a existência de diferentes classes sociais.

A maior influência da Companhia quanto ao controle do uso do solo urbano – para que o projeto original da planta urbana e suas respectivas zonas comercial, residencial, industrial, segregadas, etc., não fosse alterado – se fez até o final da década de 1970. A partir de 1980 houve uma segunda fase de expansão da malha urbana, que superou o plano original da Companhia.

De certa maneira, podemos associar este acontecimento ao crescimento populacional observado na cidade a partir da década de 1980. Este crescimento populacional se deve como já analisamos anteriormente, ao conjunto de transformações que se processavam em todo o Norte do Paraná no sentido de uma modernização da agricultura como conseqüência de processos econômicos que afetavam o país como um todo, processos esses que levaram à expulsão de uma parcela considerável da população que até então vivia no meio rural, e que se viu obrigada a procurar as cidades maiores em busca de um emprego e melhores condições de vida.

A partir deste momento, houve um rompimento entre o poder público local e a Companhia, uma vez que esta ainda detinha uma parcela considerável dos lotes urbanos e rurais

no município, e impedia as ações da Prefeitura em prol da expansão urbana e industrial. A partir deste momento a cidade passa a crescer através da adição de partes à malha existente, não se limitando mais ao núcleo urbano projetado pela Companhia. Isto é bastante perceptível ao observarmos o mapa-síntese apresentado anteriormente.

Segundo Dias (1998, p. 120),

Pela primeira vez, ocorre o loteamento de propriedades agrícolas, algumas chácaras antes utilizadas para plantio de café (atividade agora em processo de declínio), que passam a ser incorporadas ao espaço urbano. Do total desses lotes, cerca de 747 (53,6%) são resultado da construção de **conjuntos habitacionais** realizados pelo poder público na porção oeste da cidade, no curto prazo de quatro anos (1986-1989).

Chocando-se com os interesses imobiliários da Companhia, a ação do poder público, neste momento, procura dar conta de uma necessidade emergente na cidade. Trata-se da demanda por habitações para um grupo social de baixo poder aquisitivo que não teria condições de se adequar aos padrões até então estipulados pela Companhia, ou seja, não teria condições de comprar os lotes disponíveis no núcleo urbano planejado por esta. É a partir daí que passa a ocorrer a expansão da cidade, sobretudo no sentido Oeste, com a criação de bairros populares. Observe-se que estas novas áreas distam muito do centro tradicional da cidade, influenciando sobre a criação de um sistema de transportes urbanos que de alguma maneira desse conta de facilitar os deslocamentos desta população.

Vale lembrar que, dentro da área original projetada pela Companhia, muitos terrenos ficaram ainda sob o seu controle, possivelmente à espera de melhores momentos para serem vendidos, caracterizando aquilo que Dias (1998, p. 122) chama de “especulação programada”.

Diante destas análises, podemos concluir que as prováveis áreas de expansão da malha urbana de Cianorte são aquelas para além do cinturão verde que envolve parte da cidade. Assim, a noroeste do cinturão verifica-se o surgimento de loteamentos privados mais populares, enquanto que no extremo norte da malha urbana, o surgimento de um loteamento residencial fechado incrustado no cinturão verde poderá acentuar a valorização do solo naquela porção da cidade, dando continuidade ao processo iniciado pela Companhia.

Sob este aspecto, devemos lembrar que praticamente toda a área Norte da cidade foi idealizada originalmente pela Companhia para se tornar a porção mais “nobre” da área urbana, com padrões de construção bem acima daqueles estipulados para o restante da cidade. Como não houve o crescimento esperado pela Companhia, as áreas urbanas projetadas ao norte do cinturão verde passaram a ser consideradas legalmente como áreas de ocupação rural no final

dos anos de 1970 – como forma de reduzir os gastos da Companhia com o imposto urbano de uma área que ainda não havia sido urbanizada –, voltando recentemente a ser incorporadas ao perímetro urbano, conforme o PLANO DIRETOR (aprovado em 1995) da cidade.

Dias (1998, p. 109) ressalta também que houve, historicamente, um quadro de composição bastante conveniente para a Companhia, conforme seus interesses conjunturais, uma vez que,

A forma urbana vai sendo moldada, via poder público, de maneira favorável aos interesses desse agente social em particular – a CMNP, ator das seguintes práticas espaciais: retenção de inúmeros lotes para venda futura; controle rígido quanto ao zoneamento urbano, nas primeiras décadas, “assumindo” o papel do Estado; interferência na ocupação espacial conforme a renda familiar, ao determinar exigências relacionadas a certos padrões construtivos, como por exemplo o tamanho do imóvel; relação estreita com o poder público local, garantindo o estabelecimento dos seus interesses.

De qualquer maneira, o “rompimento” do poder público com o plano original idealizado pela Companhia não deve ser entendido senão como mais uma estratégia do poder público no sentido de amenizar a grave crise econômica pela qual o município vinha passando, período esse que se estendeu aproximadamente do final da década de 1960 até o início da década de 1980.

Aqui devemos lembrar que foi nesta mesma administração pública (1986-1989) que se criou o slogan “Cianorte: Capital do Vestuário” e também foi neste contexto político que surgiram os primeiros encaminhamentos para a criação da Expovest – Feira Exposição das Indústrias de Confeccões e do Vestuário de Cianorte.

Assim, quando a produção de confeccões começa a ganhar destaque quanto a geração de rendas e receita para o município, naturalmente a Companhia também se beneficia deste processo, uma vez que ainda possuía muitos lotes urbanos a venda na cidade. Sobre este aspecto, Dias (1998, p. 123) esclarece que,

Muitos terrenos vendidos pela Companhia nas décadas de oitenta e noventa encontravam-se, na sua maioria, pulverizadas dentro da malha urbana, ocupando pontos estratégicos como avenidas comerciais e esquinas de quadras. Diversos lotes próximos ao Cinturão Verde (porção noroeste da cidade), pertencentes à Companhia, também foram vendidos nessas décadas.

Ao procedermos a um mapeamento das empresas ligadas ao ramo de confeccões, por meio do uso de um aparelho GPS (Global Positioning System) do qual já fizemos referência anteriormente, constatamos que realmente há uma ligação entre a distribuição de

algumas empresas ligadas ao ramo de confecções e determinados espaços dentro da malha urbana da cidade, conforme se observa no Mapa 5. Nesta representação, destacamos a localização de todas as empresas ligadas ao ramo de confecções identificadas durante o trabalho de campo, não necessariamente apenas aquelas que participam da produção de roupas propriamente dita.

Os padrões observados no mapa quanto à distribuição espacial destas empresas, parece seguir a lógica conforme apontado por Dias (1998) na citação acima. Vemos claramente que as maiores concentrações dessas empresas apresentam-se distribuídas dentro da malha urbana seguindo os principais eixos, tais como avenidas que dão acesso às saídas da cidade, tanto para Maringá como para Umuarama.

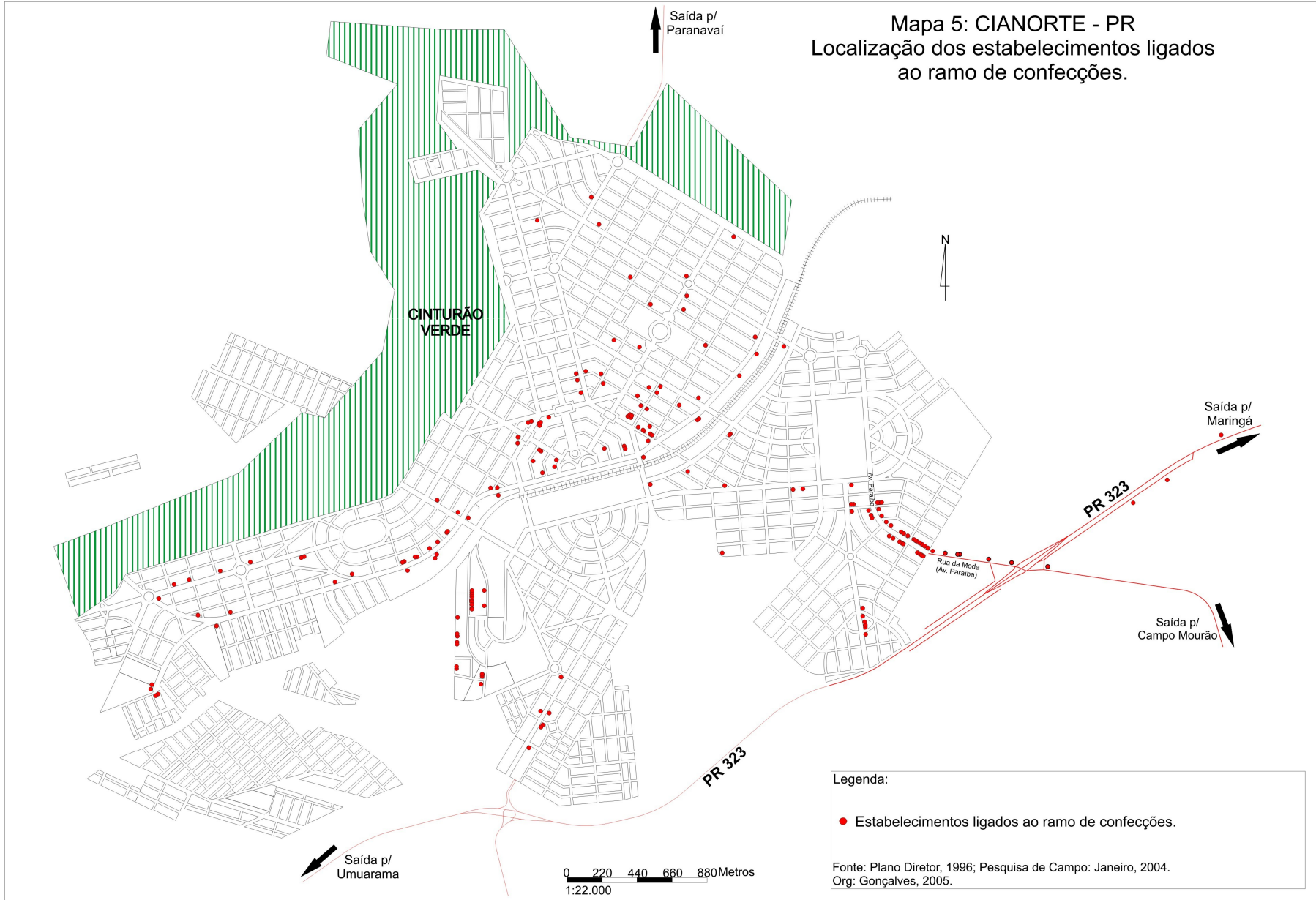
Uma parte está localizada nas adjacências da linha férrea, local anteriormente de existência de armazéns e que cedeu lugar a grandes construções para abrigar supermercados, concessionárias de veículos e algumas pequenas e médias confecções, equipamentos que necessitam de espaços específicos de acordo com sua característica funcional dentro da cidade. Neste contexto, gostaríamos de chamar a atenção para quatro áreas principais.

A primeira se refere à concentração observada na área central ou nas áreas muito próximas ao centro. Aí estão aquelas pequenas empresas que possuem sua loja de vendas no varejo conjugada, além de outras empresas que também possuem loja conjugada de vendas no varejo e no atacado. É importante frisar que boa parte destas empresas localizadas nas proximidades do centro, apesar de possuírem, muitas vezes, os meios próprios para a comercialização da sua produção através de uma pequena loja, são estas empresas que, em sua maioria, facionam para outras empresas maiores, de acordo com a demanda destas.

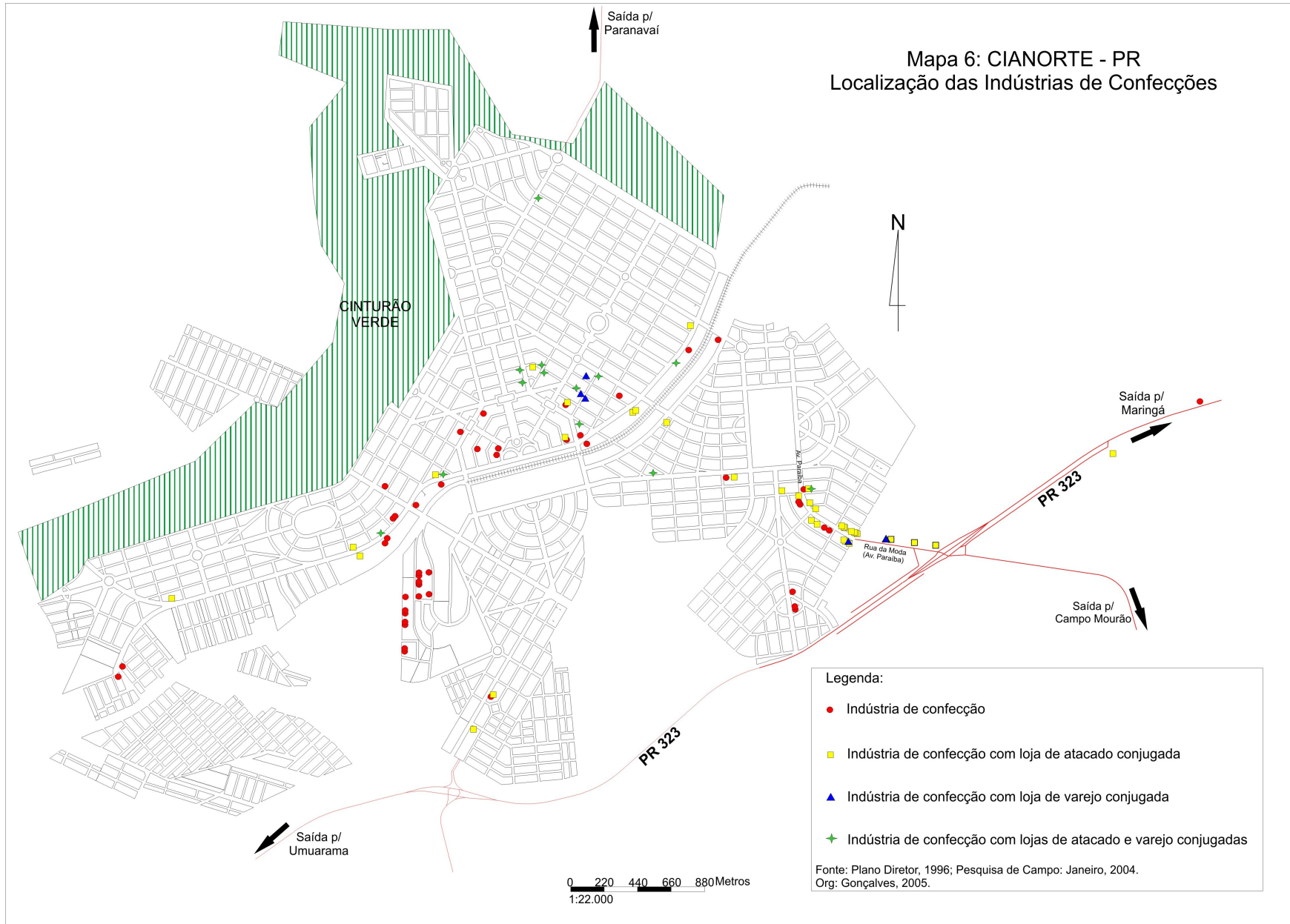
Neste contexto, procedemos a uma organização quanto à localização das indústrias de confecções pela malha urbana de Cianorte, tendo em vista uma melhor visualização da localização daquelas empresas que possuem lojas de atacado, de varejo ou de atacado e varejo conjugado, conforme mostra o Mapa 6.

Naturalmente, várias indústrias que não estão indicadas como sendo possuidoras de lojas de atacado ou varejo, podem ter seu espaço reservado à venda da sua produção em outra localidade dentro da cidade. Como já frisamos anteriormente, a concentração de lojas de atacado observada junto à Avenida Paraíba, não corresponde ao mesmo número de unidades de produção, do que se pode concluir que outras unidades de produção, que não estão localizadas especificamente na Avenida Paraíba, lá possuem o seu espaço de representação comercial.

Mapa 5: CIANORTE - PR
Localização dos estabelecimentos ligados
ao ramo de confecções.



Mapa 6: CIANORTE - PR
Localização das Indústrias de Confeções



Há ainda uma concentração, na área central, de empresas complementares a indústria de confecções, tais como: serviços de arte final (estamparia, serigrafia, artesanato e lixamento de jeans), ensino de corte e costura, ateliê de peças-piloto, indústria de etiquetas, empresas especializadas em bordados e aviamentos para confecções. Observa-se a localização de empresas legalmente constituídas e que também prestam serviços de facção para outras empresas, espalhadas pelas principais vias de acesso a região Oeste da cidade, e à saída para Umuarama.

A segunda se refere ao parque industrial mais antigo, que se localiza contiguamente ao final da estrada de ferro. É lá que se localizam algumas empresas ligadas ao beneficiamento de produtos agropecuários, bem como os barracões dos armazéns pertencentes ao extinto IBC (Instituto Brasileiro do Café).

A Prefeitura Municipal, através da elaboração do Projeto “Incubadora Industrial”, cedeu o espaço de um barracão para que pequenas e médias empresas confeccionistas pudessem expandir sua produção. É isto que procura demonstrar o documento de divulgação deste Projeto, conforme segue:

Visando atender as necessidades de localização e infra-estrutura de pequenas e médias indústrias do setor confeccionista, saídas em sua maioria de imóveis alugadas ou de “fundo de quintal”, a administração municipal conseguiu a cessão de uso do barracão “Cianorte II” do extinto IBC de Cianorte, com uma área coberta de aproximadamente 17.000,00 metros quadrados, dividindo-os e repassando-os àquelas empresas que, após investimentos na adequação e recuperação do barracão, instalaram-se no mesmo. O município tenta, ainda, a cessão do barracão “Cianorte I” junto a União, com área coberta de 16.000,00 metros quadrados, para ali dar continuidade ao projeto, nos mesmos moldes do anterior. (CIANORTE, 2004, P. 2).

Além da manutenção de aproximadamente 500 empregos, estimava-se à época que outros 500 seriam gerados após a doação do barracão para estas empresas. Dentre os critérios para o enquadramento das empresas interessadas em conseguir a cessão dos espaços no barracão, destacam-se: indústrias de confecção ou facção; capacidade de crescimento; capacidade de investimentos; capacidade de manutenção de postos de trabalho; capacidade de criação de novos postos de trabalho; idoneidade; maquinário; e real necessidade de um barracão para o funcionamento da empresa.

Em que pese o papel desempenhado pelo poder público no sentido de programar projetos de desenvolvimento industrial – visando ou não a manutenção de uma parcela específica do conjunto da sociedade cianortense –, nos interessa em especial o fato de que aquele espaço, antes abandonado e desvalorizado do ponto de vista imobiliário – dada a precariedade de suas

instalações e a sua localização desfavorável, uma vez que não existem vias de acesso direto com a rodovia PR 323, que liga Cianorte a Maringá e Umuarama –, passou por uma revitalização, tornando-se espaço de produção de roupas, conseqüentemente, de reprodução social, através da sua reinserção aos circuitos de produção.

As indústrias de confecções que para lá se deslocaram, originaram fluxos os mais diversos, dando novo fôlego para aquela área e reintegrando-a ao espaço urbano, entendido como espaço da vida social, em que se destaca uma dada divisão social e territorial do trabalho, ou seja, espaço onde cada indivíduo ou grupo de indivíduos tem uma ou mais funções, as quais são desempenhadas em termos das relações que cada indivíduo ou grupo mantém com os demais indivíduos e grupos.

Este é um exemplo por meio do qual se pode observar o papel exercido pela necessidade de expansão constante do sistema de produção vigente, e das transformações que este provoca no interior do espaço urbano das cidades. Neste caso, o poder público tomou para si o papel de mediador do processo de intervenção da lógica capitalista no espaço urbano de Cianorte.

O terceiro exemplo que gostaríamos de explorar melhor, refere-se a uma outra concentração de empresas de confecções em Cianorte. Trata-se daquela que se destaca, no mapa-síntese de uso e ocupação do solo de Cianorte, na sua porção Sudeste, correspondendo a aproximadamente 6 quadras no trecho final da Avenida Paraíba, que dá acesso a saída da cidade para Maringá, Umuarama e Campo Mourão.

Neste trecho da Avenida se concentram as maiores empresas de confecções da cidade e de suas lojas de atacado, bem como três dos cinco shoppings de atacado de confecções existentes na cidade. Como veremos no próximo capítulo que tratará especificamente sobre a questão dos shoppings mais adiante, os outros dois também se localizam nas proximidades da Avenida citada.

É nesta porção da cidade que ocorre a distribuição da produção, e é aí que estão localizados os principais equipamentos que favorecem a circulação desta produção, articulando Cianorte a espaços muitas vezes distantes da sua realidade e criando novas territorializações tendo a produção de roupas local como elemento mediador. Podemos dizer mesmo que o “espelho”, ou seja, a melhor roupagem da “Capital do Vestuário” está naquela pequena porção do espaço intra-urbano da cidade.

Ali se podem vislumbrar conjuntos de lojas de atacado dos dois lados da Avenida, cercadas pelos shoppings, onde o vidro, o aço e as concepções arquiteturais e de urbanismo bastante modernas, chamam a atenção para as mercadorias estampas por trás das

vidraças. Arriscaríamos dizer que aquele é o espaço mais “luminoso” da cidade, conforme o sentido atribuído ao termo por Milton Santos em sua obra.

Foi num período de tempo bastante curto, que se iniciou precisamente a partir da criação e incorporação do primeiro grande shopping de atacado em 1993, que se deu a transformação funcional da área em tela. Até o início da década de 1990, este trecho da Avenida abrigava apenas uma grande indústria de confecções, a Cheina Confecções sobre a qual já foi feita referência anteriormente. No mais, a principal função da Avenida era exercida por meio de empresas especializadas no comércio e prestação de serviços de mecânica de automotores, tais como funilaria e pintura, borracharias, auto-elétricas e auto-peças.

Naturalmente, esta primeira especialização funcional da Avenida se deu em função da sua proximidade com principal via de acesso a Cianorte para os viajantes vindos de Maringá, Londrina e São Paulo, e daqueles que vinham do extremo Oeste e do Sudoeste do Paraná em direção ao interior de São Paulo. Esta atividade é bastante comum nas proximidades dos entroncamentos rodoviários na maioria das cidades onde estes ocorrem.

No entanto, percebendo a importância estratégica desta localização para o escoamento da produção, bem como para o acesso dos compradores de confecções no atacado que afluiriam mais e mais à cidade, vários industriais do ramo de confecções passaram a instalar naquela área suas unidades produtivas, bem como a abrirem suas lojas de atacado, quer por meio da construção da loja na parte dianteira da fábrica, com vista para a Avenida, quer por meio da compra de um espaço dentro dos shoppings que foram surgindo, um a um, ao longo da década de 1990. Muitas empresas de confecções que não possuem sua produção na Avenida Paraíba, têm lá uma loja de confecções que são revendidas pelo sistema de atacado, conforme discutimos anteriormente.

Um dado bastante interessante e que foi apurado por meio de conversas informais com moradores das redondezas e mesmo por meio de informações dos próprios empresários do ramo, refere-se ao fato de que no início da década de 1990 a maioria dos terrenos ali existentes pertencia a CMNP. Este fato nos leva a acreditar que a Companhia lucrou bastante quando a indústria de confecções e, mais que isso, o comércio atacadista da produção local elegeu aquela área para concentrar seus principais equipamentos.

Não é nosso objetivo nesta pesquisa esmiuçar o contexto das relações políticas e econômicas mantidas entre os agentes representantes dos grupos hegemônicos quanto aos capitais imobiliário, industrial e comercial na cidade, relações essas que por si só poderiam originar uma pesquisa inteira.

No entanto, nos interessa o fato de essa conjugação de poderes, ou melhor, desta imbricação de objetivos convergentes dos representantes do capital imobiliário e dos representantes do capital industrial/comercial – o primeiro grupo, com interesses em valorizar os terrenos localizados na Avenida Paraíba a fim de lucrar com a sua venda; o segundo grupo interessado na melhor localização da cidade para concentrar as lojas de vendas no atacado e, quando possível, agregar no mesmo espaço, a produção propriamente dita – resultou a uma valorização do solo urbano naquela faixa da malha urbana, através da sua transformação funcional e da sua efetiva inserção no circuito da produção, circulação e distribuição através da produção de roupas.

É interessante frisar o fato de que, guardada a existência inicial de uma função comercial na Avenida, originalmente os bairros em suas adjacências possuíam um caráter residencial marcado pela aglomeração de camadas da população, econômica e socialmente, menos favorecidas. Quando ocorreu a transformação funcional por intermédio da produção, distribuição e circulação da produção de roupas neste trecho específico da Avenida, nada foi alterado em suas adjacências, isto é, a valorização por que passou aquele trecho específico não influenciou sobre as áreas próximas, havendo inclusive, no momento em que efetuamos os trabalhos de campo, ruas e trechos de ruas que cruzam perpendicularmente a Avenida Paraíba, sem asfaltamento e com iluminação pública bastante precária.

A quarta e última porção da área urbanizada de Cianorte para a qual gostaríamos de chamar a atenção, se refere àquela que corresponde aos conjuntos habitacionais populares localizados no extremo oeste da malha urbana, cuja execução acarretou a quebra do monopólio da CMNP como agente fundiário na cidade, o que se fez mediante a ação do poder público que passou interferir na malha urbana originalmente projetada pela Companhia, a partir da década de 1980, conforme mencionamos anteriormente.

Nestes bairros, que no mapa-síntese estão representados por meio de uma coloração específica, se concentram as camadas da população de mais baixa renda da cidade. Somente a partir da década de 1990 o poder público passou a investir mais recursos na dotação de infra-estrutura pública naquela porção da cidade.

Sabe-se que algumas partes daquelas localidades (que não foi possível precisar exatamente quais, nesta pesquisa) foram incorporadas à malha urbana da cidade através da intervenção do poder público depois que foram constatadas áreas de invasão e assentamentos irregulares. É neste contexto que o poder público decide intervir, rompendo com o plano urbanístico organizado pela Companhia.

Por constituírem os bairros geograficamente mais afastados da área central, depois da sua criação a partir do início da década de 1980, foi-se estabelecimento paulatinamente uma estrutura funcional centrada no comércio e prestação de serviços menos especializados, com a finalidade de atender as demandas locais por esses serviços. Com isto, amenizou-se a necessidade do deslocamento constante daquela parcela da população até a área central da cidade, em busca dos serviços mais especializados e do comércio mais diversificado.

É natural que a infra-estrutura pública da qual foi dotada toda a área posteriormente à sua criação, e que a sua diversificação funcional quanto a prestação de serviços e comércio (guardadas as proporções em relação a diversificação existente em outras áreas da cidade, como o centro por exemplo), tenha levado a uma valorização e uma certa diversificação quanto ao uso do solo.

No entanto, nos interessa o fato de que a maioria das informações obtidas durante nossas entrevistas com representantes de classes, atores privilegiados e junto às costureiras a domicílio, quanto à localização da maioria das costureiras faccionistas, dão conta de que estas se localizam mais nesta porção da malha urbana da cidade.

De posse dessas considerações, vale ressaltar que esta porção da cidade se caracteriza como uma área onde há uma diferenciação sócio-espacial marcante. Esta diferenciação se faz menos em função da falta de infra-estrutura social pública e da sua distância geográfica em relação ao restante da cidade, do que pela sua virtual inserção na divisão social e espacial do trabalho que marca a produção local de roupas.

Não estamos querendo dizer com isto, que foi o desenvolvimento da indústria de confecções que levou a esta diferenciação. Ela vem antes da indústria, no momento em que o poder público rompe com o planejamento organizado pela CMNP – em que pese a luta pelo poder político envolvido nestas questões, naquele momento histórico por que passava a cidade, e que não é nosso objetivo discutir aqui – e decide criar estes bairros populares periféricos e, à época, descontínuos em relação ao restante da malha urbana.

Acreditamos que o capital industrial – sobretudo local, mas não exclusivamente – derivado especificamente do ramo de confecções a partir do momento que passa a se desenvolver e se submete a necessidade de expandir-se, ao mesmo tempo adaptando-se à lógica global de uma produção flexível, encontra naquela porção da cidade as condições ideais para a formação de uma força de trabalho que poderia contribuir tanto aos objetivos de expansão da capacidade produtiva do ramo, como para baratear os custos desta mesma produção através do emprego da mão-de-obra das costureiras a domicílio aí localizadas.

Vimos em capítulo anterior que a reprodução desta força de trabalho se dá através de um contato próximo, muitas vezes entre parentes e familiares que vão se tornando empregados da indústria de confecções, quer seja por meio do trabalho a domicílio, quer seja através do emprego direto na linha de produção das empresas confeccionistas maiores. Através da experiência adquirida, muitos desses trabalhadores da indústria decidem abrir seu próprio negócio, produzindo roupas para uma grife própria ou atuando como subcontratados de outras empresas.

Neste ponto, nosso raciocínio converge para a questão que segue. Pode-se afirmar que estes espaços, incrustados na periferia da malha urbana da cidade, constituem a base de sustentação da indústria de confecções de Cianorte, atuando inclusive sobre a dinâmica de reprodução tanto da força de trabalho empregada no ramo como na criação das condições para a abertura de novas empresas ligadas a produção de roupas?

Com base nas idéias que vimos desenvolvendo até o presente, acreditamos ser possível afirmar que sim. O serviço prestado pelas costureiras a domicílio localizadas nestes espaços mostrou-se funcionalmente muito mais importante para a manutenção e expansão da economia local pautada na produção de roupas e, mais que isso, para manter a dinâmica e estrutura socioespacial existente na cidade atualmente, do que qualquer outra porção do seu espaço intra-urbano onde a produção de roupas tenha afetado a organização espacial urbana.

Poderíamos dizer que aquela área da Avenida Paraíba onde se concentra algumas das maiores empresas do ramo, bem como praticamente a totalidade do comércio atacadista de roupas, também constitui um espaço privilegiado e de comando quanto à dinâmica funcional que anima a estrutura urbana e social de Cianorte.

No entanto, é justamente pelo seu caráter funcional muito mais voltado para fora da cidade, ou seja, por tratar-se de uma organização funcional – balizada por formas específicas – que visa atrair compradores de outros locais, os quais muitas vezes não passam mais que algumas horas na cidade, que o processo de transformação da forma urbana ali identificada se restringe apenas ao espaço da Avenida mencionada.

Enquanto a estrutura urbana da cidade se transforma, naquela porção específica da malha urbana, em função destes processos que atuam no sentido de criar e articular relações entre escalas espaciais as mais variadas, do local ao global, por meio da distribuição/circulação da produção local, no outro extremo da cidade, a produção de roupas através do trabalho das costureiras a domicílio atua no sentido de criar as mais variadas relações sociais, econômicas e políticas – porque viver em sociedade é um ato político –, sendo que em última análise são estas

relações que estão na base e marcam a estruturação urbana de Cianorte, em função da produção de roupas.

Então, se não houve grandes transformações nas formas urbanas estabelecidas historicamente nestes bairros periféricos após a gênese da indústria de confecções de Cianorte – a exemplo do que ocorreu com a Avenida Paraíba – seu conteúdo foi bastante alterado por meio dos processos envolvidos na produção de roupas, sobretudo no que respeita as relações mantidas entre as empresas contratantes e as costureiras a domicílio que são contratadas.

Estas considerações nos levam a indagar se é correto afirmar que estas áreas menos favorecidas econômica e socialmente podem ser consideradas como áreas de segregação socioespacial? Acreditamos que o papel exercido pelas costureiras a domicílio que aí residem, para o conjunto da produção de roupas local, constitui elemento que nos leva a afirmar que houve, a partir da sua inserção nesta nova divisão do trabalho estabelecida no contexto do espaço intra-urbano da cidade, uma reintegração social e mesmo territorial destas áreas periféricas ao espaço urbano de Cianorte.

Este processo se faz mediante o estabelecimento das relações mantidas entre estas áreas e as demais áreas da cidade, sendo que um dos fatores de coesão da estrutura urbana como ela se apresenta hoje pode ser representado pela produção das confecções. Diante disso, podemos dizer que Cianorte aparenta estar muito mais integrada social e espacialmente hoje, do que antes de a indústria de confecções se tornar tão expressiva para a economia local.

Finalmente, gostaríamos de ressaltar que, se de fato a indústria de confecções contribuiu para a reintegração social e espacial de certas parcelas da área urbana da cidade ao restante do espaço urbano por meio de relações de trabalho aí mantidas através da produção de roupas, isto não significa que tenham sido criados os mecanismos necessários para que a composição/estratificação social existente hoje em Cianorte deixe de existir dando lugar a uma nova estrutura, economicamente mais equitativa e socialmente mais justa.

CAPÍTULO 7

O PAPEL EXERCIDO PELA EXPOVEST E PELOS SHOPPING CENTERS DE ATACADO

Nesta parte do trabalho, vamos tecer algumas considerações sobre o papel exercido pela Expovest e pelos shoppings de atacado como instrumentos eficazes e necessários, no processo de produção e articulação escalar baseada na indústria de confecções de Cianorte. Maior prioridade será dada à questão dos shoppings de atacado, uma vez que estes têm o poder de influenciar tanto a estruturação do espaço intra-urbano das cidades, como nas mais diversas relações mantidas entre diferentes cidades, numa perspectiva de redes.

Neste sentido, tomamos o shopping center, como um equipamento urbano que, ao mesmo tempo contribui para dinamizar e aprofundar as transformações do espaço urbano na atualidade, e constitui-se como elemento que proporciona a criação e a articulação entre diferentes escalas geográficas.

Tais equipamentos devem ser inseridos no contexto das discussões sobre a reestruturação do espaço urbano que vem caracterizando a produção das cidades nas últimas décadas. Assim, aqui priorizamos as discussões em torno do papel que este equipamento desempenha nas novas estratégias de ocupação urbana, e do seu papel quanto a produção de articulação entre escalas espaciais.

Vale frisar que, nesta parte do trabalho, estamos considerando a indústria de confecções da cidade enfocada como o principal fator capaz de criar e articular diferentes escalas espaciais, sendo que os shoppings de atacado e a Expovest constituem apenas instrumentos que agem como mediadores privilegiados neste processo.

Não propositadamente, a análise que segue atua no sentido de reafirmar a idéia corrente de que, em face das transformações que se tem verificado quanto aos padrões de expansão do sistema de produção hegemônico em sua fase atual, os atores hegemônicos locais agem no sentido de maximizar as “virtualidades” existentes – conforme termo apresentado por Milton Santos (1997) – e que tornam o lugar atrativo para o capital, ou então na criação dessas virtualidades.

No caso específico de Cianorte, serão tomadas como parâmetro de análise as virtualidades representadas pela Expovest e pelos shoppings de atacado. Procuramos demonstrar, mesmo que muito sinteticamente, de que maneira e com que propósito estas virtualidades foram criadas em Cianorte, quais os atores envolvidos em sua criação e qual a real dimensão do papel por elas exercido como elementos mediadores de destaque na produção de diferentes escalas geográficas, tomando como referência a produção de roupas.

7.1. A Expovest Como Meio de Reafirmação Política e Social de Um Grupo

A criação da Expovest (Feira Exposição do Vestuário de Cianorte) deve ser entendida como uma estratégia dos grupos hegemônicos política e economicamente, sobretudo dos industriais do ramo de confecções da cidade, a fim de divulgar as mercadorias produzidas localmente, atraindo compradores e outros empresários da região que quisessem expor sua produção na Feira.

Acreditamos que, ao concentrar num único local um grande número de representantes de vendas das empresas, e da exposição de uma produção bastante variada, a Feira objetivava ao mesmo tempo aumentar as vendas das confecções produzidas pelos expositores e chamar a atenção para a qualidade e para as possibilidades de expansão da produção que ali se realiza.

Foi através da ação da Associação das Indústrias de Confecções e do Vestuário de Cianorte – ASCONVESTE, juntamente com o Sindicato das Indústrias do Vestuário – SINVESTE e o Poder Público municipal que teve início a primeira edição da Expovest, no ano de 1990.

A princípio, a Feira acontecia no Pátio da Estação Ferroviária, a qual já se encontrava desativada na época, e onde há um espaço aberto bastante amplo. A Exposição acontecia, geralmente, na semana de aniversário da emancipação da cidade – dia 26 de julho – e a festa atraía, além dos expositores e dos representantes de empresas interessados em fechar negócios com os industriais locais, muitas pessoas de toda a cidade e de cidades vizinhas mais próximas, interessadas nas outras atrações promovidas durante a Feira, como os espetáculos dos artistas convidados para animar a Exposição e para se divertir nos parques de diversões contratados também com a finalidade de animar a festa.

Em 1994, o evento ganhou um outro status. Neste período, a Expovest passou a ser realizada em recinto próprio, criado especificamente para aquela finalidade, mas que se tornou depois o Parque de Exposições da cidade – ACRENORTE. Este espaço, já fora da malha urbana da cidade, as margens da rodovia PR – 323, saída para Umuarama, mesmo sendo menos acessível ao público em geral, atraía cada vez mais visitantes, expositores e negociantes para a Feira.

Em 2000, uma nova estratégia foi adotada pelos organizadores da Feira e esta passou a realizar-se nos próprios shoppings de atacado e na extensão da Avenida Paraíba onde há

maior concentração das lojas de atacado. Em 2002, as estratégias em torno da Exposição do Vestuário atingiram seu ápice. A partir desta data, a Feira passou a ocorrer em duas edições anuais, uma com o intuito de apresentar as coleções outono/inverno (no mês de março) e a outra para lançar a moda das coleções primavera/verão (no mês de agosto).

Estas são estratégias que devem ser pensadas no contexto da coesão/organização de um determinado grupo local, cujos objetivos em comum levaram a que se estabelecessem relações de cooperação a fim de se atingir tais objetivos – a divulgação da produção de roupas local e o aumento nas vendas desta produção.

Sobre este ponto de vista analítico, alguns aspectos relevantes devem ser ressaltados.

O primeiro se refere ao fato de que, mesmo tendo sido essencial o apoio do poder público quando do surgimento da Feira, sobretudo através do investimento na divulgação, através da utilização de vários meios de comunicação, do slogan “Cianorte: Capital do Vestuário”, e também da própria Expovest, chegou um momento em que os industriais tomaram para si o papel de principais agentes econômicos do município, constituindo-se também em atores hegemônicos quanto aos interesses políticos que resultam em determinações práticas que são aplicadas ao espaço urbano da cidade. Então, estes se organizam e passam a comandar as estratégias em torno da Feira, de acordo com seus interesses específicos.

É por isso que hoje a Feira ocorre em duas edições anuais, em datas diferentes àquela do aniversário da cidade e junto às lojas e shoppings de atacado. Naturalmente, concentrar a Feira junto aos shoppings e lojas seria uma ótima estratégia para aumentar incomensuravelmente as vendas, pois assim, além dos representantes de outras empresas que afluíam à cidade durante a Feira com a finalidade de fechar negócios com empresários locais, agora esta pode ser apreciada também pelos compradores que para lá se deslocam em ônibus de várias partes do país a fim comprar nas lojas de atacado, e que antes não tinham a oportunidade de participar da Feira, uma vez que esta ocorria em recinto afastado e no período noturno²⁴.

Muitos dos compradores que vão à Cianorte, preferem pernoitar em Maringá, quer seja na vinda ou na volta para suas cidades de origem. Aliás, este é um outro ponto que deve ser destacado, uma vez que a execução da Feira junto à maior concentração de lojas e

²⁴ Sobre este aspecto, vale frisar que Cianorte até o início da presente década ainda não possuía um serviço hoteleiro e de alimentação quantitativa e qualitativamente ideal para atender as demandas dos compradores que vão a cidade em busca das confecções. Mais recentemente, o problema relacionado à falta de hotéis vem sendo resolvido por meio da construção de um hotel de padrão três estrelas que funciona a partir de 2002 na própria Avenida Paraíba, anexo a uma das maiores empresas de confecções de Cianorte e de propriedade do mesmo grupo. Na área central, um outro empreendimento hoteleiro que está em fase de acabamento deverá contribuir para sanar o problema. Quanto a questão da falta de restaurantes, a cidade carece de iniciativas no sentido de acabar com o problema.

shoppings de atacado no eixo que dá acesso a principal entrada da cidade para quem vem de outras cidades, facilita o acesso dos compradores que podem ir direto às compras, objeto de sua incursão para a cidade.

Ainda sobre este aspecto, vale frisar que uma parte das caravanas de compradores que afluem a Cianorte, não tem na cidade sua única parada. Vários ônibus procedentes de Estados mais distantes, também levam compradores para outras cidades, como Maringá, cidades do interior de São Paulo – sobretudo Ibatinga – e também de Santa Catarina – principalmente Brusque.

Retomando o enfoque sobre as relações mantidas entre os atores hegemônicos que comandam a vida política da cidade, tendo como referência a tomada do comando sobre a Feira de Exposição pelo grupo dos empresários de confecções, é importante frisar que nunca houve uma representação política forte, no cenário do poder público municipal, que representasse o grupo dos industriais ligados à produção de roupas.

Uma breve análise sobre o levantamento da história política de Cianorte presente em Cioffi (1995), nos permite afirmar que nenhuma das administrações municipais foi eleita por meio de vinculações diretas com os industriais do setor de confecções da cidade.

Desde a eleição da primeira administração pública de Cianorte até a última que se encerrou no ano de 2004, todos os prefeitos eleitos eram representantes da classe média local, sendo representados em sua maioria por profissionais liberais e/ou indivíduos ligados ao funcionalismo público – advogados, médicos, comerciantes, administradores, etc.

Diante disso, uma questão se apresenta em relevo. Se a indústria de confecções se torna, paulatinamente, o setor econômico mais importante tanto na geração de rendas como na geração de receitas, a partir de meados da década de 1980 – processo que se acentua a partir da década de 1990 –, porque então os empresários do ramo não procuraram eleger um representante da classe para o poder público, que pudesse contribuir decisivamente para que se atingisse mais rapidamente os objetivos coletivos deste grupo?

Esta é uma questão muito difícil de ser respondida nesta pesquisa. Contudo, sobre este aspecto, observamos através do discurso apresentado durante as entrevistas realizadas com os empresários, que mesmo não tendo sido lançado nenhum candidato ao cargo de Prefeito que fosse diretamente apoiado pelos confeccionistas, todos os administradores eleitos até o presente tem sido bastante solidários no sentido de atender as reivindicações deste grupo.

Basta lembrar – e este fato foi bastante citado durante as entrevistas com os empresários – por exemplo, a atuação do Prefeito Jorge Moreira da Silva que, eleito em 1984, criou o slogan “Cianorte: Capital do Vestuário” e passou a investir na divulgação da produção de roupas local, em nível nacional, através da implantação de *outdoors* ressaltando o slogan. Também nesta linha, a gestão imediatamente posterior procurou atuar juntamente com o ASCONVESTE e o SINVESTE, criando a Expovest e deu continuidade aos investimentos em propaganda e marketing sobre a produção local.

A última administração também atuou fortemente no sentido de criar algumas condições necessárias à expansão do parque industrial de confecções na cidade, através de programas de desenvolvimento industrial, a exemplo daquele citado anteriormente sobre a doação de um barracão do extinto IBC para a expansão e/ou implantação de indústrias do ramo. Também incentivou as confecções através de medidas que resultaram na redução do ICMS para estas empresas.

No período da última administração, um forte programa de incentivo ao turismo na cidade vinha sendo desenvolvido através da revitalização de praças, bosques, canteiros centrais das principais vias de circulação da cidade, enfim, áreas de lazer em geral, bem como por meio das propagandas na televisão, por meio da mídia escrita e dos *outdoors* em várias partes do país, no sentido de enfatizar que Cianorte também possui, além do atrativo representado pela produção de roupas, cuja expressão maior se dá por meio da Expovest e dos shoppings e lojas de atacado concentrados no mesmo lugar, um ambiente social e cultural que se traduz através da pluralidade da sua formação social e da sua estruturação espacial.

Elementos do meio ambiente, como cachoeiras, matas nativas, e áreas rurais do município, trilhas ecológicas pelo cinturão verde, entre outros, também vinham sendo utilizados para atrair turistas ou então para fazer com que os excursionistas que visitavam a cidade apenas com o intuito de comprar roupas passassem para a categoria de turistas.

No contexto dos conflitos entre o poder público e o poder econômico – neste caso, representado pelos industriais de confecções – estes últimos ressaltaram durante as entrevistas que a prefeitura não dava o apoio necessário, em termos de isenção de impostos, para o ramo industrial.

Por outro lado, a prefeitura também acaba sendo afetada, uma vez que a sonegação de impostos sobre a produção de roupas é muito expressiva. Este problema também havia sido identificado por Fresca (2000 e 2004a) em sua pesquisa.

Diante desta problemática, a pesquisadora citada anteriormente ressalta a necessidade de se reconhecer que o poder público local vem atuando em outro patamar, isto é, vem agindo no sentido de capturar e maximizar uma singularidade existente na cidade, que é a produção de confecções, e torná-la adjetivação em termos de marketing. Então, “a Prefeitura Municipal de Cianorte, em diversas gestões, está atuando por intermédio de ações [...] para criar uma diferenciação em relação a outros municípios” (FRESCA, 2004a, p. 344).

De qualquer maneira, ficou evidente durante o trabalho de campo e no processo de entrevistas com mais variados atores envolvidos na produção de roupas, a necessidade de uma maior articulação e engajamento político no nível local, a fim de que representantes desta classe possam atuar em relação às políticas públicas em nível local, num sentido que venha de encontro aos anseios da classe.

Diante das considerações levantadas até este ponto, acreditamos que a criação da Expovest – e também dos shopping centers de atacado, como veremos mais adiante – e de todas as estratégias que lhes foram aplicadas a fim de maximizar suas potencialidades estratégicas como chamarizes para a produção de roupas, se insere num contexto de luta entre (e pelo) poder político e econômico, o que pode resultar, do ponto de vista prático, em especializações funcionais de certas áreas dentro da cidade onde o poder público ou o poder econômico pode estar preponderando, ou atuando num mesmo sentido.

Mas, é justamente no contexto destas lutas políticas entre grupos, ou fragmentos de grupos, que surge a sinergia necessária para criar as articulações/relações que tornam o grupo coeso, ou então para a cooperação dentro do grupo, objetivando a atingir metas em comum.

Finalmente, para fechar nossa análise neste ítem ressaltamos que, além da própria organização da Feira e das estratégias que sobre ela são aplicadas constantemente a fim de que se atinjam determinados objetivos, pensamos que os empresários do ramo de confecções, bem como aquelas parcelas da sociedade local diretamente ligada a eles, constituem-se em atores hegemônicos quanto às determinações práticas que se aplicam ao espaço intra-urbano da cidade.

Isto ocorre, por exemplo, quando há transformação funcional de uma determinada porção da cidade, como ocorreu no caso daquele trecho da Avenida Paraíba ao qual já fizemos referência, em função das necessidades de expansão da produção de roupas e da criação das condições para a manutenção desses grupos que comandam e articulam tais processos. Diante disso, à medida que a produção de roupas altera funcionalmente determinadas partes da cidade, ou sobre estas se impõem novos papéis quanto a divisão social e espacial do

trabalho, há mudanças também no valor atribuído ao uso do solo urbano neste ou naquele recorte.

Desta forma, lançamos as seguintes indagações: a quem interessa estes processos? Qual é a parcela da sociedade que mais se beneficia disto? Apenas uma parcela se beneficia ou há uma conjugação de interesses, por exemplo, entre os grupos que representam o capital industrial, o comercial, o imobiliário, o financeiro? Qual a função destes processos quanto a reprodução da ordem social local estabelecida? Qual a real dimensão dos impactos desses “jogos de poder” para a Geografia social e política da cidade?

Para responder a estas questões, seria necessário um esforço de reflexão teórica e um trabalho empírico que por si só daria conta de fundamentar várias outras pesquisas. Este não é nosso objetivo neste trabalho. No entanto, é pensando que as proposições expressas neste capítulo podem levar a reflexões que induzam a novas pesquisas que atentem a responder a estas questões, que sobre elas dedicamos parte das nossas discussões.

7.2. O Processo de Reestruturação do Espaço Urbano e os Fatores de Articulação Escalar do Shopping Center

Para discutir alguns dos fatores determinantes do processo de reestruturação do espaço urbano, estamos considerando o conceito de estrutura urbana como o arranjo dos diferentes usos do solo que coexistem no interior das cidades. Tal arranjo resulta “do processo de alocação/relocação das atividades econômicas e das funções residencial, de lazer e de circulação nas cidades” (SPOSITO, 1996, p. 111).

Estas considerações são necessárias ao nos propormos estudar o papel do shopping center como um dos elementos que contribuem para o processo de reestruturação urbana, e de criação e articulação entre diferentes escalas geográficas. Isto é assim, dado o enorme poder estruturador intra-urbano de certas áreas comerciais e de serviços, como ocorre no caso de alguns shoppings em certas cidades, e que podem influenciar também nas relações que ocorrem ao nível do regional.

Nesta perspectiva, Montessoro (1999) analisa que o velho cede lugar ao novo, através da instalação dos shopping centers, do que decorre um redirecionamento das atividades existentes em determinadas áreas, inclusive no âmbito da renovação da paisagem urbana, a medida em que a reestruturação da cidade pode ser analisada partindo-se da compreensão das

transformações territoriais. Neste caso, os espaços produzidos revelam o movimento desta paisagem mediante a construção e destruição da mesma.

Para Pintaudi (1992, p. 15),

Shopping Center significa um empreendimento imobiliário de iniciativa privada que reúne, em um ou mais edifícios contíguos, lojas alugadas para comércio varejista ou serviços. Distinguem-se umas das outras não somente pelo tipo de mercadoria que vendem (o ‘tenant mix’ planejado pela empresa prevê a presença de várias lojas do mesmo ramo para permitir a compra por comparação), como também por sua natureza distinta (lojas-âncora e lojas de comércio especializado e serviços – que podem ou não pertencer a redes).

Mais adiante veremos que nem sempre todas estas características estão presentes nos shopping centers. Por ora, nos interessa o fato de que no Brasil, os shoppings enquanto empresas de grande capital surgem no momento em que as condições de desenvolvimento do capitalismo necessitavam do monopólio do espaço, com vistas à reprodução contínua e ampliada do capital. Daí a associação, em alguns casos, entre as grandes lojas ou os grandes super e hipermercados (chamados de lojas-âncora) e o shopping center, já que este último é tido como um espaço comercial concentrado, que desenvolve toda uma estratégia para atrair os consumidores.

Observa-se que, o estudo das dimensões que envolvem o shopping perpassa por várias questões, tais como: as especificidades internas deste fenômeno e o que os diferencia de outros empreendimentos comerciais; que papéis desempenham nas novas estratégias de ocupação do espaço urbano; quais as relações entre o shopping center e a indução ao consumo e, mais do que isso pode-se indagar sobre o alcance da expressão “consumo de imagens”; as relações que se estabelecem entre estas novas “centralidades” e os centros tradicionais; o shopping como espaço difusor de novas subjetividades nas relações interpessoais; etc.

No Brasil, o primeiro shopping center foi implantado em 1966, na cidade de São Paulo, tendo sido seguido por outros empreendimentos na década de 1970, consolidando-se como elemento da paisagem urbana de diversas cidades brasileira somente na década de 1980 (PINTAUDI, 1992). Vale ressaltar que, ainda na década de 1960, tais empreendimentos espalham-se para outros Estados brasileiros, sobretudo o Paraná e o Distrito Federal, para depois se expandir para o restante do país.

Os dados apresentados por Montessoro (1999) nos permitem verificar que a maior concentração destes empreendimentos situa-se na região Sudeste do país, onde estão

localizadas as principais metrópoles, seguidas pelas regiões Sul e Nordeste. No entanto, este fenômeno começa a surgir em algumas cidades das regiões Norte e Centro-Oeste. Não por acaso, sua concentração ocorre nos Estados que possuem um maior contingente populacional e, mais que isso, um maior poder aquisitivo, ou seja, uma maior capacidade de consumo.

A espacialização deste fenômeno no país relaciona-se a uma série de fatores. Assim, as transformações nas relações entre o campo e a cidade, proporcionaram uma concentração cada vez maior da população nas áreas urbanas, acelerando a expansão da malha urbana das cidades, sobretudo das grandes metrópoles.

Pintaudi (1992), aponta o processo histórico da industrialização brasileira como fator de relevo na distribuição desigual dos frutos da produção, entre os quais, o processo de concentração espacial da maior parte da população nas cidades.

A explosão dos problemas sociais nestas áreas foi tanto maior quanto mais rápido ocorreu o processo de industrialização e expansão urbana das cidades. Não é nossa pretensão discutir tais problemas neste texto. No entanto, acreditamos que as modificações nos hábitos de consumo da população brasileira estão no cerne deste processo.

Para Pintaudi (1992), atualmente não se pode afirmar que o comércio é uma atividade dependente da indústria, já que nesse setor da economia, o processo de concentração e centralização do capital está cada vez mais presente. Isto se faz, através do monopólio das grandes redes sobre a distribuição das mercadorias, ditando os preços e dando “ordens” aos produtores. É esta penetração do capital financeiro no comércio que contribuiu para a instalação de grandes empresas, como os shopping centers. Então,

toda essa transformação no âmbito do comércio foi possível graças à produção em massa, à concentração crescente de pessoas nas cidades, ao aumento quantitativo e qualitativo do consumo e à generalização do uso do automóvel. (Pintaudi, 1992, p. 27).

O que se nota, é uma transformação também no gosto do consumidor, à medida que se transforma o ambiente em que se vive notadamente o espaço urbano. Assim, como analisa Pintaudi (1992), ao mesmo tempo em que ocorre um processo de massificação do consumo, este se individualiza. Isto é possível, graças à multiplicidade de objetos que vem sendo criados e que permitem infinitas associações.

Neste sentido, a mídia se destaca como um dos maiores veículos na divulgação dos produtos, das mercadorias e dos serviços. “A informação que um indivíduo recebe através da

mídia permite-lhe formar opinião, escolher o que lhe parece melhor. O fato de usar este ou aquele objeto personaliza o indivíduo – a moda é a magia do parecer” (PINTAUDI, 1992, p. 27).

Para Cleps (apud MONTESSORO, 1999, p. 33), “esse processo de mudança produtiva veio acompanhado pela emergência de novos valores sociais os quais produziram alterações no comportamento dos consumidores e no gênero dos produtos por eles consumidos”. Faz-se necessário ressaltar, que essas mudanças nas formas de comercialização relacionam-se à acumulação do capital e ao modo como este se territorializa. Este processo é que proporciona a estruturação e reestruturação dos espaços internos das cidades em nível mundial.

Montessoro (1999, p. 33), avalia que:

[...] a existência dos ‘shopping centers’ está consolidada por uma simbologia que exprime as práticas sociais contemporâneas, ou seja, os desejos expressos pela necessidade de consumir cada vez mais. Entretanto, este signo está embutido no cotidiano das pessoas, o que acelera a dinâmica das relações sociais a partir desses novos espaços.

Não podemos perder de vista, no entanto, que esse conjunto de transformações que se materializam no interior das cidades, e que influenciam, inclusive, no nível de subjetividade das relações sociais que se estabelecem no contexto do urbano tanto qualitativa como quantitativamente (como ocorre em relação ao consumo, por exemplo), tem seu paralelo num movimento maior, que ocorre globalmente.

Trata-se do processo de globalização e da passagem de um modelo de produção pautado no fordismo para um modelo de acumulação flexível. Isto é assim, já que a globalização da economia contribuiu para acelerar as transformações nos diferentes lugares, em diferentes escalas, através da urbanização e da explosão do consumo.

Para Harvey (1993), as transformações que ocorrem atualmente no mundo do trabalho e da produção propriamente dita, deriva da passagem de um sistema de produção fordista para um novo paradigma de produção mais flexível. Este processo levou a uma série de novas experiências nos domínios da organização industrial e da vida social e política.

Assim, a chamada acumulação flexível, se apóia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção totalmente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo taxas intensivas de inovação comercial, tecnológica e organizacional (HARVEY, 1993).

No entanto, além das transformações que se observa quanto a organização do trabalho, vários outros elementos também relevantes acompanham este processo de acumulação flexível.

Tendo presente que, “esses sistemas de produção flexível permitiram uma aceleração do ritmo da inovação do produto, ao lado da exploração de nichos de mercado altamente especializados e de pequena escala” (HARVEY, 1993: p. 148), podemos vislumbrar uma outra faceta do sistema de acumulação flexível, qual seja a de que esta foi acompanhada na ponta do consumo, portanto, por uma enorme atenção às modas fugazes e pela mobilização de todos os artifícios de indução de necessidades e de transformação cultural que isso implica.

Segundo Harvey (1993: p. 150),

[...] o capitalismo está se tornando cada vez mais organizado através da dispersão, da mobilidade geográfica e das respostas flexíveis nos mercados de trabalho, nos processos de trabalho e nos mercados de consumo, tudo isso acompanhado por pesadas doses de inovação tecnológica, de produto e institucional.

Observa-se aqui o papel preponderante das novas tecnologias que surgem atreladas as necessidades constantes de acumulação do capital, dinamizando os fluxos de informações pelo espaço. Este processo tem seu paralelo na criação de uma nova dinâmica territorial, quer na esfera política-econômica, quer na sócio-cultural, atreladas as mudanças nas relações de trabalho e produção que se estabelecem entre diferentes espaços.

Além de dinamizar os fluxos de informações, o desenvolvimento científico e tecnológico beneficia também outros tipos de fluxos, como o de mercadorias, capitais, pessoas etc. Esta discussão nos remete às questões que envolvem as estratégias de localização dos shopping centers. Isto porque, o shopping, por constituir-se num empreendimento essencialmente capitalista, transforma as relações comerciais até então estabelecidas no interior da cidade, alterando, por exemplo, as relações entre centro e periferia e criando espaços com características de novas centralidades.

Segundo Gaeta (apud MONTESSORO, 1999, p. 34),

Os shopping centers, observada sua aparência e estrutura de funcionamento, apresentam diferenças importantes frente ao comércio já organizado nas áreas centrais. A escolha do ponto e as externalidades adquirem um outro significado. A diferença começa pela própria localização pois normalmente os

shopping centers estão distantes da área central e das ruas principais de comércio.

Estas estratégias de localização dos shoppings longe dos centros principais das cidades constituem uma realidade que se estabelece principalmente após a década de 1980. É a partir deste período que, no Brasil, esses novos centros comerciais passam a se localizar em áreas que proporcionem uma ampliação do setor comercial e de serviços, e a formação de novos pontos, ampliando a gama de atividades naquele local.

Uma das conseqüências mais imediatas disso é a valorização dessas novas áreas, através da constituição de novas centralidades. Na base deste processo, está o fato de que, quem tem maior poder de compra, isto é, uma melhor condição de pagar um preço determinado pelo uso de certa parte do solo urbano, ficará com as melhores localizações (MONTESSORO, 1999, p. 35).

Esta pesquisadora ressalta ainda que,

O comércio organizado nos shopping centers encontram-se em prédios concentrados, a partir da instalação no mesmo espaço e no mesmo endereço, numa tentativa de revitalizar o que se havia perdido com o 'caos' do centro, ou seja, os problemas com a falta de segurança, o congestionamento e o próprio envelhecimento desta área, uma vez que novas áreas foram surgindo como atrativas para a instalação de novas centralidades. (p. 35).

Isto é assim, porque para o shopping center, enquanto empreendimento imobiliário que envolve somas vultuosas (diferentemente do capital investido numa pequena loja, por exemplo), o fator localização tem um peso muito maior. Para Pintaudi (1992), a localização é tão importante porque é estratégica no processo de reprodução do capital imobilizado em sua construção já que, por ser uma construção de grandes dimensões, se não atingir seus objetivos, é quase impossível destiná-la a outra atividade que permita o retorno do capital de forma ampliada.

Pintaudi (1992, p. 30) ressalta ainda que, na verdade, trata-se de uma localização estratégica do ponto de vista do consumidor. Assim,

[...] no caso do SC, o fato de se ter que reproduzir um grande capital implica a existência de um grande mercado consumidor, o que em outras palavras significa dizer que a estratégia é outra, já que envolve a presença de um mercado metropolitano e/ou regional.

De qualquer maneira, interessa que por um lado, o acesso ao solo urbano é marcado pela diferenciação social e pelo poder de compra, como já salientamos anteriormente; por outro lado, vários desses equipamentos estão localizados em áreas onde o preço do solo era muito baixo antes da sua instalação, em relação a outras áreas existentes no interior da cidade. É natural que seja assim, pois um empreendimento do porte de um shopping center constituir-se-á tanto mais onde a possibilidade de ganho for maior, através da elevação do preço do solo urbano, quanto maior a necessidade de acumulação em grande escala do capitalismo em sua fase atual.

Vemos que as novas estratégias de localização destes equipamentos comerciais e de serviços vinculam-se também a territorialização do próprio capital. Afinal, como analisa Sposito (2001, p. 91), tais equipamentos não respondem somente aos interesses econômicos de comercialização de bens e serviços.

Em primeiro plano, estão os interesses de natureza fundiária e imobiliária, pois a construção de grandes equipamentos potencializa fluxos para áreas da cidade, anteriormente pouco valorizadas, constituindo-se uma forma através da qual se otimizam os preços das novas localizações.

Neste ponto, ressalta-se a importância da difusão do uso do automóvel e as novas práticas do lazer que favorecem e transformam as relações sociais. Para Montessoro (1999, p. 38), esses elementos criam novos “nós” de circulação e dão um novo ordenamento ao espaço físico das cidades. Vemos que a acessibilidade é um fator de relevo nas estratégias locacionais, já que esta é limitada para aqueles que não possuem um automóvel, dado seu menor grau de mobilidade.

Sposito (2001, p. 91), ao analisar sobre certas dinâmicas que vêm caracterizando a redefinição do uso do solo urbano e que caracterizam o estado d’arte nas relações centro-periferia nas cidades da atualidade, ressalta que estas dinâmicas são produzidas e produzem a acentuação das necessidades de deslocamento no interior das áreas urbanas e entre essas áreas urbanas²⁵. Para esta pesquisadora,

Em função desse aspecto, é preciso considerar a qualidade do sistema viário e de transportes e o percentual da sociedade que tem um automóvel para

²⁵ Para essa autora, “A análise de algumas dinâmicas que redefinem os usos do solo urbano no interior da cidade e seus diferentes níveis de articulação, concorrem para a compreensão desse processo de redefinição da relação centro-periferia” (Sposito, 2001, p. 89). Dentre essas dinâmicas a autora destaca três, a saber: aquela imposta pelas novas lógicas de comportamento espacial das empresas industriais; aquela das novas configurações do habitat urbano, tais como: os grandes conjuntos habitacionais, as cidades satélites, os loteamentos fechados do tipo Alphaville; as novas estratégias de localização dos equipamentos de consumo de mercadorias e serviços, entre os quais: os hipermercados, os **shopping centers**, os centros empresariais e de exposições e eventos de grande porte.

compreender a intensidade da extensão do tecido urbano, e o seu conteúdo expresso através da acentuação da fragmentação urbana.

De fato, o uso do automóvel contribui para a integração espacial no âmbito do intra-urbano. No entanto, mais que isso, quando associamos esta difusão aos papéis exercidos pelos shopping centers nas sociedades atuais, podemos vislumbrar o alcance escalar destes papéis, já que, muitas vezes, este alcance ultrapassa os limites dos fluxos internos a cidade. Ele contribui para a integração da cidade ao contexto regional onde esta se insere, redefinindo a centralidade urbana de uma cidade em relação aos outros centros urbanos a que esta se liga por meio dos mais diversos fluxos, numa perspectiva de redes.

Finalmente, ao configurar-se como novas localizações – cuja lógica de produção e reprodução é a lógica da reprodução do próprio sistema capitalista – o surgimento e manutenção dos shoppings repercutem indiscutivelmente na reprodução do espaço urbano. Na base deste processo, está o sistema de produção capitalista em sua fase atual e os condicionantes que o acompanham, entre os quais: a flexibilização nas relações de produção e na realização do trabalho propriamente dita; a difusão de novos padrões de consumo e do tipo de relações pessoais, em geral, mantidas entre os indivíduos; a ampliação e maximização da importância dos fluxos (de pessoas, idéias, informações, mercadorias, dinheiro, etc.); o desenvolvimento científico e tecnológico, que proporciona a criação e disseminação das inovações necessárias à manutenção destes fluxos; etc.

Acreditamos, com base nestes elementos e/ou fatores que estruturam o sistema capitalista em sua fase atual, que o shopping center – que surge e se mantém no conjunto destas transformações – pode ser apreendido como um equipamento capaz de produzir, articular e influenciar em várias escalas espaciais, do intra-urbano ao interurbano.

7.3. Os Shopping Centers em Cianorte

Os cinco Shoppings da cidade, respectivamente pelo número de lojas em ordem crescente, são: Cia Vest Mercosul (35); Dallas Moda Shopping (52); Uninvep (68); Uni Shopping (82) e Nabhan Cia Fashion (116). No total, são mais de 350 lojas que atendem aos clientes, através de uma dada infra-estrutura proporcionada pelos empreendimentos onde estas estão localizadas.

Claro é que, por tratar-se de um tipo específico de shopping center, especializado na venda por atacado das confecções produzidas na própria cidade ou em cidades vizinhas²⁶, não apresenta parte das especificidades que caracterizam os shoppings varejistas, como descritos no item anterior deste trabalho.

No entanto, alguns deles, sobretudo os maiores, portanto, com maior poder de investimento em infra-estrutura, propaganda e marketing, como no caso do maior deles, o Nabhan Cia Fashion, possuem todo um aparato que serve para atrair os clientes. Isto se evidencia pela propaganda em um de seus encartes distribuídos entre seus clientes:

[...] Ihe oferecemos conforto de primeiro mundo na hora de realizar seus negócios: ar condicionado central; ambiente agradável, ótimo atendimento; segurança; restaurante; lanchonetes; pousada; últimos lançamentos da moda; produtos de excelente qualidade; desfiles diários onde você pode apreciar os produtos sendo utilizados antes de efetuar a compra; preços e prazos que lhe proporcionarão excelentes negócios em seu estabelecimento comercial.

Usamos a expressão “clientes” e não consumidores porque, na verdade, estes clientes são donos de pequenas lojas que comercializam confecções em suas cidades de origem, não constituindo, portanto, os consumidores finais dessas mercadorias. Neste processo, podemos ressaltar dois aspectos.

O primeiro refere-se ao preço final desta mercadoria que, após passar pelas mãos dos comerciantes, se altera via agregação de valor. Este é um processo natural, que ocorre à medida que uma mesma mercadoria é transformada ou sobre ela pesam custos que envolvem o dispêndio de trabalho e deslocamento entre certas distâncias.

O segundo, diz respeito às redes que se criam, articulando diferentes escalas da realidade, desde a produção da mercadoria (neste caso, a confecção), até o consumo final. Neste contexto, os shoppings atacadistas surgem como elementos que criam as condições para a articulação entre as escalas envolvidas desde a produção até o consumo das mercadorias, sem perder de vista as mediações exercidas através da ação prática dos grupos locais que detém o poder político e econômico.

Conforme vimos analisando, conclui-se que a produção de roupas constitui um ramo industrial, extremamente dinâmico, e que contribui para a produção e articulação entre diferentes escalas geográficas. Isto ocorre, justamente, porque as indústrias de confecções relacionam-se diretamente com a conjuntura econômica em nível nacional, e mesmo

²⁶ Sabe-se que uma parcela dos empresários que possuem lojas nos shoppings atacadistas de Cianorte, tem sua unidade industrial implantada em outras cidades do noroeste do Estado do Paraná, e também algumas localizadas em outras cidades fora do Estado.

internacional, refletindo os desdobramentos tanto dos momentos de expansão como os de crise econômica.

Segundo Cioffi (1995: p. 126), no caso específico do parque industrial de Cianorte, “cerca de 150 indústrias atendem a demanda de clientes de todo o país e diariamente aportam ônibus, trazendo compradores para adquirir os produtos de nossas confecções.” Hoje, sabe-se que o número de indústrias instaladas na cidade ultrapassa as 300 unidades, sendo este montante composto, em sua grande maioria, por pequenas ou micro-empresas que geram uma média de 5-10 empregos por unidade.

Neste sentido, Fresca (2000: p. 373) analisa que:

[...] as indústrias confeccionistas geravam localmente cerca de 7.000 empregos diretos [em 1996]. Estes empregos diretos correspondem tanto aos regulares como aos informais. Tanto o Sindicato dos trabalhadores nas confecções como a Associação das Indústrias estimam que cerca de 50% desta força de trabalho atuam na informalidade.

Cioffi (1995: p. 127) ressalta ainda que,

[...] milhares de pessoas estão empregadas no ramo [de confecções], inclusive mão-de-obra masculina. As confecções de grande porte instalaram parte de suas fábricas ou toda a unidade em cidades vizinhas para baratear mão-de-obra e outros custos.

No entanto, nos interessa o fato de que, o surgimento da idéia e a efetiva implantação dos shoppings atacadistas de Cianorte, constituem uma estratégia, por parte dos empresários das indústrias de confecções, para a divulgação e venda das suas mercadorias.

Aqui, cabe uma reflexão acerca do verdadeiro papel desta comercialização via os shoppings atacadistas. Trata-se do fato de que, por ser um ramo industrial extremamente dinâmico, como já salientamos anteriormente, em alguns casos é no momento da comercialização que os empresários industriais procuram lucrar, isto é, reproduzir de forma ampliada o capital investido na fase da produção propriamente dita.

Araújo (1997, p. 79) ressalta em sua dissertação intitulada “*A Via Direta ao Consumidor – Estrutura e comércio têxtil na cidade de Americana – SP*”, que:

A tendência que se verifica é o acompanhamento desses estabelecimentos comerciais [os SC] para locais onde as indústrias já se haviam instalado: grandes cidades e, particularmente próximas ou ao longo dos principais eixos

rodoviários de industrialização, dividindo assim o mesmo espaço, ou seja, às margens da rodovia.

No caso de Cianorte, sabe-se que a cidade não acompanha importantes eixos de desenvolvimento industrial, nem está localizada muito próxima a qualquer importante Pólo Têxtil, o que permitiria a agregação de valor nas mercadorias que ali são produzidas. A rede urbana na qual está inserida estrutura-se em torno de outras cidades da região, entre as quais, Maringá, Paranavaí, Umuarama e Campo Mourão, e seu desenvolvimento industrial vincula-se a um processo geral, desencadeado a partir de Londrina, em direção ao Noroeste do Estado, conforme já mencionado em capítulo anterior.

Diante disso, pode-se abstrair que ao surgimento dos shoppings de atacado em Cianorte, corresponde toda uma estratégia que vai além de uma simples jogada de marketing em torno da indústria confeccionista da cidade e da região. Na verdade, foi através da organização dos empresários desse ramo e da necessidade de criar um aparelho capaz de servir de chamariz, isto é, de chamar atenção dos compradores para a sua produção, que surgiram esses equipamentos.

Falamos isso, por termos ciência de que tais shoppings foram implantados com capitais dos próprios industriais da cidade, não constituindo empreendimentos planejados por grandes empresas construtoras. Reportando-nos ao levantamento efetuado junto aos Cartórios de Imóveis de Cianorte, conforme já comentamos anteriormente, podemos levantar algumas hipóteses, neste contexto.

Assim, os lotes onde se localizam estrategicamente os shopping centers atacadistas de Cianorte, com algumas exceções, não pertenciam aos industriais de confecções da cidade até o período que corresponde ao final da década de 1980. O que constatamos por meio deste levantamento, é que os lotes analisados foram primeiramente de propriedade da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná, passando depois para as mãos de comerciantes em geral e de agricultores.

Esta tendência foi observada até o final da década de 1980, quando então outros grupos passam a adquirir estes lotes com a finalidade ou de implantar indústrias, ou de construir imóveis com o objetivo de complementar a indústria de confecções através da implantação de lojas atacadistas. Isto não significa dizer, necessariamente, que somente os industriais ligados à produção de roupas se interessaram de imediato pelos lotes.

Outros indivíduos – comerciantes, funcionários públicos, profissionais liberais, etc. – que tiveram uma visão do mercado imobiliário local, também adquiriram lotes nas áreas

onde as indústrias de confecções começavam então a se instalar, e trataram de construir imóveis com o objetivo de vender ou alugar para os industriais de confecções.

Isto é assim, uma vez que hoje se trata de uma área privilegiada, já que nesta localização, podemos observar a concentração das lojas e shoppings de atacado intercalados pelas próprias indústrias.

As imbricações entre o capital industrial, o financeiro, o comercial e o imobiliário em Cianorte, tendo como base a dinâmica da indústria de confecções constitui objeto que por si só necessitaria de uma pesquisa à parte. No entanto, estas discussões nos remetem à idéia de que os industriais que adquiriram os lotes urbanos na Avenida Paraíba até o final da década de 1980, provavelmente, conseguiram ampliar incomensuravelmente seus lucros.

Afinal, ao mesmo tempo em que hoje lucram comercializando suas confecções nos próprios shoppings, também congregam a possibilidade de reproduzir o capital investido na indústria, através da sua aplicação na construção e incorporação desses shoppings e das suas lojas de atacado que, guardadas as suas dimensões, estão institucionalmente ligados a um órgão criado especificamente para gerenciar suas atividades. Trata-se da ASAMODA (Associação dos Shoppings Atacadistas de Moda).

Cabe aqui uma reflexão acerca do tipo específico dos empreendimentos que ali se localizam. Assim, ao analisar uma realidade semelhante àquela que abordamos neste texto, Araújo (1997, p. 79), diz que,

As formas comerciais que se verificam no interior do Estado [de São Paulo], em alguns casos, os 'Outlet Centers' (OC), que se diferenciam dos SC no que tange à estrutura e acabamento do prédio, podendo assim oferecer um preço menor no aluguel do metro quadrado do box.

Segundo esta pesquisadora, os shopping centers tomariam formas diferentes no sentido de buscar uma especificidade, diferenciando-se na estrutura, isto é, no seu *tenant-mix*. Nesse sentido, a tendência nacional que se verificaria, seria o surgimento de Outlet-Centers e Shoppings de Fábricas. Para ela,

Os SC diferenciam-se dos SF [Shoppings de Fábrica], em sua estrutura e função, e no que tange a origem dos consumidores, sendo que o primeiro os consumidores finais, e o segundo abrange desde consumidores finais até revendedores. (ARAÚJO, 1997, p. 81).

No caso específico de Cianorte, a estrutura física (*tenant-mix*) dos seus equipamentos comerciais do tipo shopping, se aproxima muito mais daquela dos shoppings varejistas descritos por Pintaudi (1992) na segunda parte deste texto, mesmo constituindo um

tipo específico de shopping – o shopping atacadista. Isto é assim, pelo fato de que os shoppings de Cianorte, ao mesmo tempo em que utilizam uma linguagem muito mais ligada a da oportunidade, procurando passar a sensação de que ali os clientes estão diante das melhores condições para efetuar seus negócios, também proporcionam um ambiente totalmente novo, climatizado, seguro, limpo, longe das ‘adversidades’ com as quais se pode chocar na área central da cidade, por exemplo.

Sobre esta questão, preferimos acreditar tratar-se de um conjunto de termos cuja analogia é muito próxima, sendo difícil determinar qual o mais correto de acordo com o objeto foco de estudos, dada a complexidade dos processos que o envolvem.

No que se refere à localização, Pintaudi (1992, p. 40) ressalta que os shopping centers costumam ser implantados de três maneiras: “junto às rodovias (próximos ao anel viário de acesso a uma cidade), na malha urbana da cidade (com fácil acesso às rodovias) ou ainda numa situação intermediária (com fácil acesso tanto à rodovia quanto à cidade)”.

No caso dos shoppings de Cianorte, podemos dizer que estes, de uma maneira ou de outra, inserem-se neste contexto de localização apontado pela autora referida anteriormente. A localização dos shoppings de atacado de Cianorte pode ser mais bem visualizada através do Mapa 7.

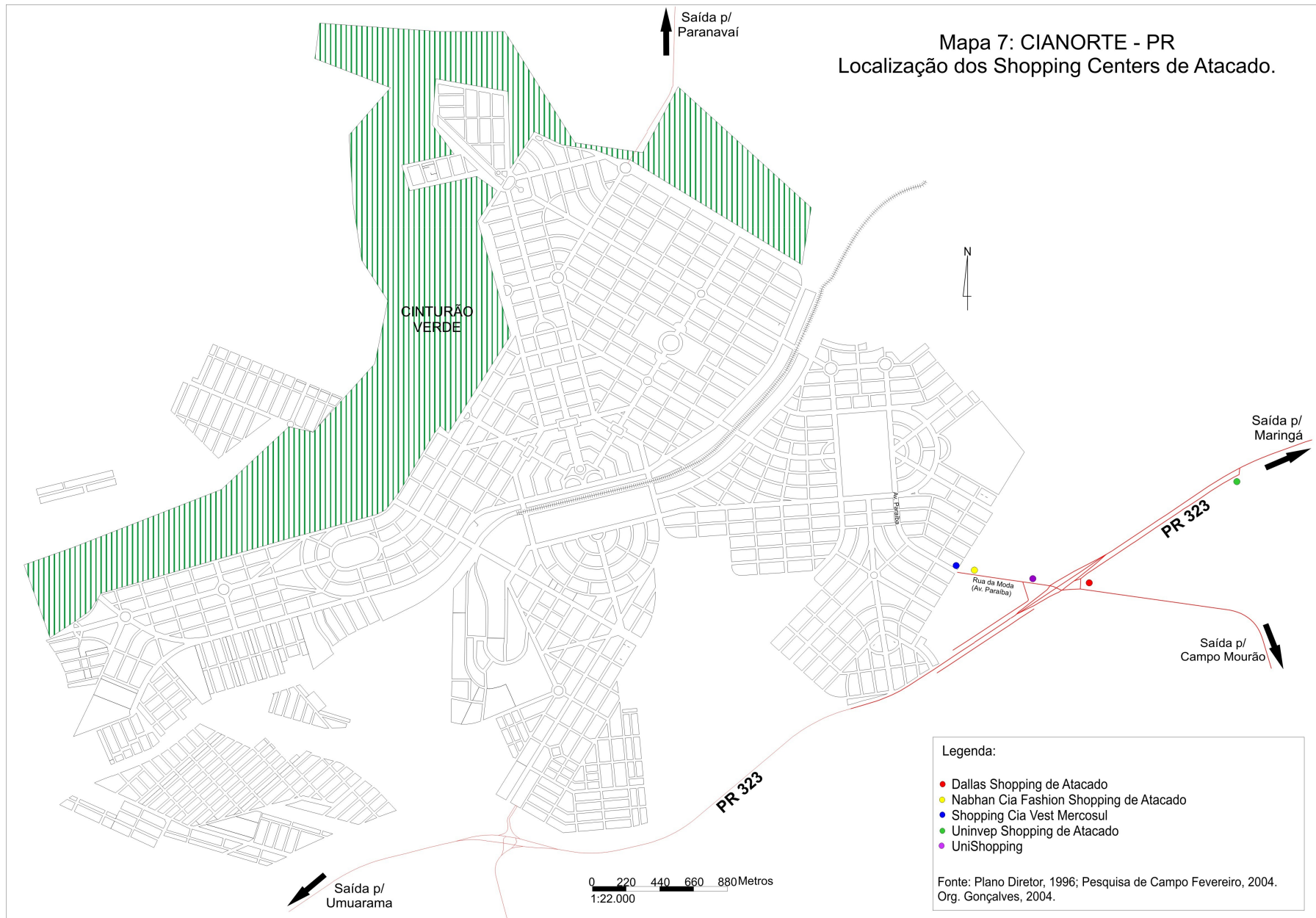
Ainda sobre este assunto, um outro ponto que vale ser ressaltado, é o fato de que a proximidade física entre os shoppings atacadistas e as indústrias de confecções permitiu também a criação da chamada RUA DA MODA, um eixo ao longo da Avenida Paraíba, que dá acesso ao trevo de saída para as cidades de Maringá a leste, Campo Mourão ao sul e Umuarama a oeste.

É ali que está localizada parte dos shoppings atacadistas (o Cia Vest Mercosul, o Nabhan Cia Fashion e o Uni Shopping), das indústrias de confecções e de suas lojas de fábrica. O Dallas Moda Shopping está localizado às margens do trevo referido acima. O Uninvep se localiza num trecho ao longo da rodovia PR 323 que liga Cianorte à Maringá, um pouco afastado da área urbana da cidade.

Sobre este aspecto, podemos dizer que esta localização age no sentido de facilitar o acesso dos clientes aos shoppings, já que estão às margens de rodovias que ligam Cianorte à outras partes do Estado, ou muito próximos a elas.

Um aspecto interessante que podemos ressaltar neste contexto refere-se a algumas ações que vem sendo implementadas pelo Estado, no sentido de criar um eixo de desenvolvimento da indústria têxtil e de confecções, ligando as cidades de Cianorte, Maringá, Apucarana e Londrina. Entre os primeiros resultados deste “empreendimento”, estão a criação de

Mapa 7: CIANORTE - PR
Localização dos Shopping Centers de Atacado.



cursos técnicos e de nível universitário nestas cidades, ligados ao ramo têxtil (como engenharia têxtil) e da concepção e produção de confecções (como estilismo e moda).

Aqui, podemos observar um importante aspecto das relações que se criam ou se podem criar entre o urbano e o regional – que, guardado certo nível de abstração que envolve esta questão, poderíamos chamar de articulação escalar –, já que a indústria de confecções, e o próprio equipamento shopping center proporciona a criação de fluxos entre diferentes locais, influenciando inclusive, no processo que Milton Santos (1997) chama de ‘compressão do tempo-espaço’ naqueles territórios afetados por esta nova lógica, não perdendo de vista, é claro, suas influências sobre o processo de estruturação e reestruturação contínuos do espaço intra-urbano.

Finalmente, um outro aspecto a ser ressaltado sobre este equipamento refere-se ao seu envolvimento com as transformações e a difusão de novas tecnologias, sobretudo aquelas que envolvem a comunicação e os transportes, sendo que ambas ligam-se profundamente à aceleração dos fluxos.

No caso das telecomunicações, o componente espacial se apresenta em relevo. Isto é assim, à medida que elas possuem o dom de percorrer e subjugar todos os territórios, ligando espaços até então considerados isolados aos lugares que constituem os centros de excelência em termos de modernidade científica e tecnológica, através dos fluxos que se estabelecem. No mesmo sentido, também a velocidade possui sua dimensão espacial, já que a sua própria percepção admite certa descontinuidade, que se apresenta distribuída espacialmente.

Manuel Castells (1999), propõe a hipótese de que o espaço organiza o tempo na sociedade em rede. Segundo esse pesquisador, “tanto o espaço como o tempo estão sendo transformados sob o efeito combinado do paradigma da tecnologia da informação e das formas e processos sociais induzidos pelo processo atual de transformação histórica, [...]” (p. 403).

Isto nos leva a admitir que, à aceleração corresponde também um aumento e aceleração da difusão de certas formas, entre as quais, pode-se destacar o shopping center. Da mesma maneira como a velocidade se impõe ao estático, o global se impõe ao local, mesmo que isto, por enquanto, não constitua uma regra homogênea pelo globo.

Gaeta (1999, p. 108), ao tratar do espaço urbano como difusão tecnológica, analisa que “um dos aspectos importantes da tecnologia na sua relação com o urbano é a criação de pré-moldados e de formas inteiras prototípicas. Isto revoluciona a construção das cidades. Revoluciona, padroniza e acelera”. O mesmo autor, admite ainda que a tecnologia também comporta uma questão de “aumento de escala”, o que exige uma maior abstração, no sentido de “perda de detalhes”.

Estas considerações possuem um paralelo inseparável com as questões que envolvem o local. Isto porque, o local não possui poder suficiente, isto é, as características necessárias para lutar contra um processo que vem de fora, institucionalizando as transformações necessárias. Assim, como admite Gaeta (1999, p. 110), a dispersão está ressignificada, com base na aceleração que o próprio desenvolvimento tecnológico traz.

Passa a ser aceitável no espaço, e mesmo desejável, a descontinuidade. A passagem abrupta de referências formais no espaço, unidas ou trombadas pela velocidade, faz parte do cotidiano. Dessa maneira, as novas formas não tem necessária continuidade com o entorno.

Então, podemos dizer que essas novas formas urbanas, como é o caso do shopping center, também são planejadas tendo em vista este aspecto, qual seja a problemática que envolve a dissolução do tempo e das referências ao entorno. Ora, se o local deixa de ser a referência, o que ocorre é uma certa dissolução do espaço que lhe é imediato, de modo que o usuário de um shopping o enxerga como um todo completo. Neste caso, há também a dissolução do tempo, pois basta notar que, no caso dos shoppings, as referências ao tempo são praticamente inexistentes.

Assim, vale lembrar Gaeta (1999p. 110-111) quando este analisa que,

Por outro lado, a programação gerenciada, presente na organização destas novas formas urbanas, faz com que a espontaneidade do cidadão na cidade concreta se perca. Cabe então à mega-estrutura definir rotas, gostos, compras e apreciação do que é apreciável.

Ao tomarmos como referência os shoppings de atacado de Cianorte, deve-se ter em mente que estes constituem parte de um projeto criado por meio dos mecanismos de cooperação competitiva de um grupo de empresários, com o propósito de viabilizar a sua reprodução enquanto grupo social e econômico hegemônico.

Pelo fato de que tais empreendimentos não surgem do nada, ao contrário, congregam aspirações políticas, econômicas, ideológicas de seus planejadores, não podemos deixar de lembrar as suas implicações para a transformação do espaço urbano onde estes são instalados.

É neste sentido que os shoppings atacadistas de Cianorte devem ser encarados, ou seja, como elementos que contribuem na criação e articulação entre diversas escalas, numa perspectiva de síntese de múltiplas escalas, congregando aspectos específicos do jogo de interesses de grupos que atuam na escala local com as determinações globais que impõem um sistema de acumulação no qual a fugacidade da moda aliada as mudanças nos padrões de consumo, levam aos processos de reestruturação do espaço desta cidade, como podem ser observados hoje.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando nos propomos a desenvolver este projeto de pesquisa, nossa “questão motivadora” era a de compreender como e porque Cianorte havia se tornado uma cidade industrial, contrariando uma vocação histórica que envolve toda a região noroeste do Estado do Paraná, onde esta se localiza que é a do desenvolvimento de uma economia pautada na produção agropecuária. No entanto, à medida que mergulhamos na pesquisa, surgiram novas questões que foram sendo agregadas a esta questão central, e que correspondem às idéias trabalhadas no corpo deste trabalho.

Naturalmente, nossa primeira hipótese, era a de que a compreensão do processo de industrialização de Cianorte poderia ser explicada pela expansão do processo geral de industrialização, partindo de Londrina em direção ao noroeste do Estado, tendo como pólos funcionais principais, as cidades de Londrina e Maringá. Assim, acreditávamos que a gênese da industrialização de Cianorte, pautada no desenvolvimento do ramo industrial de confecções, constituísse um processo de caráter “exógeno”, caracterizando um período de expansão do capital para novas áreas inseridas de forma periférica no sistema econômico, a fim de garantir sua manutenção através da produção das condições para sua reprodução.

No entanto, ao constatarmos a origem de caráter local dos capitais envolvidos neste processo, chegamos a uma nova percepção sobre a realidade estudada. Passamos a observar que, o desenvolvimento da indústria de confecções na cidade, pautada em capitais de origem local (constituindo, portanto, processo de caráter “endógeno”), influenciou diretamente em certas transformações de caráter econômico, social e territorial, com conseqüências diretas para a transformação do espaço urbano de Cianorte.

Desta maneira, percebemos que a compreensão sobre a industrialização de Cianorte extrapolava a idéia de que esta constituía apenas reflexo da consolidação da expansão capitalista pelo Norte do Paraná. Foi necessário buscar o que lhe é singular, a fim de compreender suas articulações com as designações mais gerais.

Ainda assim, faltava algo que não se encaixava na aparente lógica endógena do surgimento e manutenção da indústria do vestuário de Cianorte, afinal, apesar do papel exercido pela infra-estrutura existente, ou criada local e historicamente através da ação dos atores sociais interessados no seu desenvolvimento, uma lógica maior e nem por isso mais perceptível impunha os encaminhamentos para as transformações espaciais necessárias à sua manutenção e reprodução ao nível local, no caso, o espaço urbano de Cianorte.

Passamos a encarar tal fato ao tomarmos ciência sobre as questões inerentes a criação e articulações entre diferentes escalas geográficas e sobre a maneira como a produção e diferenciação espacial passam a ser tratadas a partir de sua compreensão e da sua utilização

como método analítico no desvendamento da produção social do espaço e das possibilidades de articulações sócio-espaciais que se verificam na realidade social atual.

A compreensão do modo como os atores sociais locais envolvidos neste processo agiram no sentido de desenvolver e manter a indústria de confecções do município, nos levaram a indagar sobre as articulações espaciais proporcionadas por este novo impulso na economia local, pautado principalmente em um determinado ramo industrial.

Como entender um processo que parecia nascido “de dentro”, levando a crer, num primeiro momento, que contrariava ao processo geral, vindo de “fora”? Como entender as articulações espaciais, tanto em nível local – do intra-urbano – como aquelas entre este nível e níveis mais abrangentes territorialmente, como o regional e até o nacional ou internacional, surgidas na esteira deste processo, se a materialização do processo em si poderia ser mais bem apreendida apenas na escala local? Suas bases? Quais os atores sociais envolvidos na criação e manutenção destas articulações e qual o verdadeiro papel desempenhado por eles neste processo?

Tentando responder a estas questões, centramos nosso foco de análise na indústria de confecções em si e nas transformações recentes verificadas no espaço urbano de Cianorte. Acreditamos que o estudo desta indústria tomada como um processo dinâmico e ao mesmo tempo político-econômico e sócio-espacial poderia nos proporcionar o arcabouço necessário para o desvendamento da criação e manutenção das articulações espaciais envolvidas nas transformações sociais, econômicas e territoriais percebidas em Cianorte.

Para isto, utilizamos as reflexões sobre as transformações econômicas, tecnológicas e sociais, observadas em âmbito mundial, decorrentes da mudança atual do paradigma fordista de produção para um novo paradigma, em que a “palavra de ordem” é a flexibilização. Este novo paradigma, pautado, sobretudo no desenvolvimento e aplicação de novas tecnologias ao processo de produção e no qual se destaca a microeletrônica, repercute diretamente na organização industrial – fala-se em flexibilização das relações de trabalho, da produção, das relações interfirmas, do mercado, etc. – influenciando nos padrões de estruturação sócio-espacial que marcam as sociedades atuais.

Neste caso, a expressão competição ganha um novo caráter, influenciando os espaços locais a especializar-se na produção em determinados setores, ou mesmo a criarem mecanismos para valorizar aqueles aspectos que os distinguem dos demais espaços, conforme Santos (1996).

Nesta perspectiva, observam-se a criação dos chamados distritos industriais em certas regiões de países desenvolvidos, entre os quais se destaca a Itália, com a chamada Terceira

Itália, em que se formam redes de indústrias com a finalidade de enfrentar a crise do momento atual e a competição do mercado econômico globalizado. Alguns trabalhos desenvolvidos mais recentemente sobre a formação sócio-espacial em certas regiões brasileiras, demonstram que nos países em desenvolvimento muitas são as áreas que estão se desenvolvendo pautadas na especialização flexível.

Destaca-se então, a necessidade da apreensão das especificidades locais em sua articulação com as determinações mais gerais, já que é sob a influência direta destas últimas que se apresentará o arranjo espacial local, isto é, o modo como ocorrerá a distribuição física e material do trabalho social no espaço.

Isto significa dizer, que cabe aos agentes locais dotar os espaços da infraestrutura localmente existente, sendo que a maneira como esta infra-estrutura local se organiza baseia-se no choque de interesses entre indivíduos ou grupos locais, e aqueles vindos de instituições superiores, muitas vezes localizadas em espaços distantes e cujos interesses podem divergir dos interesses locais e aos quais estes últimos podem opor-se ou unir-se. Neste caso, deve-se ir além, procurando identificar aqueles elementos que articulam estes dois níveis, o local e o global e aqueles intermediários entre estes.

Vale lembrar que tais níveis não devem ser encarados como representações hierarquicamente dadas ou produzidas, e sim como uma construção contínua e conjunta – daí a idéia de síntese de múltiplas escalas – e cuja existência mútua é dependente entre si, uma vez que a produção de diferentes escalas espaciais se faz através das lutas sociais, ou melhor, dos conflitos – políticos, econômicos, ideológicos – entre indivíduos e/ou grupos de indivíduos. A articulação entre diferentes escalas espaciais se faz através da dimensão social que envolve as determinações sobre os interesses individuais ou coletivos, na construção social do espaço.

É neste sentido que a especialização industrial de Cianorte no ramo de confecções não poderia ser interpretada como resultado apenas das designações externas, uma vez que sua incorporação se deu a partir da existência de condições locais, que se consolidaram ao longo de tempo. O contato próximo, e as relações de proximidade e confiança irradiados a partir da ação de uma família tradicional na cidade, inserem-se neste contexto.

Mesmo se tratando de um ramo industrial que se caracteriza pelo emprego intensivo de mão-de-obra e extremamente tradicional quanto à incorporação de novas tecnologias, ou então de pesados investimentos de capital em pesquisa, a flexibilização se faz presente nas confecções de Cianorte. Isto se faz em função da ação cooperativa dos grupos locais diretamente ligados a produção de roupas, quer seja através da incorporação de novas técnicas ao processo de distribuição/circulação das mercadorias – através da criação de uma ambiência

favorável as vendas de confecções no atacado –, quer seja na incorporação de tecnologias mais modernas em determinadas etapas da produção – como na concepção das peças, ou então na gestão da produção e da distribuição da produção.

Diante disso, a capacidade de permanência e expansão da produção de roupas de Cianorte, mesmo nos momentos de crise da economia nacional ou internacional, demonstra a importância dos capitais empregados localmente, uma vez que a sua industrialização, mesmo respondendo as designações gerais da economia nacional e global, adaptou-se as condições conjunturais de maneira a garantir sua manutenção.

Aqui, ressalta-se a importância dos estudos sobre a dinâmica econômica que marca as pequenas cidades, já que a maioria dos trabalhos existentes que tratam das imbricações entre espaço e indústria na Geografia brasileira enfoca os centros de maior relevo que se consolidaram historicamente como pólos, ou então como aglomerações industriais (BELTRÃO, 2001).

Não se deve perder de vista, no entanto, que no caso específico de Cianorte as estratégias de expansão e sobrevivência das indústrias de confecções, estão ligadas à deterioração das relações entre capital e trabalho, o que se fez através da absorção de alguns mecanismos inerentes a passagem do sistema de acumulação fordista para o modelo toyotista. Em Cianorte, estas transformações se processaram com base, sobretudo, na subcontratação.

Por outro lado, o ambiente institucional local e o clima de confiança entre os grupos hegemônicos locais, tornaram possível a criação de laços de cooperação e parcerias entre si e com os demais atores sociais – as costureiras a domicílio, por exemplo – e o próprio poder público. Esta ambiência institucional favorável criou as condições para a atuação destes atores em outras esferas, como na divulgação da “Capital do Vestuário”, ou ainda no sentido de enfrentar conjuntamente as dificuldades comuns e elevar a produtividade do setor.

Como procuramos destacar no corpo do trabalho, a cooperação entre os atores locais é importante uma vez que as micro e pequenas empresas não possuem as condições necessárias para enfrentar a concorrência de mercado. Em Cianorte, a cooperação se evidencia mais em função de um esquema de mercado – através do sistema de vendas por atacado aos excursionistas que vão à cidade, provenientes de várias regiões – do que em função da cooperação de insumos – por meio do empréstimo de equipamentos e insumos entre si –, ainda que esta seja uma tendência que vem despontando em Cianorte.

As iniciativas locais na criação do slogan “Cianorte – Capital do Vestuário”, da criação da Expovest e dos Shopping Centers de Atacado, devem ser tomadas a partir de duas dimensões. A primeira se refere ao jogo de interesses particulares ou coletivos dos atores

envolvidos com a produção de roupas na cidade, e a dimensão subjetiva e ideológica que estes processos engendram. A segunda, mais evidente porque empiricamente mais visível através dos fluxos e redes que se consubstanciam a partir destes mesmos processos, se refere às transformações mais recentes observadas no espaço intra-urbano de Cianorte, em função da produção de roupas.

Neste contexto, várias possibilidades se abrem para análises futuras da dinâmica social e econômica em Cianorte, em função da sua indústria de confecções. Qual a influência das confecções e das vendas no atacado para a Geografia comercial na cidade? Como se estruturam as redes industriais que mantêm coesas as relações entre os industriais, e entre estes e as costureiras a domicílio e o poder público? Quais as especificidades inerentes a ampla rede de subcontratações que se sabe existente em Cianorte para a manutenção da produção de roupas? Como este processo atua na criação de redes de relações com os municípios vizinhos, através de uma divisão espacial do trabalho que vem se estruturando mais recentemente? Pode-se afirmar que existem em Cianorte espaços de segregação socioespacial em função da produção de roupas?

Estas são apenas algumas possibilidades de análises que podem vir a ser mais bem desenvolvidas em outros trabalhos, e que poderão encontrar na problemática que envolve as especificidades sobre as articulações entre escalas espaciais, o suporte teórico e metodológico necessário para a sua consecução.

Finalmente, gostaríamos de frisar que neste trabalho, procuramos estudar a criação e articulação entre diferentes escalas espaciais tomando como elemento articulador a indústria de confecções em Cianorte, privilegiando em nossa análise aquelas duas dimensões citadas anteriormente por acreditamos que na teoria da formação sócio-espacial, o subjetivo individual e coletivo se apresenta por meio de ações que possuem conseqüências correlatas para a estruturação espacial em várias escalas, num movimento que converge na organização e reestruturação constante do espaço.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Alice R. de Paiva. **O Averso da Moda: trabalho a domicílio na indústria de confecções.** São Paulo: Hucitec, 1986.

ARAÚJO, Kerli C. P. de. **A via direta ao consumidor – Estrutura e localização do comércio têxtil na cidade de Americana – SP.** Dissertação (Mestrado em Organização do Espaço). Rio Claro: IGCE – Cp. De Rio Claro – UNESP, 1997.

BARREIRA, José. **Os caminhos da indústria da confecção no país: Londrina (Paraná).** São Paulo: USP, 1996. (Tese de Doutorado).

BELTRÃO, Leila Maria V. **A industrialização em Sombrio: gênese e evolução.** Florianópolis: UFSC, 2001. (Dissertação de Mestrado).

BODDY, Martin. *Reestruturação industrial, pós-fordismo e novos espaços industriais: uma crítica.* In: VALLADARES, Licia e PRETECEILLE (Coord.). **Reestruturação Urbana: tendências e desafios.** São Paulo: Nobel; 1990.

BRAGUETO, Cláudio Roberto. **Divisão Territorial do Trabalho.** Mimeo, 1999.

_____. **A Inserção da Microrregião Geográfica de Londrina na Divisão Territorial do Trabalho.** São Paulo: USP, 1996. (Dissertação de Mestrado).

_____. *Reestruturação industrial no Brasil e o Estado do Paraná. Anais – I Encontro Sul-Brasileiro de Geografia – vol. 2,* AGB Curitiba, Curitiba, 2003.

BRASIL, IBGE. **Censo Demográfico de 1960.** Paraná. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1963.

_____. **Censo Demográfico de 1970.** Paraná. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1973.

_____. **Censo Demográfico de 1980.** Paraná. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1982.

_____. **Contagem da população/1996: dados preliminares – Paraná.** Curitiba: Departamento Regional Sul – Divisão de Pesquisas do Paraná, 1997.

_____. **Sinopse Preliminar do Censo Demográfico 1991.** Paraná. Rio de Janeiro; Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

BRASIL, IBGE. **Base de Dados por Setor Censitário – Censo 2000.** Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2004.

BRASIL, IBGE. **Base de Dados por Setor Censitário – Município de Cianorte, 2000.** Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2004.

BRASIL – Ministério do Trabalho e Emprego. **RAIS – Relação Anual de Informações Sociais – 2002.** Brasília, 2002.

CANO, Wilson. **Reflexões sobre o Brasil e a Nova (Dês) Ordem Internacional**. 4. ed. Campinas, SP: Ed. Da UNICAMP; São Paulo: FAPESP, 1995.

CARLEIAL, Liana. **Redes industriais de subcontratação**: um enfoque de sistemas nacionais de inovação: um estudo das indústrias eletroeletrônica, metalmeccânica e de confecções na Região Metropolitana de Curitiba. São Paulo: Hucitec, 2001.

CARLOS, Ana Fani. **Espaço e indústria**. 5 ed. São Paulo: Contexto, 1992.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e terra, 1999.

_____. Mudança tecnológica, reestruturação econômica e a nova divisão espacial do trabalho. In: **Espaço e Debates**. S.l.,1986, nº 17.

CASTRO, Iná Elias de. *O problema da escala*. In: CASTRO, Iná E. de; GOMES, Paulo C. da Costa; CORRÊA, Roberto L (Orgs.). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

CIANORTE, Prefeitura Municipal. **Rol cadastro Imobiliário**. Cianorte, 2003.

CIANORTE, Prefeitura Municipal. **Dados referentes à participação dos setores da economia no PIB municipal**. Disponível em: http://www.cianorte.pr.gov.br/cianorte_dados_cianorte.php. Acesso em 14/09/2004.

CIANORTE, Prefeitura Municipal. **Lei Nº 975/86**. Cianorte, 2003.

CIOFFI, Helena; et. al. **Cianorte: sua história contada pelos pioneiros**. Maringá, PR: Gráfica Ideal, 1995.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. 3. ed. São Paulo: Ática, 1995.

_____. *Globalização e reestruturação da rede urbana* – uma nota sobre as pequenas cidades. **Território**. Rio de Janeiro, nº 6, jan./jun. 1999.

COUTINHO, Luciano e FERRAZ, João Carlos (Coord.). **Estudo da Competitividade da Indústria Brasileira**. 4. ed. Campinas, SP: Papyrus, 2002.

DIAS, Edson dos Santos. **Atuação do agente fundiário na produção do espaço urbano – Companhia Melhoramentos Norte do Paraná**: uma presença constante na cidade de Cianorte. Florianópolis: UFSC, 1998. (Dissertação de Mestrado).

DIAS, Leila C. *Redes: emergência e organização*. In: CASTRO, Iná E.; GOMES, Paulo César da C. e CORRÊA, Roberto L. (Orgs.) **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

DINIZ, Clélio C. **A dinâmica regional recente da economia brasileira e suas perspectivas**. Brasília: IPEA, 1995. (Texto para Discussão nº 375).

FRESCA, Tânia Maria. **Transformações da rede urbana do norte do Paraná**: estudo comparativo de três centros. São Paulo: USP, 2000. (Tese de Doutorado).

- _____. **A Rede Urbana do Norte do Paraná**. Londrina: EdUEL, 2004a.
- _____. Industrialização no Norte do Paraná na década de 1990: transferência industrial e estratégias de crescimento. (2004b – texto inédito).
- _____. A rede urbana norte-paranaense e cidades especializadas em produções industriais: Arapongas, Apucarana e Cianorte. (2004c – texto inédito)
- GAETA, Antonio Carlos. O espaço urbano como difusão tecnológica. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, nº 76, p. 101-112, 1999.
- GIDDENS, Anthony. **As conseqüências da modernidade**. Tradução Raul Fiker. São Paulo: EdUNESP, 1991.
- GONÇALVES, Márcio T; ALVES, José e DORES, Júlia L. *Novas tecnologias e novos circuitos econômicos: o caso do sistema bancário brasileiro*. **Formação**. Presidente Prudente: UNESP, n. 10, v. 2, 2003.
- GOTTDIENER, Mark. *A teoria da crise e a reestruturação sócio-espacial: o caso dos Estados Unidos*. In: VALLADARES, Licia e PRETECEILLE (Coord.). **Reestruturação Urbana: tendências e desafios**. São Paulo: Nobel; 1990.
- GOLDENSTEIN, Lea; SEABRA, Manuel. *Divisão territorial do trabalho e nova regionalização*. In: **Revista do Departamento de Geografia**. São Paulo: USP, nº 1, 1982.
- GUIMARÃES, Raul Borges. *Atores políticos, representação social e produção da escala geográfica*. In: MELO, Jayro Gonçalves. **Espiral do Espaço**. Presidente Prudente: [s.n.], 2003.
- HAESBAERT, Rogério. **Territórios alternativos**. Niterói: EdUFF; São Paulo: Contexto, 2002.
- HARVEY, David. **Condição Pós-moderna**. 2. ed. São Paulo: Edições Loyola, 1993.
- _____. **Espacios de Esperanza**. Madrid: Akal, 2003.
- IANNI, Octávio. **Estado e capitalismo**. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- IPARDES. Instituto de Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Arranjos produtivos locais e o novo padrão de especialização regional da indústria paranaense na década de 90**. Curitiba: IPARDES, 2003. 95 p.
- LACOSTE, Yves. **A Geografia: Isso serve em primeiro lugar, para fazer a guerra**. 4 ed. Campinas: Papirus, 1997.
- LEBORGNE, Danielle e LIPIETZ, Alain. *Flexibilidade defensiva ou flexibilidade ofensiva: os desafios das novas tecnologias e da competição mundial*. In: VALLADARES, Licia e PRETECEILLE (Coord.). **Reestruturação Urbana: tendências e desafios**. São Paulo: Nobel; 1990.
- LEFEBVRE, Henry. **O direito à cidade**. 2 ed. São Paulo: Centauro, 2001.
- _____. **A Revolução Urbana**. 2 ed. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2002.

LENCIONI, Sandra. *Reestruturação urbano-industrial no Estado de São Paulo: a região da metrópole desconcentrada*. **Espaço e Debates**. São Paulo: NERU, n. 38, 1994.

_____. *Mudanças na metrópole de São Paulo e transformações industriais*. In: SPÓSITO, Eliseu Savério (org.). **Dinâmica econômica, poder e novas territorialidades**. Presidente Prudente, SP: UNESP/FCT; GAsPERR, 1999.

LÖWY, Michael. **Ideologias e ciência social: elementos para uma análise marxista**. 12. ed. São Paulo: Cortez, 1998.

MAIA, Katy. **Confecções em Cianorte: Um distrito industrial?** Curitiba: UFPR, 1994. (Dissertação de Mestrado).

MARCUSE, Peter. *Enclaves, sim; Guetos, não: a segregação e o Estado*. **Espaço e Debates**. São Paulo: NERU, nº 45, v. 24, jan./jun. 2004.

MASSEY, Doreen. Um sentido global do lugar. In: ARANTES, Antônio (org.). **O espaço da diferença**. São Paulo: Papirus, 2000.

MICHELLON, Ednaldo. **Cadeia produtiva & desenvolvimento regional: uma análise a partir do setor têxtil do algodão no noroeste do Paraná**. Maringá: Clichetec, 1999.

MONTESSORO, Cláudia C. L. **Shopping Centers e (re)estruturação urbana em Presidente Prudente – SP**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Planejamento Ambiental). Presidente Prudente, SP: FCT – UNESP, 1999.

PADIS, Pedro Calil. **Formação de uma economia periférica: o caso do Paraná**. São Paulo: Hucitec, 1981.

PETRELLA, Ricardo. **Los límites a la competitividad: Cómo se debe gestionar la aldea global**. Buenos Aires: Universidad Nacional de Quilmas/Editorial Sudamericana, 1996.

PINHEIRO, Silvana Selingardi. **Relações de Produção e Trabalho: uma análise geográfica da indústria de vestuário, calçados e artefatos de tecidos em Rio Claro, SP, e suas vinculações espaciais**. Rio Claro: UNESP, 1993. (Dissertação de Mestrado).

PINTAUDI, Silvana Maria. *O Shopping Center no Brasil: condições de surgimento e estratégias de localização*. In: PINTAUDI, Silvana Maria; FRÚGLI JR., Heitor (Orgs). **Shopping Centers: espaço, cultura e modernidade nas cidades brasileiras**. São Paulo: EdUNESP, 1992.

PINTAUDI, Silvana Maria. Os Shopping-Centers brasileiros e o processo de valorização do espaço urbano, **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, p. 29-48, 1987.

PLANO DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO URBANO – **MUNICÍPIO DE CIANORTE**. FAMEPAR – Instituto de Assistência aos Municípios do Estado do Paraná, 1995.

RACINE, J. B., RAFFESTIN, C., RUFFY, V. Escala e ação, contribuições para uma interpretação do mecanismo de escala na prática da Geografia. In: **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro, 45 (1): 123-135, jan/mar. 1983.

SANDRONI, Paulo (org.). **Dicionário de Economia**. São Paulo: Best Seller, 1989.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 2 ed. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. **Metamorfoses do espaço habitado**. 4. ed. São Paulo: Hucitec, 1997.

SANTOS, Milton e SILVEIRA, Maria Laura. **Brasil: territórios e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SCHMITZ, Hubert e CARVALHO, Ruy de Quadros. **Automação, Competitividade e Trabalho: A experiência internacional**. São Paulo: Hucitec, 1988.

SILVEIRA, Maria Laura. *Escala Geográfica: da ação ao império?* Trabalho apresentado no Colóquio “O discurso Geográfico na Aurora do Século XXI”. Programa de Pós-Graduação em Geografia – UFSC. Florianópolis, 27-29 de novembro de 1996.

SMITH, Neil. *Contornos de uma política espacializada: veículos dos sem-teto e produção de escala geográfica*. In: ARANTES, Antônio (org.). **O espaço da diferença**. São Paulo: Papirus, 2000.

_____. **Desenvolvimento desigual: natureza, capital e a produção do espaço**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

_____. Geografia, Diferencia e Políticas de Escala. In: Doherty, J., Graham, E. and Malek, M. (eds). **Postmodernism and the Social Science**. London. Macmillan, 1992. Tradução de Maria Franco Garcia.

SOJA, Edward W. **Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1993.

SPÓSITO, Eliseu Savério. *Fluxos e localização industrial*. In: MELO, Jayro Gonçalves. **Região, Cidade e Poder**. Presidente Prudente, SP: GASPERR, 1996. pp. 69-96.

SPOSITO, Eliseu Savério. **Contribuição à metodologia do pensamento geográfico**. Tese (Livre Docência). – UNESP, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente, 2000.

SPOSITO, Maria E. B. *A urbanização da sociedade: reflexões para um debate sobre as novas formas espaciais*. In: DAMIANI, Amélia L.; CARLOS, Ana F. A.; SEABRA, Odete C. de L. (Orgs.). **O espaço no fim de século: a nova raridade**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2001.

SPOSITO, Maria E. B. *Reestruturação da cidade*. In: MELO, Jayro Gonçalves (Org.). **Região, cidade e poder**. Presidente Prudente, SP: GASPERR, 1996.

SPÓSITO, Maria Encarnação Beltrão. **Capitalismo e urbanização**. 5. ed. São Paulo: Contexto, 1994.

_____. *A gestão do território e as diferentes escalas da centralidade urbana*. **Território**. Rio de Janeiro. Nº 4, jan./jun. 1998.

VILLAÇA, Flávio. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel; FAPESP; Lincoln Institute, 2001.

WHITACKER, Arthur Magon. **Reestruturação urbana e centralidade em São José do Rio Preto**. Presidente Prudente: [s.n.], 2003.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)